

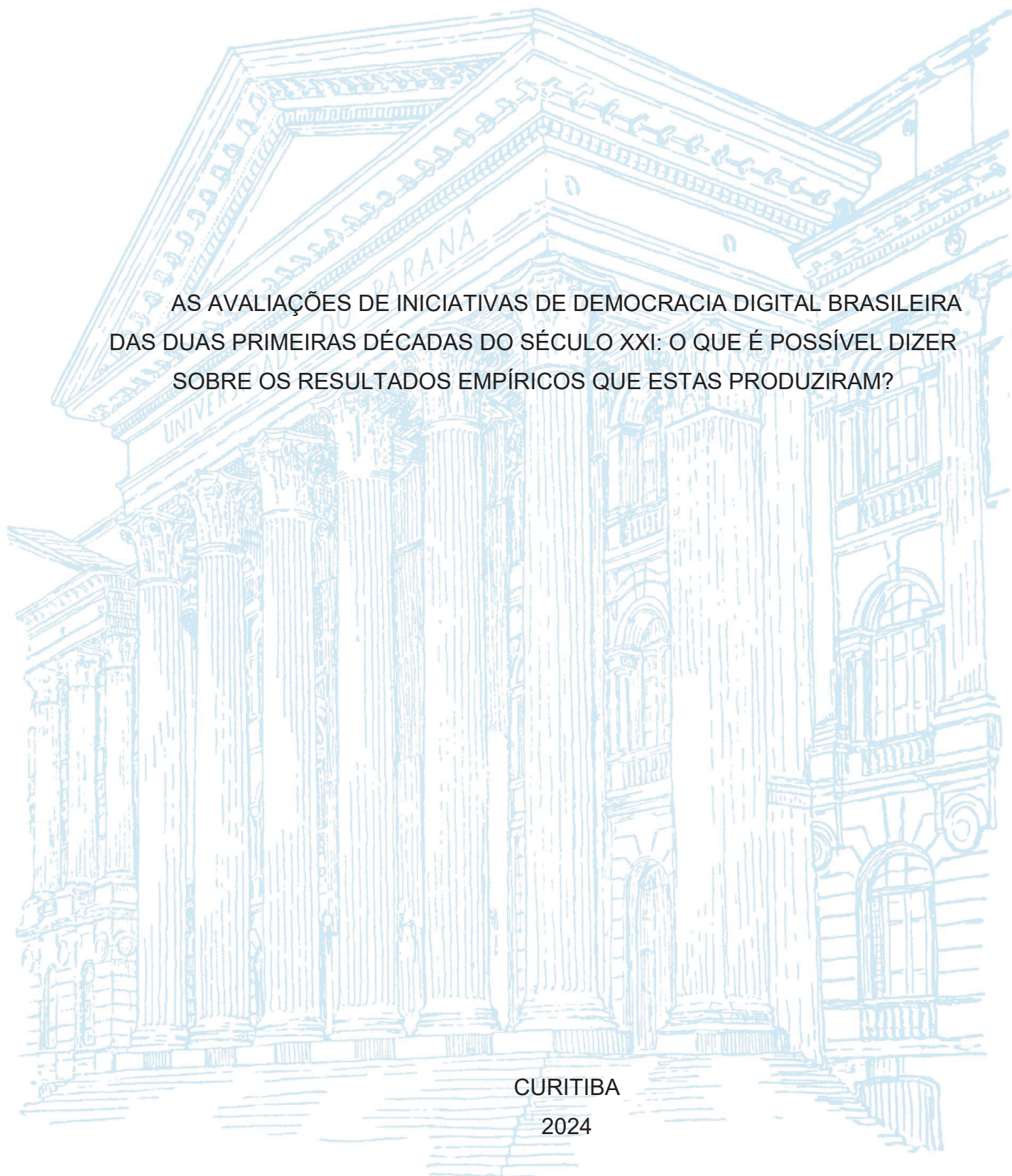
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FELIPE GANANCIN PIOLA

AS AVALIAÇÕES DE INICIATIVAS DE DEMOCRACIA DIGITAL BRASILEIRA
DAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI: O QUE É POSSÍVEL DIZER
SOBRE OS RESULTADOS EMPÍRICOS QUE ESTAS PRODUZIRAM?

CURITIBA

2024



FELIPE GANANCIN PIOLA

AS AVALIAÇÕES DE INICIATIVAS DE DEMOCRACIA DIGITAL BRASILEIRA DAS
DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI: O QUE É POSSÍVEL DIZER
SOBRE OS RESULTADOS EMPÍRICOS QUE ESTAS PRODUZIRAM?

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Cardoso Sampaio

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Piola, Felipe Ganancin

As avaliações de iniciativas de democracia digital brasileira das duas primeiras décadas do Século XXI: o que é possível dizer sobre os resultados empíricos que estas produziram? / Felipe Ganancin Piola – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.
Orientador: Prof. Dr. Rafael Cardoso Sampaio.

1. Internet na administração pública. 2. Transparência na administração pública. 3. Comunicações digitais. 4. Comunicação na política. I. Sampaio, Rafael Cardoso, 1981-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ciência Política. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -
40001016061P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **FELIPE GANANCIN PIOLA** intitulada: **As avaliações de iniciativas de democracia digital brasileira das duas primeiras décadas do século XXI: o que é possível dizer sobre os resultados empíricos que estas produziram**, sob orientação do Prof. Dr. RAFAEL CARDOSO SAMPAIO, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 20 de Dezembro de 2024.

Assinatura Eletrônica

27/01/2025 09:52:46.0

RAFAEL CARDOSO SAMPAIO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

27/01/2025 10:22:44.0

SÉRGIO SOARES BRAGA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

29/01/2025 12:00:59.0

SYLVIA IASULAITIS

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS)

Ao meu primo irmão.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos...

A minha mãe, pai e filha, que me orientam a simplesmente viver.

A Daniele, companheira da jornada do dia a dia, sem ela e seu olhar atento, certamente a leitura que se segue não seria tão palatável. Agradeço suas revisões e o amor dedicado a este dislexo.

Às amigas(os) por todo o papo e saco de ouvir, falar, argumentar e debochar das presepadas da vida.

Àqueles que lutaram pela efetivação das políticas públicas de democratização do acesso e permanência nas instituições de ensino superior que me permitiram chegar até aqui, estudando em uma universidade pública, gratuita, laica e de qualidade.

A Rafael Sampaio, por suas conversas, paciência e perseverança ao orientar e dialogar com as inquietações deste que vos fala.

À Universidade Federal do Paraná, em especial ao curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, que me acolheu e trouxe novos olhares à minha formação.

“Quem pratica política, reclama poder” (WEBER, 2004, p.526).

RESUMO

A gradativa evolução da tecnologia da informação e comunicação digitalizou uma série de processos e dinâmicas sociais. Fato que tem modificado desde as relações pessoais, como também as institucionais e/ou governamentais. Uma faceta deste processo pode ser entendida como democracia digital, que é uma ferramenta democrática e também um conceito amplo e capaz de abarcar diversas iniciativas. Nas duas primeiras décadas do século XXI estas iniciativas vem sendo alvo de diversas pesquisas. Esta dissertação objetiva analisar os estudos que se propõem a avaliar as iniciativas de democracia digital implementadas no Brasil. Em vista do crescimento das produções, parte-se da premissa de que existem/existiram diferentes formatos de instrumentos digitais que promoveram valores democráticos no Brasil, produzindo sobre a sociedade alguns resultados. Trazendo a reflexão desta pesquisa, que visa entender como os estudos dedicados a avaliar as iniciativas de democracia digital no Brasil descrevem e avaliam os resultados empíricos sociais produzidos? Esta investigação está estruturada em 4 etapas, apresentando-se como um estudo quanti-qualitativo que utiliza métodos e técnicas alternadamente. Nas primeiras etapas são filtradas as referências através da análise de texto com dado, valendo-se dos recursos do RStudio e de leitura. Processo contínuo que prevê utilização das técnicas de combinação de frequências, raspagem automatizada e análise de conteúdo categórica, nas últimas etapas. Este estudo, ainda trabalha a hipótese de que inclusão/exclusão social estão diretamente ou indiretamente relacionados a processos de inclusão/exclusão digital, na contemporaneidade. Os resultados apresentam um panorama das produções que se propõem a avaliar as iniciativas de democracia digital brasileira assim com os principais elementos observados por estas pesquisas. Sintetiza diferentes formatos de avaliação e apresenta aquilo que estas iniciativas produziram na sociedade a longo de vinte anos. Os achados apontam que diversas ações trouxeram profícuos resultados sociais através de iniciativas de democracia digital. Com destaque para as possibilidades de publicidade e transparência viabilizadas através das TICs. A possibilidade de acompanhamento, e em menor medida de monitoramento, de atividades públicas, agentes políticos, instituições e dados abertos. No entanto, por mais que o Estado tenha se tornado mais transparente e algumas regras venham mudando, o cidadão que tem uma possibilidade maior de participação, muitas vezes fica circunscrito a receber informação e interagir em trocas argumentativas. E, quando a este é permitido deliberar sobre algo, poucas são as iniciativas a oferecerem este recurso e pequena é a parcela das decisões tomadas dentro do universo das decisões públicas.

Palavras-chave: democracia digital; transparência; participação; evolução legislativa; desigualdade.

ABSTRACT

The gradual evolution of information and communication technology has digitized a series of processes and social dynamics. Fact that has modified both personal relationships as well as institutional and/or governmental ones. One facet of this process can be understood as digital democracy, which is a democratic tool and also a broad concept capable of encompassing various initiatives. In the first two decades of the 21st century, these initiatives have been the subject of various research studies. This dissertation aims to analyze the studies that propose to evaluate the digital democracy initiatives implemented in Brazil. In view of the growth of productions, it is assumed that there are/were different formats of digital instruments that promoted democratic values in Brazil, producing some results on society. Bringing the reflection of this research, which aims to understand how studies dedicated to evaluating digital democracy initiatives in Brazil describe and assess the empirical social results produced? This investigation is structured in 4 stages, presenting itself as a quantitative-qualitative study that alternately uses methods and techniques. In the initial stages, references are filtered through text analysis with data, utilizing the resources of RStudio and reading. Continuous process that involves the use of frequency combination techniques, automated scraping, and categorical content analysis in the final stages. This study also works on the hypothesis that social inclusion/exclusion is directly or indirectly related to processes of digital inclusion/exclusion in contemporary times. The results present an overview of the productions that aim to evaluate Brazilian digital democracy initiatives, as well as the main elements observed by these studies. It synthesizes different evaluation formats and presents what these initiatives have produced in society over the course of twenty years. The findings indicate that various actions have brought fruitful social results through digital democracy initiatives. With a focus on the possibilities of publicity and transparency made feasible through ICTs. The possibility of monitoring, and to a lesser extent, tracking public activities, political agents, institutions, and open data. However, despite the State becoming more transparent and some rules changing, the citizen who has a greater possibility of participation often remains confined to receiving information and engaging in argumentative exchanges. And, when he is allowed to deliberate on something, few are the initiatives that offer this resource, and the share of decisions made within the realm of public decisions is small.

Keywords: digital democracy; transparency; participation; legislative evolution; inequality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 DEMOCRACIAS DIGITAIS E VALORES DEMOCRÁTICOS.....	21
2.1 TICS, COMUNICAÇÃO E INTERAÇÕES POLÍTICAS.....	24
2.2 DESIGUALDADE DELIBERADA.....	25
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	34
4.1 DIREITO E LIBERDADE	43
4.1.1 Governo aberto, dados abertos e transparência	43
4.1.2 Acessibilidade	44
4.1.3 Disparidade entre entidades federativas, instituições e outros.....	45
4.1.4 Evolução do direito ou inovação legislativa	46
4.1.5 Exigências legais.....	47
4.2 PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA.....	49
4.2.1 Governo aberto, dados abertos e transparência	49
4.2.1.1 Monitoramento.....	51
4.2.2 Comunicação política digital.....	52
4.2.2.1 Partidos, agentes políticos e eleições.....	56
4.2.2.2 Entidades federativas, instituições e outros.....	58
4.2.2.2.1 Disparidade entre entidades federativas, instituições e outros.....	63
4.3 PARTICIPAÇÃO CIVIL.....	67
4.3.1 Interações políticas digitais	67
4.3.1.1 Partidos, agentes políticos e eleições.....	71
4.3.1.2 Usuário cidadão.....	72
4.3.1.3 Entidades federativas, instituições e outros.....	74
4.3.1.3.1 Disparidade entre entidades federativas, instituições e outros.....	78
4.3.2 Participação e deliberação	80
4.4 DESIGUALDADES	91
4.4.1 Barreiras culturais	91
4.4.2 Aspectos políticos e/ou ideológicos.....	92
4.4.3 Países, regiões, estados e municípios	94
4.4.4 Acesso e acessibilidade	95
4.4.5 Critérios socioeconômicos.....	96

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS.....	105
APÊNDICE 1 – COMANDOS 1º ETAPA	121
APÊNDICE 2 - CHECAGEM DOS ARTIGOS DE INTERESSE.....	125
APÊNDICE 3 – COMANDOS 2º ETAPA	127
APÊNDICE 4 – COMANDOS 3ª ETAPA	140
APÊNDICE 5 – VERTENTE, OBJETO POLÍTICO/SOCIAL E OBJETO TECNOLÓGICO.....	143
APÊNDICE 6 – MÉTODO, TÉCNICA E ABORDAGEM TEÓRICA	145
APÊNDICE 7 – USO DE ESTATÍSTICA, MÉTODO E TÉCNICA.....	147
APÊNDICE 8 – OBJETO TECNOLÓGICO AO LONGO DOS ANOS	148
APÊNDICE 9 – TÉCNICA AO LONGO DOS ANOS	150
APÊNDICE 10 – TÉCNICA E OBJETO TECNOLÓGICO	152
APÊNDICE 11 – OBJETO TECNOLÓGICO E TÉCNICA AO LONGO DOS ANOS	153
APÊNDICE 12 – RESUMO DOS PRICIPAIS RESULTADOS EMPÍRICOS PRODUZIDOS PELAS INICIATIVAS DE DEMOCRACIA DIGITAL NO BRASIL..	157

1 INTRODUÇÃO

Todos os dias, com raras e abissais exceções, depara-se do momento em que se acorda até o outro dia, no momento em que se acorda novamente, com a realidade digital. Essa, amplamente inserida nas dinâmicas sociais, organiza as agendas, guarda as memórias e recentemente, até interage em linguagem natural, interconectando-se ainda mais com a sociedade. Configura-se como meio que possibilita às pessoas uma forma diferente de se relacionar com outras pessoas e com o mundo. Neste contexto, de intensa digitalização e evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), as dinâmicas sociais começam a valer-se de novos elementos que se estabelecem tanto nas esferas das relações interpessoais, como nas esferas das instituições, dos governos, nos ambientes de ONGs, de grandes corporações, da sociedade civil organizada ou não, e dentre outros, nos processos políticos.

As relações entre democracia e tecnologia foram amadurecendo com o passar do tempo. Como exemplifica Gomes (2018; 2022) ao descrever as adaptações aos meios de comunicação e o seu uso político. Para o autor, a evolução dos meios de comunicação deu-se historicamente, primeiramente com o advento da imprensa no século XV, do rádio no final do século XIX, da televisão no século XX e da internet nas últimas décadas do século XX, e vem transformando a política. Estes meios, quando entendidos como principal recurso de informação, interação e integração social, levam os atores políticos a se adaptarem ou a saírem do jogo! Estes recursos tornaram-se fontes importantes a que as pessoas recorrem para interagir, integrar-se e informar-se. E atualmente, as TICs caracterizam-se como o meio mais importante nestes processos.

As pesquisas sobre Internet e Política (I&P), têm acompanhado, para Sampaio, Bragatto e Nicolás (2016), a própria evolução do meio técnico. Estas pesquisas surgem nos primeiros anos da popularização da internet, no entanto, no Brasil, deu-se tardiamente, devido à lenta e restrita difusão e alcance do meio tecnológico, que demorou um tempo considerável para alcançar a adesão de um público maior. Ou seja, a morosa difusão do meio e de seu alcance foi um fator considerável, limitando as pesquisas nos primeiros anos do campo. Os autores apontam que, em grande medida, a literatura de I&P brasileira esteve fortemente

voltada para questões mais próximas do campo de estudo da Democracia Digital (DD).

Na presente pesquisa, busca-se o aprofundamento teórico, vasculhando na literatura pesquisas que tratam dos fenômenos relacionados à efetivação de iniciativas de democracia digital. Estas iniciativas manifestam-se através de instrumentos digitais, como sites, aplicativos, telecentros e totens.

Para Sivaldo et al (2022), o crescimento da presença de artefatos de comunicação digital no cotidiano, vincula-se ao surgimento de novos fenômenos sociais que influenciam os sistemas políticos. As democracias contemporâneas, recentemente, viram-se permeadas pelas tecnologias digitais, fomentando estudos sobre, em diversas áreas. Essas investigações buscam entender de que forma se dão as relações através das práticas, dos atores, dos processos e das instituições. Disto, vem se consolidando um campo de estudo interdisciplinar sob o rótulo geral de Democracia Digital. Convém aqui delimitarmos que o tema proposto à democracia digital, para Sampaio et al (2019), configura-se como iniciativas, projetos e ferramentas capazes de gerar impactos democráticos através do uso das TICs.

Autores como Avelino, Pompeu e Fonseca (2021) apontam que a democracia digital é um campo de estudo que vem ganhando destaque na academia e que existe um fortalecimento da digitalização dos serviços públicos. Nesta lógica, Sivaldo et al (2022) consideram que a DD é um dos campos de estudo mais proeminentes e importantes à democracia, pois hoje estes envolvem ações e concepções que estão configurando as práticas dos sistemas políticos contemporâneos. Para Gomes (2018), a evolução da atenção acadêmica dedicada à democracia digital está atrelada à evolução da própria temática, como também ao adensamento de subtemas (ex: a participação), e reitera que, com a consolidação do campo, as abordagens tendem a ser cada vez mais práticas, aplicadas e segmentadas.

Um dos fatores de viabilidade dessa pesquisa é a difusão e o fortalecimento do campo de estudo, apontado no trabalho de Sampaio et al (2022). Os autores empregaram um amplo esforço no intuito de sistematizar os estudos de democracia digital no Brasil. Seus resultados demonstram que as produções ganham força a partir de 2008 e crescem sempre com tendência de elevação durante o período analisado, entre 1999 e 2020, fomentando um corpus de 502 publicações. Os resultados demonstram uma trajetória ascendente evidente, tanto em relação ao número de

publicações por ano, como no desenvolvimento de abordagens interdisciplinares, ou também, no surgimento e destaque de algumas subtemáticas do campo.

Em diálogo com resultados encontrados por Sampaio et al (2022), a pesquisa de Sivaldo et al (2022) traz o foco em um mapeamento e um diagnóstico de estudos empíricos sobre democracia digital no Brasil. Suas contribuições demonstram que, com o passar dos anos, o volume de experiências empíricas cresceu, assim como o campo de estudo amadureceu neste processo. Com o recorte temporal de 2002 a 2018 e um corpus de pesquisa de 240 artigos, o autor conclui que os estudos empíricos cresceram em número, de forma relevante. E, se inicialmente, os estudos tinham características predominantemente ensaísticas, hoje, as pesquisas lidam com uma seara crescente de fenômenos, objetos, métodos de análise e instrumentos de coleta de dados que estão em plena expansão.

Uma das subtemáticas encontradas no campo, e de interesse para a pesquisa em tela, refere-se à exclusão digital. A expressão dívida digital, de acordo com Gomes (2018), leva em consideração as questões sobre as desigualdades políticas causadas pela exclusão digital. O autor pontua que esta desigualdade pode se dar entre membros de uma determinada sociedade ou pela desigualdade de acesso à tecnologia entre diferentes países e regiões. A desigualdade é um problema recorrente na democracia contemporânea, para o qual temos a inclusão social de alguns e de outros não, atenuando as diferenças entre indivíduos e entre grupos destas sociedades.

Castells (2007), apresenta as TICs como uma linguagem. Nela, a informação é gerada, armazenada, recuperada e transmitida. Além de um recurso a ser aplicado, é um recurso a ser desenvolvido. Caracterizada na realimentação, as inovações são aglutinações, não ocorrendo isoladamente e refletem o estágio de conhecimento, o ambiente institucional, entre outros. E, de fato, a diferença de países dotarem a população de acesso e de desenvolvimento das tecnologias, é fonte crucial de desigualdades em nossas sociedades. Pois, em um contexto em que as “elites” aprendem fazendo e com isso, modificam as aplicações da tecnologia ao seu favor, o povo aprende usando, permanecendo nos limites impostos.

De forma complementar, Gomes (2018) frisa que a exclusão digital torna os pobres ainda mais pobres e determinadas regiões e países vulneráveis, ainda mais vulneráveis, portanto, pensar a exclusão digital como uma questão é tão relevante quanto pensar a exclusão social. É o que Boaventura Santos (2005; 2020) chamaria

de diferença abissal entre os países centrais e periféricos, ou entre aqueles indivíduos ou grupos sociais que possuem e os que estão no outro extremo, na condição das ausências.

Em vista do crescimento das pesquisas sobre o campo e suas temáticas, o presente trabalho parte da premissa de que existem/existiram diferentes formatos de instrumentos digitais que promoveram valores democráticos no Brasil, produzindo sobre a sociedade resultados empíricos que foram analisados através de pesquisas acadêmicas. Disto, procura-se explorar a hipótese de que inclusão/exclusão social estão diretamente ou indiretamente relacionados a processos de inclusão/exclusão digital na contemporaneidade, acentuando-se sobre alguns critérios.

Esta pesquisa se estabelece absorta na leitura minuciosa dos principais achados de pesquisas divulgadas durante as duas primeiras décadas do século XXI sobre democracia digital no Brasil. Desenvolve-se a partir de conceitos basilares à área, embasando-se em referenciais consistentes e reconhecidos. Traz nas páginas que seguem um caleidoscópio que, através de diversos ângulos, busca desvelar elementos presentes na realidade, não propriamente com o objetivo de formar uma fotografia ou um quadro estático composto por imagens bem definidas, mas sim, aspira, através desta projeção fractal, identificar, descrever e analisar elementos essenciais, presentes na literatura acerca dos processos sociais relativos à democracia digital.

Sobre o desenvolvimento do campo de estudo, Gomes (2018) indica algumas lacunas e tendências de pesquisa. O autor expõe que as abordagens tenderiam cada vez mais a concentrar-se em problemas concretos, que se relacionam a modelos tecnológicos empregados em iniciativas implementadas, ou em estudos sobre estas iniciativas. E também sobre as experiências a partir das tecnologias digitais que incidem (espontaneamente) sobre as democracias.

Ainda sobre o amadurecimento da democracia digital, no campo teórico, Sampaio, Bragatto e Nicolás (2016) apontam que a questão inicial que se fazia “o que a internet pode fazer pela democracia?” passa a ser repaginada por perguntas sobre: “como os diferentes meios, canais e ferramentas digitais que compõem a internet podem ser utilizados por indivíduos, organizações e instituições para fins políticos ou para incrementar valores democráticos?” (SAMPAIO, BRAGATTO e NICOLÁS, 2016, p. 289).

Disto, com o interesse fulcral em pesquisas que se proponham a avaliar as iniciativas de democracia digital, busca-se na produção acadêmica dos últimos 20 anos, que corresponde a praticamente toda a produção relevante do campo no Brasil, identificar e sintetizar quais os elementos centrais das análises, assim como elencar quais os resultados empíricos produzidos pelas iniciativas estudadas. Portanto, o presente trabalho levanta a seguinte questão: Como os estudos dedicados a avaliar as iniciativas de democracia digital no Brasil descrevem e avaliam os resultados empíricos sociais produzidos? Para responder, foram elencados os seguintes objetivos:

Analisar os estudos que se propõem a avaliar as iniciativas de democracia digital implementadas no Brasil;

1) Levantar artigos que se propõem a desenvolver avaliação das iniciativas de democracia digital;

2) Identificar os diferentes objetos tecnológicos, políticos e sociais, relacionando-os às suas respectivas formas de avaliações de iniciativas de democracia digital;

3) Descrever quais os resultados empíricos encontrados na sociedade e como estes foram produzidos;

4) Discutir as possíveis interseções entre inclusão/exclusão social e inclusão/exclusão digital;

Este estudo contextualiza-se na sociedade brasileira. Inserida em uma democracia permeada pela perspectiva neoliberal e atravessada pelos processos de globalização que culminam no arranjo técnico científico, caracterizando nossa contemporaneidade marcada pelo advento das TICs e da lógica de uma sociedade informacional. A pesquisa dedica-se a compreender, através da literatura científica, quais foram os resultados encontrados na realidade sobre as iniciativas de Democracia Digital, sintetizando os principais pontos de análise dos diferentes estudos através das categorias propostas pelo INCT.DD (2020). De acordo com Alonso, Fernenda e Santana (2010), Sampaio, Bragatto e Nicolás (2016), Gomes (2016), Gomes (2018), Sampaio et al (2022) e Sivaldo et al (2022) não existem, ou não foram encontrados, estudos que se dedicassem a este fim. As análises existentes propostas para averiguar o campo normalmente priorizam análises cientométricas, ou focalizam alguma área específica do conhecimento.

2 DEMOCRACIAS DIGITAIS E VALORES DEMOCRÁTICOS

Caracterizando a Democracia Digital, Sampaio, Bragatto e Nicolás (2016) atrelam-na ao campo das pesquisas sobre I&P, indicando tratar-se de um subcampo ligado à comunicação e à política. Os autores apresentam que existem diversas abordagens teóricas mobilizadas. Os destaques correlacionam-se à participação, engajamento, deliberação, transparência, inclusão digital, identidade e cidadania, entre outros. Noutro estudo, Sampaio et al (2022) revelam, quanto à literatura sobre democracia digital, características que se aproximam do campo da comunicação política, relacionando-se com a literatura de I&P. Alguns elementos de destaque são apresentados como: Transparência e Informação, Participação, Deliberação/Conversação Política, Engajamento/Mobilização e entre outros, Teoria da Democracia Digital.

No mesmo estudo, Sampaio et al (2022) esplanam que foram identificados, sobre as vertentes dos estudos, uma frequência maior de estudos com vertente institucional do que com vertente social, diferentemente do comum na literatura sobre I&P. Já no tocante aos objetos políticos e sociais, os mais revisitados nas pesquisas analisadas foram Políticas de Comunicação e Economia Política, mais comuns às áreas de Administração e Direito. Seguindo-se da esfera civil não organizada, do governo, das esferas legislativas, campanhas eleitorais, entre outras.

Respaldado nos valores democráticos, o INCT.DD (2020) apresenta algumas categorias para pensar as iniciativas de democracia digital. Entre essas, está Direito e Liberdade, que é relacionada à promoção do exercício dos direitos cidadãos, especialmente em relação à justiça, promovida e direcionada às minorias políticas. São ações que visam garantir direitos e o exercício da própria cidadania, voltadas a combater racismo, homofobia, violências, degradação do meio ambiente. São consideradas as iniciativas que promovam os direitos e liberdades fundamentais, combatendo as violações de tais. Vão além da simples disposição de informações e geralmente se apresentam sob a forma de ferramentas para denúncia, orientações para o acesso ao sistema judiciário, banco de dados de legislação e documentos públicos, a possibilidade de acompanhamento de processos legais, e entre outros, à ferramentas para a intermediação de conflitos.

Outra categoria sintetizada pelo INCT.DD (2020) refere-se à Publicidade e Transparência. Esta, que é tida como um dos requisitos da democracia, confere aos

estados democráticos o dever de visibilizar de maneira transparente os processos e atores políticos. Vai além de apenas dar visibilidade, a noção de transparência perpassa a disponibilização de dados e informações técnicas, contábeis, estatísticas e econômicas sobre representantes e negócios públicos. Traz, além disso, a preocupação sobretudo de que estas informações sejam inteligíveis e favoreçam a compreensão das informações disponibilizadas. Ou seja, a transparência pública é resultante daquilo que é produzido pela abertura de dados e informações que podem ser utilizados pelos cidadãos. No viés digital, a transparência é aquilo que se permite através dos ambientes digitais, como nos sites, aplicativos, etc. Em suma, são instrumentos com capacidade de tornar o Estado mais transparente e fortalecer a accountability. Essas ferramentas tendem a fomentar os valores democráticos de accountability, favorecendo um aumento do controle cognitivo do cidadão, bem como oportuniza a fiscalização e monitoramento do Estado.

No que se refere a categoria Participação Civil, que trata de e-participação, o INCT.DD (2020) aponta-a como o emprego das TICs por agentes políticos, a fim de influenciar o processo de tomada de decisão, resultando na geração, incrementação ou correção de algum valor democrático que visa beneficiar a comunidade política. Trata-se de um canal aberto aos cidadãos que viabilize, de alguma forma, que estes interfiram nas decisões políticas. Como, por exemplo, interferir em uma política pública, sobre uma decisão de regulamentação, sobre direcionamentos estratégicos do governo etc. Estas geralmente assumem a forma de consultas públicas, fóruns abertos ou direcionados, espaços de expressão da opinião etc. Em suas experiências anteriores, o Instituto encontrou poucas experiências que realmente favoreceram a uma deliberação efetiva, e mesmo aquelas que viabilizaram a participação real da população, por vezes, não necessariamente levaram em consideração as contribuições dos cidadãos ou cumpriram aquilo a que se dispuseram.

Na tentativa de formular um mapa da área científica da democracia digital, o estudo de Gomes (2016) intui que o crescimento das pesquisas que tratem da área de Política, Estado e Democracia Digitais (PEDD) tem se ampliado em temas e tendências que se desenvolveram ao longo dos anos, diferenciando-se entre grandes classes de estudo. Além da Democracia Digital, notabiliza-se os estudos sobre os Estados digitais e também sobre Política Online. Dentre as temáticas mais reconhecidas no universo da DD estão a e-participação, e-deliberação e e-

transparência, que não obstante atravessam as outras classes de estudos devido à sua abrangência e importância.

Dos diversos modelos de democracia digital viabilizados através das TICS, é possível, ao longo da dissertação, encontrar alguns elementos. Estes a exemplo da diversidade dos desenhos das iniciativas poderiam se enquadrar na descrição proposta por Gomes (2018), como: (i) o modelo legalista (Djik, 1996 apud Gomes, 2018), que se utiliza das TICs para fornecer mais e melhores informações e promover interações em governos representativos mais abertos e capacitados a responder a sua população; (ii) a democracia plebiscitária (Djik, 1996 apud Gomes, 2018), que traz entre seus elementos canais de comunicação direta entre líderes políticos e os cidadãos oferecendo o sistema de registro de votos e opiniões em sua função tecnológica, valorizando a democracia direta como forma de tomada de decisão e promovendo a auscultação de todos os cidadãos sempre que possível; (iii) a democracia pluralista (Djik, 1996 apud Gomes, 2018), para qual as TICs asseguram a possibilidade de informação, expressão e negociação da sociedade civil organizada e forçada a cooperar na resolução dos próprios problemas; (iv) a democracia participativa (Djik, 1996 apud Gomes, 2018), enfatiza a participação cidadã em todas as fases dos processos democráticos, desde a formulação à implementação. Neste modelo, a informação cidadã é essencial e possui nos meios digitais seu principal vetor, que deve incluir espaço para discussão, assim como, a inclusão de todos; (v) democracia deliberativa (Djik, 1996 apud Gomes, 2018), para a qual, através da conversação em fóruns e outros dispositivos, caracterizam-se em instrumentos por meio dos quais se exploram informações e acesso online às autoridades. E ainda, na perspectiva do campo deliberativo (Dahlberg, 2001 apud Gomes, 2018) extrapola através da internet para a esfera pública, o discurso cidadão racional-crítico por meio do qual se pode formar a opinião pública capaz de orientar processos formais de tomada de decisões; (vi) democracia forte (Åström, 2001 apud Gomes, 2018), que é descrita como participativa, mas sobretudo é deliberativa, requerendo mais legitimidade nos processos decisórios, presumindo uma cidadania ativa, por meio do envolvimento das pessoas nas discussões, fomentando opiniões públicas qualificadas através de informações e debates valendo-se das TICs como a exemplo dos fóruns virtuais.

2.1 TICS, COMUNICAÇÃO E INTERAÇÕES POLÍTICAS

Gomes (2018), cogita a rede mundial de computadores como um processo gradual que se instituiu ao longo de uma década, e já nos anos 90, mesmo em países periféricos como o Brasil, a internet apontava como uma grande tendência, expõe que, a invenção e a massificação de um novo meio de comunicação acompanham um renovar de esperanças na melhoria da democracia e da vida pública. Esta modificação, para melhor, na qualidade da vida pública, relaciona-se a uma requalificação da própria democracia.

No atual patamar de alcance das TICs, Sampaio et al (2019) observam a presença do Estado e governos em ambientes digitais, que se fazia, a princípio, da demanda do próprio estado na incrementação de computadores para digitalizar documentos e algumas funções do Estado. Mais recentemente, torna-se preciso que os governos ofereçam múltiplas interfaces digitais para entregar diferentes serviços e interagir com cidadãos através de diferentes plataformas.

Ao analisar o impacto da tecnologia na democracia, Gomes (2018) apresenta a percepção de uma considerável disputa e confusão em relação a este. Pode se chegar a diversos resultados, adotando-se diversas premissas. A despeito dos meios de comunicação digital e dos ambientes digitais de comunicação, tudo de bom e democrático ou tudo de ruim e antidemocrático pode ser encontrado na bibliografia. O autor ainda pontua, fases e intensidades deste impacto, visto como aquilo que é feito para remediar a crise da democracia relacionada às melhorias em custos, articulações, prestação de serviços, participação; ou visto relacionados à democracia eletrônica fria, que para seus críticos traz no plebiscitarismo, em virtude da exclusão digital, o enfraquecimento da cidadania e o aumento da estratificação social; e pode ainda, apresentar-se irrelevante por não promover mudanças substanciais. Há ainda, aqueles que defendem a utilização de termos mais brandos ao tratar de democracia eletrônica, sugerindo designações como mobilização-participação-votação eletrônica.

Quando se analisa a utilização da internet como espaço de conversação política em blogs, sites ou redes sociais, Maia et al (2015) ponderam características que permitem averiguar o constrangimento e as oportunidades para a ação a partir destes ambientes. O uso frequente de tecnologias digitais suscita questões que vão de encontro aos impactos das plataformas interacionais nas relações sociais por elas mediadas. A arquitetura, o design e a organização interferem substancialmente nas

modalidades, condições de participação e comunicação possíveis. Assim, as condições de responsividade e reflexividade da deliberação nos sites de redes sociais configuram-se como ambientes complexos, possibilitando múltiplas formas de interação, diversificando-se em síncronos, assíncronos, públicos, semipúblicos e privados.

A respeito da interatividade, Gomes (2018) remete que a capacidade das TICs de conectar e de permitir reciprocidade entre as pessoas com o potencial de produzir deliberação pública é notória, no entanto, somente as tecnologias interativas não solucionarão a impermeabilidade do sistema político à vontade popular e à participação cidadã.

Assim, Maia et al (2015) frisam que os recursos digitais são ambientes construídos e as escolhas de organização e design precedem o desenvolvimento da interface, delimitando e definindo as condições e modalidades nas quais os usuários poderão interagir.

2.2 DESIGUALDADE DELIBERADA

Na sociedade informacional, os trabalhadores do conhecimento utilizam-se da capacidade de criação, geração e disseminação de conhecimentos. Processos organizados em redes, através das relações de produção, nas relações de experiência e nas relações de poder que assentam na vontade de alguns sobre os outros. Essa sociedade tecnológica, portanto, pauta-se na geração, no processamento, no armazenamento e na transmissão da informação, impulsionada por demandas de mercado, ditadas pelas exigências da globalização. Assim, o desenvolvimento intelectual dos indivíduos que atuam utilizando-se de novos conhecimentos e de novas capacidades que contribuem para a inovação tecnológica, é o principal motor no desenvolvimento econômico mundial (Alonso, Fernanda e Santana, 2010; Castells, 2007).

Paralelamente, os processos de mudanças econômicas e tecnológicas nos últimos 50 anos, para Castells (2007), foram tão drásticas quanto as mudanças sociais. No campo dos sistemas políticos, estes encontram-se mergulhados em uma crise estrutural de legitimidade, passando por um processo de enfraquecimento, ampliando o distanciamento da população diante de corriqueiros escândalos, enquanto os movimentos sociais estão fragmentados e/ou são efêmeros com

objetivos locais. Os significados sociais também reconfiguram-se, reagrupando as pessoas em suas identidades primárias, como as religiões, as etnias e os territórios, que nos períodos conturbados representam uma das poucas fontes de significado. Estas especificações de grupos levam a diferenciações, aumentando a tensão social e a dificuldade de compartilhar, elencando “o outro” e fragmentando a sociedade.

Para Santos (2005), falar de globalização é sempre plural, onde as oposições ou até as contradições caracterizam o processo, sugerindo que vivemos em um período de transição com profundas transformações, em especial sobre três dimensões: das desigualdades e hierarquias; dos formatos institucionais; e da configuração dos conflitos políticos. Em transição, pois se depara com conjuntos de realidades emergentes que podem (ou não) repaginar o sistema antigo ou orientar um novo sistema mundial ou outra nova entidade, esta pode ser sistêmica ou não.

Na visão de Przeworski (2020), sentimentos “antissistema”, “antielite”, “populistas” marcam as democracias amadurecidas. Depois do domínio por quase um século na política de partidos conhecidos, novos partidos pipocam, enquanto o apoio tradicional diminui e a participação eleitoral despenca, atingindo níveis inéditos em alguns países. Nesta linha decadente, segue a confiança em políticos, partidos, parlamentos e governos, até a democracia está enfraquecida. Paralelamente, pessoas de orientações diferentes veem umas às outras como adversárias.

Schneider e Tartaruga (2005) apresentam que, da dificuldade de acompanhar as mudanças, o Estado passou por alterações nas suas atribuições, deixando de ser o indutor centralizador de desenvolvimento econômico para ser o seu regulador, abrindo espaço para a participação e o protagonismo da sociedade civil. Os autores complementam:

A crise do Estado refere-se a sua incapacidade crescente de regular e interferir na economia privada, especialmente, a partir da ampliação da capacidade da economia capitalista de ajustar, em escala planetária, a interdependência entre as condições de tempo e espaço no processo global de produção de mercadorias. As novas tecnologias de base microeletrônica e telemática (telecomunicações e informática) foram de fundamental importância para a consolidação do processo de globalização (também chamada de mundialização) que caracteriza a sociedade e a economia contemporânea (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2005, p.108).

Santos (2005), lembra que as telecomunicações transformaram-se, passando do domínio estatal para os princípios do mercado, levando, a menos de vinte países, a dominarem o mercado mundial de telecomunicação, impondo um tempo-espaço que

é virtual, instantâneo e global, privilégio dos poderes globais, dominado por diminutas classes emergentes deste sistema. E que, contraditoriamente, o desenvolvimento neoliberal envolve a destruição institucional e normativa, afetando a legitimidade do Estado e seu papel na organização da sociedade. Entretanto, impõe-se a democracia liberal como condicionante, visando eleições e votos livres, elegibilidade de todos e igualdade do direito cidadão, além da considerável influência legislativa.

Historicamente, segundo Castells (2007), as sociedades organizam-se nas relações de produção, ou nas relações da experiência, e ainda, nas relações de poder que assentam na vontade de alguns sobre os outros. Durante a reestruturação do capitalismo global, a revolução da TI foi uma ferramenta básica e devido à sua permeabilidade em nossa sociedade, é fundamental analisá-la perante a complexidade da nova sociedade em formação. Embora o autor aponte que a tecnologia, ou sua falta, não determina a transformação social, esta incorpora a capacidade de transformação das sociedades. Implicando que a adaptabilidade ou a inadaptabilidade das sociedades dominarem as tecnologias é decisiva para a transformação. A tecnologia corresponde à habilidade de uma sociedade para ampliar seu domínio, inclusive o Estado, é crucial, ora incentivando-a ou bloqueando-a.

Sobre a perspectiva da questão democrática, Gomes (2018) aponta como central as desigualdades políticas de membros de determinada sociedade ou entre diferentes países e regiões, causadas pela exclusão digital e pela desigualdade de acesso à tecnologia. Sinalizando que sem a igualdade política não há democracia. A inserção digital de alguns e a exclusão de outros parece reproduzir a desigualdade social. Salientando que a exclusão digital torna os pobres ainda mais pobres e determinadas regiões e países vulneráveis ainda mais vulneráveis, por tanto, pensar a exclusão digital como uma questão é tão relevante quanto pensar a exclusão social.

Autores como Gomes (2018), Alonso, Ferneda e Santana (2010) e Castells (2007) alertam que a inclusão digital não garante a inclusão social e apesar de ser fator importante, não é o único na luta contra as desigualdades. Na pesquisa realizada por Alonso, Ferneda e Santana (2010), esses termos são simplificados, diferenciando a inclusão social como sendo a participação ativa do cidadão na comunidade, no governo e na sociedade civil, proporcionando acesso e fruição de bens materiais, educacionais e culturais. Enquanto a inclusão digital refere-se a ações que buscam inserir o cidadão, oferecendo-lhes, através do aprendizado, as habilidades necessárias para manipular as TICs.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa está estruturada em 4 etapas. Apresentando-se como um estudo quanti-qualitativo que utiliza métodos e técnicas alternadamente, valendo-se de algumas ferramentas para seu desenvolvimento. Um quadro síntese dos procedimentos metodológicos pode ser encontrado na Tabela 1.

TABELA 1 – SÍNTESE METODOLÓGICA

Etapas	Método	Nº de artigos	Técnica	Ferramentas	Referências	Objetivos
Primeira etapa Análises preliminares	Banco de dados	347	-	Google Drive e computador pessoal	Sampaio <i>et al</i> (2022)	Objetivo geral
	Análise de texto com dado	275	Nuvem de palavras, frequência de palavras, filtragem por termo	RStudio	Izume e Moreira (2018); LLaudet e Imai (2023)	Objetivo geral e objetivo 1
	Análise manual	184	Leitura	Excel, buscadores e revistas acadêmicas disponíveis na internet	-	
Segunda etapa Análises de identificação	Análise de texto com dado	184	Combinação de frequências	RStudio e Excel	Izume e Moreira (2018); LLaudet e Imai (2023)	Objetivo geral e objetivo 2
		144	Combinação de frequências temporal			
Terceira etapa Análises descritivas	Coleta de fontes	124 (total) 88 (acessíveis)	Coleta de artigos (raspagem)	RStudio	Izume e Moreira (2018); LLaudet e Imai (2023)	Objetivo geral, objetivo 2 e objetivo 3
		56	Coleta de artigos manual	WWW e PDF	-	
	Análise de conteúdo	144	Análise de conteúdo categórica	Nvivo 11	Sampaio e Lycarião (2021)	Objetivo 4
Quarta etapa Análises específicas		51 (abordam) 42 (correlacionam)				

FONTE: O autor (2024).

Na análise sobre as transformações metodológicas na ciência política, Rezende (2014) descreve que uma integração entre os métodos qualitativos e quantitativos passa a ser um ideal valorizado na área, que é impulsionada a dar conta de problemas complexos, sem perder o rigor científico. Se, por um lado, a dimensão quantitativa seria oportuna para a identificação de padrões causais apoiados em estatísticas, a dimensão qualitativa gera conhecimento sobre mecanismos causais dos fenômenos de interesses em determinado contexto. Esta conexão pode trazer vantagens, como uma maior qualidade da inferência e a redução de erros, ampliando a eficiência analítica e o poder explicativo dos estudos.

Para Gil (2008) dois ou mais métodos investigativos são combinados para abordar determinadas questões. A nível descritivo, pode-se buscar a descrição das características dos fenômenos e o estabelecimento das relações entre variáveis. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de fontes já elaboradas, como livros e artigos científicos, com maior relevância, aderência e centralidade dos conceitos e palavras-chave em bibliotecas e acervos digitais, podendo valer-se da revisão da literatura para a delimitação do problema. Para Sampaio e Lycarião (2021), a revisão da literatura adequada busca levantar o estado da arte sobre determinado fenômeno estudado. Com base no que é encontrado na literatura, é importante contextualizar a pesquisa em seus termos teóricos, além de desenvolver o problema e a hipótese de pesquisa de forma a torná-los mais pertinentes do ponto de vista científico.

A **primeira etapa** desta pesquisa é uma filtragem inicial do banco de dados, dividida em três momentos: armazenamento do banco de dados, embasado em fonte pré-existente, utiliza-se do banco de dados criado por Sampaio *et al* (2022), resultante de revisão da literatura guiada por uma *string* de busca. Na pesquisa, o grupo desenvolveu uma análise de conteúdo categórica a partir do Livro de Códigos¹ originado em pesquisa anterior realizada por Sampaio, Bragatto e Nicolás (2016). O segundo momento da primeira etapa, trata-se de uma análise do texto como dado, através de programação em R, com apoio do ChatGPT 3.5 no desenvolvimento dos *prompts*. Seguida do último momento, uma análise realizada através de leitura humana.

¹ Do Livro de Códigos desenvolvidos pelos autores, apenas algumas categorias foram focalizadas neste trabalho, estas foram: Tipo de vertente, Objeto político/social, Objeto tecnológico, Abordagem teórica, Tipo de Estudo, Tipo de método, Tipo de técnica, Aplicou estatística e Qual o tipo de estatística?.

Do banco de dados, as informações dos 347 artigos em formato .xlsx foram armazenadas no *Google Drive* e em computador de uso pessoal. Após verificada a exequibilidade dos arquivos armazenados, foram revisadas suas respectivas organizações e formatações no Google Planilhas, no Excel e no Rstudio.

Deste banco de dados, buscaram-se palavras de interesse a esta pesquisa, que estivessem contidas nos títulos, nos resumos e nas palavras-chave presentes no banco de dados. Para tal, a ferramenta utilizada foi o RStudio, valendo-se da frequência de palavras e nuvem de palavras², identificando aquelas que se repetiam nas publicações e fossem de interesse a esta pesquisa. Na sequência, estas foram stemmingadas³ em seus radicais, reduzindo o corpus de 347 para 275 artigos através da filtragem, mantendo apenas aquelas com os radicais de interesse.

Para o tratamento dos dados em R, Laudet e Imai (2023), elencam já entre os primeiros passos a necessidade de criar um objeto que atenda aos padrões do software de análise. Através dos argumentos e funções adequadas, é possível realizar a leitura automatizada. Assim, após o carregamento do *dataset* (*dataframe*), que pode ser em formato .xlsx é viável, através das variáveis, desenvolvê-las separadamente ou mesmo correlacionando-as. Na publicação de Izume e Moreira (2018), o alerta se dá sobre a complexidade da linguagem humana, que durante o processamento automatizado (que também não deixa de ser uma forma de linguagem) esta sujeito a erros. Ou seja, a linguagem nunca é perfeita, mas permite aos pesquisadores, no caso do tratamento do texto como dado, realizarem análises sistemáticas de grandes bases textuais, viabilizando encontrar elementos semelhantes entre estes.

Do corpus filtrado com as informações sobre os 275 artigos selecionados, seguiu-se uma análise manual através da leitura humana. Buscou-se refinar a filtragem da primeira seleção realizada através do R, identificando os que realmente se propuseram a avaliar as iniciativas de DD. Através da leitura dos títulos e resumos, foram selecionados 184 artigos que indicavam alguma forma de avaliação de iniciativas de DD. Para os artigos em que não foi possível identificar alguma avaliação na leitura no banco de dados (títulos e resumos), os textos na íntegra foram acessados e analisados, em especial a metodologia e os resultados, para confirmar ou não sua

² As técnicas utilizadas valeram-se além de cursos de R realizados pelo autor de referências como Izume e Moreira (2018) e LLaudet e Imai (2023), também recorreram ao auxílio do ChatGPT 3.5. Os comandos desenvolvidos podem ser encontrados no Apêndice 1.

³ Avali, Analis, Estud, Desenvolv, Desempenh, Impact, Efetiv e Monitor.

inclusão. Estes foram lidos no próprio banco de dados ou nos repositórios que subsidiam os artigos.

Esta primeira parte da pesquisa, extrapolou o cronograma previsto, pois foi investido tempo e dedicação ao aprendizado, ainda raso, do RStudio. Os resultados exigiram uma checagem humana através da leitura, presente no Apêndice 2. Levantando aqui um ponto, apesar de cumprir sua função, esta primeira etapa poderia ter alcançado os objetivos de forma mais simples e menos dispendiosa.

Destes primeiros resultados, foram desenvolvidas as análises preliminares da **segunda etapa**, dividida em dois momentos, ambos valendo-se do método do texto como dado, no entanto, um abordando os artigos teóricos e empíricos, outro focalizando apenas os artigos empíricos.

Entre artigos teóricos e empíricos, um corpus de 184 foi formado, examinados através do software RStudio utilizando-se da técnica de combinação de frequências para gerar tabelas. Estas posteriormente alimentaram quadros no Excel, que fomentaram tabelas e gráficos, facilitando a visualização de como se relacionam as vertentes, os objetos tecnológicos, as técnicas abordadas e os tipos de estudo. Prosseguindo na análise, apenas dos artigos empíricos chegou-se a um corpus de 144. Neste, buscou-se analisar as abordagens, métodos, técnicas, utilização de estatísticas, os objetos tecnológicos, ou políticos, ou sociais abordados, além de algumas nuances dos desenvolvimentos temporais. O software RStudio foi utilizado conjuntamente com as técnicas de combinação de frequência e de combinação de frequência com desenvolvimento temporal. As tabelas geradas no RStudio subsidiaram novamente os quadros no Excel que deram origem às tabelas e gráficos.⁴

Ao fim das análises prévias, seguiu-se a **terceira etapa**, visando o aprofundamento e última seleção, composta em dois momentos. Coleta de fontes, desta vez armazenando as publicações em seu conteúdo integral. E sequencialmente uma análise de conteúdo categórica, utilizando o NVivo.

A coleta de dados deu-se primeiramente através do RStudio que utilizou-se da técnica de raspagem, programado para encontrar, baixar, renomear e armazenar os artigos de interesse, visando os repositórios na internet a partir das URL contidas

⁴ As técnicas utilizadas valeram-se além de cursos de R realizados pelo autor, de referências como Izume e Moreira (2018) e LLaudet e Imai (2023), também recorreram ao auxílio do ChatGPT 3.5. Os comandos desenvolvidos podem ser encontrados no Apêndice 3.

na base de dados. Dos 144 artigos, a ferramenta conseguiu encontrar o caminho para 124 publicações, destes apenas 88 artigos estavam acessíveis à leitura após serem baixados. Levando a uma posterior coleta manual de 56 artigos encontrados através do acesso (humano) a repositórios. Ao final deste processo, um novo acervo foi formado com um total de 144 artigos integrais armazenados em computador de uso pessoal e no *Google Drive*.⁵

No segundo momento desta etapa, foram descritos os resultados das avaliações apresentadas pelas publicações, através da leitura do resumo, dos resultados e das considerações de cada artigo. Os dados coletados foram aglomerados em temáticas comuns à área, vislumbrando os elementos presentes nas publicações e visando perceber os resultados empíricos destas iniciativas. O *software* NVivo foi utilizado nesta análise através da composição de nós, para formular eixos categóricos de análise baseados nas categorias do INCT.DD (2020), e/ou na categoria de interesse relativa ao objetivo 4, as desigualdades.⁶

Sampaio e Lycarião (2021), definem a análise de conteúdo como uma técnica baseada em procedimentos sistemáticos utilizada em pesquisas científicas, ancorada no princípio de replicabilidade, confiabilidade e validade. Pode ser efetivada entre sujeitos para criar deduções embasadas no desenvolvimento de resultados lógicos sobre conteúdos verbais, visuais ou escritos em busca de descrever, quantificar ou interpretar certos fenômenos de acordo com seus significados, consequências e contextos. Os autores, denotam o poder da técnica de gerar dados e interpretações, nos estudos de políticas públicas. Capazes de sintetizar, comparar e/ou testar hipóteses a partir de diferentes textos. Permite, além de compreender e avaliar padrões, processos institucionais e extrapolar diferenças em estudos de caráter qualitativo e de caráter quantitativo.

Na **quarta etapa** a análise de conteúdo seguiu a mesma lógica da etapa anterior, no entanto focalizou 51 artigos que abordavam a temática da desigualdade, especificamente sobre a inclusão e exclusão digital e/ou inclusão e exclusão social.

⁵ As técnicas utilizadas valeram-se além de cursos de R realizados pelo autor, de referências como Izume e Moreira (2018) e LLaudet e Imai (2023), também recorreram ao auxílio do ChatGPT 3.5. Os comandos desenvolvidos podem ser encontrados no Apêndice 4.

⁶ As três categorias propostas pelo INCTDD são: Direito e liberdade; Publicidade e transparência; Participação civil. E a categoria proposta por esta pesquisa é Desigualdade.

No trato final do texto, uma ferramenta de inteligência artificial, Quillbot, foi utilizada no auxílio a questões estritamente gramaticais e na tradução para língua inglesa.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Esse capítulo dedica-se à apresentação das descobertas de pesquisa. Está dividido em quatro tópicos principais: direito e liberdade; publicidade e transparência; participação civil; e desigualdades. Os três primeiros inspirados nas categorias do INCT.DD (2020) que pautam-se nos valores democráticos e o último na inquietação de pesquisa correspondente ao Objetivo 4. Estes capítulos são antecidos por uma apresentação de alguns elementos centrais da literatura sobre democracia digital.

Ancorado nos elementos da base de dados preexistente em Sampaio et al (2022), a análise desenvolvida sobretudo no RStudio e Excel, dão vistas a seção, apresentando os resultados extraídos e já filtrados a partir das palavras de interesse, totalizando 184 artigos que se propuseram a fazer avaliações de iniciativas de democracia digital.

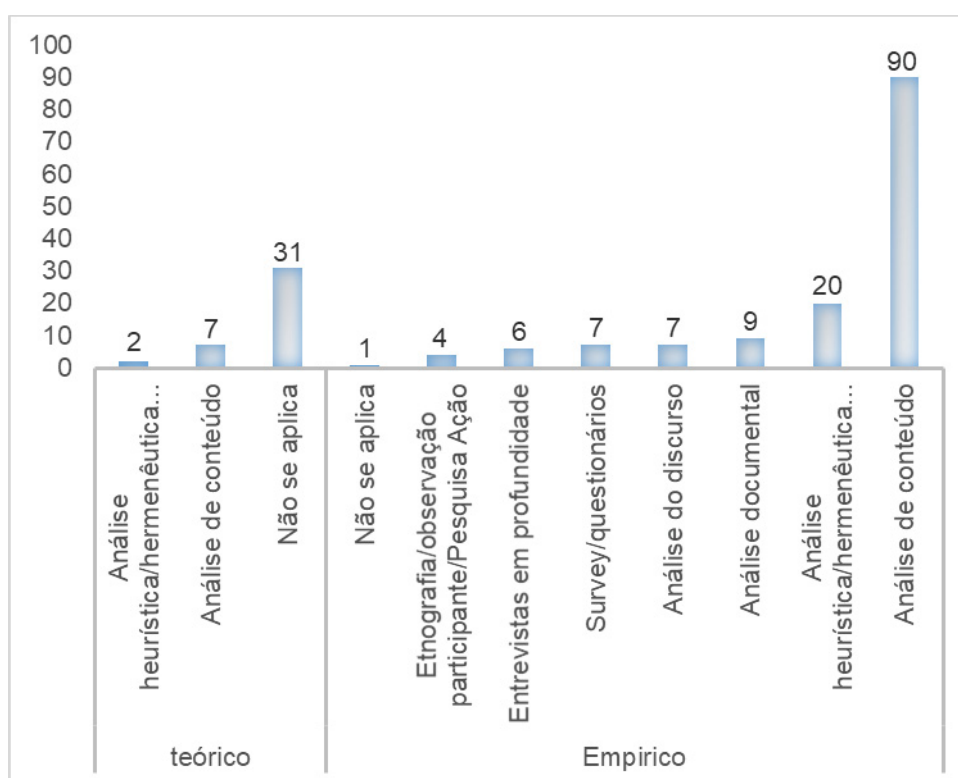
Em um primeiro momento, foram relacionadas as vertentes, os objetos tecnológicos e os objetos políticos e/ou sociais. Os dados mostram que 75 artigos correspondem à vertente social e 109 à institucional. Variando nestes estudos os objetos políticos/sociais, categorizados em mobilizações orgânicas, manifestações, movimentos sociais, campanhas eleitorais, economia política, e entre outros, a esfera civil não organizada. Estas iniciativas valeram-se principalmente de objetos tecnológicos como websites, redes sociais, dados abertos, blogs, fóruns, chats, mídias e outros.

Na vertente social, os objetos tecnológicos mais revisitados nas pesquisas são: a internet, as redes sociais e websites, que aparecem relacionados a praticamente todas as categorias dos objetos políticos/sociais. Sobre estes objetos (políticos/sociais), tornaram-se mais frequentes nas publicações as campanhas eleitorais, as pesquisas sobre economia política e sobre a esfera civil não organizada. Já na vertente institucional, 109 artigos alternam-se entre os objetos tecnológicos supracitados, com maior frequência relacionada à internet de modo geral, ou às redes sociais, ou ainda, diferentemente da vertente anterior, o destaque fica relacionado às pesquisas sobre dados abertos. Além do mais, os objetos políticos/sociais também diferem-se, com uma representação acentuada de estudos abordando os poderes legislativo e executivo. Estes dados estão em maiores detalhes no Apêndice 5.

Foram identificados, entre as publicações, os estudos que se propuseram a realizar uma avaliação empírica e aqueles de natureza exclusivamente teórica,

correlacionando-os com suas respectivas técnicas de pesquisa utilizadas. Conforme apresentado no Gráfico 1, os 40 artigos teóricos identificados recorriam a técnicas variadas, com destaque para análise de conteúdo e análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica. Enquanto os de natureza empírica, utilizaram mais frequentemente as técnicas de análise de conteúdo e análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica, além de outras técnicas como análise documental, análise de discurso, survey, questionário, entrevistas, etnografias, observações participante e pesquisa ação. Resultando em 144 artigos que vislumbravam análises empíricas e direcionavam-se a fazer avaliações de iniciativas de democracia digital. O foco desta pesquisa, de agora em diante, recai sobre estes artigos, imbuídos no intuito de filtrar ainda mais o corpus para o detalhamento.

GRÁFICO 1 – TIPO DE ESTUDO E TÉCNICA



FONTE: O autor (2024).

Sobre os artigos empíricos que se propuseram a desenvolver avaliações das iniciativas, foram correlacionados seus métodos, técnicas de pesquisa e suas abordagens, permitindo alguns apontamentos. Os métodos mais frequentes foram as

pesquisas qualitativas com 63 publicações, seguidas de métodos quantitativos com 44 artigos, enquanto os métodos quali/quantitativos foram desenvolvidos em 25 artigos. Nestas três categorias, a técnica mais comum foi a análise de conteúdo, que em suma tratava de transparência, deliberação e participação. Enquanto as abordagens heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica e documental foram mais comuns nas pesquisas que recorriam a métodos bibliográficos. As que tratavam de métodos qualitativos, quantitativos ou qualiquantitativos primordialmente tratavam das abordagens de teoria da democracia digital, inclusão/exclusão digital, deliberação, transparência e participação. Os detalhes estão no Apêndice 6.

Na sequência da análise, do corpus de 144 artigos, especificamente 90 destes procuraram em suas análises recorrer ao uso de estatística. O destaque se faz ao uso de frequência simples, 69 estudos, que em sua maioria combinam-se a métodos qualitativos ou quantitativos através de técnicas de análise de conteúdo, survey e questionários, além de outras como análise documental e entrevistas. Os recursos estatísticos também foram utilizados, em menor medida, em análises estatísticas bivariadas, 15 estudos. E, utilizando estatística univariada, 6 pesquisas. As informações completas podem ser encontradas no Apêndice 7.

Analisando (n144) a evolução dos objetos tecnológicos em relação ao tempo, denota-se que (com exceção de 2006 que apenas a categoria internet foi abordada), os websites foram os precursores nos estudos durante os primeiros anos, com sua primeira aparição em uma pesquisa em 2003, destacando-se até 2018, último ano em que foram encontradas publicações que almejavam realizar avaliações das iniciativas, como um dos objetos tecnológicos mais frequentemente focalizados nas pesquisas. Outros objetos foram ganhando espaço nos estudos com o passar dos anos, como as mídias sociais, surgindo nos estudos em 2007 e gradativamente ganhando força, chegando em 2014 a empatar, em número de estudos, com as pesquisas sobre websites. As pesquisas avaliativas sobre dados abertos começaram a surgir apenas em 2014, adquirindo consistência numérica entre as pesquisas mais recentes. Outros objetos também apareceram com uma frequência menor, estes foram open source e software livre, fórum e chats, internet, entre outros. As informações descritas aparecem completas e podem ser visualizadas no Apêndice 8.

Agora, se focalizarmos nas técnicas mobilizadas nos estudos e seu desenvolvimento ao longo dos anos, nota-se que as análises de conteúdo são um expoente preferencial aparecendo em quase todos os anos com acentuada

frequência. Outras técnicas recorrentemente requisitadas foram, a análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica, análise do discurso, análise de documentos. Além destas, outras técnicas foram alternando-se, hora sendo mobilizadas, hora não, ao longo dos anos, como etnografia, observação participante, pesquisa ação, survey, questionários e entrevistas. As informações estão detalhadas no Apêndice 9.

Quando se vislumbra a correlação entre o objeto tecnológico abordado nos trabalhos e as técnicas utilizadas, denota-se, em relação àquelas publicações que optaram pela análise de conteúdo, que a maior parte dos estudos foi direcionada a websites e mídias sociais. Já as análises heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica priorizaram os websites e a internet. Nas análises documentais, a maior parte das pesquisas também recai sobre os websites, seguindo empatados, em número de publicações, as pesquisas sobre open source e software livre, dados abertos e internet nesta categoria. Todos os dados estão dispostos no Apêndice 10.

Na correlação temporal entre estas variáveis (objeto tecnológico e técnica), pode-se observar que as pesquisas que se valeram de análise de conteúdo, até 2010, sempre foram relacionadas a um objeto tecnológico, os websites. Fato que se altera após 2010 com o surgimento de estudos que se propuseram a analisar, com a técnica, outros objetos como fóruns e chats. A temática das mídias sociais, que aparece nas pesquisas em 2007 e a partir de 2011 conquista consistentemente espaço, destacando-se em todos os anos até 2018, normalmente relacionadas à análise de conteúdo ou análise de discurso. A temática dos dados abertos também encontra lugar na literatura mais tardiamente, sendo em 2014 sua primeira aparição, ganhando força ano a ano e sendo abordada a partir de diversas técnicas, como análise de conteúdo, entrevistas, etnografia, observação participante, pesquisa ação e análise documental. Estes resultados são apresentados de forma integral no Apêndice 11.

Durante o processo de análise de conteúdo, paralelamente foi construído um quadro contendo a referência (Número do texto no banco de dados, referência bibliográfica e citação), ano de publicação e os principais elementos de avaliação descobertos na presente pesquisa, organizados nas categorias propostas, Direito e Liberdade; Publicidade e Transparência; Participação Civil; e Desigualdades. (Esta organização pode subsidiar pesquisas futuras e resumidamente apresenta os elementos avaliativos descobertos).

Destas reflexões, é passível, através dos resultados encontrados, perceber algumas características para pensarmos as categorias de análise. Por exemplo, quanto ao **Enquadramento** (vertente): dentro da vertente institucional podemos pensar a iniciativa ligada ao âmbito do executivo, do legislativo, do judiciário, ou mesmo não ligada a nenhum dos três poderes em específico. Ou ainda, na vertente social, esta iniciativa se caracteriza por estar ligada ao âmbito de ONGs, do setor privado, da sociedade civil organizada, por via de associações ou conselhos. E, ainda, qual a abrangência destas iniciativas, se estão inseridas ao nível internacional, nacional, estadual ou municipal. Ver detalhadamente no Quadro 1.

QUADRO 1 – ELEMENTOS DE ANÁLISE - ENQUADRAMENTO

Vertente	Institucional	Nível	Internacional	
			Nacional	
			Estadual	
			Municipal	
		Âmbito	Executivo	
	Legislativo			
	Judiciário			
	Não ligado a um poder específico			
	Social	Nível	Internacional	
			Nacional	
			Estadual	
			Municipal	
Âmbito		Sociedade civil organizada	Associações	
			Conselhos	
		ONGs		
Setor privado				

FONTE: O autor (2024).

Em alguns estudos, quanto aos **Direitos e Liberdades**, o enquadramento ou não a determinadas normas e leis foi critério de análise, trazendo outros pontos a ponderar, como se as iniciativas adequam-se as exigências legais, se estão em consonância com as novas normas vigentes, ou estão desatualizadas ou por vezes nem atendem à Lei. Os detalhes podem ser vistos no quadro 2.

No tocante à **Publicidade e Transparência**, pode-se ponderar em relação à publicidade, se esta apresenta-se em via redes sociais, como Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp, *blogs* ou outras. Se apresenta via *websites*, neste caso é possível averiguar ainda quanto à interface ou à navegação do sítio. Ou mesmo observar se é

realizada em múltiplas plataformas ou não. Outro aspecto observável se dá quanto à difusão de informação, por exemplo: qual seria a periodicidade desta, pontual, esporádica ou constante? Quais são os recursos oferecidos? como textos, áudios, vídeos, ferramentas de buscas, ferramentas de tradução, recursos de acessibilidade. E ainda quanto ao conteúdo, ou seja, se são referentes a promoções de ações realizadas pelos promotores das iniciativas, se referem-se a campanhas políticas ou publicitárias, se buscam engajamento e/ou mobilização, se trazem embasamento para debates, se são informativos temáticos, ou ainda, se tratam de cartilhas de usabilidade. No montante, a transparência pode ser explorada se esta se dá no acompanhamento de agentes políticos, na prestação de contas, e entre outras, se pratica a transparência ativa.

QUADRO 2 – ELEMENTOS DE ANÁLISE – DIREITO E LIBERDADES

Direito e Liberdades	Exigências Legais	LOA
		Lei nº 9.610
		Lei Complementar nº 101 de 2000
		Lei Complementar nº 131 de 2009
		Lei Complementar nº 131
	Processo legal	LAI
		LDO
		PDA
		Conformidade
		Desatualização
		Incompatibilidade

FONTE: O autor (2024).

Já em relação aos dados abertos e critérios de acessibilidade, como o oferecimento ou não de mapa do site ou barra de acessibilidade, são pontos que podem ser observados, assim como a integridade dos dados oferecidos, se são completos ou incompletos. Outro ponto investigável dá-se em relação à adequabilidade, pois para a leitura dos dados pode-se necessitar de softwares específicos, como pdf, excel, entre outros. Estes dados também podem, ou não, ser manipuláveis, apresentando-se como mais um critério para avaliações. Quanto aos dados abertos, é possível também estipular se existe ou não a possibilidade de monitoramento e se este monitoramento é parcial ou total, assim como é possível avaliar se existe a publicização parcial ou total das informações. Informações presentes no Quadro 3.

QUADRO 3 – ELEMENTOS DE ANÁLISE – PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

Publicidade e Transparência	Publicidade	Plataforma	Redes Sociais	Facebook	Políticas Publicitárias	
				Instagram		
				Twitter		
				Whatsapp		
				Blogs		
				Outras		
			Websites	Interface		
				Navegação		
				Multiplas ptaforma		
		Difusão de informação	Conteúdo	Campanhas		
				Promoção de ações		
				Engajamento e mobilização		
				Embasamento para debates		
				Informativos temáticos		
			Periodicidade	Cartilha de usabilidade		
	Pontual					
	Esporádica					
	Recursos		Constante			
			Texto			
			Áudio			
			Vídeo			
			Ferramentas de busca			
			Ferramentas de tradução			
			Recursos de acessibilidade			
	Transparência	Acompanhamento de agendas				
		Prestação de contas				
		Transparência ativa				
		Outras				
	Dados abertos	Acessibilidade	Integridade	Completos		
				Incompletos		
Barra de acessibilidade						
Adequabilidade		Mapa do site				
		Formato	Manipulável			
			Estático			
		Necessidade de software específico	PDF			
			EXCEL			
Outros						
Monitoramento		Parcial				
		Total				
Publicização	Parcial					
	Total					

FONTE: O autor (2024).

Ao tratar de **Participação Civil**, os estudos analisados trazem elementos que vão ao encontro da interação, ou seja, se esta se apresenta síncrona ou assíncrona, se em relação à conversação esta se dá através dos usuários em forma de uma única mensagem, de argumentos monológicos, através de justificações, se apresenta reciprocidade, ou reflexividade, se nas mensagens existe respeito entre os interlocutores, ou se recorrem à persuasão, ao ativismo político, a radicalização ou se existe moderação. Ainda é possível, sobre as interações, desenvolver análises de sentimento. No que diz respeito à participação, os estudos abordados trazem elementos que tratam da existência ou não de espaços de debate, se nestes espaços existe ou não moderação e a quem cabe esta moderação. Se é oferecido ou não um canal direto para se conversar com a entidade ou agente político. Outros pontos de análise à participação são se esta se faz no sentido de possibilitar a sugestão do usuário, a solicitação de serviços, a solicitação de dados ou informações, ou quanto à possibilidade de controle e monitoramento. Enquanto sobre a deliberação, são averiguadas nos estudos as questões referentes às votações e o empoderamento que estas escolhas por parte da população têm, ou seja, se inferem ou não no desenrolar dos processos. Ademais, são analisadas também quanto às iniciativas, se é necessário ou não cadastrar-se e se existe a possibilidade de anonimato durante as participações. Esquemáticamente, ponto a ponto, pode ser visto no Quadro 4.

Enfim, ao tratar das Desigualdades, as pesquisas apresentam alguns crivos de análise, estes vão de encontro a questões espaciais, por exemplo, em relação a tratar-se de grandes centros ou não, se são ao nível de nação ligados a países centrais ao capitalismo ou periféricos, ou ainda, a qual região as iniciativas estão circunscritas (sudeste, sul, norte, nordeste e centro-oeste). Ainda quanto às desigualdades, as questões de acesso são analisadas, ou seja, estas oferecem recursos de inclusão para a participação, como telefones gratuitos, SMS ou telecentros. Ou ainda, oferecem treinamento aos usuários a fim de participarem. Outros pontos trazidos nas análises tratam dos critérios socioeconômicos, como faixa etária, renda e patrimônio, gênero, cor, classe social e grau de instrução. Além do mais, são observados em algumas análises os aspectos políticos e ideológicos, como a resistência à inovação, a burocracia, as barreiras culturais e a vontade política. Os meandros estão listados no Quadro 5.

QUADRO 4 – ELEMENTOS DE ANÁLISE – PARTICIPAÇÃO CIVIL

Participação Civi	Interação	Temporalidade	Síncrona	
			Assíncrona	
		Conversação		Uma mensagem
				Monológica
				Justificação
				Reciprocidade
				Reflexividade
				Respeito
				Persuasão
				Ativismo político
			Radicalização	
		Moderação		
	Participação	Análise de sentimento		
		Debate	Moderado	
			Não moderado	
		Canal direto	Entidade	
			Agente político	
		Sugestão		
		Solicitação de serviços		
		Solicitação de dados/informações		
		Controle e monitoramento		
Deliberação		Votação		
	Empoderamento			
Cadastro	Necessário			
	Desnecessário			
	Possibilidade de anonimato			

FONTE: O autor (2024).

Dando andamento na pesquisa, as seções seguintes foram desenvolvidas basicamente no NVivo e Word. Tanto os tópicos dos capítulos quanto seus respectivos subtópicos e itens estão organizados em ordem crescente, ou seja, quanto mais vezes sua temática foi citada pelas respectivas fontes (artigos), mais se distanciam do 1. Portanto, as primeiras seções são as menos expressivas numericamente, são aquelas que em menor medida foram citadas pelas publicações, fazendo-se uma ressalva apenas para o tópico 4.4 que trata das desigualdades. Este foi deixado para a parte final do capítulo, diferentemente da lógica citada acima que o enquadraria no item 4.2, pois apresentou mais artigos fazendo referência à sua temática do que o item 4.1 que trata de direito e liberdades. Esta escolha foi tomada propositalmente devido ao desenho da pesquisa e especificamente se relaciona com a ordem dos objetivos.

No texto subsequente, é possível encontrar ponderações sobre os elementos de análises trazidos pelas publicações exploradas e alguns resultados efetivados através das respectivas iniciativas estudadas. Para um olhar mais atento, focalizando minúcias dos resultados empíricos produzidos por estas iniciativas, o Apêndice 12

apresenta um resumo detalhando o que houve no Brasil nas últimas décadas, constituído a partir das publicações analisadas, sobre direito e liberdades, publicidade e transparência e participação civil.

QUADRO 5 – ELEMENTOS DE ANÁLISE – DESIGUALDADES

Desigualdades	Espaciais	Regionalidades	Grandes centros
			Interior
		Regiões	Sudeste
			Sul
			Norte
			Nordeste
			Centro oeste
		Países	Centrais ao capitalismo
			Marginais ao capitalismo
	Acesso	Recursos de inclusão	Telefones gratuitos
			SMS
			Telecentros
	Critérios socioeconômicos	Treinamento e instrução	
		Faixa etária	
		Renda e patrimônio	
		Gênero	
		Cor	
		Classe social	
		Grau de instrução	
	Aspectos políticos e ideológicos	Resistência a inovação	
		Burocracia	
		Barreiras culturais	
		Vontade política	

FONTE: O autor (2024).

4.1 DIREITO E LIBERDADE

Este tópico alude à categoria do INCT.DD (2020) no tocante a direitos e liberdades, enfatizando algumas temáticas como: o direito e a liberdade de expressar-se e participar dentro dos contextos democráticos; a disparidade em relação aos temas entre entidades e nações; algumas especificidades do direito em relação aos dados abertos; noções de acessibilidade; as exigências legais e a evolução legislativa de interesse direto à democracia digital. Compelida na análise dos trechos retirados dos resultados das publicações, totalizaram 33 fontes e 122 trechos selecionados sobre esta categoria.

4.1.1 Governo aberto, dados abertos e transparência

No subtópico em questão, 5 artigos fizeram menção especificamente à legislação, fazendo apontamentos a partir de suas óticas de análises. Angeli (2016), Silva *et al* (2016) e Freitas *et al* (2018) refletem que existe um contínuo de regulamentação sobre os dados abertos governamentais. Ainda, para Silva *et al* (2016) alguns municípios criaram leis complementares às nacionais para abordarem os DGA, porém, a falta de legislação específica possibilita a criação de interpretações próprias dentro de cada órgão. Em outra ótica, Angeli (2016) comenta que no Brasil a lei de acesso à informação entrou em vigor rapidamente, diferentemente de outros países.

Noutra perspectiva, Albano e Reinhard (2015), a partir de entrevistas com pessoas envolvidas com a temática, afirmaram uma dependência do DGA de *softwares* externos ao governo, ressaltando que há legislações criadas objetivando sustentar os DGA, mas ainda assim, os programas de DGA necessitam de maior suporte legal. Já nos estudos de Ribeiro e Pereira (2015) e Freitas *et al* (2018) observam que existe legislação e/ou planos que preveem ontologias e vocabulários próprios a serem reutilizados em DGA. No entanto, para Freitas *et al* (2018) em suas observações, havia uma baixa adequação dos órgãos nacionais em relação aos padrões exigidos nas legislações e planos de DGA. Indicando ainda em sua pesquisa que, além dos repositórios oficiais.gov, outros repositórios podem existir concomitantemente, de acordo com a legislação, para publicizar os respectivos dados governamentais.

4.1.2 Acessibilidade

Ao todo foram 8 artigos ao abordar o tema da acessibilidade, em diferentes níveis, instituições e iniciativas. Santos, Cavalheiro e Paula (2012) abordam o TRF 5º Região; Santos *et al* (2013) analisam os tribunais de contas estaduais; Alves, Rover e Mezzaroba (2013) tratam do Portal e-democracia e Oliveira e Silva (2017) legislativos federais. Esses estudos abordam elementos que vão ao encontro do desenvolvimento dos *sites* ponderando sobre suas interfaces ou a navegação, se existem ferramentas de tradução, barras ou recursos de acessibilidade, recursos de áudio ou vídeo e cartilhas de usabilidade.

Nas publicações sobre os *sites* dos executivos estaduais, Oliveira e Rossetto (2011), Silva e Rue (2015), Santos e Rover (2016), Braga e Tuzzo (2017), analisam o

nível de desenvolvimento dos *sites*, assim como a existência ou visibilidade dada aos recursos e barras de acessibilidade, como por exemplo, a possibilidade de aumentar ou reduzir a fonte, de acessar conteúdos de áudio e vídeo ou as possibilidades de traduzir os conteúdos, ou ainda, se eram disponibilizadas as cartilhas de usabilidade.

4.1.3 Disparidade entre entidades federativas, instituições e outros

Ao total, foram 10 artigos a abordar o subtópico, apresentando algumas diferenças significativas entre o desenho das iniciativas, a vontade da população entre as eleições, entidades e nações.

No tocante às diferenças, Ruediger (2003), Pinho, Abreu e Winkler (2013) e Dias, Doula e Cardoso (2017) apontaram que a baixa participação da população pode dar-se devido à falta de interesse da própria, ou ao funcionamento e/ou *design* da iniciativa, trazendo diferenças entre as possíveis apropriações.

No artigo de Matos (2014), o autor aponta, em relação à campanha para a prefeitura de Belo Horizonte em 2016, que houve mudanças com a redução do horário gratuito de propaganda eleitoral de 45 para 35 dias entre um ano e outro. Alguns candidatos de coligações maiores tinham aproximadamente 2 minutos de propaganda diária, enquanto outros candidatos tinham menos de 30 segundos, o que oportunizou uma maior utilização das redes sociais pelos candidatos nas campanhas.

Santos, Carniello e Oliveira (2013) percebem, ao nível dos municípios, algumas disparidades em atender o cumprimento da lei no que diz respeito a disponibilizar informações. Neste sentido, Santos e Rover (2016) apontam que, ao nível estadual, apenas RJ, DF, SP e AL trazem informações sobre os direitos e deveres obrigatórios presentes no LOA em seus *sites* no portal do governo. Sobre a prestação de serviço nos *sites* do governo estadual, Oliveira e Rossetto (2011) trazem um destaque positivo para os estados AC, PR, RS, RO, GO, devido à facilidade e disposição das funções.

Em nível de nação, para Segurado, Lima e Ameni (2014), o Brasil é mais avançado em relação a garantir direitos civis na promoção da cidadania através do uso democrático da internet do que EUA, França e Espanha, enquanto que estes defendem um maior controle da internet do que o Brasil.

4.1.4 Evolução do direito ou inovação legislativa

Quanto a este subtópico, um total de 13 publicações contribuíram para a análise, permitindo criar uma cronologia na evolução da legislação pertinente à democracia digital. Para Angeli (2016), Andrade e Raupp (2017) e Peres *et al* (2018) a Constituição Federal de 1988 no Artigo 5º inciso XXXIII, define o princípio fundamental, em que são estabelecidas as bases legais do direito de acesso à informação pública no Brasil. Silva *et al* (2016), complementam indicando a Lei nº 9.610 de 1998 denominada Lei de Direitos Autorais (LDA) que estabelece explicitamente em seu Art. 8º, inciso IV, que não são objetos de proteção de direitos autorais textos de tratados e convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais, entre outros atos oficiais.

Para os autores Angeli (2016) e Freitas *et al* (2018), a Lei Complementar nº 101 de 2000, com o título de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) define a necessidade de transparência de dados e transações envolvendo finanças públicas. Santos e Rover (2016) trazem que a Lei Complementar nº 131/2009 que corresponde à disposição voluntária de informações que permitam o acompanhamento da execução orçamentária das finanças públicas, altera a Lei complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). E para Alves, Rover e Mezzaroba (2013), Segurado, Lima e Ameni (2014), Angeli (2016) e Coiro-Moraes e Farias (2017) a Lei Complementar nº 131 que leva o nome de Lei Capiberibe de 2009, conhecida como Marco Civil, assegura a transparência na gestão fiscal, visa o incentivo à participação popular e a realização de audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão do orçamento público.

Angeli (2016), Andrade e Raupp (2017) e Freitas *et al* (2018) comentam que a Lei nº 12.527 ou LAI de 2011, generaliza a transparência como regra e o sigilo como exceção, exigindo do poder público medidas para publicação de dados e atendimento a pedidos de informação. Ainda para Angeli (2016) e Freitas *et al* (2018) o Decreto nº 7.724 de 2012 auxilia na regulamentação da LAI. E para Freitas *et al* (2018), a Instrução Normativa nº 4 de 2012 cria a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), elemento que especifica os detalhes técnicos do espaço de dados abertos dos diversos entes do governo federal.

Na publicação de Segurado, Lima e Ameni (2014) e Peres *et al* (2018), os autores argumentam que a Lei de Diretrizes Orçamentárias, conhecida como LDO de

2013, que direciona a elaboração do orçamento anual através da vinculação dos objetivos de governo, foi debatida nas páginas oficiais do LDO. Silva *et al* (2016) acrescentam que o Decreto nº 58.052 de 2012 em São Paulo, o Decreto nº 43.597 de 2012 no Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 14.804 de 2012 em Pernambuco e o Decreto nº 1.973 de 2013 no Mato Grosso foram criados como instrumento de reforço à LAI e auxiliam no processo de transparência pública.

Outros artefatos legais também foram citados por Peres *et al* (2018), como a Lei Orçamentária Anual (LOA) da Constituição Federal, que é o detalhamento legal da previsão de receitas e despesas anuais do estado. Enquanto Freitas *et al* (2018) citam o Decreto nº 6.666 que detalha a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) e o Decreto nº 8.777 que institui a Política de Dados Abertos (PDA) do poder executivo federal. Santos e Rover (2016) relembram o Art. 52 - LRF que atribui relatório de execução orçamentária com periodicidade bimestral, composto pelo balanço orçamentário e pelo demonstrativo da execução das receitas e despesas.

No campo dos projetos, a literatura aborda, através de Segurado, Lima e Ameni (2014) e Capone *et al* (2017) a questão do Projeto de Lei nº 84/99 que versava sobre o cadastro do usuário em *lan house* visando combater o cibercrime e repercutiu como “AI-5 digital” na mídia. Outro fato lembrado por Segurado, Lima e Ameni (2014) é o Projeto de Lei nº 2.126/2011 que foi enviado ao Congresso pela presidenta Dilma. Rossetto e Carreiro (2012) rememoram o início do Projeto Ficha Limpa, um projeto de lei com a iniciativa de tornar mais rígidos os critérios de inelegibilidade dos candidatos a cargos políticos.

Ainda neste subtópico, Prado e Pinto (2018) tratam do tema das petições, em específico sobre questões relativas à biblioteconomia, destacando que das doze petições analisadas, quatro delas serviram como respostas à criação de alguns projetos de leis. E por fim, Santos e Rover (2016) refletem que, apesar de existirem leis que estabelecem normas e procedimentos à transparência pública, ainda não havia uma cultura de prestação de contas à sociedade.

4.1.5 Exigências legais

Este, que é o último subtópico do respectivo Direitos e Liberdades, é também o mais extenso deste capítulo, tanto em resultado quanto em número de artigos,

totalizando 16 publicações. Por alto, pode-se perceber como os poderes executivo, legislativo e judiciário vêm se adequando ou não ao tema.

Ao analisar os *sites* Executivos, Legislativos e Judiciários Estaduais, especificamente do DF, SP, SC, RJ e PR, Santos e Rover (2016) denotaram a ausência ou presença de oferecimento das políticas e termos de uso, as políticas e termos de privacidade e as ressalvas da proteção de dados dos *sites*. Argumentam que a falta destes pode criar uma insegurança nos usuários.

Sobre o poder executivo à nível municipal, Santos, Carniello e Oliveira (2013) analisam se há o cumprimento da Lei de Acesso à Informação. Enquanto Silva e Carreiro (2013) à nível de estado (sobre os portais da transparência estadual) também averiguaram se há o cumprimento da Lei de Acesso à Informação. Já a nível do executivo federal, Freitas *et al* (2018) apontam que o PDA ou Decreto nº 8.777/2016 é cumprido no *site* dados.gov. Enquanto Melo e Melis (2017) recorrem ao cumprimento do PDA focalizando os *sites* dos ministérios federais.

Quando o assunto são os *sites* do legislativo, Andrade, Raupp e Pinho (2017), Andrade e Raupp (2017) e Oliveira e Silva (2017), observam quanto ao cumprimento e adequação às exigências legais, como a Lei de Acesso à Informação, a proteção de dados do usuário e se existe a disponibilização das políticas e termos de privacidade. Ainda, observam se através destes meios digitais são instauradas práticas de transparência ativa, que é aquela que não é exigida em Lei mas é praticada por algumas instituições, trazendo mais visibilidade para ações e contas públicas. Assim, para Oliveira e Silva (2017), sem políticas e termos de privacidade ou a ausência de nitidez em relação à proteção de dados, os usuários desenvolvem insegurança em relação aos *sites* das câmaras. Esses tópicos de análise também são ponderados sobre os Tribunais de Contas Estaduais nos estudos de Santos *et al* (2013) e Silva *et al* (2016).

Quando se trata do judiciário federal, Santos, Cavalheiro e Paula (2012), as observações não são muito diferentes quanto aos elementos abordados e os resultados encontrados. Tratando da presença ou ausência de políticas, ou termos de uso, política ou termos de privacidade e se há proteção de dados explicitadas nas páginas. Já no tocante a uma instituição financeira pública, Júnior *et al* (2018) confirmam o cumprimento da Lei de Acesso à Informação e a presença de política ou termos de privacidade, mesmo que a instituição não possua um departamento

específico de dados. Por fim, Farranha *et al* (2016) indicam que as redes sociais têm potencial de divulgação e de auxiliar no cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

4.2 PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

Alicerçado na categoria do INCT.DD (2020) que abrange as ações de publicidade e transparência, o desenvolvimento deste tópico aborda as temáticas da comunicação política dos partidos, agentes políticos, entidades, instituições entre outros temas, como as eleições. Trata também dos assuntos relacionados ao governo aberto, dados abertos e monitoramento. Essa categoria é composta por 461 excertos de texto extraídos a partir de 72 fontes.

4.2.1 Governo aberto, dados abertos e transparência

Esse subtópico comunica, a partir de 23 publicações, um panorama dos pontos apresentados referentes a governo aberto, dados abertos e transparência. Neste, acompanha-se como as distintas esferas do poder publicizam ou disponibilizam seus dados, possibilitando perceber algumas nuances nos processos de transparência e dados abertos. Propriamente quanto ao governo aberto, quase não aparecem dados nos textos examinados.

Em suas análises sobre os *sites* dos executivos, Santos, Carniello e Oliveira (2013) e Souza, Outeiro e Araujo (2019) tecem suas análises levantando a publicização ou não das informações via *sites* de prefeituras. No âmbito do executivo à nível estadual, os autores Oliveira e Rossetto (2011) e Silva e Rue (2015) trazem em suas análises se havia a publicização dos dados. E, Silva e Rue (2015), Santos e Rover (2016) e Braga e Tuzzo (2017) averiguaram quanto ao formato destes dados, ou seja, se eles se apresentam em forma de dados abertos, e ademais, se estão disponíveis para *downloads* em *pdf* ou *html*.

Abordando os elementos da publicização e disponibilização de dados abertos, no nível federal, os estudos de Melo e Melis (2017) sobre os *sites* dos ministérios, e de Freitas *et al* (2018), sobre o portal dados.gov, perceberam que as questões relacionadas aos dados abertos ainda encontravam-se em fase de desenvolvimento mas já existia a publicização de informações, assim como a possibilidade de explorar alguns dados abertos. Ainda para Freitas *et al* (2018) indicavam certa dependência

do executivo federal de *softwares* externos para operacionalização destas informações.

Sobre os Portais da Transparência, as pesquisas de Silva e Carreiro (2013) à nível estadual e de Nazário, Silva e Rover (2012) à nível federal também aferem quanto à disponibilização das informações e seus respectivos formatos, além de averiguar o grau de navegabilidade, da interface e do desenvolvimento das páginas.

No legislativo, ao tratarem dos *sites* de deputados federais Barros, Bernardes e Rodrigues (2015) e Barros (2015) abordam a publicização de informações, denotando que a baixa oferta de tais, pode gerar insegurança no usuário quanto aos representantes. E, Andrade, Raupp e Pinho (2017) e Andrade e Raupp (2017) ao analisar as casas legislativas, percebem quanto à disponibilidade das informações, resplandecendo que, apesar de algumas câmaras à época oferecerem Relatórios Analíticos de Acompanhamento da Execução Orçamentária publicados mensalmente, outros portais disponibilizavam algumas ferramentas de transparência, almejando maior visibilidade e maior inferência dos dados. Ainda que a oferta de dados abertos ocorra em algumas casas, ainda tratava-se de iniciativas pontuais e circunscritas à alguns municípios e estados.

Sobre a publicização de dados nos Tribunais de Conta Estaduais, Santos *et al* (2013) e Santos e Rover (2016) percebem como são parcialmente presentes nos *sites* analisados. Ainda sobre os Tribunais de Contas, Santos *et al* (2013) atribuem como parcialmente presente a abertura de dados, salientando que muitas vezes os *downloads* não condizem com os arquivos de interesse. Silva *et al* (2016) colaboram com o achado sobre dados abertos parcialmente presentes nos tribunais, no entanto a falta de compatibilidade entre as bases de dados e a necessidade de *software* ou licenças especiais para a utilização dos dados são barreiras para a fruição destas informações. De forma geral, Santos e Rover (2016) lastimam a praticamente ausência de adesão e disponibilização dos dados abertos nos poderes legislativos e judiciários estaduais.

Sobre uma instituição financeira pública, o estudo de Júnior *et al* (2018) afirma que exista um apoio declarado à Lei de Acesso à Informação, mesmo que a instituição publique parcialmente os dados e ainda não comunique taxativamente as decisões políticas públicas.

Os resultados das pesquisas analisadas trazem alguns apontamentos sobre os dados abertos. Dentre elas, a dificuldade de publicização, para Albano e Craveiro

(2015) e Albano e Reinhard (2015), pode se assentar na estrutura ou na capacidade do governo pela falta de interesse dos governantes, pela falta de dados, pela falta de compatibilidade entre as bases de dados, ou mesmo pela falta de interesse do cidadão que depara-se ainda com a falta de incentivos para os usuários, a falta de conhecimento para fazer uso ou para dar sentido ao dado e/ou também, a falta de capacitação necessária para utilizar as ferramentas. Estes resultados encontrados são respaldados em Barbalho (2018) que ainda alerta para outra potencial barreira, a burocracia.

Na pesquisa de Klein, Klein e Luciano (2018) através do resultado de entrevistas com especialista e usuário de DGA, indicam resultados semelhantes. Acrescidas na dificuldade de publicização que é atenuada pela falta de interesse do cidadão e/ou devido à estrutura ou à capacidade do governo e seus agentes que deveriam promover a motivação. Alertam que a utilização de dados abertos não pode ser mensurada apenas por critérios técnicos, trazendo o exemplo de que quantidade de DGA não implica necessariamente em mais transparência. O que contribui para a transparência é a qualidade destas informações.

4.2.1.1 Monitoramento

Este item apoia-se nos resultados de 11 referenciais que tratam das questões acerca de monitoramento e controle cidadão.

Os estudos de Best *et al* (2010) que tratam deste item, confirmam a possibilidade de monitoramento nos OP de Recife e de Belo Horizonte. E Sampaio (2013), no OP Fortaleza, João Pessoa, Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba. Best *et al* (2010) esmiúçam que o OP de Porto Alegre oferece o potencial de realizar diferentes tipos de consultas (pelo número de demanda; por ano, organismo, encarregado da obra ou serviço, por região, por ciclo do OP ou por temáticas), facilitando a *accountability* governamental e o controle social, possibilitando que qualquer cidadão interessado possa acompanhar o andamento do processo de implementação das decisões tomadas. Ainda sobre o OP de Porto Alegre, Sampaio e Roballo (2010) argumentam que por falta de empoderamento, os usuários podem frustrar-se pois parecem-lhes pouco relevante conseguir ser capaz de detectar problemas orçamentários ou na execução de uma obra governamental, se o *site* não

oferece nenhuma ferramenta efetiva para a realização de controle ou mesmo de denúncia.

Focalizando o gabinete digital do RS, Santos (2013) percebe parcialmente presente a possibilidade de monitoramento e no ano seguinte, Angelis (2014) aponta para a presença efetiva da possibilidade de monitoramento através do gabinete digital.

Em relação ao poder público das capitais (legislativo e executivo), Jambeiro, Sobreira e Macambira (2012) apontam que as possibilidades de monitoramento e os dados abertos estavam praticamente ausentes. No ano anterior, exclusivamente sobre o executivo estadual do RS, Oliveira e Rossetto (2011) percebem presente a possibilidade de monitoramento.

Para Sampaio (2013), o monitoramento dos legislativos estaduais era parcialmente possível através do monitoramento do representante e de suas atividades, do acompanhamento das seções disponibilizadas, das ouvidorias, da transparência fiscal e de algumas ferramentas de busca. Ainda sobre o legislativo, Oliveira e Silva (2017) informam da disponibilização e possibilidade de monitoramento através do histórico dos parlamentares que especificava seus projetos e relatórios apresentados na casa.

Enfim, no estudo de espectro abrangente de Santos e Rover (2016) sobre os *sites* dos executivos, legislativos e judiciários estaduais, os autores apresentam que o monitoramento está parcialmente presente, sendo que alguns destes promoveram mesas de diálogo, fóruns e audiências públicas. Ainda sobre as iniciativas civis, Rossetto, Silva e Carreiro (2011) apontam sobre a possibilidade de monitoramento parcial através do Urbanias.

4.2.2 Comunicação política digital

Neste subtópico, referenciando-se em 19 publicações, os meios digitais são postos em foco em relação à comunicação política digital via internet, ou especificamente, via *websites*, redes sociais ou *blogs*.

Notoriamente, a internet passou a ser considerada como um veículo para a difusão de informação. Para Santos e Cardoso (2009) em seu estudo sobre o Cidadão NET, a percepção dos usuários indica isso, pois entendem a internet como espaço para encontrarem informação rápida, a poucos cliques. Para Marques e Nogueira (2012) na internet a difusão de informação é parcial, pois pode funcionar como mídia

radical alternativa de maior ou menor intensidade. Por outro lado, não se pode associar, a priori, as interações *online* à radicalidade dos movimentos sociais, este fator depende da forma de apropriação de cada movimento. Para os jovens universitários, entrevistados na pesquisa de Dias, Doula e Cardoso (2017), a internet é um espaço para encontrar informações e participar de interações políticas.

Em relação à internet como um espaço de debate político, Alves, Rover e Mezzaroba (2013) e Dias, Doula e Cardoso (2017) afirmam seu potencial. Ainda para o segundo trio de autores, a lógica estende-se, indicando em sua pesquisa que não se pode deixar de reconhecer a influência da internet e os debates ali presentes, sobre as questões políticas. Para estes, o ciberespaço aparece como um local de disputa, facilitando o levante de bandeiras e a interação rápida, promovendo discussões e debates, abrindo espaço à liberdade de expressão, a divulgação de informações com potencial a alcançar milhares de pessoas, criando assim, um novo ator social ainda que interligado por fracos laços.

No quesito engajamento e mobilização *online*, o potencial da internet, para Marques e Miola (2007) está atrelado à vontade política. Para Brisola *et al* (2012) este é um potencial parcial pois os movimentos podem através da promoção da discussão política, gerar algum tipo de mobilização, desencadeando um papel politizador, atingindo outras pessoas, gerando um efeito multiplicador, permitindo maior visibilidade e envolvimento através da rede. Alves, Rover e Mezzaroba (2013) contribuíram em seu estudo para o entendimento da internet como potencial para a mobilização e engajamento ao focalizarem os resultados da iniciativa do E-democracia. Resultado presente também em Dias, Doula e Cardoso (2017) que denotam a dualidade, pois ao mesmo tempo que a internet permite alcançar, mobilizar, divulgar e informar, também possibilita facilmente manipular e distorcer informações. Os autores refletem a internet como local da argumentação, da comunicação irrestrita, de elucidação e de identificação dos problemas sociais. Ao mesmo tempo que se configura como um espaço público, também questiona-se, se todos realmente têm os mesmos direitos assegurados de participarem sem serem manobrados ou simplesmente silenciados.

Para Zago e Batista (2009) em suas entrevistas com blogueiros, percebem algum potencial de engajamento e mobilização na blogosfera. No contexto específico sobre os *blogs*, Penteado e Noboa (2013) percebem-nos mais como espaços para difundir a informação do que propriamente debatê-la. Os resultados encontrados

evidenciam que os blogs estudados em relação ao ENEM assemelham-se à mídia tradicional, focando em temas polêmicos ao invés de propor uma ampliação do debate político. Mesmo que apresente condições para o desenvolvimento do debate político, são na real, “colunas eletrônicas”, com informações e análises orbitando na agenda das grandes empresas de comunicação. Enfim, é evidenciado que o debate não se apresenta, seja devido à “pregação para convertidos” onde todas as ideias refletem a mesma lógica, geralmente a do blogueiro ou relacionada a tendência à espetacularização tradicionalmente empregada nos meios jornalísticos que não contribuem para a promoção do debate, tendendo a esvaziá-lo.

Mudando a rede, o Twitter tem aparecido nas pesquisas indicando estar presente no debate político, para Braga e Cruz (2012) aproximadamente metade dos deputados faziam uso da plataforma. No mesmo ano, Marques e Nogueira (2012) notam a utilização da rede pela organização SOS Mata Atlântica no fomento ao debate das pautas ambientais. Sobre o Twitter, Angelis (2014) nota sua utilização pelo gabinete digital na interação e promoção das atividades governamentais. A plataforma serviu também como ferramenta para a difusão de informação sobre o marco civil da internet. No artigo de Capone *et al* (2017), detalha-se que eram, através da rede, compartilhadas agenda dos eventos, abertura para discussão sobre a lei, bem como cumpriram alguns papéis na publicidade dos mecanismos de participação formal no processo decisório. No tocante ao marco civil houve dois dias que tiveram altíssima concentração de postagens no Twitter, sendo que este acontecimento coincidiu com as datas dos eventos presenciais. Para os autores, o Twitter ainda permitiu a ampliação do debate sobre o marco civil da internet.

Ainda sobre as redes sociais, tratando especificamente sobre o Facebook, na *fanpage* do SOS Mata Atlântica, Marques e Nogueira (2012), percebem a possibilidade de debate, para Farranha *et al* (2016) ao analisarem a *fanpage* do governo federal, também percebem esta possibilidade. Para Massuchin e Tavares (2016) que analisam a Gazeta do Povo, o Facebook é utilizado em suma para a difusão de informação. Os autores pontuam que caso o leitor se interessasse, ao clicar no *link* seria direcionado ao *site* para a notícia completa, demonstrando um intercâmbio entre as redes sociais e os portais com conteúdo mais tradicional de notícias. Ainda sobre o Facebook, a difusão de informação também é percebida por Altheman, Marques e Martino (2017) na página O Mal Educado.

Sobre engajamento e mobilização, Rodrigues e Neves (2015) citam a plataforma Facebook como uma ferramenta utilizada para o desenvolvimento de ações concretas ao analisar o movimento Passe Livre. Massuchin e Tavares (2016) entendem a plataforma como um potencial parcial para mobilização *online*. Em seu estudo sobre a Gazeta do Povo, indicam distintas formas de interação com os conteúdos e de interação entre leitores e postagens. O tema sobre a greve, por exemplo, em relação às demais publicações, demonstra que nem todos os temas geram envolvimento e que geralmente os assuntos polêmicos ocasionam maior interatividade, fomentando maior intensidade nos debates *online*, ou seja, o tipo de tema deve ser levado em conta para estudar o envolvimento das pessoas em mobilizações e interações nas redes sociais. Afinal, não é necessário só estar na rede para atrair o leitor. Os autores notaram que o tema “greve” é capaz de mobilizar apresentando interações em comparação aos *posts* analisados sobre outros temas.

Em um estudo mais recente sobre o Facebook, a mobilização e engajamento são percebidos por Altheman, Marques e Martino (2017) na página O Mal Educado com postagens se referindo ao boicote ao Saresp, a maioria feita pelos próprios alunos seguindo orientações do coletivo. As recomendações eram manter as ocupações, realizar piquetes, confiscar provas, impedir sua aplicação e caso não fosse possível o coletivo recomendava rasurar o gabarito. Repercutiu em muitas postagens com fotos dos gabaritos rasurados pelos alunos e enviadas às páginas do movimento. Ao total foram 129 escolas ocupadas segundo as notícias da página.

Os autores Farranha *et al* (2016) não percebem em seu estudo a utilização do Facebook pelo governo federal como uma ferramenta efetiva de participação. Sobre a participação e o governo federal, Marques (2009) entende como parcialmente presente apenas através dos *websites* do executivo e do legislativo.

Sobre os *websites* do SOS Mata Atlântica, Marques e Nogueira (2012) denotam alguns potenciais de engajamento e mobilização. Um destaque é o *link* do Atlas da Mata Atlântica, disponibilizando um estudo feito pela entidade e outras instituições, identificando o desmatamento sofrido pela Mata Atlântica e as áreas da floresta em recuperação, amplamente utilizadas pela imprensa e pelos pesquisadores da área servindo de fonte de informações. Outros *links* oferecem criação e manutenção da interação com o internauta além da possibilidade de filiar-se, doar, comprar ou se especializar através de cursos oferecidos. A entidade utiliza-se de estratégias de ação *online* através de campanhas utilizando-se de mídias sociais

como o YouTube e Facebook, usadas para informar sobre as manifestações presenciais, oferecendo ao público ainda um posicionamento sobre um tema, abaixo assinados e manifestos virtuais, visando promover maior participação da sociedade. Outro recurso é através da mobilização de envio de e-mails a representantes políticos para tentar influenciar suas decisões políticas, procurando fazer-se presente como uma rede ampliada, na busca de ampliar e validar seus argumentos a partir da participação da sociedade nas questões levantadas através dos canais de interação.

4.2.2.1 Partidos, agentes políticos e eleições

Esse item aborda os resultados encontrados em 13 referências sobre os *websites* ou sobre as redes sociais dos partidos, de candidatos a diversos cargos, de eleitos no executivo e no legislativo, entre outras reflexões presentes no corpus de estudo, sobre as utilizações das TICs na comunicação política.

Sobre a presença dos partidos através dos *websites*, Braga, França e Nicolás (2009) e Rocha e Braga (2013) apresentam que praticamente todos os partidos políticos com registro no TSE possuíam WP em bom desenvolvimento e razoavelmente organizados, observaram a navegabilidade dos sites e a conectividade e possibilidades de interação com outras redes como *blogs* do partido ou *links* para recursos como vídeos do YouTube ou mesmo se as redes sociais eram utilizadas na difusão de informações. De forma que foi observada a capacidade de publicizar os dados, ademais, observou-se se eram apresentados os programas partidários e estatutos integralmente, relacionando-se a transparência para com o usuário. Via *sites*, foi averiguado se ainda poderiam ser desempenhado o papel de recrutamento e também, se havia promoções de campanhas durante processos eleitorais.

Quando passamos ao âmbito do legislativo municipal, nos estudos de Gonçalves e Braga (2009) e de Braga, Nicolás e Becher (2012) refletem, para além da questão da presença ou não dos políticos nas redes, questões que vão ao encontro da difusão da informação e seus respectivos objetivos, como por exemplo, o de *outdoor* de campanha, de estabelecer-se como “gabinetes” virtuais, se existiam ferramentas de interação ou incentivos à participação do usuário. No legislativo sobre os deputados, Gonçalves e Braga (2009), Braga e Cruz (2012), Barros, Bernardes e Rodrigues (2015) e Castro (2017) denotam a presença ou não dos parlamentares *online*, suas respectivas redes utilizadas como Facebook, Twitter, *websites*, os

diferentes graus de utilização entre as redes e entre os diferentes cargos, levantando também a diferença entre deputados estaduais ou federais na utilização de tais artifícios. Focalizando ainda outras variáveis, como as diferenças de utilização entre as faixas etárias, as ofertas de canais ou recursos de interação.

Ainda antes de serem eleitos, candidatos a diversos cargos já se utilizam da internet. Braga, França e Cruz (2007) trazem que o uso da internet pode ser um dos fatores positivamente associados à possibilidade de eleição dos candidatos, Lasulaitis (2007) percebe a diferença na ênfase entre difusão de informação e capacidade de mobilização via diferentes plataformas e espectros políticos de candidatos distintos, que variavam em sua utilização, priorizando diferentes objetivos, como utilizar a rede para gerar polêmicas, alavancar campanhas, criar salas de imprensa, angariar fundos, prover material de campanha, recrutar e mobilizar militantes.

Na pesquisa mais recente, Ituassu *et al* (2014), notam uma utilização mais efetiva no sentido da mobilização. Já em relação às eleições para a prefeitura de Belo Horizonte em 2016, Fernandes *et al* (2018) resenham que a difusão de informação e redes sociais estão amplamente presentes nos *sites* dos candidatos e que estes podem apropriar-se dos recursos de áudio e vídeo na promoção de suas campanhas. Os autores indicam que vivenciamos uma transição nos processos comunicacionais, em especial no uso das mídias nas disputas eleitorais, pois mesmo com a força da mídia tradicional, ganham espaço os usos recorrentes das mídias digitais. Alertando que na época, a internet ainda era relativamente pouco utilizada em discussões e debates políticos e por conta disso, o uso das mídias virtuais nas campanhas eleitorais ainda não ocupavam um espaço estratégico nas campanhas municipais de 2016.

Quanto às redes sociais, temos, por um lado Fernandes *et al* (2018) que colocam que a maior utilização não reverteu-se em votos em sua análise da eleição da prefeitura de Belo Horizonte em 2016. Em contra argumento, Braga e Carlomagno (2018) em exame das eleições para cargos majoritários (prefeitos de cidades com dois turnos, governadores, senadores e presidente da República), denotam uma relação positiva entre utilização das redes sociais e mais votos entre os candidatos.

Para Braga e Carlomagno (2018), em análise longitudinal, as redes sociais vêm ganhando espaço, pois verificaram uma evolução no uso do Facebook entre as eleições de 2008 para 2016, em que na edição mais recente praticamente todos os candidatos estavam utilizando do meio para a campanha. Notaram também haver diferenças entre a utilização das redes por candidatos do interior e das capitais.

4.2.2.2 Entidades federativas, instituições e outros

Esse item dedica-se a apresentar os resultados encontrados em 34 fontes, referentes à difusão de informação através dos recursos das TICs por diversas organizações, detalhando os meandros deste processo. Em um primeiro turno, trata-se das instituições do Estado e em um segundo, de organizações da sociedade civil, dentre outras iniciativas.

Sobre os executivos municipais, Silva (2005), tomando como base portais de capitais, detecta a existência de diferentes graus de democracia digital no uso da internet pelos governos, havendo a predominância da característica informativa. Outro elemento abordado de maneira menos frequente era a prestação de serviços nos sítios analisados, demonstrando que havia uma maior preocupação dos governos em dar visibilidade às ferramentas de serviço, com atenções voltadas às questões de tributação.

Ao analisar os executivos municipais Santos, Carniello e Oliveira (2013) e Roberto (2015), observam se existem conteúdos voltados a públicos específicos, como a imprensa, se estes entes estavam na internet através de *sites* ou redes sociais. Se era possível ao cidadão estabelecer contato na busca de informações e de que maneira este contato era apresentado ao público. Outras ponderações tratavam de como as informações eram disponibilizadas, se eram completas e fidedignas, e a qual plataforma se direcionava, redes sociais (Twitter, Flickr e Youtube) ou *sites*. E ainda, quanto às condições de acesso, ou seja, se estas eram amigáveis ao público e apresentavam-se completas, atualizadas e fidedignas.

No nível estadual, em relação à difusão de informação, Oliveira e Rossetto (2011) e Silva e Carreiro (2013) analisam certa padronização nos portais do executivo que em sua maioria oferecem os seguintes *links*: notícias, governo, estado, cidadão, empresa, servidor público, ferramentas de buscar informações e contatos (e-mail, um *link* escrito “fale com a gente”, “fale com o governador” e/ou ouvidoria). Não obstante, encontram-se os programas de governo dos estados, a legislação e o boletim oficial. As informações e serviços foram identificados quanto a quem se dirigiam, como aos cidadãos, às empresas e aos servidores públicos. Para além destes pontos, a forma como o conteúdo se apresentava (texto, áudios, vídeos) foi explorada pelos autores. No estudo de Rothberg e Valença (2014), os autores averiguaram quanto à

pertinência e qualidade de tais conteúdos, considerando, que a depender, podem ocorrer limitações no foco dos textos noticiosos sobre políticas públicas. Em suas respectivas repercussões nas mídias sociais oficiais, podem ser notadas ênfases imediatistas e focalizadas sobre ações governamentais, oferecendo escassas contextualizações sobre seus aspectos mais abrangentes.

Por exemplo, no estudo de Santos e Rover (2016), a difusão de informação aparece como pouco presente nos executivos analisados. Para os autores, os portais apresentavam um desempenho abaixo do esperado, sendo que alguns não alcançaram metade das variáveis propostas. Entre as variáveis estavam o fornecimento de alerta sobre alterações no calendário de eventos/reuniões, ou se o portal oferece a opção de aviso sobre pautas e/ou eventos. Outro recurso analisado é a possibilidade do usuário de conhecer e participar de pesquisas de opinião ou satisfação, ou também, de avaliar as informações difundidas. O retorno dos executivos, quando gerados os dados de avaliações dos usuários, também configura-se na avaliação das práticas que visavam a transparência. Os autores trazem que a conexão com as redes sociais, a oferta e divulgação de *chats* e a devida identificação dos autores dos conteúdos são elementos a serem observados nas iniciativas pois, para além de atender a obrigações legais, podem favorecer um processo de participação do cidadão na construção do bem comum.

Em estudo mais recente, Braga e Tuzzo (2017) observam e alertam que a nível de estado, a reutilização das informações é limitada e por vezes, não são manipuláveis ou mesmo ininteligíveis para tratamento por máquinas. Outro ponto levantado refere-se às questões sobre padronização dos dados publicados pelos órgãos investigados, a depender do formato pode prejudicar a experiência do usuário nos portais e limitar consideravelmente o nível de abertura do órgão. Os dados podem conter informações sobre receitas, despesas, servidores, contratos, licitações, convênios, balanços, educação, saúde, repasse a municípios e planejamentos, relacionando-se à lógica da prestação de contas, mas não necessariamente à “transparência” e “dados abertos”.

No nível do executivo federal, Marques (2009) e Angeli (2016) percebem na difusão de informação que o Portal da Presidência publicava sobre a estrutura de governo e sobre a figura do Presidente, através de programas, notícias, discursos, entrevistas, *clippings*, publicações, atribuições, competências, dispositivos e normas legais, orientando o trabalho da instituição e de seus órgãos vinculados. Contudo,

estas informações poderiam adquirir um caráter personalista ao exaltar determinados chefes do executivo e secretários, em detrimento de informações úteis, obedecendo uma lógica *top down*.

No estudo sobre a Defesa Civil de Nova Friburgo por Reginaldo *et al* (2013), o grupo percebe nos canais as possibilidades de conectividade da iniciativa da defesa, que se dá com o *site* da prefeitura de Nova Friburgo, disponibilizando um *link* direto com as localizações dos sistemas de alerta no município e a possibilidade de cadastro para o sistema de alerta via SMS. Sobre o Gabinete Digital do Rio Grande do Sul, Santos (2013) realça que as publicizações das obras públicas e a disponibilização dos recursos por meio do observatório seguem a definição de pautas estritamente verticais, do governo para o cidadão, configurando-se como um mecanismo pontual e restritivo a ser analisado. Ademais, é importante observar as impossibilidades de conhecer todas as ações realizadas e a totalidade sobre as prestações de contas, entre outros.

Em relação à consulta *online* ao Marco Civil da internet, Bragatto, Sampaio e Nicolás (2015) observam sobre a importância de reconhecimento à iniciativa, pois ainda faltava uma ampla divulgação para garantir uma consulta *online* representativa em número de participantes, pontuando que é necessária uma publicidade mais efetiva tanto *online* quanto nas mídias massivas.

Enfim, à nível do executivo federal, Angeli (2016) ressalva a importância de entender-se os motivos para o desenvolvimento de determinadas iniciativas, por exemplo, a página do Facebook do Portal Brasil, lançada em setembro de 2013, parte como resposta do governo aos protestos de junho e julho daquele ano, ação conjunta com a criação de um Gabinete Digital ligado à Presidência da República, além do lançamento do Participatório (um fórum de discussão voltado a estimular a participação popular da juventude). Esta parte de uma iniciativa antiga, evoluindo da política de governo eletrônico do governo federal, consolidando-se como página mestre em relação às outras páginas do governo.

Alternando o foco para o poder legislativo, Marques e Miola (2007), Marques (2009), analisam o design e os conteúdos publicados pontuando suas temáticas, possibilidades de acompanhamento e de como se davam os fluxos, ou seja, se eram unidirecionais ou se absorviam as contribuições dos cidadãos. Para Barros (2015), os legislativos analisados funcionam na primazia informativa, como *websites* dos parlamentos, que deixam de lado as funções de interação, participação cidadã e

debate, permanecendo na lógica unidirecional de oferta de conteúdo. Ainda sobre o legislativo, Oliveira e Silva (2017) exemplificam que apenas no sítio da Câmara dos Deputados era possível o acompanhamento da demanda por parte do solicitante via protocolo. A perspectiva de acompanhar o andamento de seu pedido transmite confiança ao usuário. Os autores defrontam que aliado a mecanismos tradicionais, é importante observar se existe a tentativa dos órgãos públicos em participar das redes sociais, viabilizando um aprofundamento em relação a interação com os cidadãos.

De forma mais geral sobre os legislativos de nível federal, estadual e municipal, Sampaio (2013), detalha quanto a difusão de informação, em que todos os *websites* tinham capacidade de fornecer a entrega de serviços aos cidadãos, promovendo informações sobre a instituição, seu funcionamento, dentre outros dados dos agentes políticos. Especificamente nos *websites* das casas legislativas das capitais brasileiras, foi observado a provisão de informações básicas, na maior parte institucionais, sobre o funcionamento e as atividades desenvolvidas. Para o autor, nos diversos níveis analisados, não foram encontradas viabilidades que permitissem aos cidadãos envolverem-se na discussão pública ou mesmo serem convidados a participar da reformulação de leis. Deflagrando que ferramentas dialógicas de maneira ampla não foram ofertadas. Especificamente no nível municipal, o legislativo esteve atrelado a projetos de controle público e de prestação de contas das atividades individuais dos parlamentares e vereadores. Já no nível estadual, a ênfase permanecia nas ferramentas de acompanhamento de representantes. No legislativo em nível federal, em especial a Câmara dos Deputados e o Senado, enfatizam as informações da instituição, dos seus representantes políticos, de notícias, da transparência fiscal e da legislação. Foi neste nível, encontrado os projetos mais relevantes como e-Democracia, uma das iniciativas mais antigas de Democracia Digital no Brasil.

O e-Democracia na publicação de Alves, Rover e Mezzaroba (2013), Mitozo (2015) e Barros (2016) é observado como um sistema teleológico da Câmara dos Deputados que surgiu a partir de uma definição de cima para baixo. Observam-se também alguns critérios, entre estes a necessidade ou não de cadastrar-se e a disposição do que se pode acessar ou não, a depender do seu cadastro. A presença de um sítio específico para guardar conteúdos (no caso a Biblioteca Virtual do *site*). Outro ponto abordado sobre o repositório foi a existência ou não de lacunas no conteúdo ofertado, além da sua integralidade, o número de demandantes destas

informações, autoria das informações disponibilizadas, o grau de atualização e formatos dos conteúdos apresentados, como: agrupamento de pastas referentes a legislação, proposições, artigos e publicações, notas de audiências públicas, além de pastas para vídeos referentes à discussões e outros para *sites* pertinentes a cada assunto.

Não necessariamente ligados aos três poderes, os Tribunais de Contas Estaduais são estudados por Santos *et al* (2013), que observam a agilidade de resposta de solicitações de informações via e-mail ou formulário eletrônico. Silva *et al* (2016), apontam para os principais obstáculos da abertura de dados dois fatores, a falta de licença para uso e distribuição da informação disponibilizada e a não utilização de formatos abertos para os arquivos, exigindo a utilização de *softwares* específicos.

Na pesquisa de Rossetto e Carreiro (2012), os autores abordam iniciativas civis, que dizem respeito à transparência, pois o Governo Federal possui um *site* para aferir os processos de transparência em que a sociedade civil é passível de apropriar-se para monitorar contas e obras públicas. Algumas das observações analisam como as iniciativas utilizam os bancos de dados públicos disponíveis na internet, produzindo relatórios, estatísticas e matérias jornalísticas. Outro ponto diz respeito aos focos específicos destas iniciativas, como a prestação de contas focada em orçamentos e despesas das casas legislativas estaduais, ou através da manutenção de um mapa do financiamento eleitoral brasileiro, entre outras. Nestes casos, as observações são desencadeadas ao focalizarem a forma da divulgação de conteúdo de relevância pública.

Sobre a Rede Nossa São Paulo, o artigo de Penteado, Santos e Araújo (2014) faz diversos apontamentos quanto ao uso da internet para a difusão da informação. Para estes, a internet pode ser utilizada e analisada como um meio para a divulgação, que possibilita aos cidadãos interessados utilizarem-se de propagandas das campanhas, promovendo-as nas redes sociais. Pois a depender de como a iniciativa se articula através das redes, potencializa-se como fonte difusora de informações *online*. A RNSP utilizava mídias sociais como Facebook, Twitter, canais de vídeos no Youtube e Google. Outro ponto a ser observado é a possibilidade dos cidadãos de acompanhar as informações sobre as metas, agendas e relatórios. Permitindo a este cidadão qualificar-se, informando-se sobre serviços públicos, além de dar visibilidade e transparência para as ações do poder público, criando condições para a participação do cidadão no debate público através de fóruns, conselhos, conferências, ou mesmo,

consultas, abaixo-assinados, petições, fomentando através da difusão de informação uma cultura cívica mais participativa.

No estudo de Marques e Nogueira (2012), a análise recai sobre a difusão de informação que era utilizada também pelo terceiro setor como o SOS Mata Atlântica. De forma geral, Albano e Reinhard (2015) incutem a difusão de informação à vontade política, argumentando que fatores institucionais e culturais surtem efeitos a favor, tendo dentro dos governos seus interesses como prioridades. Encaminhando a outra questão que é a natureza das informações disponibilizadas, conferem uma barreira, pois há preocupações dos governantes com a legislação e a falta de consenso sobre quais as informações que podem ser divulgadas. Quanto à temática da difusão de informação, em um trabalho posterior, Barbalho (2018), concorda com o argumento anterior que a difusão está presente quando há vontade política, seja dos agentes governamentais ou não.

4.2.2.2.1 Disparidade entre entidades federativas, instituições e outros

Este subitem focaliza, em detalhes, as diferenças e semelhanças exploradas por 16 publicações em entidades, instituições e agentes políticos e suas respectivas relações com o uso da internet e seus recursos.

A publicação de Iasulaitis (2007) sugere que exista uma padronização e homogeneização de uso entre os candidatos à corrida presidencial entre Alckmin e Lula em seus *websites*. Na pesquisa de Braga, França e Cruz (2007) sobre candidatos a diferentes cargos eletivos, indicam que a utilização de *websites* estão mais presentes no PR 10%, SC 9,3% e RS 5,6%, apresentando uma baixa apropriação de forma geral. Quanto a diferença por cargo, daqueles que tinham *websites*, a pesquisa apresenta uma presença maior para governador 65%, seguida pelos candidatos ao senado federal 38%, deputados federais 10% e deputados estaduais 5,1%. Os autores salientam que os candidatos a cargos majoritários foram os que mais usaram os *websites*, abrindo indício a existência de uma noção, por parte dos candidatos a deputados federais e estaduais, de que os instrumentos de propaganda tradicionais assim como as bases locais de eleitores, são recursos mais importantes para o sucesso eleitoral do que a internet. Evidenciando também, a existência de uma despreocupação com a transparência em suas atividades, ainda limitados à lógica política de natureza clientelista.

Tratando da presença de *websites* no poder público, das prefeituras e das câmaras de vereadores, Jambeiro, Sobreira e Macambira (2012) verificaram que a região norte é a única sem 100% de presença de sítios. Por exemplo, Macapá (capital do Amapá) ainda não possuía nenhum dos dois *sítes*, e Boa Vista (capital de Roraima) possui só o da Prefeitura, correspondendo a 94% de cobertura pelos *sítes*. Nas demais regiões, todas as Prefeituras e Câmaras de Vereadores têm *websites*. Quanto às ferramentas de busca nos *websites* estão mais presentes nas regiões centro-oeste, sul e sudeste do que na região nordeste e norte. O mapa do *site* foi disponibilizado em poucas regiões estando minimamente presente nas regiões sul e sudeste. Já sobre a disponibilização do plano diretor em seus *websites* tanto nos das prefeituras quanto nos das câmaras, a melhor situação é a do centro-oeste e a pior no norte e nordeste. Quanto a prestação de contas e orçamentos participativos estão mais presentes em todas as casas analisadas da região sul, na região norte, 71% das prefeituras e 28% das câmaras, no nordeste 33% das prefeituras e 33% das câmaras disponibilizam, situação encontrada um pouco melhor no centro-oeste pela existência de *websites* em 100% das prefeituras e por 67% *websites* presentes nas câmaras. No sudeste 75% das prefeituras e 50% das câmaras. Já em relação à agenda do prefeito, a análise da variável como um todo revela que o item Agenda do Prefeito é péssimo em todas as regiões, praticamente não está disponibilizada esta informação.

Sobre pedidos de solicitação de informações, no estudo de Angeli (2016), fica evidente que embora Brasília tenha menos da metade da população do município do Rio de Janeiro, possui quatro vezes mais solicitantes de acesso à informação, confirmando-se como a maior solicitante dentre todos os municípios brasileiros. No estudo de Braga e Tuzzo (2017) em relação às diferenças na divulgação de informação, indicam uma maior presença nos governos estaduais do que no governo federal. Confrontando que, quanto ao “número de informações disponíveis”, “processos burocráticos para se ter acesso às informações” e “formatos de disponibilização”, os portais dos governos estaduais estavam à frente dos portais dos órgãos do governo federal.

Sobre o legislativo, Gonçalves e Braga (2009) notam diferenças na forma como são organizadas as estruturas dos *sítes* dos vereadores das capitais, Florianópolis (SC) e Curitiba (PR).

Ao analisar ao nível de país a utilização de *websites* por parte dos parlamentares, Marques (2007) aponta que nos EUA o canal é mais utilizado por

esses políticos do que no Brasil, pois dos 81 senadores brasileiros, apenas 3 não possuíam *website* próprio, enquanto que dos 100 senadores norte-americanos todos possuíam uma página oficial na internet. Em ambos os casos, os *sites* dos parlamentares estão abrigados nos servidores das respectivas casas legislativas.

Sobre os parlamentares da região sul, Gonçalves e Braga (2009) dizem-nos que o uso de *websites* estava mais presente no PR 57% e RS 53% do que em SC, 30%. Seus dados levam ao fato de que quanto menor o nível de representação do parlamentar e mais interiorizado estiver no estado, menor será o número de parlamentares com *websites*. Também denotam que a apropriação é mais frequente entre senadores 100% e deputados estaduais 88% do que entre vereadores 21%. Os autores incutem em seu estudo que uma democracia direta eletrônica ou uma democracia deliberativa por meio das TICs era ainda muito prematura devido aos diferentes níveis de uso nas distintas casas legislativas, além de falta de padronização, embora sobre este ponto, todos demonstraram forte ênfase nas biografias dos seus parlamentares.

Sobre os deputados federais, Barros, Bernardes e Rodrigues (2015) percebem a utilização de recursos multimídia e de interação presente em todas. No entanto na região sul e sudeste, a utilização dos recursos era maior do que no norte, centro-oeste e nordeste. Já no estudo de Oliveira e Rossetto (2011) sobre a organização e disponibilidade de informações nos *websites* dos portais de transparência estadual, os autores percebem que a organização no AC, PA, AM, PB e MT facilitava a aferição do usuário. Em relação às redes sociais, Youtube presente em 60% das casas (Amazonas, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Roraima e São Paulo), o Orkut em 30% e o Facebook em 30% (Amazonas, Maranhão e São Paulo), enquanto o Flickr em 40% (Acre, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo). Referente à Lei de Responsabilidade Fiscal, os autores destacam Acre, Amazonas, Pará, Pernambuco, Mato Grosso e Rio Grande do Sul como os portais de transparência mais inovadores e eficientes. No quesito acompanhamento de representantes denotam o uso das redes sociais como canal de comunicação. O caso do Pará e do Piauí apresentavam detalhadamente as agendas de seus respectivos governadores, enquanto que São Paulo inovava ao oferecer um programa de rádio, além de artigos e discursos do governador.

Quanto às diferenças na capacidade de promover transparência no âmbito legislativo da câmara, Andrade, Raupp e Pinho (2017), em seu estudo, atribuíam a

capacidade de promover transparência como nula em Belford Roxo (RJ), Macapá (AP), Magé (RJ), Mossoró (RN), Paulista (PE) e São Gonçalo (RJ). Com uma baixa capacidade de 90% dos municípios estudados e com alta capacidade apenas 5%, Brasília (DF), Caxias do Sul (RS), Curitiba (PR), Feira de Santana (BA), Gravataí (RS), Jundiaí (SP) e Novo Hamburgo (RS). Seus resultados contribuem para um diagnóstico sobre a *accountability* e uma de suas feições, a transparência. No tocante às vantagens da tecnologia, mesmo que avance aceleradamente, ela não demonstrava condição de dissolver processos políticos e sociais, como o patrimonialismo, demonstrando como esses processos são resistentes inclusive aos imperativos da tecnologia, como também nas próprias leis, mantendo uma lentidão nos avanços da questão na realidade brasileira. Ainda sobre o legislativo da câmara, Andrade e Raupp (2017) encontraram ferramentas facilitadoras na busca de informações no DF e BA.

Relativamente fora das esferas dos três poderes, na pesquisa de Silva e Carreiro (2013) sobre o Portal da Transparência estadual, conotam que a BA, RS e SP divulgam mais informação em seus *sites* do que PA e GO, como o esperado no estudo o fator PIB influencia a oferta de informação pública na internet. Os dados de informações completas e inteligíveis disponíveis, de acordo com os critérios da pesquisa, estavam mais presentes em São Paulo 78% e Rio Grande do Sul 89%, enquanto os demais, correspondiam a 52% na Bahia e 57% no Pará. Goiás 68%, em uma posição intermediária falhou, ao não disponibilizar conteúdo da LDO, LOA e PPA. Já no estudo de Silva *et al* (2016) a divulgação de informação esteve mais presente no MT que no DF.

Por fim, desta seção, a publicação de Freitas *et al* (2018) traz em dados a diferença entre a divulgação de informações entre o Brasil, o Reino Unido e os Estados Unidos da América. Nos governos do Reino Unido e Estados Unidos da América a dimensão de dados publicados é muito maior do que no Brasil. Sendo que, enquanto o repositório inglês (data.gov.uk) possui 38.487 conjuntos de dados e o norte-americano (data.gov) 185.698, o governo brasileiro (dados.gov.br) possui tímidos 1.122 publicações (acessado em 20/08/2016 pelo autor). Na publicação, é salientado o indicativo de que por parte dos órgãos públicos federais havia uma lenta e gradual abertura, sendo necessários mais esforços para deixá-los no formato comum, atendendo às normas da INDA.

4.3 PARTICIPAÇÃO CIVIL

Tratando-se da maior categoria, composta por 96 fontes e 713 frações de textos selecionadas nos resultados e considerações das publicações do corpus de análise, este tópico trata da participação civil, categoria do INCT.DD (2020) e versa sobre as interações políticas digitais, pela ótica dos partidos, agentes políticos, usuários, entidades, instituições, organizações, além de focalizar, aquilo que efetivamente materializou-se durante o transcorrer da história destas duas décadas sobre participação e deliberação em relação à democracia digital.

4.3.1 Interações políticas digitais

Este subtópico trata das interações políticas digitais, temática presente em 26 estudos, abordando como estas são estudadas sob a ótica das trocas dialógicas, em iniciativas governamentais ou civis, nas redes sociais e nos *websites* midiáticos.

Em relação aos fóruns do Orçamento Participativo de Belo Horizonte, Sampaio, Maia e Marques (2010) fazem menção à intensidade das interações que se davam em forma de “ondas”. Os autores apontam que os participantes utilizavam justificativas argumentadas nos espaços de debate, salientando que por mais que, fosse possível a intervenção de agentes políticos do município, esta foi pífia, denotando a ausência de ligações com o partido ou com o governo que viabilizou o desenvolvimento do *site*. Neste estudo, foi evidenciado que o tópico das discussões teve um desempenho melhor que o esperado, mostrando-se como um bom previsor de resultados.

Já na seara das iniciativas civis, a justificação e o diálogo estão presentes e são apontados por Rossetto, Silva e Carreiro (2011) e Sampaio e Laranjeiras (2011), levantando nas análises se as iniciativas tratam de ferramentas colaborativas, sendo possível contribuir para demandas existentes ou trazer novas demandas. Tratam também da necessidade ou não de cadastro e se entre os identificados e anônimos existiam diferenças quanto à participação. Ou seja, se existe trato diferente por estarem identificados nos níveis de reciprocidade, justificação, respeito, reflexividade, entre outros.

No estudo sobre o Twitter, Facebook, Tumblr e blogs, Martins (2014) focalizou movimentos sociais deflagrados no Brasil e em outras partes do mundo, ocorridos no

começo deste milênio, sintetizando algumas análises em sua pesquisa, para a qual os indivíduos envolvidos nestes movimentos utilizaram as TICs para difundir os locais das manifestações, as ideologias, as estratégias para evitar repressões e as expectativas para o futuro. Valendo-se de articulações híbridas entre o virtual e o real, em que as manifestações foram fomentadas/idealizadas nas redes e postas em prática nas ruas. Assim, através do ativismo político de indivíduos e coletivos, houve convocações para a adesão da população que foi posta em prática pela comunicação através da internet e das mídias sociais. Estas manifestações acabaram por assumir um caráter descentralizado, informal, multimodal, livre e inclusivo.

Quanto ao ativismo político em redes sociais, Maia e Rezende (2015) trazem, ao analisar questões referentes ao racismo e à homofobia, que o engajamento discursivo e o ativismo político, como um ponto para observação, nos seus resultados ambos não necessariamente caminhavam juntos, endossando a possibilidade de diferenciação entre uma e outra rede. Direcionando-se especificamente ao Facebook, a publicação conota na análise a relação do efeito de câmaras de ecos nas páginas analisadas. Ainda sobre as interações digitais em relação à temática da homofobia, o estudo de Mendonça e Amaral (2016) que aborda o Votenaweb, YouTube, Facebook, observam se os comentários podiam ser *onetopic*, trazer algum argumento ou justificção, e ainda se apresentavam reciprocidade e respeito. Prosseguindo com a temática da homofobia no YouTube, a pesquisa de Cal e Serejo (2017) indica a possibilidade de estudar a presença de justificção em alguns comentários sobre a campanha #TodasAsFamílias, estes posicionavam-se ora favoráveis, ora desfavoráveis à imagem de família construída no vídeo. Fica a possibilidade apontada no estudo de analisar a reciprocidade e o respeito durante as argumentações em torno da questão.

Sobre o Twitter, que aparece na pesquisa de Capone, Ituassu e Pecoraro (2015), os autores percebem a presença de justificção em seu estudo sobre o Marco Civil da Internet. Tratando de outro meio, os *blogs*, Zago e Batista (2009) argumentam sobre a existência de ativismo político, diferenciando aqueles que são os influenciados, os influenciadores e os ativistas. Ainda sobre os *blogs*, Maia e Rezende (2015) percebem a possibilidade de justificção e respeito ao analisar as temáticas racismo e homofobia.

Analisando o ativismo político nas interações dos *blogs*, Araújo, Penteado e Santos (2015) destacam o webativismo envolvendo temas de interesses das páginas

analisadas, observando as diferentes estratégias de mobilização e engajamento *online* e suas relações *offline*, denotando alguns limites às ações.

Quando o assunto é o YouTube, Altheman, Martino e Marques (2013) analisam a presença de moderação de interações sobre os vídeos a respeito do Projeto de Lei do Ato Médico, observam no tocante a liberdade discursiva que esta estava garantida aos participantes, pois nenhuma mensagem foi removida por um moderador, mas algumas remoções foram realizadas pelos próprios participantes, trazendo aqui um novo ponto para a análise (a possibilidade da moderação pelos próprios usuários), além dos recorrentes, anonimato, justificação, reciprocidade, reflexividade, tolerância política e respeito.

Ao estudar as páginas de grandes jornais das mídias tradicionais no Facebook, Barros e Carreiro (2015) demonstram que nos comentários as trocas de razão são variáveis a serem observadas, sendo que estas podem apresentar justificativas, reciprocidade ou comentários rudes. Em outro estudo de Pimentel (2015) sobre a página do Portal UOL no Facebook, indica-se que o respeito foi uma variável, entendendo-se nos comentários acessados, cólera ou ódio sobre a temática da maioria penal. Já na pesquisa de Rodrigues e Neves (2015), ao estudarem a página do movimento Passe Livre São Paulo, percebem como ponto para a análise a capacidade ou não desta orientada através do ativismo político dos interlocutores dedicados em informar, envolver e mobilizar.

Um dos pontos presentes nas análises é a possibilidade de anonimato. No estudo sobre o *site* CMI Brasil, Targino, Carvalho e Gomes (2008) levantam a discussão sobre o tema. Na publicação sobre a página do Facebook, O Mal Educado, de Altheman, Marques e Martino (2017), o anonimato é percebido como uma variável presente na conversação política, onde os jovens misturavam-no ou não à confiabilidade, a personalização e a experimentação de linguagens e características, estas que prevaleceram no movimento secundarista estudado. A justificação também foi recorrentemente encontrada nos comentários de algumas postagens, mesmo com uma baixa reciprocidade, o debate político se estabeleceu, surgindo nos comentários algum tipo de razão ou justificativa ao contra-argumentar com o interlocutor.

Abordando o *site* do Vote na Web, que é uma experiência não institucional de participação com potencial de deliberação, Seridório e Luvizotto (2017) percebem ali, a oportunidade de justificação em diferentes formatos de discurso, especialmente adquirindo mais intensidade quando o tema envolve relações familiares e emocionais,

como no caso do estudo que abordou o parto. Nos comentários, os autores notaram baixa presença de reciprocidade e de reflexividade, os quesitos salientaram a baixa qualidade de deliberação, sugerindo que o *website* é um repositório de visões individuais e de usuários despreocupados em debaterem temas relevantes. Mesmo que poucos comentários fugissem ao tema proposto, as trocas foram escassas.

Partindo para um dos meios de comunicação da grande mídia, Sampaio e Barros (2010), ao analisarem duas notícias no *site* da Folha de São Paulo, notaram a possibilidade de se cadastrar e participar através da ferramenta de comentários. Estes não têm restrições, apesar de o *site* conter resguardos a determinados conteúdos destinados apenas aos assinantes e de bloquear previamente palavrões. Outra observação foi no sentido da possibilidade de, no próprio *site*, denunciar condutas impróprias de outros participantes. Ressalvam, além disso, a questão de haver ou não a consideração dos interlocutores, participantes e da própria iniciativa acerca das contribuições feitas pelos usuários no *site*.

Nos estudos de Sampaio e Barros (2010), Sampaio (2012), Massuchin e Tavares (2016), Ferracioli e Rizzotto (2017) sobre *sites* da grande mídia tradicional, analisam-se nas interações os objetivos dos participantes, como a tentativa de ganhar as discussões, a qualidade destas interações nos quesitos da justificação, da reciprocidade, da reflexividade e do respeito através dos comentários, além de, em alguns exemplos estudarem, as estratégias de convencimento empregadas.

Ao fim desta seção, Dias, Doula e Cardoso (2017), através de entrevistas com jovens universitários, trazem alguns apontamentos. Alguns dos pontos abordados é se os jovens utilizam a internet para participação política, se entendem a rede como meio para o ativismo político, se acreditavam que os jovens são mais ativos na internet do que nas esferas tradicionais da política. Os autores consideram que apesar da importância dada à internet pelos jovens, na pesquisa, a participação em atividades políticas era reduzida entre o grupo estudado. De modo geral, a internet é entendida pelos jovens entrevistados com um espaço público de contestação, debates, mobilizações e formação de opinião, que ao mesmo tempo é o espaço do comodismo. Assim, a internet seria muito mais um arena de conversação do que propriamente um espaço para a deliberação. Em todo caso, a internet assume um papel de destaque na conversação e mobilização, espalhando informações rapidamente e com um grande alcance, além de ter permitido o agendamento para protestos e ocupações.

4.3.1.1 Partidos, agentes políticos e eleições

Este item faz referência a 14 publicações, evidenciando como partidos, parlamentares e candidatos utilizaram ou estiveram presentes no mundo digital.

Para Braga, França e Nicolás (2009) e Rocha e Braga (2013), ao analisarem os partidos políticos, observam nos espaços de debates as possíveis ofertas de recursos de interatividade, como fóruns sobre temáticas específicas, *blogs* voltados à política e ainda a capacidade dos partidos de utilizar o potencial interativo e mobilizador da internet. Ainda sobre as análises dos espaços de debates nos estudos de Marques (2007), Barros, Bernardes e Rodrigues (2015) que abordam os parlamentares, é possível notar que um dos pontos de análises era sobre os espaços de debates que vinham ganhando relevância com o passar do tempo, e ainda que estes espaços tenham se tornado mais comuns, a interatividade efetiva ainda era dificultada por outros elementos.

Ainda sobre os representantes públicos, o artigo de Bragatto, Sampaio e Nicolás (2015) levantava uma inquietação interessante quanto à participação da população no Marco Civil da Internet. Na pesquisa, é evidenciado que a maioria das sugestões dos participantes foi considerada, no entanto, é difícil entender em que medida essas colaborações se encaminhavam na direção da agenda dos interesses dos atores do próprio governo internos à iniciativa. Ou seja, os comentários absorvidos não foram aqueles convenientes à perspectiva do governo?

Na temática dos pleitos eleitorais, Iasulaitis (2007), Sampaio, Azevedo e Almada (2011), Iasulaitis (2012), Nichols (2014), Massuchin, Mitozo e Carvalho (2017), Carvalho *et al* (2017), as análises se diversificam, trazendo o olhar aos elementos que vão desde a diferença nas possibilidades de interação e suas respectivas plataformas utilizadas, a diferentes estratégias empregadas pelos candidatos e suas variações para cada plataforma e o funcionamento dos espaços de debates. Ainda, os recursos disponibilizados, como enquetes, possibilidade de controle social, caminhos diretos para interagir com os candidatos ou se havia ou não participação destes via redes e *sites*. Abordam também sobre as potencialidades de ferramentas colaborativas utilizadas pelos candidatos em suas campanhas nas redes e *sites*. Além de análises sobre questões como comentários *onetopic* ou monológicos, justificação, reciprocidade, respeito, persuasão, radicalização entre outros.

Ao fim da seção, Santana (2017), através de entrevistas com eleitores de Salvador, vem para nos dizer que, em relação à participação política, os usuários de diferentes plataformas digitais respondem diferentemente aos chamados para atividades *offlines*. Por exemplo, no estudo, apenas o YouTube não mostrou potencial de envolvimento suficiente, enquanto o Twitter apresentou uma baixa capacidade de mobilizar o eleitor para uma atividade *offline* e o WhatsApp apresentou dados pouco melhores neste quesito.

4.3.1.2 Usuário cidadão

Neste item, é possível entender algumas características dos perfis dos usuários, além de captar avaliações de algumas interações presentes em diferentes espaços digitais ao nível de iniciativas institucionais ou sociais. Esta seção apoia-se nos resultados encontrados em 16 artigos presentes no banco de dados.

No artigo de Best *et al* (2010) é possível perceber alguns traços do perfil do usuário do orçamento participativo que responderam ao questionário no evento “VIII Repensando o Orçamento Participativo”. A maioria era pessoas do governo, da sociedade civil que já tinha participado ou participava de OPs. Destes, a maioria era a favor do uso da internet para a coleta de propostas para o OP (meio complementar), e parte não concordava com a votação do OP na internet, enquanto a maioria era a favor do uso da internet para a prestação de contas como forma complementar ao OP tradicional.

No estudo de Sampaio, Maia e Marques (2010) ao refletirem sobre o espectro ideológico-partidário dos participantes do OP Belo Horizonte, concluem que o posicionamento do ator político não apresentou fortes indícios de ser elemento determinante ou influente quanto à conduta dos usuários. Quanto ao anonimato, os autores trouxeram que havia a possibilidade de os participantes cadastrarem apenas um nome, ou seja, não era obrigatório identificar-se para participar. Ainda assim, nas interações, a apresentação de argumentos foi constante e pouquíssimas foram as mensagens que não continham demandas, opiniões ou posicionamentos condizentes com o espaço. Neste artigo, os autores indicam não terem encontrado qualquer indicação de que o anonimato contribísse para uma melhor igualdade discursiva. Ainda exploram a ideia de que o viés de registrar-se e identificar-se possa atenuar o custo da participação política. Quanto às interações, analisaram nos usuários se os

comentários eram monológicos, valendo-se em muitos dos casos, que por outro lado repercute em uma baixa reciprocidade. A justificação por parte dos participantes foi outra observação, em que alguns se posicionavam a favor e outros contrários à realização das obras, ou do OP em si, enquanto outros ainda recorriam a argumentos racionais baseados em fatos, em narrativas ou em valores pessoais que também poderiam contribuir para a deliberação. A reflexividade esteve presente no debate, pois os cidadãos, quando respondiam a outros participantes ou às temáticas, faziam de maneira reflexiva, deliberativa e/ou respeitosamente.

Ao abordarem as demandas dos usuários dos executivos estaduais, Rothberg e Valença (2014), avaliam as diferenças nas interações que variaram de acordo com as redes sociais utilizadas ou *sítes*, para as quais as temáticas abordadas alternavam-se entre saúde, educação, reivindicações salariais e trabalhistas.

Angeli (2016), no executivo federal, avalia o perfil dos usuários, chegando a constatar que, de forma genérica, o usuário médio seria mais recorrentemente um homem, de aproximadamente 42 anos de idade, com nível superior completo, e uma profissão diferente das oferecidas no cadastro relacionado a emprego no setor privado, empresário ou servidor público, residente na região sudeste do país.

No marco civil da internet, Freitas, Lima e Lima (2015), Bragatto, Sampaio e Nicolás (2015) e Pecoraro (2015) direcionam suas pesquisas para além do perfil dos usuários, o conteúdo e o posicionamento dos participantes. Entendendo aqueles favoráveis, neutros ou desfavoráveis a determinadas questões, e ainda, a qualidade das trocas dialógicas, os níveis de respeito, justificação entre outros.

Mudando de assunto, no universo dos *blogs*, Zago e Batista (2009) a partir de entrevistas com blogueiros, percebem algumas motivações para a participação política, alguns motivos esperados pela pesquisa, enquanto outros foram inusitados, variando desde motivos como diversão, interesses em comum, manutenção de boa relação com amigos, identificação com alguma causa, aumentar reputação na rede, ideologia e/ou aspirações, a participar de algo maior como uma coletividade ou grupo.

Aproximando o olhar sobre as iniciativas civis, Sampaio, Azevedo e Almada (2011) analisam a existência de espaços para aqueles participantes que demonstrassem interesse em contribuir com as iniciativas abordadas, poderiam elaborar perguntas aos agentes políticos e denunciar irregularidades. No estudo de Rossetto, Silva e Carreiro (2011) sobre iniciativas civis, os participantes foram segmentados em alguns grupos, entre estes: os parlamentares, integrantes dos

poderes públicos, de organizações, de ONGs, de movimentos sociais, gestores públicos, representantes de empresas e na grande maioria caracterizavam-se entre os “cidadãos comuns”.

O estudo de Filho *et al* (2011) traz em sua abordagem os estudantes de graduação e sua atividade política na internet. E mesmo estes sendo aqueles que estão mais propícios ao acesso à informação e à tecnologia são pouco envolvidos politicamente, colaborando que a falta de participação não é uma questão de falta de tecnologia e sim uma combinação do atual desenvolvimento da política nacional aliado à falta de cultura política do cidadão, mesmo entre aqueles com alto nível de formação.

Agora, abordando o perfil dos usuários nas páginas do Facebook de jornais da grande mídia tradicional, Barros e Carreiro (2015) analisam a expressiva diferença no volume de participação entre homens e mulheres. Analisaram também quanto à justificação, que variou entre os usuários de acordo com os temas apresentados, sendo que em temas com maior consenso (Copa e Mensalão), houve uma tendência de ocorrer menores índices de deliberação, tendo em vista que os usuários não precisam deliberar quando já concordam entre si.

Refletindo sobre as contribuições dos usuários que participam da Wikipédia (português), Sousa e Marques (2016), apresentam pontos de análise sobre as edições no conteúdo que eram feitas por 45% de usuários registrados e identificados, enquanto que 26% permaneciam no anonimato. A pesquisa indica, ainda, que existia a concentração de edições em menos de 0,1% dos usuários, os quais são responsáveis por mais de 50% dos conteúdos na plataforma.

4.3.1.3 Entidades federativas, instituições e outros

Nesta seção, a atenção recai sobre 23 artigos que abordam os processos de interação política por meio das TICs, dedicando-se a relatar interações políticas digitais nas instituições executivas e legislativas em diferentes níveis, iniciando-se nos níveis municipais, seguindo os estaduais, até chegar aos órgãos federais. Ao final, a seção trata de órgãos que não necessariamente estejam vinculados aos três poderes.

Em sua análise sobre os executivos municipais, Silva (2005), Sampaio, Maia e Marques (2010), Jambeiro, Sobreira e Macambira (2012), Santos, Carniello e Oliveira (2013) e Roberto (2015) observam elementos que versam sobre as possibilidades de interações, como espaços para debates, acolhimento de demandas,

empoderamento do cidadão, moderação, participação dos agentes políticos, justificação, e outros para averiguar as oportunidades democráticas viabilizadas, ou não, nos *sites* ou redes sociais.

Ao nível estadual, Rothberg e Valença (2014) analisam as redes sociais em relação à participação da população através de espaços de debate. Sobre as páginas do governo paulista, foram encontradas solicitações da população via Twitter e no Facebook. Embora existisse a possibilidade de usuários comentarem no Orkut e YouTube, os mesmos não foram usados para esse fim pela população.

Tratando do Ministério da Saúde, Landim (2013) observa a presença de espaços de debate através da página do Facebook do órgão. Percebe-se também a influência e gerenciamento das mensagens pelo ministério, sendo que este participa pouco, em comparação com outros usuários aos quais eram permitidas contribuições que traziam novas informações a partir de suas realidades através de textos, imagens e vídeos. As observações abordaram a vontade do cidadão de se apropriar do espaço, ademais foi abordado as regras da página e suas respectivas penalidades, como a possível exclusão do comentário por seu descumprimento.

Prosseguindo na perspectiva do executivo federal, Nogueira e Castro (2014) exploram indicando que o Facebook do Portal Brasil, o Gabinete Digital e o Participatório foram lançados pelo governo no fim de 2013, em parte como resposta aos protestos de junho e julho daquele mesmo ano. No Portal Brasil, os autores analisaram a participação através das interações dos usuários, observando quais se caracterizavam como elogios, perguntas, respostas, críticas, marcação de amigo, interação entre usuários, esclarecimento de informação pela página, opinião e/ou não relevantes.

Na publicação de Santos e Rover (2016), foi observado em relação aos espaços de debate dos executivos, legislativos e judiciários estaduais as ferramentas como *blog*, *wiki* e fórum de discussão no tocante ao potencial para engajar o cidadão e melhorar a gestão do conhecimento, mas os resultados apontam que nenhum dos *sites* oferecia esse recurso ao cidadão. Demonstrando a pouca importância dada pelos governantes sobre a possibilidade de estabelecer uma relação mais efetiva entre o poder público e o cidadão.

Na pesquisa de Bragatto, Sampaio e Nicolás (2015), ao tratar do marco civil da internet, fazem ponderações quanto à plataforma que alojou o debate oficial, analisando o empoderamento relativo, que na iniciativa apresentou uma taxa de

utilização dos comentários dos cidadãos de mais da metade dos trechos contemplados pelo texto final. Já no artigo publicado por Freitas, Lima e Lima (2015) ao analisarem o marco civil da internet, observam a relação da participação via e-Democracia. As autoras destacam que essa é uma ferramenta capaz de atender à demanda por participação, aferindo tratar-se de um canal de autoria institucional, que apresentava, à época do estudo, limitações quanto à capacidade de suportar um maior volume de participação e outras limitações de infraestrutura tecnológica. Ademais, denotaram resistências em relação à inovação que variaram desde o pouco respaldo institucional, a baixa adesão dos funcionários do órgão, receio dos representantes de perderem a agenda política, a divulgação pouco efetiva, além da relutância de alguns profissionais do setor público em assimilar em suas rotinas as sugestões ou mesmo as interações dos usuários.

Prosseguindo no estudo de Freitas *et al* (2018), são analisadas as iniciativas dos *hackathons*, que geralmente eram promovidas pelo executivo federal. Estas ofereciam elementos que são fontes para o incentivo da comunidade de desenvolvedores, ativistas e/ou hackers cívicos em envolver-se na busca de soluções para determinados desafios ou problemas a partir de dados governamentais. Os autores exploram o alcance da iniciativa que, ao longo de 3 anos, foram 1.625 projetos submetidos, além de terem observado que a iniciativa acumulou premiações variadas.

No âmbito do legislativo, a Câmara dos Deputados, para Marques e Miola (2007) e Marques (2009), é a iniciativa que oferece os melhores recursos à participação, promovendo-a de forma mais efetiva. No *website* é possível encontrar uma organização que facilita a navegação e prima pela diversidade de formas de contato gerais e setorializadas. A forma de contato é através de formulários eletrônicos, que se diferenciam do comumente encontrado, e-mail. Permite ao usuário especificar a qual agente se destina o contato, além de possibilitar o acompanhamento e retorno sobre a questão enviada. Quanto à participação na casa, poderia se efetivar através das enquetes *online* ou com possibilidade de se comentar notícias publicadas pela Agência Câmara, além dos encontros em salas de bate papo sobre temáticas ou fóruns realizados periodicamente pela casa.

Citado por Marques e Miola (2007) e Marques (2009), os espaços de debate indicam haver envolvimento direto dos deputados, fato que trazia ao usuário um senso de eficácia política. A pesquisa contribui dizendo ainda que, de modo geral, existem diferentes delineamentos participativos no uso da internet pelo poder público. E que

pensar *design* institucional, tomando como um dos pontos de referência os constrangimentos diversos que inferem a participação civil, deve ser visto não como desestimulante da participação e sim como um cuidado devido com a participação civil. Ainda em relação à participação, foi verificado na pesquisa que algumas instituições e alguns representantes mostraram-se dispostos a coletar dados e opiniões, interagindo com os cidadãos efetivamente, mesmo que esta interação seja ponderada como relativamente limitada dentro das possibilidades existentes.

Observando os legislativos municipais, Raupp e Pinho (2012), no caso das câmaras municipais da região metropolitana de Belo Horizonte, denotam a presença ou ausência de espaços de debate. A pesquisa traz quanto à existência dos *websites*, averigua ainda sobre a oferta de canais de participação que se dava diferentemente a depender dos tamanhos dos municípios, apresentando as situações mais incipientes nos menores municípios, mas de forma geral todas ofereciam ao cidadão uma baixa capacidade de participação através dos portais.

No estudo de Coutinho (2014) acerca da câmara dos deputados, o autor entende que os espaços de debate, apesar de existentes, estavam em vias de aprimoramento. Estes facilitam o acesso e a participação dos cidadãos, auxiliando na promoção, através destes espaços, o debate político ampliado. Ainda, havia baixa capacidade de empoderamento, pois ao final, não existia nenhuma garantia de que a participação do cidadão seria levada em consideração no momento da elaboração legislativa. Na pesquisa de Barros (2015), floresce o argumento de que o debate real permanece na mão dos parlamentares, responsáveis pelos enquadramentos interpretativos dos projetos de lei e suas tramitações, enquanto o cidadão fica mantido à distância do processo político, reforçando o parlamento como principal agência deliberativa. Já no estudo de Oliveira e Silva (2017) sobre os legislativos, os autores percebem a participação das instituições nas redes sociais, salientando que no senado federal os espaços de debate público ocorrem através das redes sociais Twitter, Facebook, Flickr, Instagram, Tumblr e o canal do YouTube. Enquanto a Câmara dos Deputados tinha apenas perfil público no Twitter e no Facebook.

Chegando ao fim desta seção, sobre os Tribunais de Contas Estaduais estudados por Santos *et al* (2013), na reflexão sobre as redes sociais, consideram que os resultados eram um tanto quanto desanimadores. Estes vão ao encontro da percepção da sondagem de opinião sem caráter deliberativo, que se estende às redes sociais. Estas tendem a serem percebidas como meros murais de recados e não

estavam sendo utilizadas pelos tribunais para envolver o cidadão e favorecer as potencialidades das TICs no concernente à participação popular.

4.3.1.3.1 Disparidade entre entidades federativas, instituições e outros

Neste subitem, são esmiuçadas algumas diferenças entre integrantes dos poderes executivos e legislativos, perante algumas situações do uso das TICs e suas relações com outros atores políticos, evidenciadas por 11 publicações.

Em seu artigo, Silva (2005), incute que há diferenças pontuais quanto ao uso das TICs entre os governos das capitais, não havendo à época diferenças estruturais importantes. Em geral, as cidades possuíam perfis bastante similares de *website*. E apesar do discurso de modernização dos governos, presente em boa parte dos portais, não havia avanços significativos em relação à participação civil a ponto de promover alterações relevantes na cultura política existente na época.

A diferença é notada nas prefeituras e câmaras em Jambeiro, Sobreira e Macambira (2012) quanto à oferta e diversidade de espaços de debate, seja por fóruns, *chats* e enquetes. Na publicação, é demonstrado que, tanto nos *sites* das prefeituras como das câmaras de vereadores, em todas as regiões do país, esta oferta é baixíssima e apenas na região Sudeste a situação é menos pior, com 25% que realizavam enquetes. É completamente ruim no Sul, onde no estudo, nenhuma prefeitura ou câmara usava esta ferramenta de participação cívica. Outra ferramenta apontada no estudo é o canal direto com os representantes. Nesta variável, os autores apresentam que as piores situações ficam no Centro-Oeste e Sul, pois não existia a possibilidade de contato direto com o prefeito, embora existisse com relação a todos os vereadores. A pior situação era no Norte, na qual nenhuma câmara possibilita esse contato e apenas três das sete prefeituras estudadas o faziam. Focando nos extremos do estudo, as maiores pontuações referentes aos canais diretos com representantes foram encontradas na Prefeitura do Rio de Janeiro e na Câmara de Campo Grande, enquanto que a Prefeitura de São Luís não conseguiu nenhum ponto nesta variável.

Em relação à participação, Jambeiro, Sobreira e Macambira (2012) destacam a região sul, norte e nordeste com uma oferta menor de ferramentas de participação, enquanto que a oferta desses recursos era maior nas prefeituras e câmaras da região centro-oeste e sul. No quesito monitoramento quanto à presença de ouvidorias, era

mais comum serem encontradas nos *sites* das regiões sul e sudeste e a pior situação é descrita no norte.

No estudo sobre os *sites* dos executivos municipais da Região Metropolitana do Vale do Paraíba - RMVP de Santos, Carniello e Oliveira (2013), as análises revelaram que a maioria das cidades não se importava em estabelecer interações com as pessoas que não são munícipes. Mesmo com a vocação turística das cidades da região, apenas São Bento do Sapucaí e Campos do Jordão propiciavam informações aos empresários e/ou possíveis investidores, demonstrando abertura a um diálogo efetivo com o público externo. Ademais, Campos do Jordão disponibilizava uma área do *site* voltada aos servidores, evidenciando a percepção de administração pública mais refinada, considerando também o público interno.

Na pesquisa de Silva e Rue (2015), são percebidas as existências de formulários para contato nos executivos estaduais de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Santa Catarina, e estavam ausentes nos portais do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Ainda no nível estadual, Santos e Rover (2016) entendem em sua pesquisa, sobre a ótica dos três poderes, que os que contemplam mais variáveis em seu estudo para uma democracia eletrônica são o legislativo, seguido do judiciário e por fim o executivo, onde este tem mais potencial e poderia ganhar mais força.

Focalizando o âmbito legislativo, Marques (2007) pontua que eram ofertadas mais ferramentas de participação pelos parlamentares norte-americanos do que entre os brasileiros. Em estudo posterior sobre o executivo e legislativo, Marques (2009) descobriu que havia discrepâncias substanciais no tocante aos cuidados no planejamento da iniciativa, na gestão do portal, na variedade e profundidade dos mecanismos participativos e no nível de comprometimento dos representantes com a interação com os usuários. As diferentes estratégias adotadas pelo governo iam de encontro ao fortalecimento da imagem pública de determinados agentes políticos, ou ainda da busca de atrelar esta imagem a *inputs* por parte dos usuários. Enquanto o Portal da Presidência oferecia os endereços de e-mail e formulários, o Portal da Câmara ia além, viabilizando salas de bate papo e fóruns de discussão. O autor conclui que cada instituição operacionaliza a participação digital de uma maneira muito particular, com possibilidades distintas de quantidade e profundidade dos *inputs* cidadãos. Ainda assim, fica evidente que a decisão permanecia na mão dos

mandatários eleitos, independentemente do potencial interativo das ferramentas oferecidas.

Ainda sobre o legislativo, Marques e Miola (2007) percebem o *site* da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul como um dos mais sofisticados no que diz respeito ao oferecimento de contatos através de e-mails, segmentando o contato de toda a estrutura operacional. Da mesma forma, os autores chamam a atenção para o *site* da Assembleia Paulista pela variedade de formas de contatar os diferentes setores da casa. Sobre o quesito da deliberação, de modo geral, os seis *websites* legislativos analisados no trabalho indicam que a internet vinha sendo utilizada de modo insuficiente pelas casas, sendo o e-mail a forma mais comum de algum tipo de interação, salvo a exceção da Câmara dos Deputados que oferece formas mais consistentes como *chats* e fóruns.

No tocante ao legislativo municipal, Raupp e Pinho (2012) encontram as ocorrências mais comuns sendo os formulários eletrônicos, e-mails dos vereadores e e-mail da câmara. Outras ocorrências menos frequentes são os canais de ouvidoria e no estudo poucos municípios analisados utilizavam o Twitter. No cenário desértico descrito pelos autores sobre a utilização dos recursos da internet, alguns se destacaram, como Biguaçu, Caçador, Canoinhas, Concórdia e Indaial, com iniciativas que produziam uma interação, ainda rarefeita. Em estudo mais recente sobre o legislativo, Andrade, Raupp e Pinho (2017) fazem um balanço ponderando que, dentre todas as regiões do país, a com ênfase maior na participação é o sudeste.

Enfim, sobre a diferença da utilização dos recursos, Braga, Nicolás e França (2011) contrastam as cidades em que os candidatos utilizaram mais os recursos de internet para interagir com seus eleitores, sendo que Curitiba (PR) e Salvador (BA), seguidas pelo Rio de Janeiro (RJ), Fortaleza (CE), São Paulo (SP) e Maceió (AL) tiveram um alto percentual de candidatos ativos na rede, enquanto que as capitais do centro-oeste e da região norte foram onde os candidatos menos se apropriaram de tais recursos.

4.3.2 Participação e deliberação

Respaldado em 50 publicações, este subtópico versa sobre a efetividade ou não das iniciativas em relação à participação e deliberação. Conduz-se sobre aquilo que ainda não foi exposto nas seções acima, buscando explorar, além dos meandros

do direito, da comunicação, da transparência e das possibilidades de interações políticas digitais, aquilo que efetivamente materializou-se nas análises sobre os potenciais de participação e deliberação. Atentando-se às iniciativas no primeiro momento do executivo, em segundo do legislativo e por fim trata das iniciativas civis.

Trazendo um olhar sobre os orçamentos participativos, Nabuco, Macedo e Ferreira (2009) ao analisarem o caso de Belo Horizonte, trazem indicativos da participação quanto ao número de eleitores, apontando que esta era uma das experiências brasileiras mais relevantes à democracia eletrônica. Os autores analisam fatores como o empoderamento do cidadão, a permanência ininterrupta, o número de obras públicas realizadas, os valores mobilizados e destinados às obras, além da participação da população neste processo. Atenta também às possibilidades de participação e ao número de participantes, por exemplo, via *site*, presencialmente ou via 0800. Frisam que o sucesso das edições relaciona-se com a credibilidade e o compromisso assumido por governos municipais sucessivos, garantindo desta maneira a execução das obras aprovadas popularmente.

No tocante a orçamentos participativos de diversas cidades, Best *et al* (2010) analisam que, ao longo dos anos, a iniciativa tornou-se um importante espaço de debate público, fomentando o desenvolvimento de projetos e investimentos no município. Alguns elementos são identificados que conferiam maior e menor participação, por exemplo, o número de participantes que aumentava entre as edições e em 2001, já era possível realizar a indicação de demandas pela internet. Apesar da continuidade dos OPs ao longo dos anos e das inovações tecnológicas, perdeu-se uma série de ferramentas interativas. Ainda que com o advento da internet, houve um aumento substantivo de participação, alcançando públicos distantes como a classe média e os jovens. Outros pontos retratados na pesquisa vão ao encontro do oferecimento de canais grátis de votação, como 0800, ou de espaços físicos públicos onde era possível os cidadãos participarem. Outra questão abordada foram os limites do OP digital e sua real capacidade de promover o debate, de permitir ao cidadão escolher as obras ou monitorar o andamento, já que não existia em alguns casos espaço para monitoramento *online* ou as obras já vinham pré-definidas antes do processo de deliberação cidadã. O desenho destas iniciativas também são pontos de análise que vão dizer se as iniciativas eram puramente presenciais ou *online*, ou ainda, no caso de mistas, como estas se complementavam ou intercalavam.

Na pesquisa realizada por Sampaio, Maia e Marques (2010) sobre o orçamento participativo de Belo Horizonte, fica à observação quanto a deliberatividade da iniciativa, pois os indivíduos durante suas trocas poderiam argumentar, mantendo o respeito ou não, mas apesar de alguns bons indicadores sobre a participação dos cidadãos, as ferramentas proporcionaram uma deliberatividade baixa.

Na pesquisa do mesmo ano sobre alguns casos de orçamentos participativos no Brasil, Sampaio e Roballo (2010) argumentam que a depender dos níveis de apropriação das TICs que se encontram as iniciativas, algumas vantagens e desvantagens se evidenciam. Por exemplo, em níveis mais baixos, a falta de incentivos ao engajamento cívico e o baixo empoderamento frustram o cidadão, pois é pouco relevante a participação destes através das TICs. E mesmo que estes queiram participar, a falta de ferramentas de controle ou de denúncia inviabiliza sua efetiva participação. Denotam que, nos níveis intermediários, a participação pode ser complementada com o auxílio da internet, permitindo efetivar decisões. Neste patamar, as etapas são intercaladas ou complementares, presenciais e *online*, em que se é importante balancear cada etapa para que os participantes não sintam-se lesados por participarem apenas de uma fase, por exemplo.

No nível mais alto da apropriação por parte dos OPs dos recursos digitais, Sampaio e Roballo (2010) traduzem que o processo se dá basicamente *online*, com possibilidade de uma ou outra operação ser complementada presencialmente. Estas ações exigem ferramentas digitais sofisticadas para facilitar a participação e viabilizar a iniciativa. Nestas iniciativas, o *design* é fundamental para definir como os cidadãos vão participar e interagir. É importante que estes desenhos garantam altos índices de deliberatividade nas discussões *online* e de empoderamento, garantindo aos participantes que seus *inputs* sejam lidos e considerados não apenas entre os cidadãos, mas também pelos responsáveis das iniciativas.

Na análise de Sampaio (2011) e Sampaio (2012), sobre o Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte, fica a evidência de que o número de participantes digitais chega a ser 3 a 5 vezes maior do que o número de participantes presenciais, e que a participação legítima e forte em parte se deve à forma como o OPD foi concebido. O autor denota a visível evolução dos OPDs entre uma edição e outra, salientando que os OPDs, em todo caso, significam uma enorme mobilização, tanto referente à participação legítima da população da cidade, tal qual de atores coletivos sociais como associações civis e agências de *advocacy*, quanto de

diferentes secretarias e de agentes políticos no interior da prefeitura. Ademais, os espaços de debate demonstraram altos índices de deliberatividade e os cidadãos altos índices de empoderamento, não deixando dúvidas de que os resultados são tangíveis, concretos e visíveis à população, que tem disponíveis entre uma edição e outra, as informações sobre os processos anteriores e vigentes.

Na perspectiva de Sampaio (2013), embasado em três iniciativas brasileiras de orçamento participativo, é identificada uma parcial efetivação da participação, pois apesar de dispor de ferramentas que permitem ao cidadão participar, interagir e monitorar *online*, ainda são limitadas as possibilidades de decidir o orçamento a ser investido digitalmente ou contribuir com *inputs* que serão validados. Ainda assim, mesmo equipados com um instrumento incipiente de participação *online*, os orçamentos participativos estavam entre as iniciativas mais inovadoras no Brasil à época. O autor reforça que a possibilidade aberta pelos canais da internet ou do telefone aumentaram a participação, permitindo através desses adventos que os cidadãos estivessem mais presentes.

Sobre o Orçamento Participativo de Belo Horizonte, Abreu e Pinho (2014) trazem alguns afloramentos para análise, a partir das postagens no sítio da OPD 2006, nos quais os cidadãos participantes imbuíam à iniciativa credibilidade e esperanças, carregados do sentimento de que a participação deles fazia diferença, ou seja, existia uma forte expectativa democrática. Enquanto que em 2008 houveram mudanças, como a redução das temáticas e das opções de obras a serem votadas. Além também da ampliação nas possibilidades de participação. Neste ano, o processo aproximou-se de um sentido competitivo e individualista com conotação de disputa de “classes” nos discursos dos cidadãos. Posteriormente, críticas foram contundentes, pois entre as 5 obras oferecidas como opção na edição de 2008, a obra vencedora, diga-se de passagem graças a forte mobilização popular e participação via 0800, não havia sido implementada até a data do artigo. Em defesa, o executivo municipal diz que a obra foi incorporada por um projeto do governo federal. Em contrapartida, a segunda colocada, com forte mobilização daqueles com acesso à internet foi a executada. Este fato trouxe descrédito a iniciativa que, em 2011, sofreu fortes críticas, para as quais os autores percebem uma desilusão contundente com esta modalidade de participação, reforçada na dinâmica da crise de legitimidade democrática.

Já no estudo de Rodegheri e Oliveira (2015) sobre orçamento participativo, é questionada a efetividade da participação do cidadão, pois por mais que verifica-se o

interesse dos governos de ouvir as necessidades e carências da sociedade, muitas vezes os mecanismos mantêm-se estáticos, com baixíssima permeabilidade da vontade popular e capacidade de interação pouco efetiva entre governantes e cidadãos e entre os próprios cidadãos. Na publicação, é ponderado que tais ações ainda eram incipientes, desvirtuando sua finalidade de participação, para um canal de demonstração daquilo que vem sendo realizado pelo governo. Ou seja, em alguns casos as iniciativas tornam-se condão para propaganda e promoção dos interesses do governo.

Em artigo mais recente, Barros e Sampaio (2017), através de uma análise de sentimento dos discursos nos fóruns do Orçamento Participativo de Belo Horizonte, percebem também esta alternância de manifestações entre as edições 2008 e 2011. Analisando pontos como a prevalência de sentimentos positivos entorno da iniciativa ou de sentimentos negativos quanto as diferentes edições, além da percepção de efetividade, sentimento de frustração, aprovação ou não das obras sugeridas.

Em estudo mais abrangente, incluindo casos brasileiros e internacionais, Sampaio (2016) destaca que, mesmo tratando-se de processos de participação através das TICs, nos quais seria relativamente simples encontrar informações sobre os orçamentos, número de participantes *online* e número de participantes presenciais, dos 170 orçamentos encontrados, 72% não disponibilizavam todas as informações para completar o banco de dados de análise.

Em Sampaio (2016), no Brasil, foram analisadas 37 iniciativas, correspondentes à atuação em 17 localidades. Do universo prospectado, o autor dá algumas indicações para análises, exemplificando que houve um significativo crescimento das iniciativas a partir de 2009 em conjunto com um gradual crescimento de iniciativas que valem-se, majoritariamente ou unicamente, dos recursos *online*, que na pesquisa citada aparecem concentrados nos anos de 2013, indicando um ponto fora da curva neste ano (*outlier*), marcado por uma tendência à maior utilização das TICs. Outro ponto analisado pelo autor é o grau de pilotismo nas iniciativas que de modo geral, mais de dois terços destas estavam em sua 1ª edição. Outro aspecto levantado é a baixa apropriação do uso via celular e menor ainda a possibilidade de valer-se de um aplicativo para participar da iniciativa. O autor traz análises que abordam a oferta de ferramentas de votação, de envio de sugestões, de monitoramento ou avaliação *online*. Por alto, as práticas mais comuns eram “sugira e vote *online*” e “sugira *online*, participe presencialmente”.

Na pesquisa sobre os portais dos executivos municipais, Souza, Outeiro e Araujo (2019) analisam a busca ainda tímida por parte da população nos canais disponibilizados nos *sites*, seja via ouvidorias, via email ou por telefone. Apesar de existente, a participação da população através destes canais estava sujeita à disposição dos canais para as interações geralmente limitadas, além do excesso de informações dispersas que podem contribuir para confundir o usuário.

No estudo de Oliveira e Rossetto (2011) sobre os executivos estaduais, fica a análise sobre a disposição de informações e da possibilidade de fiscalização que favoreçam o controle cidadão. Especificamente sobre o Gabinete Digital, Brisola *et al* (2012) e Angelis (2014) exemplificam algumas ponderações para a análise, como a capacidade de incluir o cidadão nos processos de decisão política através de ferramentas digitais, suas possibilidades de interações entre usuários ou entre as redes sociais, como eram encaminhadas as sugestões e mesmo sobre a possibilidade ou funcionamento da votação pelo cidadão. Frisando, entretanto, que existe diferença nestas participações para o real poder de tomar decisões. Os autores explanam que a ferramenta de votação ainda não tinha a função de conferir o poder de decisão política à sociedade, mas sim sondar possíveis resoluções de problemas sociais.

No tocante aos portais dos executivos estaduais, Santos e Rover (2016) indicam que apesar de todo o potencial que as TICs oferecem, são infimamente utilizadas em prol do aperfeiçoamento democrático. Deixando a desejar em quesitos básicos que dificultam a fruição do usuário, diminuindo sua confiança no sítio, podendo, em alguns casos, barrar a participação cidadã nos processos decisórios. Nesta falta de estratégias direcionadas ou de políticas públicas que considerem o cidadão, este ainda é tomado como consumidor, usuário de um produto final, ao invés de um parceiro que participa do processo de decisão política.

Em questão das manifestações encontradas nos portais dos órgãos federais, Dallari, Aith e Ventura (2016), averiguaram quanto ao número de participações, os dados e as informações disponibilizadas pelas iniciativas, como os relatórios e informações sobre os próprios processos.

Focalizando o executivo federal a respeito da temática dos *hackathons*, Freitas *et al* (2018) trazem avaliações sobre a permanência das soluções produzidas, apresentando que aproximadamente apenas um terço continua existindo após os primeiros anos pós-hackathons. Outro ponto da análise corresponde ao número de vezes que estas soluções tecnológicas foram baixadas, exemplificando que perto dos

milhões de usuários que teriam acesso, a baixa adesão da população é um desafio para os desenvolvedores destas soluções.

Ao observar o legislativo, Marques (2007) entende que os meios digitais podem revigorar o ambiente político e aproximar o cidadão das discussões públicas, mas refletem em que medida tais dispositivos estariam sendo empregados para o aprofundamento da democracia e das formas de participação, questionando a efetividade das ferramentas legislativas disponibilizadas à época do estudo. Noutro estudo do mesmo ano, Marques e Miola (2007) distinguem no legislativo, o *site* da Câmara dos Deputados, detalhando o exemplo da seção de participação popular que dispõe a ferramenta “Sua proposta pode virar lei”. Este recurso permitia, de forma orientada, que os cidadãos enviassem propostas, sugestões e proposições legislativas de acordo com os regimentos da casa. Embora os conteúdos das propostas apresentadas não estivessem disponíveis ao público e nem no *site* da câmara, era possível acompanhar através de um sistema o andamento dos processos. Essa iniciativa é interessante analisar que, por mais que se pressuponha uma participação coletiva, inviabiliza o debate público e a possibilidade de aperfeiçoamento das propostas devido ao seu desenho.

Ordinariamente, sobre o legislativo, no tocante à deliberação, Marques e Miola (2007) percebem em sua amostra que há um subaproveitamento dos artifícios tecnológicos em prol de modelos mais deliberacionistas. Na pesquisa, buscaram avaliar através dos *sites*, quais efetivamente atendiam os requisitos para uma participação democrática a partir do modelo deliberativo. Observando se existia a possibilidade do debate e do acompanhamento destes debates, assim como se havia a participação do agente político no debate, ou se os mecanismos permitiam uma troca de razões a contento dos patamares da deliberação pública.

No caso analisado por Miola (2009) sobre a comissão de legislação participativa no portal da Câmara dos Deputados, alguns fatores são destacados como motivadores para os cidadãos entrarem nas discussões. Elementos como a participação do agente político, a existência de um canal direto de comunicação entre a população e o agente político, o engajamento da população, a variação entre os debatedores, o estabelecimento para o tempo do debate, e entre outros, a assimetria nas participações e as influências dos recursos políticos e habilidades comunicacionais mobilizados.

No concernente à participação no portal da Câmara dos Deputados, Sampaio (2011) examina, através das alegações dos responsáveis pelo portal, que as interações dos usuários vinham repercutindo na formulação das decisões políticas tomadas na casa, evidenciando nos espaços de debate quais parlamentares atribuíam importância à participação dos cidadãos. Possibilitando ponderações acerca do poder do usuário exercer pressões sobre os mandatários, além de viabilizar as sondagens de opinião, possibilita a aferição de engajamento em determinadas temáticas por parte dos parlamentares, que por outro lado também, permite averiguar as respectivas valorizações dadas pelos parlamentares à participação do usuário. Os autores advertem que ainda remanesciam impostas as barreiras a quaisquer tentativas de transfigurar a estrutura do exercício do poder político, pois no cenário da pesquisa, ao cidadão ficava resguardada a possibilidade de exercer pressão política. E, por mais aperfeiçoadas que estejam as ferramentas e efetiva seja a participação cidadã, é ainda, apenas uma fração de todo o processo de decisão política no âmbito institucional.

Na análise sobre os legislativos de pequenos municípios, Raupp e Pinho (2012) investigam a oferta de possibilidades de participação, encontrando em muitos dos casos apenas enquetes ou formulários eletrônicos, a existência de uma baixa disponibilização de ouvidorias, além de reduzida presença nas redes sociais digitais, deflagrando possibilidade de participação insignificante em tais municípios. No tocante aos médios e grandes municípios, apenas um dos casos da amostra não ofertava nenhuma ferramenta para a participação cidadã, a maioria apresentavam a existência de indicadores de monitoria e alguns portais apresentavam alta capacidade de participação, não o bastante, a mudança de faixa populacional para maiores municípios resultou em avanços muito modestos, em geral no tocante ao monitoramento.

No âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado, Sampaio (2013), estuda alguns elementos nas iniciativas de democracia digital com forte relevância nos processos deliberativos, apontando o caso da Câmara dos Deputados. Nesta casa, enfatizavam-se as informações institucionais, dos representantes, da legislação, a relação de transparência fiscal e a legislação, além de outras informações. Fomentavam-se projetos educativos e mantinham-se seções de chat, a participação dos representantes, entre outras iniciativas que favorecem a participação cidadã, como o e-Democracia.

Ao tratar do e-Democracia, Alves, Rover e Mezzaroba (2013) investigam e reconhecem que o portal apresenta dois espaços de interação nos quais os usuários podiam participar de debates de temas específicos ligados a projetos de lei pré-existent. Durante a pesquisa, os autores identificaram as comunidades temáticas. Sendo observado que era permitido em determinado espaço, ao cidadão criar, com relativa liberdade, novos fóruns ou participar de fóruns existentes, criados por outros usuários. Estes debates eram acompanhados pela equipe do e-Democracia e poderiam vir a tornar-se uma comunidade legislativa. Outra ferramenta participativa era “Nossas Ideias” na qual, até a data da pesquisa, contabilizou-se as ideias que haviam sido sugeridas e os votos conferidos nas seções.

No artigo de Mitozo (2015), é pontuado que o e-Democracia surge como projeto piloto em 2008 e efetiva-se a partir do núcleo técnico da casa em 2009. Com a ideia primordial de trazer debates à arena digital, no qual o próprio desenho da ferramenta favorece a dinâmica do debate. Na publicação é feito um parêntese, indicando que quando já existe uma formulação prévia dos projetos de lei, intencionando apenas a discussão, pode se caracterizar como fator inibidor de participação, especialmente entre os cidadãos mais esclarecidos politicamente, que se questionariam sobre sua real colaboração, ou se suas contribuições não seriam usadas apenas para legitimar as decisões já tomadas pelos legisladores. Na outra ponta, o contato direto com a gestão do portal, o retorno sobre as questões propostas, os mecanismos facilitadores de acesso, a responsividade quanto à participação e a abertura à intervenção em projetos de lei são alguns dos fatores que devem ser observados e favorecem a motivação do cidadão à participação. Foi constatado na pesquisa grande esforço do portal para estruturar-se como um modelo de ferramenta de participação, oferecendo diversos mecanismos de informação, participação e deliberação.

Seguindo nas análises a respeito do e-Democracia, Freitas, Lima e Lima (2015), Mitozo (2015), Ferracioli (2016) e Oliveira e Silva (2017), alguns elementos são abordados nos estudos e se direcionam às possibilidades de *accountability*, da participação dos usuários através de *inputs*, de que forma os usuários poderiam participar como e-mail, formulários, salas de bate-papo, comentários gerais às notícias, enquetes, fóruns, entre outros, como a possibilidade de sugerir alterações legislativas. São averiguadas as oportunidades do canal em contribuir com um canal de participação formal, se existiam incentivos à participação do cidadão, se existia

disparidade entre a participação, por exemplo, entre gêneros ou entre o agente político e o cidadão comum, e ainda sobre as interações, se estas se davam com reciprocidade, respeito, justificação, deliberatividade e acessibilidade.

Especificamente sobre as audiências públicas interativas da Câmara dos Deputados, Barros, Monteiro e Santos (2018) contribuem avaliando que, em primeiro plano, encontram-se comentários típicos da conversação interpessoal e em segundo plano, as interações voltadas à deliberação. Através de enquetes realizadas com participantes, a publicação apresenta a visão daqueles que efetivamente participaram do processo, averiguando se existia a oportunidade para o cidadão ocupar espaço como ator ativo que monitora e aprende durante o processo.

Em referência ao e-Cidadania do Senado Federal, Oliveira e Silva (2017) apresentam observação levantando como um dos diferenciais do *site*, a oportunidade para o cidadão tanto propor um debate como apresentar uma ideia legislativa. Através de um constructo colaborativo, os cidadãos sugerem propostas no sítio, opinam e podem debater entre parlamentares e especialistas, ou ainda, podem também contribuir para o desenvolvimento da função legislativa.

O que o estudo de Bragatto, Sampaio e Nicolás (2015) analisa sobre o marco civil, é que houve uma baixa participação da sociedade e o debate ficou concentrado em menos de 10% do usuário, ademais poucos usuários foram responsáveis por mais da metade das mensagens. Sobre o perfil dos usuários participantes, os autores destacam que 86% eram de cidadãos, 7% de empresas e 6% de organizações da sociedade civil, além daquelas do ramo corporativo que se manifestaram via email ou carta (Abril Digital, Claro, Embratel, Bandeirantes, Associação Brasileira das Empresas de Software, Associação Brasileira de Produtores de Disco). Demonstrando a resistência do setor a participar da consulta como os demais de forma colaborativa. Os dados denotam que a consulta teve um baixo pluralismo e uma forte representação daqueles com elevado conhecimento na área do direito ou informática. As limitações se deram nas análises em termos de engajamento e consequentemente pluralidade, que em parte são consequências de empecilhos basais, como a questão da publicidade pouco efetiva. É notado na pesquisa os níveis de polarização, onde em via de regra, usuários mais ligados ao campo da informática defendiam em seus argumentos as liberdades criativas e de uso, rechaçando qualquer tipo de controle central, enquanto aqueles mais ligados ao direito, argumentavam em prol de uma regulamentação que garantisse direitos e deveres explicitamente. De modo geral, as

temáticas observadas foram, privacidade, liberdade de expressão e neutralidade da rede.

Durante o debate, os autores Bragatto, Sampaio e Nicolas (2015) captaram as mudanças de posicionamento do governo. A exemplo do Artigo 20º, que tratava da responsabilização dos provedores por danos causados, decorrentes de conteúdos publicados. Em um primeiro momento, a posição defendida argumentava que a exclusão do conteúdo deveria se dar via plataforma e usuário. Posteriormente à argumentação de setores da sociedade, a posição do governo mudava, tendendo à exclusão do conteúdo, mediante decisão judicial. Portanto, havia indicativos de que o segundo texto proposto pelo governo passou por ajustes feitos em sentido a convergir opiniões dos participantes manifestadas anteriormente. Exploram também os processos de empoderamento, percebendo nos dados, tanto da primeira fase quanto nos da última fase de debates, que aproximadamente metade dos comentários foram parcial ou completamente contemplados nas respectivas redações.

Na pesquisa de Barros (2016) sobre a segunda fase da consulta promovida pelo Ministério da Justiça, “O que vamos fazer?” realizada em 2010, nota-se quanto à primeira fase o resultante da minuta do anteprojeto apresentada com 34 artigos e recebeu 1.168 comentários que abordavam a lei de modo geral, seus capítulos ou seus artigos. A publicação evidencia que a iniciativa de publicizar o posicionamento de organizações que optaram por expressar suas contribuições de outras formas, abstendo-se do uso da plataforma, trouxe a outros atores a possibilidade de oferecer razões contrárias através de mensagens logo abaixo das postagens. Tal qual, há um bom indicativo de que o Ministério da Justiça ponderou os argumentos apresentados via comentários, sendo que dos 34 artigos apresentados, 5 tiveram redação alterada ou suprimida no processo. Durante o período da consulta, os cidadãos puderam participar de várias formas que foram analisadas pelos autores, a exemplo, via Wikilegis, através dos fóruns ou em bate-papo. De modo geral, os cidadãos podiam comentar, sugerir alterações e propor novos trechos.

Partindo para as abrangências da esfera civil, Sampaio e Laranjeiras (2011), Silva e Carreiro (2011), Marques e Nogueira (2012), Rossetto e Carreiro (2012), Santos (2013), Penteado, Santos e Araújo (2014), Sampaio (2016), Seridório e Luvizotto (2017), Dias, Doula e Cardoso (2017), Coiro-Moraes e Farias (2017) e Prado e Pinto (2018) vão trazer diversos apontamentos e elementos para as análises de iniciativas da esfera civil. Estes pontos de análise são recorrentes e podem evidenciar

elementos no tocante às interações, como a justificação, respeito, radicalização e reciprocidade. Ou ir ao encontro da análise de sentimentos das participações dos usuários. Ainda podem abordar a capacidade de influenciar as agendas políticas, esferas políticas ou propriamente os políticos. Por outro lado, podem ser abordadas por suas possibilidades de aumentar transparência, publicização e força das reivindicações elencadas nos domínios. Ou mesmo sobre quais oportunidades são oferecidas nestas ferramentas digitais, como influenciar a agenda da grande mídia, denunciar irregularidades, organizar movimentos ou protestos, criar propostas para sanar problemas sociais, ou contribuir para propostas já existentes, entre outras. Como estabelecer contatos com órgãos ou representantes políticos responsáveis por determinadas demandas, cobrar soluções do poder público ou mesmo monitorar as instituições e agentes políticos.

4.4 DESIGUALDADES

No tópico final, as questões relativas às desigualdades são abordadas. Por não tratar propriamente de uma categoria, como as anteriores respaldadas no INCT.DD (2020), esta abordagem não é construída focalizando os âmbitos e níveis em que cada iniciativa se insere, mas sim busca apresentar elementos abordados pelas publicações analisadas no tocante a possíveis variáveis que influenciam as iniciativas e têm potencial para alterar o resultado das mesmas. Este tópico (que, pelo volume de conteúdo, corresponderia ao item 4.2) apresenta 50 fontes e 228 trechos, focalizando as discrepâncias entre as condições para fruição de políticas públicas dentro do contexto da Democracia Digital.

4.4.1 Barreiras culturais

Este subtópico apareceu em 6 fontes e versa sobre pontos que podem estabelecer-se como barreiras e estão atrelados à forma como os usuários e entidades podem ou não se movimentar e se envolver, a depender de seus contextos culturais.

Ampliando ao contexto da democracia representativa, Freitas, Lima e Lima (2015), observam em sua publicação que nas primeiras décadas do século XXI foram inúmeras práticas políticas voltadas à inclusão social, demonstrando que a

mobilização da sociedade civil promoveu um alargamento dos espaços públicos de deliberação e participação política. No entanto, as barreiras culturais continuam a constituírem-se como impedimentos para a participação efetiva da população e suas variáveis devem ser estudadas como critérios, a exemplo, as questões referentes aos critérios socioeconômicos dos participantes, ou a relutância de mandatários com medo de perder suas agendas sobre o escrutínio público.

Para Sampaio (2011), Rover e Mezzaroba (2013) e Peres et al (2018), é importante notar quais são as motivações ou desmotivações no engajamento dos cidadãos usuários. Por exemplo, a mídia tradicional pode ora atuar como promotor a esta motivação, ora como dispersor. Ou ainda, as iniciativas teriam incentivos estruturais a participação de pessoas em desvantagens, seja de tempo, dinheiro, instrução, entre outros. Por outro lado, a cultura cívica ou mesmo a resistência à tecnologia também são apontadas como um ponto a ser ponderado nas análises das iniciativas.

Na pesquisa de Alves, Rover e Mezzaroba (2013), foi evidenciado que o uso da internet não está relacionado simplesmente à consulta por informações, mas pode tratar de uma forma de interação e expressão da população, que pode passar a pesquisar e discutir temas de relevância a seu contexto. Por outro lado Ferracioli (2016) aponta que, a depender da cultura de participação da sociedade civil, os resultados em relação à inclusão se alteram.

4.4.2 Aspectos políticos e/ou ideológicos

Neste subtópico, constituído sobre 8 fontes, ficam as ponderações quanto as possibilidades de exclusão ou inclusão na participação política digital, correlacionando-a à estrutura governamental, vontade política e recursos sociotécnicos mobilizados.

Sobre os aspectos políticos, Becker (2013) analisa quanto a inclusão digital alguns pontos relevantes, rememorando que já em 2003, houve um decreto presidencial criando “Comitês Técnicos” dentre estes um voltado a inclusão digital dentro do Comitê Executivo do Governo Eletrônico, seguido em 2004 pelo lançamento da primeira versão da e-PING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico), em 2005 houve o lançamento do Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG), em 2006 o lançamento do Portal da Inclusão Digital e da Metodologia de

Indicadores e Métricas de Serviços de Governo Eletrônico, em 2007 institucionalização do e-MAG, fazendo obrigatório seu uso no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP). Já em 2008 houve o lançamento de cartilhas com os “Padrões Brasil E-GOV”, que reúnem “boas práticas” seguida do lançamento do Portal de Convênios. No ano de 2009, cria-se o Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital (CGPID), sob coordenação da Casa Civil da Presidência da República e com a participação de oito ministérios. Posteriormente, em 2010, há o lançamento do Plano Nacional de Banda Larga, tendo como objetivos promover a inclusão digital e ampliar os serviços de e-Gov, visando facilitar aos cidadãos o uso dos serviços do Estado a partir da capacitação da população para o uso das tecnologias de informação, além de promover o acesso a serviços de conexão a internet em banda larga. Outro aspecto ponderado pelo autor, é em 2012 o lançamento do projeto-piloto das Cidades Digitais e em 2013 a inclusão das Cidades Digitais no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Destas observações fica pontuado que as ações e programas vêm caminhando no sentido de avanços sólidos e contínuos, mas que a utilização de governo eletrônico no Brasil, entretanto, mostra outra realidade, ou seja, de uma baixa utilização destes recursos.

Para Braga e Cruz (2012) as variáveis políticas também eram pontos a se observar, pois estas são associadas aos padrões diferenciais de uso da web pelos diferentes grupos de parlamentares, nos quais os autores perceberam à época a existência de uma dívida digital. Já no tocante a exclusão digital, Silva (2005), Freitas, Lima e Lima (2015) e Sampaio (2016) trazem ponderações sobre a estrutura governamental, aludindo aos elementos sociotécnicos como uso de celular, *sítes*, *apps* e elementos voltados àqueles excluídos digitalmente, ligando-os ao sucesso ou não dos processos participativos. Assim, as características organizacionais e de gestão da iniciativa repercutem diferentemente a depender das características da sociedade brasileira em que é vigente a iniciativa. Pontuado, portanto que a infraestrutura tecnológica e organizacional produz diferentes resultados para a inclusão ou exclusão de parcelas da sociedade e devem ser consideradas.

Em outra face, a vontade política é notada por Freitas, Lima e Lima (2015), Roberto (2015) e Sampaio (2016) como um elemento a observar-se em relação à inclusão ou exclusão social em dadas iniciativas. Por exemplo, a atenção dada à publicidade para Bragatto, Sampaio e Nicolas (2015) pode ser considerada como um fator de inclusão ou não de determinados públicos. Para os autores, não basta criar

oportunidades de participação, mesmo que oferecendo um bom design tecnológico e possibilidades de debate, é essencial que a iniciativa seja amplamente publicizada, valendo-se de diversas mídias, para que o cidadão comum tenha a noção da importância de sua participação e as informações necessárias para a participação. Ainda assim, outro ponto de análise é trazido por Freitas, Lima e Lima (2015) e Zanetti e Luzivotto (2018) e corresponde à vontade da população de participar.

4.4.3 Países, regiões, estados e municípios

Neste viés, 16 publicações foram contempladas e fazem ponderações acerca daquilo que pode ser observado em estudos sobre democracia digital e que apresentam elementos pertinentes às análises acerca de exclusão/inclusão digital e/ou social entre as diferentes localidades.

Para Ruediger (2003), existe uma dívida espacial em relação à acessibilidade e exclusão digital, esta vai de encontro ao problema da acessibilidade física aos sistemas de governo eletrônico até o acesso assimétrico a novos meios informacionais que traziam seu reflexo no local, afetando serviços, infraestrutura e a qualidade de vida, contribuindo para as disparidades socioeconômicas e espaciais que afetam a capacidade competitiva de uma cidade ou até do país, e com certeza do governo na provisão de bens de cidadania e *accountability*. Neste sentido, o caso da sociedade brasileira leva a uma tripla dívida, não apenas a dívida digital, também uma dívida espacial e uma dívida social.

A análise de Silva (2005) traz apontamentos sobre aspectos que devem ser observados a respeito das informações sobre inclusão digital, esta que vinha ganhando atenção do poder público, ainda dispunha de poucas informações sobre o tema no Brasil. O autor traz em sua análise sobre os portais das capitais brasileiras, categorizando-as em diferentes graus de evolução, acerca do tema da inclusão digital, pontuando nos níveis mais baixos aqueles que sequer faziam menção a programas de inclusão digital, daqueles que em um nível intermediário, tinham expressas as preocupações com o tema, para aqueles que, em um nível mais alto tinham ações efetivas dedicadas a diminuir a exclusão digital. À época da pesquisa, os melhores resultados foram encontrados apenas em duas capitais e estas não passavam do nível intermediário.

No estudo de Schlegel (2009), são comparadas algumas proposições em relação à exclusão digital, tomando por base o Brasil em relação a outros países. As variáveis abordadas correspondiam aos critérios socioeconômicos, à participação dos internautas brasileiros em relação a outros países, aos valores dos internautas brasileiros em relação à política e à democracia e ao número de usuários em comparação relativa com outros países. Foi percebido na pesquisa que no contexto brasileiro, a internet tende a dar voz a setores com maiores condições de fazer chegar seus *inputs* aos operadores do sistema político e formuladores de políticas públicas. E que a importância do “digital divide” deve ser relativizada por conta da menor diferenciação de opiniões entre quem está e quem não está conectado.

Nas pesquisas desenvolvidas por Santos e Cardoso (2009), Oliveira e Rossetto (2011), Becker (2013) e Ferracioli (2016) e Sampaio (2016), ao tratarem da exclusão digital, alguns pontos são trazidos à análise, permitindo compor comparação entre diferentes regiões. Entre estes, os diferentes IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) que podem ser observados nos estados ou cidades, além de outros específicos como o índice de analfabetismo, o número de usuários, e as dificuldades de acesso aos recursos digitais ou mesmo o oferecimento de espaços públicos e gratuitos para a utilização dos recursos digitais. Os resultados dizem que, para uma reflexão sobre a busca de universalização do acesso, é tão importante observar os números da inclusão, quanto é reconhecer quantitativa e qualitativamente a não inclusão. Pois a inclusividade ainda é restrita, seja em relação ao acesso ao computador ou ao conhecimento para operá-lo, as ferramentas de acessibilidade, que por vezes ficam geograficamente focalizadas ou circunscritas, como é o caso da região sudeste e sul que costumam apresentar melhores indicadores nestes quesitos.

4.4.4 Acesso e acessibilidade

Este subtópico trata diretamente sobre as questões abordadas nas publicações analisadas sobre as questões de acesso e acessibilidade em relação à inclusão ou não de determinados públicos, seja através de canais de participação, a apresentação e possibilidades de compreensão das iniciativas por variados perfis de público ou a vontade política e adequação às exigências no cumprimento da inclusão digital. Ao todo, foram 18 artigos que fizeram menção quanto à temática.

Quanto à questão de acesso e acessibilidade, Nabuco, Macedo e Ferreira (2009) e Santos e Cardoso (2009), Sampaio e Roballo (2010), Sampaio (2011), Abreu e Pinho (2014) e Rodegheri e Oliveira (2015), transpareceram em suas pesquisas a importância de observar-se a estrutura governamental. Por exemplo, se há o oferecimento de canais gratuitos para a participação cidadã como 0800, ou a difusão de informação e possibilidade de interação via SMS, se existem telecentros para suprir o acesso de populações menos favorecidas, se são ofertadas capacitações para incluir a parcela da sociedade excluída digitalmente, se nos processos de votação são ofertados quiosques para que a população sem acesso ao digital participe, ou ainda, se estes quiosques estão distribuídos pela cidade (em especial nas localidades mais necessitadas).

Outro ponto relativo à inclusão e exclusão digital em relação ao acesso e acessibilidade para Santos *et al* (2013), Silva e Rue (2015), Mitozo (2015), Freitas, Lima e Lima (2015) e Oliveira e Silva (2017) trata-se da análise da interface, da linguística e da navegação visual, denotando a necessidade de mudanças no *layout* dos portais e nos mecanismos de participação, tornando-os usuais e acessíveis a todos os cidadãos, incluindo também aqueles que apresentam alguma deficiência. Neste ponto, é importante notar que legalmente já existia uma série de exigências, como materiais audiovisuais, possibilidade de aumentar caracteres, ontologias próprias, barra de acessibilidade visível, entre outros.

Para Oliveira e Silva (2017), a questão da inclusão digital e política passa efetivamente pela vontade política pois necessita de ações dos próprios parlamentares e cumprimento das normativas e recomendações exaradas, principalmente quanto à temática da acessibilidade. À época, os autores denotam que os preceitos da governança com maior participação e universalização de oportunidades ficavam a miúdo, pois a ausência de acessibilidade excluía muitos atores sociais, especialmente as pessoas com deficiência, camada da população geralmente excluída das decisões políticas.

4.4.5 Critérios socioeconômicos

Outros pontos para análise que influem nos processos de inclusão e exclusão social e digital encontrados no *corpus* de análise tratam especificamente de critérios socioeconômicos e são abordados em 22 pesquisas que trazem a faixa etária; a renda

e o patrimônio; o gênero, cor e classe; e o grau de instrução como variáveis a serem observadas.

Na pesquisa realizada por Ruediger (2003), fica a observação de que se pode perceber uma utilização da razão extremamente baixa entre usuários e população, como também que aqueles que detinham o acesso limitavam-se àqueles com maior status social que tinham acesso a telefonia e computador. Posteriormente, no estudo de Freitas, Lima e Lima (2015), o perfil dos usuários participantes da pesquisa denota que além da maioria ser de homens brancos de meia idade altamente instruídos, estes possuíam altas rendas. Assim, a pesquisa realizada por Zanetti e Luzivotto (2018) considera que nem todos os cidadãos estão incluídos no cenário virtual de participação. Indicando que a inclusão digital é um desafio para o Brasil e não se pode considerar apenas a quantidade de acesso, mas as habilidades necessárias para manusear um computador e valer-se da internet como um meio de participação política.

Além da discrepância entre os usuários ordinários, fica evidenciado no estudo de Castro (2017) que os governantes com maiores recursos financeiros são aqueles que não necessariamente têm maior conhecimento para viabilizar suas campanhas e legislaturas nos meios digitais, mas são os com maiores rendas e patrimônios que tendiam a ter maior atuação na rede, valendo-se da contratação de equipes especializadas para atenderem seus objetivos nas redes.

Outro ponto observado por Sampaio, Maia e Marques (2010), Carreiro (2015) e Freitas, Lima e Lima (2015) denotam, além das questões de renda e patrimônio, outras discrepâncias em relação a inclusão que se atrelam com a questão de gênero, sendo mais proeminentemente incluídos os homens, as questões de classe, nas quais as classes menos avantajadas estão menos incluídas, e cor, para qual a população não branca tem piores condições de acesso e fruição dos espaços digitais. Outro fator de análise levantado também trata das questões referentes ao grau de instrução, sendo que aqueles com maior grau de instrução são notadamente os que mais estão incluídos digital e socialmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação sintetizou resultados encontrados por diversos pesquisadores sobre Democracia Digital. O intuito não foi avaliar o grau de inferência dos resultados encontrados a partir dos métodos e técnicas utilizadas. Também, não aspira a dar cabo de apresentar todos os resultados empíricos sobre Democracia Digital no Brasil, no entanto, apresenta os principais elementos presentes na literatura, no tocante às análises contruídas sobre observações empíricas da utilização das TICs nos diversos processos políticos nos primeiros 20 anos deste milênio.

Ainda que ofereça uma discussão sobre as possibilidades de avaliações de iniciativas de democracia digital, são reflexões iniciais com potencial para aprofundamento. Afinal, como avaliar iniciativas tão diferentes? Existiriam modelos abrangentes o suficiente para averiguar o funcionamento das iniciativas e os resultados produzidos por estas? Seria possível estabelecer índices, que, a depender do elemento (se presente ou não), seriam capazes de discernir em qual nível se encontram as iniciativas? Ou também, como avaliar se estas ou aquelas iniciativas oferecem mais possibilidades aos valores democráticos com a transparência, a participação ou a deliberação? Estas, entre outras questões, surgiram ao transcorrer deste estudo e devido às limitações da própria, não foram ensaiadas.

Considerando os resultados encontrados ao longo destas primeiras décadas do século XXI a partir da apropriação das TICs que estavam sendo amplamente difundidas e utilizadas por candidatos, eleitos, eleitores, usuários cidadãos, setor privado, sociedade civil organizada, sociedade civil não organizada e instituições. Pode-se tecer sobre **Direito e Liberdades** alguns apontamentos. Entre estes, é notório que houve a criação de todo um arcabouço legislativo, que de algumas formas se relaciona diretamente com as TICs.

No tocante à Lei, alguns destaques se fazem pertinentes e inferem diretamente sobre temáticas da Democracia Digital. E como fica perceptível nos resultados há nesta trajetória, grande parte dos esforços focados na transparência institucional, no entanto apesar da existência desta legislação, a cultura de prestação de contas é incipiente e a transparência fica aquém do esperado e previsto em leis. Em geral, o cumprimento às leis foi aumentando com o passar dos anos, destacando-se nos níveis federais e estaduais, e no âmbito do legislativo e do executivo. No entanto, excluindo-se as exceções, a transparência não é regra e o atendimento pleno

da legislação não é efetivo. Inclusive, no que se refere à acessibilidade, os estudos demonstram uma escassez de recursos garantidos por lei, na maioria dos casos.

Especificamente sobre dados abertos e governos abertos, o que resplandece na literatura é a criação de um contínuo de regulamentações, prevendo ontologias e vocabulários específicos. No entanto, há uma baixa adequação nacional quando comparadas a quadros internacionais, mesmo tendo, o Brasil, vigorado mais rapidamente leis de acesso à informação do que em outros países, os DGA brasileiros, ainda, necessitam de maior aporte legal, necessitam reduzir a dependência de softwares externos ao governo e precisam Adequar-se aos padrões exigidos.

Prosseguindo na temática dos dados abertos mas voltando-se para os processos de **Publicidade e Transparência**, os resultados apresentam que apesar de uma oferta de dados abertos em diversos níveis e esferas de poder, ou entidades como os Portais da Transparência, estes dados podem encontrar-se incompletos, comprometidos, parciais ou em condições de uso, não se existe um padrão. Mas existem dados disponibilizados em diversos formatos e que necessitam de variados recursos para sua fruição. Ao nível federal, pode-se falar em padronização mas esta não se dá por igual entre as casas legislativas, os judiciários e todo o executivo, apenas alguns elementos se mantêm. A maior parte das análises, aponta no geral para a ausência de dados abertos na maioria dos âmbitos e níveis.

No viés da comunicação política digital, de forma genérica, focalizando os espaços não necessariamente institucionais, algumas oportunidades são observadas. Como a possibilidade de valer-se das TICs para difusão de informação, para gerar engajamento e mobilização e oportunizar o debate público. Geralmente, estas ações se estabelecem através das redes sociais, websites de mídias, aplicativos cívicos, blogosfera ou da internet como um todo, abrangendo um caráter diverso de finalidades.

Tratando especificamente dos partidos, eleitos e candidatos, algumas nuances ocorreram ao longo dos 20 anos em relação ao uso e apropriação das TICs. Nos primeiros anos do milênio, o uso de tais recursos era tímido por todos estes atores que focalizavam essencialmente a difusão de informações via websites. O cenário prosseguiu e por volta de 2006 surgem as primeiras experiências significativas de uso, em especial por alguns candidatos. Mas as TICs começaram a ganhar força em 2008, quando alguns partidos começaram a investir mais em seus websites partidários, entregando aos usuários uma melhor navegação e difusão de informação. Por volta

de 2012, alguns deputados tanto ao nível federal quanto estadual e os senadores, utilizavam além de websites, as redes sociais para promoção de suas legislaturas e por volta de 2018, praticamente todos estavam em pelo menos um dos nichos, e ofereciam, em alguns casos, além de canal direto, recursos de áudio e vídeo.

Já no âmbito institucional, nas pesquisas de 2005, foram encontrados em alguns executivos municipais aqueles que recorriam aos websites para difundir informação. Tendência cada vez mais frequente, especialmente entre aqueles com maiores densidades populacionais. Em relação aos executivos estaduais, as pesquisas da primeira década do milênio indicam que a difusão de informação foi o principal expoente das utilizações das TICs. Fato que se repetiu tanto ao nível federal, estadual e municipal, no legislativo, judiciário e executivo, como também em entidades como os Tribunais de Conta e iniciativas como o e-democracia.

Se acima falava-se da utilização das TICs sempre em um movimento unidirecional, geralmente iniciando-se na instituição, entidade, ator político, organização, que possibilita ao cidadão, apenas acolher, ou não, determinado processo ou informação. Agora, no tocante à **Participação Civil**, aquele que era um simples receptor, começa a exercer atributos de usuário cidadão, participando ativamente e oferecendo inputs através das TICs, em diferentes ocasiões.

A literatura deixa transparecer alguns elementos essenciais a interações políticas digitais. Estas interações estão presentes tanto em iniciativas institucionais como sociais. No espectro social, a participação pode ocorrer através de blogs, websites, redes sociais, aplicativos. Por exemplo, a página no Facebook ou website de determinada mídia ou aplicativo cívico, que disponibiliza espaços para discussões, reclamações ou sugestões. Estas foram utilizadas como instrumentos para fazer pressão popular acerca de alguma ação específica ou atitude e/ou posicionamento de algum agente político.

Já na seara institucional, os recursos digitais continuam os mesmos (websites, redes sociais, aplicativos), no entanto, as possibilidades de participação ampliam-se. Nas próprias campanhas eleitorais alguns candidatos oportunizaram possibilidades de interação de forma mais efetiva a partir de 2010, notadamente a nível da corrida presidencial. Algumas candidaturas, inclusive utilizaram as TICs para conversar com possíveis eleitores, adaptando suas estratégias de campanha e até posicionamentos perante determinados inputs cidadãos. Além disso, os websites partidários também passaram a oferecer espaços para debate na primeira década do milênio. No entanto,

nem ao nível partidário, nem nas páginas dos parlamentares ou dos candidatos foram disponibilizados espaços propriamente voltados à deliberação.

É interessante notar que ao nível de interação política digital, alguns elementos são recorrentemente utilizados para estudar a conversão pública. A fim de avaliar a qualidade dos espaços de debate. Faz-se válido perceber que estas variáveis comportam-se diferentemente em diversas situações. Variando, se o espaço de debate está alojado em um blog, em uma página do Facebook, nos comentários do Twitter, em um website cívico ou institucional, nas páginas oficiais do governo, ou mesmo, se trata de um tema polêmico ou se a iniciativa oferece a efetividade da deliberação.

Quando o cidadão vence as barreiras e efetivamente participa, a literatura deixa alguns traços do perfil destes. Os cidadãos tendem a envolver-se através de debates, votações, mobilizações e ações que podem transcender o mundo digital, ganhando ruas, instituições, legislações, a mídia e a agenda política. Sendo que algumas temáticas são recorrentemente requisitadas por estes, envolvendo temas relacionados à saúde, educação e segurança. Apesar de uma cultura política baixa, a participação é diversa e já envolveu milhares de brasileiros, entretanto um perfil se sobressai sobre os outros, é do homem, de meia idade, branco, classe média e instruído.

As oportunidades de participação geralmente dão-se através de instrumentos específicos. Pode efetivar-se em uma consulta pública, ambientes digitais de debate, fóruns, ouvidorias, canais de votação, nos quais os cidadãos dialogam, reclamam, sugerem, opinam, “editam” leis e votam. As iniciativas ocorrem no âmbito da sociedade civil, do legislativo e do executivo, ao nível municipal, estadual e nacional. Diga-se de passagem, uma participação ainda reduzida, tanto em número de participantes como em empoderamento, perto do potencial existente relatado nas pesquisas.

O processo de deliberação ocorre geralmente de forma complexa e limitada para o participante. Este tem de se enquadrar em uma iniciativa, com um desenho, temáticas e oportunidades de participação pré-definidas. São raros os casos em que há diretamente o processo de votação. Algumas etapas tendem a anteceder o voto em si, como a publicização, trazendo ao público as informações acerca do assunto, convocando a um debate público ampliado. Para efetivamente votar, é normal e

desejável cadastrar-se, seguir determinadas regras, informar-se, debater e então votar.

Diversos estudos deflagraram as disparidades no tocante à utilização das TICs seja para divulgar informação, prestar contas e/ou para oferecer oportunidade de participação. Essas diferenças atenuam-se quanto à densidade populacional, no exemplo dos executivos, desenvolve-se uma apropriação mais profunda, daqueles municípios com populações maiores. Outra diferença se dá entre as regiões, para a qual o sudoeste e sul estão muito à frente do norte e nordeste, seja no tangente ao executivo ou legislativo, ao nível de estado ou de município. As diferenças se estabelecem também entre os diferentes cargos do legislativo, aparecendo níveis de apropriação maiores entre os cargos majoritários.

Quando notabiliza-se a abrangência apresentada nos estudos sobre as **Desigualdades**, fica evidente que esta se constitui sobre alguns elementos. As barreiras culturais são um dos aspectos que geram desigualdades, seja esta motivada pela relutância contra a inovação, ou o medo dos mandatários de perderem o domínio da agenda política, gerando processos de exclusão, privando o acesso e a participação de determinados públicos. Ademais, os aspectos políticos e/ou ideológicos também podem produzir desigualdades, pois se não existem políticas efetivas para a inclusão de públicos contundentemente excluídos, estes permanecem a margem dos processos. Como exemplo, se a publicidade de determinada iniciativa é direcionada a um público especializado, é certo que o usuário ordinário não será impactado e muito possivelmente exclua-se, por falta de conhecimento ou vontade de participar do processo.

Outro atenuante destas diferenças se faz presente na localização geográfica de determinada população, por exemplo, pessoas que vivem à margem dos grandes centros ou em áreas rurais geralmente têm uma menor inserção nas iniciativas de democracia digital estudadas. Constituída na condição das ausências, como não ter celular com acesso à internet, não ter como se locomover e disponibilizar tempo para participar das ações viabilizadas via iniciativa. A desigualdade também se apresenta globalmente, nos países centrais ao capitalismo a inclusão digital é mais proeminente, enquanto que em países mais periféricos como o Brasil, a exclusão digital aumenta, inclusive produzindo uma dependência das iniciativas brasileiras de tecnologia estrangeira.

Ainda sobre as desigualdades, a contundência dos aspectos relacionados a acesso e acessibilidade são tratados nas pesquisas e apresentam que por mais que a inclusão digital venha gradativamente prosperando ao longo dos anos, o número de excluídos digitalmente ainda é significativo, seja pela falta de estrutura, instrução e/ou condição. Denota-se que as ações que promoveram ativamente a inclusão de públicos excluídos, tenderam a produzir resultados mais significativos, diversos e abrangentes.

Outro limitante à inclusão digital são os critérios socioeconômicos que circunscrevem determinadas populações a uma maior exclusão, não apenas digital como social. Os resultados encontrados nas pesquisas ilustram que: quanto maior a idade, quanto menor a renda e o patrimônio, quanto menor o grau de instrução, ou se é mulher, negra(o), das classes C e D, maiores são as chances de ser excluído tanto digitalmente quanto socialmente. O que fica evidente é que além dos fatores socioeconômicos, os aspectos políticos, ideológicos, culturais, de localização geográfica e os fatores de acesso e acessibilidade estão diretamente relacionados aos processos, tanto de inclusão/exclusão digital quanto de inclusão/exclusão social na contemporaneidade. Resultados estes que contribuem positivamente para a hipótese proposta nesta pesquisa.

Por fim, nestes 20 anos analisados, foi possível perceber o espaço que vem sendo gradativamente ocupado pelas TICs, seja no âmbito da sociedade civil, do executivo, do legislativo e do judiciário. Diversas iniciativas foram desenvolvidas pautando-se em valores democráticos e valeram-se das TICs para efetivamente promover a transformação da realidade e da própria democracia. Desafios que anteriormente inviabilizavam a participação do cidadão comum na política vêm se dissolvendo diante dos recursos digitais, como a redução das distâncias, a capacidade de assimilar um volume muito grande de participação e informação, a facilidade da discussão assíncrona, multiplataforma, a velocidade da circulação de informações que fazem das TICs ferramentas essenciais às democracias contemporâneas, permitindo aos cidadãos participarem e até decidirem políticas públicas, assim como mobilizarem-se e reivindicarem direitos ou melhores condições de vida.

Com a superação destes antigos desafios, outros percalços aparecem no horizonte democrático. Estes vão de encontro à superficialidade das discussões políticas estabelecidas no meio digital, versam sobre a incipiência legislativa, sobre lentidão do poder público para lidar com as imposições da sociedade informacional, transpassam a resistência dos políticos à inovação e seu consecutivo receio de perder

o poder ou o significado de sua função e entre outras dificuldades, fenômenos como a ascensão de discursos de ódio, fake news e exclusão digital.

Para a pergunta que dá título a este trabalho, fica a reflexão: No Brasil, nos últimos 20 anos, que compreendem praticamente toda a existência da democracia digital como temática de estudo, foram efetuadas diversas ações que trouxeram profícuos resultados sociais através de iniciativas de democracia digital. Resumidamente, o destaque é para as possibilidades de publicidade e transparência viabilizadas através das TICs. A possibilidade de monitoramento de agentes políticos, instituições, contas públicas, entre outros. No entanto, por mais que o Estado tenha se tornado mais transparente e algumas regras venham mudando, o cidadão que hoje tem uma possibilidade maior de participação, muitas vezes fica circunscrito a receber informação e interagir em trocas argumentativas. Quando é permitido a este deliberar sobre algo, poucas são suas possibilidades dentro do escurtínio público. E mesmo com a população a deliberar, não existe a segurança de que o caminho seguido pelos governantes, será o escolhido pela população.

Focalizou-se trazer elementos presentes no panorama geral, captando aquilo que é essencial e aparece nas pesquisas sobre a DD. Para a área, os elementos apresentados podem favorecer a construção de avaliações de iniciativas ou índices de democracia digital que abranjam todos os níveis e âmbitos. Ademais, tratando de democracia digital, este é o primeiro trabalho a sintetizar os resultados encontrados no campo, ampliando o olhar e facilitando a observação de iniciativas, seus desenhos e possíveis impactos sociais. Para as pesquisas futuras, seriam pertinentes a atualização do banco de dados para abranger novas temáticas como polarização e inteligência artificial. Além disso, averiguar o grau de inferência das pesquisas analisadas através de modelos estatísticos, pesquisas documentais e estudos de campo e de caso, aumentariam a compreensão sobre a Democracia Digital e ampliariam os potenciais dos valores democráticos efetivados via participação cidadã nas iniciativas, favorecendo uma sociedade mais justa e equalitária.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. C. A. DE; PINHO, J. A. G. DE. Do analógico ao digital: democracia, internet e orçamento participativo. <http://seer.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6326>, 2013. Brasil. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/21965>>. Acesso em: 12/3/2024.
- ABREU, J. C. A. DE; PINHO, J. A. G. DE. Sentidos e significados da participação democrática através da Internet: uma análise da experiência do Orçamento Participativo Digital. **Revista de Administração Pública**, v. 48, p. 821–846, 2014. Fundação Getulio Vargas. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/LXGPpVbFxYCRj9L7SN697Lg/?lang=pt>>. Acesso em: 12/3/2024.
- AGUIAR, J. H. C. M. Das ruas às redes: análise sobre o lab.rio da prefeitura da cidade do rio de janeiro. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 6, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/politica/article/view/39744>>. Acesso em: 25/4/2024.
- ALBANO, C. S.; CRAVEIRO, G. DA S. Lições Aprendidas com a utilização de Dados Orçamentários em Formato Aberto: Um estudo exploratório no ecossistema Brasileiro. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 6, n. 3, p. 17–27, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/gep/article/view/9625>>. Acesso em: 12/3/2024.
- ALBANO, C. S.; REINHARD, N. Desafios para governos e sociedade no ecossistema brasileiro de dados governamentais abertos (DGA). **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, n. 67, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/41150>>. Acesso em: 12/3/2024.
- ALTHEMAN, F.; MARQUES, Â. C. S.; MARTINO, L. M. S. Comunicação nos movimentos insurgentes: conversações políticas on-line durante a ocupação de escolas em São Paulo. **Esferas**, n. 10, 2017. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/9332>>. Acesso em: 12/3/2024.
- ALTHEMAN, F.; MARTINO, L. M. S.; MARQUES, Â. C. S. O potencial deliberativo de conversações políticas sobre o Projeto de Lei do Ato Médico no Youtube. **Compolítica**, v. 3, n. 1, p. 45–70, 2013. Disponível em: <<https://revista.compolitica.org/index.php/revista/article/view/38>>. Acesso em: 12/3/2024.
- ALVES, J. B. M.; ROVER, A. J.; MEZZAROBIA, M. O portal e-democracia da Câmara dos Deputados como sistema sócio-tecnológico. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, n. 9, p. 24–43, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/19307532/O_portal_e_democracia_da_C%C3%A2mara_dos_Deputados_como_sistema_s%C3%B3cio_tecnol%C3%B3gico>. Acesso em: 12/3/2024.
- ANDRADE, R. G. DE; RAUPP, F. M. Transparência do legislativo local à luz da Lei de Acesso à Informação: evidências empíricas a partir dos maiores municípios

brasileiros. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 41, p. 85–130, 2017.

Disponível em:

<<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/4213>>. Acesso em: 12/3/2024.

ANDRADE, R. G. D.; RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. D. em busca da transparência ativa em câmaras: uma investigação nos maiores municípios brasileiros. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 10, n. 1, p. 003–020, 2017. Disponível em: <<http://asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/article/view/253/173>>. Acesso em: 12/3/2024.

ANGELI, A. TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO: quem é o cidadão que demanda a abertura de informações públicas no brasil? **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 7, 2016.

ANGELIS, F. Governança participativa em rede: O desafio do Estado em ouvir a cidadania. **Redes.com**, 2014. Disponível em:

<<https://plataformarevistascomunicacion.org/2014/10/governanca-participativa-em-rede-o-desafio-do-estado-em-ouvir-a-cidadania/>>. Acesso em: 21/3/2024.

ARAÚJO, R. DE P. A.; PENTEADO, C. L. C.; SANTOS, M. B. P. DOS. Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 22, p. 1597–1619, 2015. Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/RfLFVXx4Xr3k77G3H957BT/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12/3/2024.

BARBALHO, F. A. A emergência do campo de políticas públicas de dados abertos governamentais no Brasil. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 8, n. 20, p. 118–137, 2018. Disponível em:

<<https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1056>>. Acesso em: 12/3/2024.

BARROS, A. T. DE. Transparência digital nos parlamentos dos países de língua portuguesa. **Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política**, v. 24, n. 2, 2015.

Disponível em:

<<https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/451>>. Acesso em: 12/3/2024.

BARROS, A. T. DE; BERNARDES, C. B.; RODRIGUES, M. R. atuação parlamentar virtual: as estratégias dos deputados federais em seus websites. **E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, p. 18–42, 2015. Disponível em: <<https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/222>>. Acesso em: 12/3/2024.

BARROS, A. T. DE; MONTEIRO, A. R.; SANTOS, T. T. Audiências públicas interativas na Câmara dos Deputados: além da função informacional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 131–185, 2018. Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/xVWnFR9fJGyN5BPdPK79TQF/>>. Acesso em: 12/3/2024.

BARROS, S. Os desafios das consultas públicas online: lições do Marco Civil da Internet. **Liinc em Revista**, v. 12, n. 1, 2016. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3705>>. Acesso em: 12/3/2024.

BARROS, S.; CARREIRO, R. A discussão pública e as redes sociais online: o comentário de notícias no Facebook. **Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 17, n. 2, p. 174–185, 2015. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2015.172.05>>. Acesso em: 12/3/2024.

BARROS, S. A. R.; SAMPAIO, R. C. A confiança para a manutenção de uma inovação democrática: o caso do orçamento participativo digital de Belo Horizonte. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 22, n. 72, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/60133>>. Acesso em: 12/3/2024.

BECKER, M. Inclusão digital e governo eletrônico no Brasil: após 20 anos, muitos desafios. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação Sociedade e Cultura**, v. 1, 2013.

BEST, N. J.; RIBEIRO, M. M.; MATHEUS, R.; VAZ, J. C. Internet e a participação cidadã nas experiências de orçamento participativo digital no Brasil. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 9, n. 1, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/5115>>. Acesso em: 12/3/2024.

BRAGA, S.; CARLOMAGNO, M. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 07–62, 2018. Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/HShqCWG3ghZ7SrdPwPGMprq/>>. Acesso em: 12/3/2024.

BRAGA, S. S.; CRUZ, L. C. Elites parlamentares e novas tecnologias: um estudo sobre o uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros da 16ª legislatura (2007-2011). 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2596>>. Acesso em: 12/3/2024.

BRAGA, S. S.; FRANÇA, A. S. T.; CRUZ, L. C. Como os políticos brasileiros estão usando a internet para se comunicar e interagir com o eleitor? Um estudo sobre o uso da internet pelos candidatos às eleições de outubro de 2006 na região Sul do Brasil. **Política & Sociedade**, v. 6, n. 10, p. 219–242, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1692>>. Acesso em: 12/3/2024.

BRAGA, S. S.; FRANÇA, A. S. T.; NICOLÁS, M. A. Os partidos políticos brasileiros e a internet: uma avaliação dos websites dos partidos políticos do Brasil. **Revista de**

Sociologia e Política, v. 17, p. 183–208, 2009. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/gxLXcw6W7L9VJCgBWJGQh5s/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12/3/2024.

BRAGA, S. S.; NICOLÁS, M. A.; BECHER, A. R. Clientelismo, internet e voto : a campanha online dos candidatos a vereador no Brasil Meridional no pleito de outubro de 2008. , 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2831>>. Acesso em: 12/3/2024.

BRAGA, S. S.; NICOLÁS, M. A.; FRANÇA, A. S. Uso da internet e oportunidades de participação política virtual nas eleições municipais de outubro de 2008 no Brasil. **Revista Debates**, v. 5, n. 2, p. 117–117, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/22684>>. Acesso em: 12/3/2024.

BRAGA, C. F.; TUZZO, S. A. Dados abertos à brasileira: aspecto de uma cidadania denegada. **Comunicação & Inovação**, v. 18, n. 37, p. 48–65, 2017. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/4359>. Acesso em: 12/3/2024.

BRAGATTO, R. C.; SAMPAIO, R. C.; NICOLAS, M. A. A segunda fase da consulta do marco civil da internet: como foi construída, quem participou e quais os impactos? **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, v. 17, n. 1, p. 236–255, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/3385>>. Acesso em: 12/3/2024.

BRAGATTO, R. C.; SAMPAIO, R. C.; NICOLÁS, M. A. Inovadora e democrática. Mas e aí? Uma análise da primeira fase da consulta online sobre o Marco Civil da Internet. **Política e Sociedade**, v. 14, n. 29, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/21757984.2015v14n29p125/29412>>. Acesso em: 12/3/2024.

BRANDT, M. B.; VIDOTTI, S. A. B. G.; SEGUNDO, J. E. S. Modelo de dados abertos conectados para informação legislativa. **Informação & Sociedade**, v. 28, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/37979>>. Acesso em: 12/3/2024.

BRISOLA, A. C.; LEAL, T.; PACHECO, E.; CRISPINO, F. Internet e Participação: uma análise do Portal Gabinete Digital. **Anagrama**, v. 6, n. 1, p. 1–15, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/46359>>. Acesso em: 12/3/2024.

CAL, D. G. R.; SEREJO, E. S. A minha família existe? Deliberação e conversação política na internet. **Comunicação & Inovação**, v. 18, n. 37, p. 133–148, 2017. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/4503>. Acesso em: 12/3/2024.

CAPONE, L.; ITUASSU, A.; LIFSCHITZ, S.; MANNHEIMER, V. Superposters, especialização e serviço: a Primeira Consulta Pública do Marco Civil da Internet no

Twitter. **Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 19, n. 2, p. 263–276, 2017. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2017.192.11>>. Acesso em: 12/3/2024.

CAPONE, L. V.; ITUASSU, A.; PECORARO, C. Twitter e esfera pública: pluralidade e representação na discussão sobre o Marco Civil da internet. **Contracampo**, v. 33, n. 2, p. 86–86, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17549>>. Acesso em: 12/3/2024.

CARVALHO, F. C. DE; NICHOLS, B. W.; FONTES, G. S.; PINSAG, Y. Debate on-line em campanhas locais: os comentários no facebook sobre a eleição municipal de curitiba em 2016. **Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política**, v. 26, n. 3, 2017. Disponível em: <<https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/614>>. Acesso em: 12/3/2024.

CASTRO, T. M. A. DE. Os parlamentares mineiros e o uso dos canais digitais: uma comparação. 2017. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4841>>. Acesso em: 12/3/2024.

COIRO-MORAES, A. L.; FARIAS, V. V. M. O exercício da cidadania da ágora grega ao site de rede social digital. **Revista Extraprensa**, v. 11, n. 1, p. 74–91, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/122629>>. Acesso em: 12/3/2024.

COUTINHO, R. L. F. Instrumentos de participação cidadã na câmara dos deputados. **E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, p. 21–42, 2014. Disponível em: <<https://elegis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/164>>. Acesso em: 12/3/2024.

DALLARI, S. G.; AITH, F. M. A.; VENTURA, D. DE F. L.; et al. A e-democracia sanitária no Brasil: em busca da identificação de atores de mecanismos virtuais de participação na elaboração de normas de direito sanitário. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 943–949, 2016. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. Associação Paulista de Saúde Pública. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/RLKCWQhvtwJF33wp3sPtpGN/?lang=pt>>. Acesso em: 12/3/2024.

DE CARVALHO, F. C. Crítica de Mídia Online na Carta Capital. **ComTempo**, v. 7, 2015.

DIAS, D. L.; DOULA, S. M.; CARDOSO, P. O. Participação política nas redes sociais: um estudo entre jovens universitários. **Revista Sociais e Humanas**, v. 30, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/24940>>. Acesso em: 12/3/2024.

FARRANHA, A. C.; SANTOS, V. S.; REIS, J. C.; SANTOS, L. T. DOS. Democracia, participação e redes sociais digitais: desafios contemporâneos da política e do

direito. **Revista Jurídica**, v. 3, n. 44, p. 117–140, 2016. Disponível em: <<https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1740>>. Acesso em: 12/3/2024.

FERRACIOLI, P. Deliberando no mundo digital: uma análise sobre a deliberação quanto à maioria penal no E-democracia. **Temática**, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/29796>>. Acesso em: 12/3/2024.

FERRACIOLI, P.; RIZZOTTO, C. Está na pauta deliberar? uma análise da deliberação sobre a maioria penal na Folha de S. Paulo. **Comunicação & Informação**, v. 20, n. 1, p. 131–148, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/ci/article/view/39813>>. Acesso em: 12/3/2024.

FERNANDES, C. M.; OLIVEIRA, L. A. DE; GOMES, V. B.; SANTOS, D. L. V. DOS. A propaganda política no Facebook: O uso das fanpages pelos principais candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte. **Rizoma**, v. 6, n. 1, p. 74–88, 2018. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/9535>>. Acesso em: 12/3/2024.

FILHO, R. N. L.; SIMÕES, P. E. M.; SILVA, M. S. DA; CHAGAS, S. B. Accountability e governo eletrônico: uma análise sobre a participação popular. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 5, n. 2, p. 17–32, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/pca/article/view/10994>>. Acesso em: 12/3/2024.

FREITAS, C. S. DE; LIMA, F. F.; LIMA, F. Q. Os Desafios ao Desenvolvimento de um Ambiente para Participação Política Digital: o Caso de uma Comunidade Virtual Legislativa do Projeto e-Democracia no Brasil. **Organizações & Sociedade**, v. 22, p. 639–658, 2015. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/osoc/a/cmBvb6QFMQpj45B6VSbRbyK/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12/3/2024.

FREITAS, J. A. DE C.; BALANIUK, R.; SILVA, A. P. B. DA; SILVEIRA, V. S. DA. O ecossistema de dados abertos do governo federal: composição e desafios. **Ciência da Informação**, v. 47, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/3952>>. Acesso em: 12/3/2024.

GONÇALVES, I. A.; BRAGA, S. Internet e Política: Um Estudo Sobre O Uso Da Internet Pelos Parlamentares Da Região Sul Do Brasil. 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/78891283/Internet_e_Pol%C3%ADtica_Um_Estudo_Sobre_O_Uso_Da_Internet_Pelos_Parlamentares_Da_Regi%C3%A3o_Sul_Do_Brasil>. Acesso em: 12/3/2024.

IASULAITIS, S. *Internet e Propaganda Política no Brasil: limites e possibilidades*. **Estudos de Sociologia**, v. 12, n. 23, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/504>>. Acesso em: 12/3/2024.

IASULAITIS, S. Modalidades de participação política em websites eleitorais: uma análise de fóruns de discussão com uma proposta metodológica. **Revista Debates**, v. 6, n. 2, p. 173–173, 2012. Disponível em:
<<https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/23831>>. Acesso em: 12/3/2024.

ITUASSU, A.; CAPONE, L.; PARENTE, T.; PECORARO, C. Internet, eleições e democracia : o uso das redes sociais digitais por Marcelo Freixo na campanha de 2012 para a Prefeitura do Rio de Janeiro. , 2014. Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2812>>. Acesso em: 12/3/2024.

IZUMI, M.; MOREIRA, D. O texto como dado: desafios e oportunidades para as ciências sociais. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, , n. 86, p. 138–174, 2018. Disponível em:
<<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/455>>. Acesso em: 17/12/2024.

JAMBEIRO, O.; SOBREIRA, R.; MACAMBIRA, L. Informação, Participação Cívica e Controle da Gestão Pública: Análise dos Websites das Capitais Brasileiras. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, v. 14, n. 1, 2012. Disponível em:
<<https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/375>>. Acesso em: 12/3/2024.

JÚNIOR, F. T. M.; BALANIUK, R.; SILVA, A. P. B. DA; SILVEIRA, ITÓRIA S. DA. Avaliação da prontidão de dados para a abertura de dados das instituições públicas brasileiras: caso de uma instituição financeira pública brasileira. **Brazilian Journal of Information Studies**, 2018. Disponível em:
<<http://arquivistica.fci.unb.br/au/avaliacao-da-prontidao-de-dados-para-a-abertura-de-dados-das-instituicoes-publicas-brasileiras-caso-de-uma-instituicao-financeira-publica-brasileira/>>. Acesso em: 12/3/2024.

KLEIN, R. H.; KLEIN, D. C. B.; LUCIANO, E. M. Identificação de mecanismos para a ampliação da transparência em portais de dados abertos: uma análise no contexto brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, p. 692–715, 2018. Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/cebape/a/SbSdqx7HXRF4WKVTTRgCS4m/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12/3/2024.

LANDIM, I. C. Um estudo sobre a relação entre a Democracia Digital e a Participação Política a partir do debate sobre o Programa Mais Médicos no Facebook. **Mídia e Cotidiano**, v. 3, n. 3, p. 538–561, 2013. Disponível em:
<<https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9702>>. Acesso em: 12/3/2024.

LLAUDET, E.; IMAI, K. Data Analysis for Social Science: A Friendly and Practical Introduction. Princeton University Press, 2023.

MAIA, R. C. M.; REZENDE, T. A. S. Democracia e a ecologia complexa das redes sociais online: um estudo sobre discussões acerca do racismo e da homofobia. **Intexto**, 2015. Disponível em:
<<https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/57845>>. Acesso em: 12/3/2024.

MARQUES, Â. C. S.; NOGUEIRA, E. C. D. Estratégias de visibilidade utilizadas por movimentos sociais na internet. **Revista Comunicação Midiática**, v. 7, n. 2, p. 138–161, 2012. Disponível em:

<<https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/291>>.

Acesso em: 12/3/2024.

MARQUES, F. P. J. A. Internet, canais de participação e efeitos políticos: um estudo do Portal da Câmara. **Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 12, n. 2, p. 82–94, 2010.

Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/4669>>.

Acesso em: 12/3/2024.

MARQUES, F. P. J. A. Internet e oportunidades de participação política – Um exame dos websites de senadores brasileiros e norte-americanos. **Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 9, n. 3, p. 155–166, 2007. Disponível em:

<<https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5853>>. Acesso em:

12/3/2024.

MARQUES, F. P. J. A. Internet e participação política no caso do estado brasileiro: um relato de pesquisa. **Em Questão**, v. 15, n. 2, p. 219–247, 2009. Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/10932>>. Acesso em:

12/3/2024.

MARQUES, F. P. J. A.; MIOLA, E. Internet e Parlamento. Um estudo dos mecanismos de participação oferecidos pelo Poder Legislativo através de ferramentas online. **E-Compós**, v. 9, 2007. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/157>>.

Acesso em: 12/3/2024.

MARTINS, M. B. Mídias sociais e participação no regime democrático. **Revista Direito e Liberdade**, 2014. Disponível em:

<<https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/m%C3%ADdias-sociais-e-participa%C3%A7%C3%A3o-no-regime-democr%C3%A1tico>>. Acesso em:

12/3/2024.

MASSUCHIN, M. G.; MITOZO, I. B.; CARVALHO, F. C. DE. Eleições e debate político on-line em 2014: os comentários no Facebook do jornal O Estado de S. Paulo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 295–320, 2017. Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/bD6rQBP7L57N9Dk8F9rbH6c/?lang=pt>>.

Acesso em: 12/3/2024.

MASSUCHIN, M. G.; TAVARES, C. Q. Cobertura da greve paranaense no Facebook: engajamento dos leitores na página da Gazeta do Povo. **Revista FAMECOS**, v. 23, n. 2, p. ID22334–ID22334, 2016. Disponível em:

<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/22334>>.

Acesso em: 12/3/2024.

MATHEUS BARCELOS MARTINS. MÍDIAS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO NO REGIME DEMOCRÁTICO. **Revista Direito e Liberdade**, 2014. Disponível em:

<<https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/m%C3%ADdias-sociais-e>>

[participa%C3%A7%C3%A3o-no-regime-democr%C3%A1tico](#)>. Acesso em: 12/3/2024.

MELO, J. DOS S.; MELIS, M. F. M. DOS S. Análise da implementação da Política de Dados Abertos no âmbito do Poder Executivo Federal. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 11, 2017. Disponível em: <<https://www.reciis.iciict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1383>>. Acesso em: 12/3/2024.

MENDONÇA, R. F.; AMARAL, E. F. L. Racionalidade *online*: provimento de razões em discussões virtuais. **Opinião Pública**, v. 22, p. 418–445, 2016. Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/CWvHXhkkLfwDRnFHsrg3fWG/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12/3/2024.

MIOLA, E. Deliberação Online em Ambientes Institucionais: Um Estudo do Fórum de Discussão do Portal da Câmara dos Deputados. **Contemporanea**, v. 7, n. 2, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3640>>. Acesso em: 12/3/2024.

MITOZO, I. B. E-participação e mecanismos de interferência civil: o portal e-democracia e a discussão das leis do orçamento nacional. **E-Legis**, p. 51–71, 2015. Disponível em: <<https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/216>>. Acesso em: 12/3/2024.

MITOZO, I. B.; MASSUCHIN, M. G.; CARVALHO, F. C. DE. Debate político-eleitoral no Facebook: os comentários do público em *posts* jornalísticos na eleição presidencial de 2014. **Opinião Pública**, v. 23, p. 459–484, 2017. Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/XRwMs8YZywGPrSjwvBvP7xD/?lang=pt>>. Acesso em: 12/3/2024.

NABUCO, A. L.; MACEDO, A. L.; FERREIRA, R. N. A Experiência do Orçamento Participativo Digital em Belo Horizonte: O Uso das Novas Tecnologias no Fortalecimento da Democracia Participativa. **Revista Informática Pública**, 2009.

NAZÁRIO, D. C.; SILVA, P. F. DA; ROVER, A. J. Avaliação da qualidade da informação disponibilizada no Portal da Transparência do Governo Federal. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, v. 1, n. 6, p. 180-199, 2012. Disponível em: <<https://abcpública.org.br/biblioteca/avaliacao-da-qualidade-da-informacao-disponibilizada-no-portal-da-transparencia-do-governo-federal/>>. Acesso em: 12/3/2024.

NICHOLS, B. W. Radicalizar ou persuadir? A dinâmica dos comentários sobre Aécio, Dilma, Campos e Marina na página Folha de S. Paulo no Facebook durante a eleição presidencial em 2014. **Temática**, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/view/30674>>. Acesso em: 12/3/2024.

NOGUEIRA, J. P. F.; CASTRO, C. P. Internet, Democracia e Comunicação de Governo - análise do conteúdo da página do Facebook do Portal Brasil da Presidência da República. **Revista de Estudos da Comunicação**, v. 15, n. 37, 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/estudosdecomunicacao/article/view/22459>. Acesso em: 12/3/2024.

OLIVEIRA, G. F.; SILVA, R. L. DA. A acessibilidade como instrumento de participação política e inclusão digital na governança eletrônica: uma análise dos portais do Poder Legislativo brasileiro. **Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias**, v. 3, n. 1, p. 23–43, 2017. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadgnt/article/view/1940>. Acesso em: 12/3/2024.

OLIVEIRA, R. G. DE; ROSSETTO, G. Panorama do poder executivo estadual e suas contribuições para democracia digital no Brasil. **Revista Comunicação Midiática**, v. 6, n. 3, p. 131–149, 2011. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/320>. Acesso em: 12/3/2024.

PENTEADO, C. DE C.; NOBOA, L. F. Perspectivas sobre participação digital: uma análise de blogs de política no debate sobre o Enem. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, v. 6, n. 18, p. 5–26, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/15698>. Acesso em: 12/3/2024.

PENTEADO, C. L. DE C.; SANTOS, M. B. P.; ARAÚJO, R. DE P. A. Democracia, Sociedade Civil Organizada e internet: estratégias de articulação online da Rede Nossa São Paulo. **Sociologias**, v. 16, n. 36, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/49664>. Acesso em: 12/3/2024.

PERES, R. DE M. P.; BEDOR, C. S. DE M. H.; NASCIMENTO, D. M. R. DO; JOPIA, L. M. D. Accountability no Brasil: Um Estudo Comparativo com Dinamarca e México. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 12, n. 40, p. 243–270, 2018. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1111>. Acesso em: 12/3/2024.

PIMENTEL, G. H. H. Deliberação mediada sobre a redução da maioria penal no Brasil: emoção, razão e opinião pública. **Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual**, n. 33, p. 80–80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36988>. Acesso em: 12/3/2024.

PINHO, J. A. G. DE; ABREU, J. C. A. DE; WINKLER, I. (Re) categorizando a Política e a Internet no Brasil: uma investigação com um grupo de estudantes universitários. **Revista Contemporanea**, 2013. Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/21962>. Acesso em: 12/3/2024.

PRADO, J. M. K. DO; PINTO, A. L. Petições públicas online sobre bibliotecas e bibliotecários. **Em Questão**, p. 109–126, 2018. Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/75276>>. Acesso em: 12/3/2024.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. DE. Possibilidades de Participação no Legislativo Municipal por Meio de Portais Eletrônicos. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 17, n. 61, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/7177>>. Acesso em: 12/3/2024.

REGINALDO, T.; PACHECO, D. C.; BALDESSAR, M. J.; FRANZONI, A. M. B. Redução de riscos de desastres na prática: a participação da Defesa Civil e do município em plataformas digitais de redes sociais. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, , n. 9, 2013. Disponível em: <<https://scholar.google.com/scholar?cluster=4718659720570642330&hl=en&oi=scholar>>. Acesso em: 12/3/2024.

RIBEIRO, C. J. S.; PEREIRA, D. V. A publicação de dados governamentais abertos: proposta de revisão da classe sobre Previdência Social do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico. **Transinformação**, v. 27, p. 73–82, 2015. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tinf/a/qrRQ3fhG5tJw4gyczjr4wjg/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12/3/2024.

ROBERTO, G. Democracia Digital e TICs na Fanpage da Prefeitura de Goiânia. **Revista Panorama - Revista de Comunicação Social**, v. 5, n. 1, p. 42–55, 2015. Disponível em: <<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/panorama/article/view/4324>>. Acesso em: 12/3/2024.

ROCHA, L. C. DA; BRAGA, S. S. Novas Mídias e Partidos Políticos: Ação Política das Instituições Partidárias Brasileiras na Internet. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, v. 17, n. 17, p. 209–221, 2013. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistasmetodista/index.php/AUM/article/view/5512>>. Acesso em: 12/3/2024.

RODEGHERI, L. B.; OLIVEIRA, R. S. DE. A experiência do Gabinete Digital do Estado do Rio Grande do Sul e a construção da cibercidadania no Brasil. **Pensar**, v. 19, n.3, p. 72, 2015. Doi: 10.5020/2317-2150.2014.

RODRIGUES, A. A.; NEVES, S. M. F. Nas redes e nas ruas: o papel do facebook na articulação das manifestações. **Temática**, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/25726>>. Acesso em: 12/3/2024.

ROSSETTO, G. P. N.; CARREIRO, R. Democracia digital e sociedade civil: uma perspectiva do estado atual no Brasil. **Comunicação & Sociedade**, v. 34, n. 1, p. 273–296, 2012. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/2472>>. Acesso em: 12/3/2024.

ROSSETTO, G. P. N.; SILVA, M. P. A. E; CARREIRO, R. Democracia digital e participação: um estudo sobre iniciativas civis no Brasil. **Lumina**, v. 5, n. 2, 2011.

Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21006>>. Acesso em: 12/3/2024.

ROTHBERG, D.; VALENÇA, A. DA S. Comunicação pública para cidadania no avanço das redes sociais oficiais. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 13, n. 26, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/11044>>. Acesso em: 12/3/2024.

RUEDIGER, M. A. Governança democrática na era da informação. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 6, p. 1257 a 1280–1257 1280, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6522>>. Acesso em: 12/3/2024.

SAMPAIO, R. C. Democracia digital no Brasil: uma prospecção das iniciativas relevantes. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2367>>. Acesso em: 21/3/2024.

SAMPAIO, R. C. e-Orçamentos Participativos como iniciativas de e-solicitação: uma prospecção dos principais casos e reflexões sobre a e-Participação. **Revista de Administração Pública**, v. 50, p. 937–958, 2016. Fundação Getulio Vargas. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/VTPSgndhmspj4qMB59rVFzN/?lang=pt>>. Acesso em: 12/3/2024.

SAMPAIO, R. C. Instituições Participativas Online: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital. **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politica hoje/article/view/3819>>. Acesso em: 12/3/2024.

SAMPAIO, R. C. Os sites de notícia podem estimular a deliberação online? Um estudo dos comentários de leitores postados no Folha.com. **Brazilian Journalism Research**, 2012.

SAMPAIO, R. C. Quão deliberativas são discussões na rede?: um modelo de apreensão da deliberação online. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, p. 121–139, 2012. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/cSTBBjdFFN3zbM658TXQPZR/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12/3/2024.

SAMPAIO, R. C.; AZEVEDO, D. P. DE; ALMADA, M. P. Esfera civil e eleições 2010: uma análise de iniciativas online para maior controle civil. **Logos**, v. 18, n. 2, 2011. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/2265>>. Acesso em: 12/3/2024.

SAMPAIO, R. C.; BARROS, S. A. R. Deliberação no jornalismo online: um estudo dos comentários do Folha.com. **Intexto**, 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/16449/0>>. Acesso em: 12/3/2024.

SAMPAIO, R. C.; LARANJEIRAS, M. D. Deliberação Online em Fóruns de Discussão: Um estudo dos potenciais democráticos do Cidadão Repórter.

Contracampo, n. 22, p. 159–177, 2011. Disponível em:
<<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17216>>. Acesso em: 12/3/2024.

SAMPAIO, R. C.; MAIA, R. C. M.; MARQUES, F. P. J. A. Participação e deliberação na internet: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. **Opinião Pública**, v. 16, p. 446–477, 2010. Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/op/a/LG8BkH3qCYTyZx4XkyCJtfl/?lang=pt>>. Acesso em: 12/3/2024.

SAMPAIO, R. C.; ROBALLO, J. H. M. A internet como incremento da participação offline: Uma proposta de classificação para Orçamentos Participativos online. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 9, n. 1, 2010. Disponível em:
<<https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/5117>>. Acesso em: 12/3/2024.

SANTANA, R. S. Participação política online e offline nas eleições presidenciais de 2014 em Salvador. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 40, n. 3, 2017. Disponível em:
<<https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/2807>>. Acesso em: 12/3/2024.

SANTOS, A. C. P. DOS. O papel das mídias sociais digitais para o exercício do controle social: contribuições das plataformas colaborativas para o exercício da cidadania. **Revista Belas Artes**, v. 12, n. 2, 2013. Disponível em:
<<https://revistas.belasartes.br/revistabelasartes/article/view/251>>. Acesso em: 12/3/2024.

SANTOS, C. Q.; CARDOSO, A. M. P. Inclusão digital e desenvolvimento local. **Transinformação**, v. 21, p. 7–22, 2009. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/tinf/a/m8QRCWV8q3KgdsNLW38ZXNF/?lang=pt>>. Acesso em: 12/3/2024.

SANTOS, M. J. DOS; CARNIELLO, M. F.; OLIVEIRA, E. A. DE A. Q. Comunicação digital na gestão pública dos municípios da RMVP: acesso à informação, transparência e mecanismos de participação. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, 2013. Disponível em:
<https://www.academia.edu/82009275/Comunica%C3%A7%C3%A3o_digital_na_gest%C3%A3o_p%C3%BAblica_dos_munic%C3%ADpios_da_RMVP_acesso_%C3%A0_informa%C3%A7%C3%A3o_transpar%C3%Aancia_e_mecanismos_de_participa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 12/3/2024.

SANTOS, P. M.; BERNARDES, M. B.; ROVER, A. J.; MEZZAROBBA, O. Ranking dos tribunais de contas brasileiros: uma avaliação a partir dos padrões web em governo eletrônico. **Revista de Administração Pública**, v. 47, p. 721–744, 2013. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rap/a/yQcqZLbjtkjL5k73g3wcZVd/>>. Acesso em: 12/3/2024.

SANTOS, P. M.; CAVALHEIRO, A. F.; PAULA, G. DE. Avaliação dos Portais de Justiça Federais: um estudo baseado na métrica Lefis. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, 2012. Disponível em:

<<https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/publica%C3%A7%C3%A3o-avalia%C3%A7%C3%A3o-dos-portais-de-justi%C3%A7a-federais-um-estudo-baseado-na-m%C3%A9trica-lefis-0>>. Acesso em: 12/3/2024.

SANTOS, P. M.; ROVER, A. J. Potencial informacional e comunicacional dos portais governamentais: uma análise a partir de indicadores de e-democracia. **Ciência da Informação**, v. 45, n. 1, 2016. Disponível em:

<<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/3047>>. Acesso em: 12/3/2024.

SARMENTO, R. Sobre a cor de Machado e o corpo de Gisele: expressões políticas em espaços ordinários na internet. **Temática**, 2013. Disponível em:

<<https://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/view/21790>>. Acesso em: 12/3/2024.

SCHLEGEL, R. Internauta brasileiro: perfil diferenciado, opiniões indiferenciadas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, p. 137–157, 2009. Universidade Federal do Paraná. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/mfbRZ68JQ89vWFH5GBpSFSn/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12/3/2024.

SEGURADO, R.; LIMA, C. S. M. DE; AMENI, C. S. Regulamentação da internet: perspectiva comparada entre Brasil, Chile, Espanha, EUA e França. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 22, p. 1551–1571, 2014. Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/TrcdX6SmXCcNqBLCcR7rb7J/>>. Acesso em: 12/3/2024.

SERIDÓRIO, D. F.; LUVIZOTTO, C. K. Internet como espaço de deliberação e participação política. **Comunicação & Sociedade**, v. 39, n. 3, p. 79–110, 2017.

Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/7836>>. Acesso em: 12/3/2024.

SILVA, M. P. A. E; CARREIRO, R. A qualidade da informação pública: uma análise do grau de transparência dos portais de cinco estados brasileiros. **Comunicologia - Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília**, p. 03–24, 2013.

Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/5276>>. Acesso em: 12/3/2024.

SILVA, R. L. DA; RUE, L. A. DE LA. A acessibilidade nos sites do Poder Executivo estadual à luz dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência. **Revista de Administração Pública**, v. 49, p. 315–336, 2015. Fundação Getulio Vargas.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rap/a/87vRGkjb8qbsY563C4YZbjv/abstract/?lang=pt>>.

Acesso em: 12/3/2024.

SILVA, S. P. DA. Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. **Opinião Pública**, v. 11, p. 450–468, 2005. Centro

de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/xR5BtWZfQmg9Y8WbxPWCmhf/?lang=pt>>. Acesso em: 12/3/2024.

SILVA, W. G. DA; MACIEL, C.; CASTILHO, F. B. M. DE; GIRATA, N. N. H. Um método quantitativo para avaliar a adoção de Dados Abertos nos Tribunais de Contas do Brasil. **iSys - Brazilian Journal of Information Systems**, v. 9, n. 1, p. 33–57, 2016. Disponível em: <<https://seer.unirio.br/isys/article/view/5351>>. Acesso em: 12/3/2024.

SOUSA, C. H. P.; MARQUES, F. P. J. Deliberação on-line em contextos de disputa eleitoral : um estudo sobre as edições da Wikipédia durante as eleições de 2012 em São Paulo. , 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4635>>. Acesso em: 12/3/2024

SOUZA, A. B. D.; OUTEIRO, G. M. DE; ARAUJO, M. F. transparência pública: uma análise dos dados governamentais abertos nos municípios dos estados do Pará e São Paulo. **Caderno de Administração**, v. 13, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/41812>>. Acesso em: 12/3/2024.

TARGINO, M. DAS G.; CARVALHO, C. P. DE; GOMES, A. D. Centro de Mídia Independente Brasil: jornalismo cidadão e democracia representativa. **Comunicação & Inovação**, v. 9, n. 16, 2008. Disponível em: <https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/700>. Acesso em: 12/3/2024.

ZAGO, G. DA S.; BATISTA, J. C. Ativismo em redes sociais digitais: formas de participação em ações coletivas no ciberespaço. **Verso e Reverso**, v. 23, n. 52, 2009. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/5792>>. Acesso em: 12/3/2024.

ZANETTI, L. A.; LUZIVOTTO, C. K. Interação, participação e deliberação online: o caso do website Vote na Web. **Culturas Midiáticas**, v. 11, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/40744>>. Acesso em: 12/3/2024.

APÊNDICE 1 – COMANDOS 1º ETAPA

```
# Title: Base de dados
# Authors: Felipe Ganancin Piola
# Corresponding authors: piola.f.g(at)gmail( dot).com;
# Date: 2023-09-08

#packages

# Instale e carregue os pacotes necessários
install.packages(c("wordcloud2", "tm", "readxl", "readtext", "quanteda",
"quanteda.textmodels", "quanteda.corpora", "quanteda.textplots",
"quanteda.textstats", "topicmodels"))
devtools::install_github("hadley/emo")

library(wordcloud2)

library(tm)

library(readxl)

library(readtext)

library(quanteda)

library(quanteda.textmodels)

library(quanteda.corpora)

library(quanteda.textplots)

library(quanteda.textstats)

library(topicmodels)

# Especifique o caminho completo para o arquivo Excel (.xlsx)
caminho_arquivo <- "C:/R/Base de dados/Banco de dados- Democracia Digital no
Brasil.xlsx"

# Carregue o arquivo Excel em um dataframe
data_frame <- readxl::read_excel(caminho_arquivo)

# Combina as três colunas em uma única coluna de texto
data_frame$texto_completo <- paste(data_frame$`6 - Nome do artigo`,
data_frame$`7 - Palavras-chave do artigo`,
data_frame$`8 - Resumo do artigo`,
sep = " ")

# Crie um corpus a partir da coluna de texto combinada usando 'quanteda'
corpus <- corpus(data_frame$texto_completo)

# Tokenize o texto
```

```

tokens <- tokens(corpus, remove_punct = TRUE, remove_numbers = TRUE,
remove_hyphens = TRUE)
# Remova as stopwords em português
tokens <- tokens_remove(tokens, stopwords("pt"))
# Aplicar stemming aos tokens
tokens <- tokens_wordstem(tokens, language = "portuguese")
# Transformar todas as letras dos tokens em minúsculas
tokens <- tokens_tolower(tokens)
# Converta os tokens de volta para texto
texto_limpo <- unlist(lapply(tokens, function(x) paste(x, collapse = " ")))
# O objeto 'texto_limpo' agora contém o texto após a stemmingzação, a remoção de
números e stopwords
#SACO DE PALAVRAS
# Crie um corpus a partir do texto limpo
corpus <- Corpus(VectorSource(texto_limpo))
# Crie um objeto de documentos term-document matrix (dtm)
dtm <- DocumentTermMatrix(corpus)
# Crie uma matriz de termos
matriz_termos <- as.matrix(dtm)
# Crie uma matriz de frequência de termos
term_freq <- table(unlist(tokens))
# Crie a nuvem de palavras
wordcloud2(data = term_freq, size = 1.2)
#SIMILARIDAD ENTRE TOPICOS
# Carregue a biblioteca quanteda
library(quanteda)
# Crie um corpus a partir dos textos pré-processados
corpus <- corpus(texto_limpo)
# Crie um dfm (Document-Feature Matrix) a partir dos tokens
dfm <- dfm(tokens)
# Calcular a matriz de similaridade de cosseno
similaridade_cosseno <- textstat_simil(dfm, method = "cosine")
# Defina um limite de similaridade
limite_similaridade <- 0.7 # Ajuste conforme necessário

```

```

# Identificar tokens semelhantes
tokens_semelhantes <- list()
for (i in 1:(ncol(similaridade_cosseno) - 1)) {
  for (j in (i + 1):ncol(similaridade_cosseno)) {
    if (similaridade_cosseno[i, j] >= limite_similaridade) {
      tokens_semelhantes[[length(tokens_semelhantes) + 1]] <- c(
        colnames(dfm)[i],
        colnames(dfm)[j]
      )
    }
  }
}

# Exibir os pares de tokens semelhantes
tokens_semelhantes

#SIMILARIDADE ENTRE TEXTOS

# Calcular a matriz de similaridade de cosseno
similaridade_cosseno <- textstat_simil(dfm, method = "cosine")

# Encontre os textos mais próximos para cada texto
textos_proximos <- apply(similaridade_cosseno, 1, function(x) {
  ordenado <- order(x, decreasing = TRUE)
  textos_proximos <- names(ordenado[-1]) # Exclui o próprio texto
  return(textos_proximos)
})

# Visualize os textos mais próximos para o texto 1
indice_texto <- 1 # Índice do texto de interesse
textos_proximos_texto_1 <- textos_proximos[[indice_texto]]
print(textos_proximos_texto_1)

# Índice do texto de interesse
indice_texto <- 1

# Obtenha os índices dos textos mais próximos ao texto de interesse
textos_proximos_texto_1 <- order(similaridade_cosseno[indice_texto, ], decreasing =
TRUE)
textos_proximos_texto_1 <- textos_proximos_texto_1[-1] # Exclua o próprio texto

```

```

# Imprima os índices dos textos mais próximos
print(textos_proximos_texto_1)
install.packages("ggplot2")
# Carregue o pacote necessário
library(ggplot2)
# Crie uma representação MDS dos textos com base na similaridade de cosseno
mds <- cmdscale(1 - similaridade_cosseno, k = 2)
# Converta a matriz MDS em um dataframe
mds_df <- data.frame(X = mds[, 1], Y = mds[, 2], Texto =
rownames(similaridade_cosseno))
# Plote o gráfico de dispersão multidimensional (MDS)
ggplot(mds_df, aes(x = X, y = Y, label = Texto)) +
  geom_text() +
  ggtitle("Gráfico de Dispersão MDS")
# Para destacar os textos mais próximos do texto 1
text_indices <- c(indice_texto, textos_proximos_texto_1)
text_labels <- rownames(similaridade_cosseno)[text_indices]
ggplot(mds_df, aes(x = X, y = Y, label = Texto)) +
  geom_text() +
  geom_text(data = mds_df[text_indices, ], aes(x = X, y = Y, label = Texto), color =
"red") +
  ggtitle("Gráfico de Dispersão MDS com Destaque")

```

APÊNDICE 2 - CHECAGEM DOS ARTIGOS DE INTERESSE

Conjunto de palavra selecionado no Rstudio stemmingada

AVALI, ANALIS, ESTUD, DESENVOLV, DESEMPENH, IMPACT, EFETIV, MONITOR

Classificado
Dúvida
N Classificado
Exclusivo
N Consta
Referência

Conjunto de artigos selecionado no Rstudio por palavra de interesse - n=275
(1 - N. ref. Sampaio (2022) ou "1 - Org.")

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	13	14	15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	46	48	49	51	52	53	54	57	58	59	60	61	62	64	65
66	67	68	69	71	72	74	75	76	77	78	80	82	84	85	86	87	88	90
91	93	94	95	96	97	98	100	101	102	103	104	107	108	109	111	11		
3	114	115	116	118	119	120	121	122	125	126	128	129	131	132	13			
3	135	136	137	139	140	141	142	143	144	145	146	147	149	151	15			
2	154	155	156	157	160	161	162	163	165	167	168	170	171	172	17			
3	174	176	178	179	180	182	183	184	185	186	187	188	189	190	19			
2	193	194	196	198	199	200	201	202	203	205	206	207	208	210	21			
1	212	213	214	215	218	219	220	221	222	224	225	228	229	230	23			
2	233	235	236	237	238	239	240	242	244	245	247	248	249	250	25			
1	252	253	254	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	26			
8	269	272	275	276	278	279	281	282	283	284	285	286	287	288	28			
9	290	291	292	293	294	296	297	299	300	301	302	303	304	305	30			
6	308	309	310	311	313	315	316	317	318	319	320	321	322	323	32			
4	325	326	327	328	329	330	333	334	337	338	339	341	343	344	34			
5	346	347																

AVALI (Conjunto de artigos selecionado no Rstudio por palavra stemmingada)

1	3	4	5	7	8	9	13	15	16	18	19	23	32	40	57	58	65	71
72	76	78	80	82	84	87	94	95	97	102	111	122	136	140	147	160	180	182
185	186	190	192	206	208	251	252	260	268	283	288	289	292	293	300	306	311	313
322	327	328	329	330	339	347												

ANALIS (Conjunto de artigos selecionado no Rstudio por palavra stemmingada)

1	2	3	5	6	7	8	14	16	17	20	21	24	26	28	30	31	32	33
35	37	38	40	46	49													
52	57	59	61	62	65	66	67	69	72	77	85	86	88	90	91	94	96	98
101	109	115	118	120	125	126	128	131	132	133	135	140	142	143	144	145	147	151
152	156	157	161	165	167	170	176	178	179	193	194	196	203	207	211	215	220	224
229	230	233	235	236	237	238	239	240	242	249	250	253	257	259	261	266	267	269
272	275	284	289	290	292	293	297	303	308	316	319	321	323	327	328	329	330	334
338	344	346																

ESTUD (Conjunto de artigos selecionado no Rstudio por palavra stemmingada)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	15	18	21	22	23	24	25	26	27
32	36	38	41	42	48	49	51	52	53	54	59	60	61	64	65	69	72	74
84	88	91	94	95	96	97	98	101	102	104	108	109	113	121	126	129	132	136
139	141	145	147	149	154	162	167	168	171	172	173	174	179	184	185	187	188	190
192	193	199	200	201	203	206	207	208	210	211	214	218	221	222	224	225	228	233
236	238	242	244	249	250	254	259	260	263	265	266	268	269	272	276	278	281	284
285	286	289	290	294	296													
299	302	303	304	306	309	313	315	316	320	321	322	323	324	325	327	330	334	337
341	343	344	345															

DESENVOLV(Conjunto de artigos selecionado no Rstudio por palavra stemmingada)

5	10	20	39	44	51	54	58	62	74	75	77	78	82	84	93	97	100	101
103	115	120	126	139	140	143	155	157	163	174	176	180	182	183	189	190	194	198
202	208	211	212	213	218	219	232	236	238	242	245	254	257	258	263	264	275	279
282	283	287	289	291	294	301	303	305	309	315	316	318	321	324	327	328	329	330
333	334	345	347															

DESEMPENH(Conjunto de artigos selecionado no Rstudio por palavra stemmingada)

101	120	129	137	140	149	283	324
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

IMPACT (Conjunto de artigos selecionado no Rstudio por palavra stemmingada)

6	10	21	34	49	51	90	114	139	141	155	161	173	196	200	207	221	238	244
245	248	263	281	291	293	309	310	313										

EFETIV (Conjunto de artigos selecionado no Rstudio por palavra stemmingada)

1	24	29	43	93	107	111	116	119	120	121	133	139	174	178	192	229	233	242
247	257	259	261	262	265	284	289	290	296	300	305	306	317	320	323	326	327	330
343	344	346	347															

MONITOR (Conjunto de artigos selecionado no Rstudio por palavra stemmingada)

24	42	57	68	114	128	146	172	205	232	278	289	320
----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

APÊNDICE 3 – COMANDOS 2º ETAPA

```
# Title: Base de dados
# Authors: Felipe Ganancin Piola
# Corresponding authors: piola.f.g(at)gmail(dot).com;
# Date: 2024-01-15
# Instale e carregue os pacotes necessários, se ainda não tiver feito
install.packages(c("wordcloud2", "tm", "readxl", "readtext", "quanteda",
"quanteda.textmodels", "quanteda.corpora", "quanteda.textplots",
"quanteda.textstats", "topicmodels"))
devtools::install_github("hadley/emo")
library(wordcloud2)
library(tm)
library(readxl)
library(readtext)
library(quanteda)
library(quanteda.textmodels)
library(quanteda.corpora)
library(quanteda.textplots)
library(quanteda.textstats)
library(topicmodels)
# Especifique o caminho completo para o arquivo Excel (.xlsx)
caminho_arquivo <- "C:\\R\\Base de dados\\Filtrado - Palavras de Interesse - Banco
de dados- Democracia Digital no Brasil.xlsx"
caminho_arquivo <- file.choose()
# Carregue o arquivo Excel em um dataframe
data_frame <- readxl::read_excel(caminho_arquivo)
# Se não estiver instalado, instale o pacote "cluster"
if (!requireNamespace("cluster", quietly = TRUE)) {
  install.packages("cluster")
}
# Carregue o pacote "cluster"
library(cluster)
# TIPO DE ESTUDO + TÉCNICA UTILIZADA
```

```

# Selecione as colunas de interesse
colunas_interesse <- c("32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo", "34 - Tipo de técnica
utilizada no artigo")
dados_cluster <- data_frame[, colunas_interesse]
# Remova as linhas com valores NA, se necessário
dados_cluster <- na.omit(dados_cluster)
# Converta os dados para formato de matriz
matriz_dados <- as.matrix(dados_cluster)
# Obtenha o número de observações em seu conjunto de dados
numero_observacoes <- nrow(matriz_dados)
# Se não estiver instalado, instale o pacote "dplyr"
if (!requireNamespace("dplyr", quietly = TRUE)) {
  install.packages("dplyr")
}
# Carregue o pacote "dplyr"
library(dplyr)
# Selecione as colunas de interesse
colunas_interesse <- c("32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo", "34 - Tipo de técnica
utilizada no artigo")
dados_cluster <- data_frame[, colunas_interesse]
# Remova as linhas com valores NA, se necessário
dados_cluster <- na.omit(dados_cluster)
# Converta os dados para formato de matriz
matriz_dados <- as.matrix(dados_cluster)
# Crie um dataframe com as combinações
df_combinacoes <- as.data.frame(matriz_dados)
# Selecione as colunas de interesse
colunas_interesse <- c("32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo", "34 - Tipo de técnica
utilizada no artigo")
# Remova as linhas com valores NA, se necessário
dados_cluster <- na.omit(data_frame[, colunas_interesse])
# Converta os dados para formato de matriz
matriz_dados <- as.matrix(dados_cluster)
# Crie um dataframe com as combinações

```

```

df_combinacoes <- as.data.frame(matriz_dados)
# Conte a frequência das combinações
df_frequencia_combinacoes <- df_combinacoes %>%
  count(across(everything(), as.factor), name = "Frequência")
# Exiba o dataframe de frequência das combinações
print(df_frequencia_combinacoes)
# Se não estiver instalado, instale o pacote "ggplot2"
if (!requireNamespace("ggplot2", quietly = TRUE)) {
  install.packages("ggplot2")
}
# Carregue o pacote "ggplot2"
library(ggplot2)
# Crie um gráfico de barras
ggplot(df_frequencia_combinacoes, aes(x = `32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo`,
y = Frequência, fill = `34 - Tipo de técnica utilizada no artigo`)) +
  geom_bar(stat = "identity", position = "dodge") +
  labs(title = "Frequência de Combinações",
        x = "Tipo de Estudo",
        y = "Frequência") +
  theme_minimal()
# VERTENTE + OBJETO POLITICO/SOCIAL + OBJETO TECNOLÓGICO
# Selecione as colunas de interesse
colunas_interesse <- c("27 - Tipo de vertente", "28 - Objeto político ou social
predominante analisado no artigo", "29 - Objeto tecnológico predominante analisado
no artigo")
# Crie um novo dataframe com as colunas de interesse
dados_cluster <- data_frame[, colunas_interesse]
# Remova as linhas com valores NA, se necessário
dados_cluster <- na.omit(dados_cluster)
# Se não estiver instalado, instale o pacote "cluster"
if (!requireNamespace("cluster", quietly = TRUE)) {
  install.packages("cluster")
}
# Carregue o pacote "cluster"

```

```

library(cluster)
# Remova as linhas com valores NA, se necessário
dados_cluster <- na.omit(dados_cluster)
# Converta os dados para formato de matriz
matriz_dados <- as.matrix(dados_cluster)
# Obtenha o número de observações em seu conjunto de dados
numero_observacoes <- nrow(matriz_dados)
# Se não estiver instalado, instale o pacote "dplyr"
if (!requireNamespace("dplyr", quietly = TRUE)) {
  install.packages("dplyr")
}
# Carregue o pacote "dplyr"
library(dplyr)
# Selecione as colunas de interesse
colunas_interesse <- c("27 - Tipo de vertente", "28 - Objeto político ou social
predominante analisado no artigo", "29 - Objeto tecnológico predominante analisado
no artigo")
dados_cluster <- data_frame[, colunas_interesse]
# Remova as linhas com valores NA, se necessário
dados_cluster <- na.omit(dados_cluster)
# Converta os dados para formato de matriz
matriz_dados <- as.matrix(dados_cluster)
# Crie um dataframe com as combinações
df_combinacoes <- as.data.frame(matriz_dados)
# Selecione as colunas de interesse
colunas_interesse <- c("27 - Tipo de vertente", "28 - Objeto político ou social
predominante analisado no artigo", "29 - Objeto tecnológico predominante analisado
no artigo")
# Remova as linhas com valores NA, se necessário
dados_cluster <- na.omit(data_frame[, colunas_interesse])
# Converta os dados para formato de matriz
matriz_dados <- as.matrix(dados_cluster)
# Crie um dataframe com as combinações
df_combinacoes <- as.data.frame(matriz_dados)

```

```

# Conte a frequência das combinações
df_frequencia_combinacoes <- df_combinacoes %>%
  count(across(everything(), as.factor), name = "Frequência")
# Exiba o dataframe de frequência das combinações
print(df_frequencia_combinacoes)
# Se não estiver instalado, instale o pacote "ggplot2"
if (!requireNamespace("ggplot2", quietly = TRUE)) {
  install.packages("ggplot2")
}
# Carregue o pacote "ggplot2"
library(ggplot2)
# Crie um gráfico de barras
ggplot(df_frequencia_combinacoes, aes(x = `27 - Tipo de vertente`, y = Frequência,
fill = `28 - Objeto político ou social predominante analisado no artigo`, text = `29 -
Objeto tecnológico predominante analisado no artigo`)) +
  geom_bar(stat = "identity", position = "dodge") +
  labs(title = "Frequência de Combinações",
    x = "Tipo de Estudo",
    y = "Frequência") +
  theme_minimal() +
  geom_text(aes(label = `29 - Objeto tecnológico predominante analisado no artigo`),
position = position_dodge(width = 0.9), vjust = -0.5)
# DOS ESTUDOS EMPÍRICOS: ABORDAGEM TEÓRICA + MÉTODO + TÉCNICA
# Carregue o pacote "dplyr"
library(dplyr)
# Filtrar linhas onde "32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo" é igual a "2"
dados_filtrados <- data_frame[data_frame$`32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo` ==
2, ]
# Selecione as colunas de interesse para análise
colunas_interesse_filtradas <- c("31 - Abordagem teórica predominante no artigo", "33
- Tipo de método utilizado no artigo", "34 - Tipo de técnica utilizada no artigo")

# Remova as linhas com valores NA, se necessário
dados_cluster_filtrados <- na.omit(dados_filtrados[, colunas_interesse_filtradas])

```

```

# Converta os dados para formato de matriz
matriz_dados_filtrados <- as.matrix(dados_cluster_filtrados)
# Crie um dataframe com as combinações filtradas
df_combinacoes_filtradas <- as.data.frame(matriz_dados_filtrados)
# Conte a frequência das combinações
df_frequencia_combinacoes_filtradas <- df_combinacoes_filtradas %>%
  dplyr::count(across(everything(), as.factor), name = "Frequência")
# Exiba o dataframe de frequência das combinações filtradas
print(df_frequencia_combinacoes_filtradas)
# Adicione a coluna "Frequência" ao df_frequencia_combinacoes_filtradas
df_frequencia_combinacoes_filtradas$Frequencia <-
df_frequencia_combinacoes_filtradas$Frequência
# Exiba o dataframe atualizado
print(df_frequencia_combinacoes_filtradas)
# Filtrar linhas onde "32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo" é igual a "2"
dados_filtrados <- data_frame[data_frame$`32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo` ==
2, ]
# Selecione as colunas de interesse para análise
colunas_interesse_filtradas <- c("31 - Abordagem teórica predominante no artigo", "33
- Tipo de método utilizado no artigo", "34 - Tipo de técnica utilizada no artigo")
# Remova as linhas com valores NA, se necessário
dados_cluster_filtrados <- na.omit(dados_filtrados[, colunas_interesse_filtradas])
# Converta os dados para formato de matriz
matriz_dados_filtrados <- as.matrix(dados_cluster_filtrados)
# Crie um dataframe com as combinações filtradas
df_combinacoes_filtradas <- as.data.frame(matriz_dados_filtrados)
# Conte a frequência das combinações
df_frequencia_combinacoes_filtradas <- df_combinacoes_filtradas %>%
  count(across(everything(), as.factor), name = "Frequência")
# Exiba o dataframe de frequência das combinações filtradas
print(df_frequencia_combinacoes_filtradas)
# DOS QUE USAM ESTATISTICA: TIPO DE ESTATISTICA + TÉCNICA + MÉTODO
# Filtrar linhas onde "35 - Aplicou estatística?" é igual a "1"

```

```

dados_filtrados_estatistica <- data_frame[data_frame$`35 - Aplicou estatística?` == 1,
]
# Selecione as colunas de interesse para análise
colunas_interesse_estatistica <- c("36 - Qual o tipo de estatística?", "34 - Tipo de
técnica utilizada no artigo", "33 - Tipo de método utilizado no artigo")
# Remova as linhas com valores NA, se necessário
dados_cluster_filtrados_estatistica <- na.omit(dados_filtrados_estatistica[,
colunas_interesse_estatistica])
# Converta os dados para formato de matriz
matriz_dados_filtrados_estatistica <- as.matrix(dados_cluster_filtrados_estatistica)
# Crie um dataframe com as combinações filtradas
df_combinacoes_filtradas_estatistica <-
as.data.frame(matriz_dados_filtrados_estatistica)
# Conte a frequência das combinações
df_frequencia_combinacoes_filtradas_estatistica <-
df_combinacoes_filtradas_estatistica %>%
  dplyr::count(across(everything(), as.factor), name = "Frequência")
# Adicione a coluna "Frequência" ao df_frequencia_combinacoes_filtradas_estatistica
df_frequencia_combinacoes_filtradas_estatistica$Frequencia <-
df_frequencia_combinacoes_filtradas_estatistica$Frequência
# Exiba o dataframe atualizado
print(df_frequencia_combinacoes_filtradas_estatistica)
# DOS ESTUDOS EMPÍRICOS: OBJETOS + TÉCNICA + TEMPO
install.packages("dplyr")
library(dplyr)
# Filtrar linhas onde "32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo" é igual a "2"
dados_filtrados <- data_frame[data_frame$`32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo` ==
2, ]
# Selecione as colunas de interesse para análise
colunas_interesse_filtradas <- c("29 - Objeto tecnológico predominante analisado no
artigo",
                                "34 - Tipo de técnica utilizada no artigo",
                                "5 - Ano")
# Remova as linhas com valores NA, se necessário

```

```

dados_cluster_filtrados <- na.omit(dados_filtrados[, colunas_interesse_filtradas])
# Converta os dados para formato de matriz
matriz_dados_filtrados <- as.matrix(dados_cluster_filtrados)
# Crie um dataframe com as combinações filtradas
df_combinacoes_filtradas <- as.data.frame(matriz_dados_filtrados)
# Conte a frequência das combinações
df_frequencia_combinacoes_filtradas <- df_combinacoes_filtradas %>%
  dplyr::count(across(everything(), as.factor), name = "Frequência")
# Exiba o dataframe de frequência das combinações filtradas
print(df_frequencia_combinacoes_filtradas)
# Adicione a coluna "Frequência" ao df_frequencia_combinacoes_filtradas
df_frequencia_combinacoes_filtradas$Frequencia <-
df_frequencia_combinacoes_filtradas$Frequência
# Exiba o dataframe atualizado
print(df_frequencia_combinacoes_filtradas)
# DOS ESTUDOS EMPÍRICOS: OBJETOS + TEMPO
# Filtrar linhas onde "32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo" é igual a "2"
dados_filtrados <- data_frame[data_frame$`32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo` ==
2, ]
# Selecione as colunas de interesse para análise
colunas_interesse_filtradas_objeto <- c("29 - Objeto tecnológico predominante
analizado no artigo", "5 - Ano")
# Remova as linhas com valores NA, se necessário
dados_cluster_filtrados_objeto <- na.omit(dados_filtrados[,
colunas_interesse_filtradas_objeto])
# Converta os dados para formato de matriz
matriz_dados_filtrados_objeto <- as.matrix(dados_cluster_filtrados_objeto)
# Crie um dataframe com as combinações filtradas
df_combinacoes_filtradas_objeto <- as.data.frame(matriz_dados_filtrados_objeto)
# Conte a frequência das combinações
df_frequencia_combinacoes_filtradas_objeto <- df_combinacoes_filtradas_objeto
%>%
  dplyr::count(across(everything(), as.factor), name = "Frequência")

```

```

# Exiba o dataframe de frequência das combinações filtradas
print(df_frequencia_combinacoes_filtradas_objeto)
# Adicione a coluna "Frequência" ao df_frequencia_combinacoes_filtradas_objeto
df_frequencia_combinacoes_filtradas_objeto$Frequencia <-
df_frequencia_combinacoes_filtradas_objeto$Frequência
# Exiba o dataframe atualizado
print(df_frequencia_combinacoes_filtradas_objeto)
# DOS ESTUDOS EMPÍRICOS: TÉCNICA + TEMPO
# Filtrar linhas onde "32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo" é igual a "2"
dados_filtrados <- data_frame[data_frame$`32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo` ==
2, ]
# Selecione as colunas de interesse para análise
colunas_interesse_filtradas_tecnica <- c("34 - Tipo de técnica utilizada no artigo", "5 -
Ano")
# Remova as linhas com valores NA, se necessário
dados_cluster_filtrados_tecnica <- na.omit(dados_filtrados[,
colunas_interesse_filtradas_tecnica])
# Converta os dados para formato de matriz
matriz_dados_filtrados_tecnica <- as.matrix(dados_cluster_filtrados_tecnica)
# Crie um dataframe com as combinações filtradas
df_combinacoes_filtradas_tecnica <- as.data.frame(matriz_dados_filtrados_tecnica)
# Conte a frequência das combinações
df_frequencia_combinacoes_filtradas_tecnica <- df_combinacoes_filtradas_tecnica
%>%
  dplyr::count(across(everything(), as.factor), name = "Frequência")
# Exiba o dataframe de frequência das combinações filtradas
print(df_frequencia_combinacoes_filtradas_tecnica)
# Adicione a coluna "Frequência" ao df_frequencia_combinacoes_filtradas_tecnica
df_frequencia_combinacoes_filtradas_tecnica$Frequencia <-
df_frequencia_combinacoes_filtradas_tecnica$Frequência
# Exiba o dataframe atualizado
print(df_frequencia_combinacoes_filtradas_tecnica)
# DOS ESTUDOS EMPÍRICOS: OBJETOS + TÉCNICA + N. ref. Sampaio (2022)
install.packages("dplyr")

```

```

library(dplyr)
# Filtrar linhas onde "32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo" é igual a "2"
dados_filtrados <- data_frame[data_frame$`32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo` ==
2, ]
# Selecione as colunas de interesse para análise
colunas_interesse_filtradas <- c("29 - Objeto tecnológico predominante analisado no
artigo",
                                "34 - Tipo de técnica utilizada no artigo",
                                "1 - N. ref. Sampaio (2022)")
# Remova as linhas com valores NA, se necessário
dados_cluster_filtrados <- na.omit(dados_filtrados[, colunas_interesse_filtradas])
# Etapa 1: Gerar possíveis combinações e calcular a frequência
df_frequencia_combinacoes <- dados_cluster_filtrados %>%
  dplyr::count(across(c("29 - Objeto tecnológico predominante analisado no artigo",
                        "34 - Tipo de técnica utilizada no artigo")), name = "Frequência")
# Exiba o dataframe de frequência das combinações
print(df_frequencia_combinacoes)
# Etapa 2: Identificar e apresentar as linhas (textos) para cada combinação
textos_por_combinacao <- dados_cluster_filtrados %>%
  group_by(across(c("29 - Objeto tecnológico predominante analisado no artigo",
                    "34 - Tipo de técnica utilizada no artigo")) %>%
    summarize(Frequencia = n(), # Adiciona a coluna de frequência
              Textos = list(`1 - N. ref. Sampaio (2022)`))
# Exiba o dataframe de textos por combinação
print(textos_por_combinacao)
# Etapa 3: Visualizar todos os números nos conjuntos
for (i in seq_along(textos_por_combinacao$Textos)) {
  cat("Combinação", i, ": ", unlist(textos_por_combinacao$Textos[[i]]), "\n")
}
# Definir a opção max.print para um número grande
options(max.print = 10000)
# DOS ESTUDOS EMPÍRICOS: ABORDAGEM TEÓRICA + MÉTODO + TÉCNICA +
OBJETOS + TEMPO
# Filtrar linhas onde "32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo" é igual a "2"

```

```

dados_filtrados <- data_frame[data_frame$`32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo` ==
2, ]
# Selecione as colunas de interesse para análise
colunas_interesse_filtradas <- c("28 - Objeto político ou social predominante analisado
no artigo",
                                "29 - Objeto tecnológico predominante analisado no artigo",
                                "33 - Tipo de método utilizado no artigo",
                                "34 - Tipo de técnica utilizada no artigo",
                                "5 - Ano")
# Remova as linhas com valores NA, se necessário
dados_cluster_filtrados <- na.omit(dados_filtrados[, colunas_interesse_filtradas])
# Converta os dados para formato de matriz
matriz_dados_filtrados <- as.matrix(dados_cluster_filtrados)
# Crie um dataframe com as combinações filtradas
df_combinacoes_filtradas <- as.data.frame(matriz_dados_filtrados)
# Conte a frequência das combinações
df_frequencia_combinacoes_filtradas <- df_combinacoes_filtradas %>%
  dplyr::count(across(everything(), as.factor), name = "Frequência")
# Exiba o dataframe de frequência das combinações filtradas
print(df_frequencia_combinacoes_filtradas)
# Download dos textos completos de interesse
# Instale e carregue os pacotes necessários
install.packages(c("wordcloud2", "tm", "readxl", "readtext", "quanteda",
"quanteda.textmodels", "quanteda.corpora", "quanteda.textplots",
"quanteda.textstats", "topicmodels"))
devtools::install_github("hadley/emo")
library(wordcloud2)
library(tm)
library(readxl)
library(readtext)
library(quanteda)
library(quanteda.textmodels)
library(quanteda.corpora)
library(quanteda.textplots)

```

```

library(quantda.textstats)
library(topicmodels)
# Escolher o arquivo Excel interativamente
caminho_arquivo <- file.choose()
# Carregar o arquivo Excel em um dataframe
data_frame <- readxl::read_excel(caminho_arquivo)
# Se não estiver instalado, instale o pacote "cluster"
if (!requireNamespace("cluster", quietly = TRUE)) {
  install.packages("cluster")
}
# Carregue o pacote "cluster"
library(cluster)
# Filtrar as linhas onde "32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo" é igual a "2"
dados_filtrados <- data_frame[data_frame$`32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo` ==
2, ]
# Diretório local onde você deseja salvar os PDFs (usuário escolhe)
diretorio_destino <- choose.dir()
# Loop sobre os URLs e faça o download dos PDFs
for (i in seq_along(dados_filtrados$`2 - URL`)) {
  url <- dados_filtrados$`2 - URL`[i]
  # Obter o número de referência associado ao URL correspondente
  num_referencia <- gsub("[^0-9]", "", dados_filtrados$`1 - N. ref. Sampaio (2022)`[i])
  # Extraia o nome do arquivo do URL
  nome_arquivo <- paste0("Artigo_", num_referencia, ".pdf")
  # Crie o caminho completo para salvar o arquivo
  caminho_destino <- file.path(diretorio_destino, nome_arquivo)
  # Faça o download do PDF
  tryCatch({
    download.file(url, caminho_destino, mode = "wb")
    cat("Download bem-sucedido:", nome_arquivo, "\n")
  }, error = function(e) {
    cat("Erro ao fazer o download da URL:", url, "\n")
  })
}

```

```

# DOS ESTUDOS EMPÍRICOS: TÉCNICA + OBJETOS com ANO E REFERÊNCIA
library(dplyr)
library(tidyr)
# Supondo que `dados_filtrados` já tenha sido criado com a filtragem desejada
# Selecionar colunas de interesse, sem remover NA ainda
colunas_interesse <- c("1 - N. ref. Sampaio (2022)",
                      "5 - Ano",
                      "29 - Objeto tecnológico predominante analisado no artigo",
                      "34 - Tipo de técnica utilizada no artigo")
dados_interesse <- dados_filtrados[, colunas_interesse]
# Gerar combinações únicas e contar suas frequências
dados_combinacoes <- dados_interesse %>%
  na.omit() %>%
  group_by(`29 - Objeto tecnológico predominante analisado no artigo`,
           `34 - Tipo de técnica utilizada no artigo`) %>%
  summarise(Frequência = n(),
            `Refs` = paste(`1 - N. ref. Sampaio (2022)` , collapse = ", "),
            `Anos` = paste(`5 - Ano`, collapse = ", "), .groups = 'drop')
# Exibir o resultado
print(dados_combinacoes)

```

APÊNDICE 4 – COMANDOS 3ª ETAPA

```
# Title: Base de dados
# Authors: Felipe Ganancin Piola
# Corresponding authors: piola.f.g(at)gmail(dot).com;
# Date: 2024-02-12
# Instale e carregue os pacotes necessários
install.packages(c("wordcloud2", "tm", "readxl", "readtext", "quanteda",
"quanteda.textmodels", "quanteda.corpora", "quanteda.textplots",
"quanteda.textstats", "topicmodels"))
devtools::install_github("hadley/emo")
library(wordcloud2)
library(tm)
library(readxl)
library(readtext)
library(quanteda)
library(quanteda.textmodels)
library(quanteda.corpora)
library(quanteda.textplots)
library(quanteda.textstats)
library(topicmodels)
# DOWNLOAD DOS TEXTOS COMPLETOS DE INTERESSE
# Escolher o arquivo Excel interativamente
caminho_arquivo <- file.choose()
# Carregar o arquivo Excel em um dataframe
data_frame <- readxl::read_excel(caminho_arquivo)
# Se não estiver instalado, instale o pacote "cluster"
if (!requireNamespace("cluster", quietly = TRUE)) {
  install.packages("cluster")
}
# Carregue o pacote "cluster"
library(cluster)
# Filtrar as linhas onde "32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo" é igual a "2"
```

```

dados_filtrados <- data_frame[data_frame$`32 - Tipo de Estudo utilizado no artigo` ==
2, ]
# Diretório local onde você deseja salvar os PDFs (usuário escolhe)
diretorio_destino <- choose.dir()
# Loop sobre os URLs e faça o download dos PDFs
for (i in seq_along(dados_filtrados$`2 - URL`)) {
  url <- dados_filtrados$`2 - URL`[i]
  # Obter o número de referência associado ao URL correspondente
  num_referencia <- gsub("[^0-9]", "", dados_filtrados$`1 - N. ref. Sampaio (2022)`[i])
  # Extraia o nome do arquivo do URL
  nome_arquivo <- paste0("Artigo_", num_referencia, ".pdf")
  # Crie o caminho completo para salvar o arquivo
  caminho_destino <- file.path(diretorio_destino, nome_arquivo)
  # Faça o download do PDF
  tryCatch({
    download.file(url, caminho_destino, mode = "wb")
    cat("Download bem-sucedido:", nome_arquivo, "\n")
  }, error = function(e) {
    cat("Erro ao fazer o download da URL:", url, "\n")
  })
}
# DOS ESTUDOS EMPÍRICOS: TÉCNICA + OBJETOS com ANO E REFERÊNCIA
library(dplyr)
library(tidyr)
# Supondo que `dados_filtrados` já tenha sido criado com a filtragem desejada
# Selecionar colunas de interesse, sem remover NA ainda
colunas_interesse <- c("1 - N. ref. Sampaio (2022)",
  "5 - Ano",
  "29 - Objeto tecnológico predominante analisado no artigo",
  "34 - Tipo de técnica utilizada no artigo")
dados_interesse <- dados_filtrados[, colunas_interesse]
# Gerar combinações únicas e contar suas frequências
dados_combinacoes <- dados_interesse %>%
  na.omit() %>%

```

```
group_by(`29 - Objeto tecnológico predominante analisado no artigo`,  
         `34 - Tipo de técnica utilizada no artigo`) %>%  
summarise(Frequência = n(),  
          `Refs` = paste(`1 - N. ref. Sampaio (2022)`, collapse = ", "),  
          `Anos` = paste(`5 - Ano`, collapse = ", "), .groups = 'drop')  
# Exibir o resultado  
print(dados_combinacoes)
```

APÊNDICE 5 – Vertente, objeto político/social e objeto tecnológico

Vertente, objeto político/social e objeto tecnológico	Frequência
Social	75
Instituições de accountability (MP, polícia federal, autarquias, CGU)	1
Outros (wiki, peer to peer)	1
Sociabilidade	2
Internet	2
Governo (executivo)	2
Internet	1
Websites	1
Mobilizações orgânicas (passeatas, mobilizações orgânicas/espontâneas/efêmeras, como #15M, #elenao)	5
Internet	2
Websites	1
Mídias sociais (Orkut, facebook, twitter, youtube, instagram)	2
Movimento sociais, organizações cívicas (inclui o MBL, VemPraRua etc.)	6
Internet	4
Websites	1
Mídias sociais (Orkut, facebook, twitter, youtube, instagram)	1
Outros	8
Internet	6
Mídia	2
Campanhas eleitorais	9
Internet	1
Websites	2
Mídias sociais (Orkut, facebook, twitter, youtube, instagram)	6
Políticas (públicas) de comunicação/Economia política	11
Internet	3
Websites	4
Mídias sociais (Orkut, facebook, twitter, youtube, instagram)	2
Dados abertos	2
Esfera civil não-organizada*	31
Internet	6
Outros (wiki, peer to peer)	1
Mídia	1
Websites	6
Blog (Fotolog, Blogger, WordPress, Tumblr ou Medium)	1
Fórum e chats	4
Mídias sociais (Orkut, facebook, twitter, youtube, instagram)	12
Institucional	109
Judiciário	2
Websites	2
Partidos	2
Websites	2
Elites políticas	5
Outros (wiki, peer to peer)	2
Websites	3

Campanhas eleitorais	6
Internet	2
Websites	2
Mídias sociais (Orkut, facebook, twitter, youtube, instagram)	2
Outros	6
Internet	1
Outros (wiki, peer to peer)	1
Websites	2
Dados abertos	2
Instituições de accountability (MP, polícia federal, autarquias, CGU)	7
Internet	1
Outros (wiki, peer to peer)	1
Websites	3
Mídias sociais (Orkut, facebook, twitter, youtube, instagram)	1
Dados abertos	1
Esfera civil não-organizada*	11
Internet	1
Websites	8
Fórum e chats	1
Mídias sociais (Orkut, facebook, twitter, youtube, instagram)	1
Parlamento/legislativo	15
Websites	13
Fórum e chats	1
Dados abertos	1
Políticas (públicas) de comunicação/Economia política	16
Internet	8
Websites	5
Fórum e chats	1
Dados abertos	2
Governo (executivo)	39
Internet	4
Outros (wiki, peer to peer)	1
Websites	21
Fórum e chats	1
Mídias sociais (Orkut, facebook, twitter, youtube, instagram)	5
Open Source e Software Livre	1
Dados abertos	6
Total Geral	184

APÊNDICE 6 – Método, técnica e abordagem teórica

Método, técnica e abordagem teórica	Frequência
Bibliográfico	12
Análise de conteúdo	4
Teoria da democracia digital	1
Participação (formal/governos)	1
Inclusão/exclusão digital	2
Análise documental	1
Teoria da democracia digital	1
Trabalho teórico	1
Transparência e informação	1
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	6
Transparência e informação	1
Participação (formal/governos)	2
Engajamento/mobilização	2
Identidade, sociabilidade e cidadania	1
Quanti/Quali	25
Survey/questionários	1
Transparência e informação	1
Entrevistas em profundidade	2
Transparência e informação	2
Análise do discurso	1
Teoria da democracia digital	1
Análise de conteúdo	16
Transparência e informação	4
Accountability e Representação	1
Teoria da democracia digital	1
Participação (formal/governos)	3
Deliberação/conversação política	4
Capital social e cultura política	1
Estratégia política e eleitoral	2
Análise documental	1
Engajamento/mobilização	1
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	4
Teoria da democracia digital	3
Estratégia política e eleitoral	1
Quantitativo	44
Survey/questionários	4
Participação (formal/governos)	3
Inclusão/exclusão digital	1
Análise do discurso	1
Deliberação/conversação política	1
Análise de conteúdo	32
Transparência e informação	4
Accountability e Representação	4
Teoria da democracia digital	3

Participação (formal/governos)	6
Deliberação/conversação política	11
Engajamento/mobilização	2
Identidade, sociabilidade e cidadania	1
Estratégia política e eleitoral	1
Análise documental	3
Teoria da democracia digital	1
Participação (formal/governos)	1
Identidade, sociabilidade e cidadania	1
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	4
Accountability e Representação	1
Participação (formal/governos)	2
Deliberação/conversação política	1
Qualitativo	63
Survey/questionários	2
Engajamento/mobilização	1
Identidade, sociabilidade e cidadania	1
Etnografia/observação participante/Pesquisa Ação	4
Transparência e informação	2
Engajamento/mobilização	1
Inclusão/exclusão digital	1
Entrevistas em profundidade	4
Transparência e informação	3
Participação (formal/governos)	1
Análise do discurso	5
Participação (formal/governos)	2
Deliberação/conversação política	3
Análise de conteúdo	38
Transparência e informação	8
Teoria da democracia digital	5
Participação (formal/governos)	12
Deliberação/conversação política	9
Engajamento/mobilização	2
Identidade, sociabilidade e cidadania	1
Estratégia política e eleitoral	1
Análise documental	4
Transparência e informação	2
Participação (formal/governos)	2
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	6
Transparência e informação	2
Teoria da democracia digital	1
Engajamento/mobilização	1
Inclusão/exclusão digital	1
Economia Política/Políticas de Comunicação	1
Total Geral	144

APÊNDICE 7 – Uso de estatística, método e técnica

Uso de estatística, método e técnica	Frequência
Estatística univariada	6
Qualitativo	2
Análise de conteúdo	2
Quanti/Quali	4
Análise de conteúdo	2
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	2
(3) Estatística Bivariada e/ou GLV	15
Quantitativo	13
Survey/questionários	2
Análise do discurso	1
Análise de conteúdo	10
Qualitativo	1
Análise de conteúdo	1
Quanti/Quali	1
Análise de conteúdo	1
Frequência simples	69
Quantitativo	28
Survey/questionários	2
Análise de conteúdo	20
Análise documental	3
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	3
Qualitativo	20
Survey/questionários	1
Etnografia/observação participante/Pesquisa Ação	2
Análise de conteúdo	15
Análise documental	2
Bibliográfico	4
Análise de conteúdo	2
Não se aplica	2
Quanti/Quali	17
Entrevistas em profundidade	2
Análise do discurso	1
Análise de conteúdo	12
Análise documental	1
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	1
Total Geral	90

APÊNDICE 8 – Objeto tecnológico ao longo dos anos

Objeto tecnológico ao longo dos anos	Frequencia
2018	12
Internet	1
Outros	1
Websites	5
Mídias sociais	1
Dados abertos	4
2017	20
Internet	2
Websites	8
Fórum e chats	1
Mídias sociais	7
Dados abertos	2
2016	15
Internet	2
Outros	2
Websites	6
Mídias sociais	3
Dados abertos	2
2015	21
Internet	1
Outros	1
Websites	10
Fórum e chats	1
Mídias sociais	6
Dados abertos	2
2014	17
Internet	4
Outros	1
Websites	5
Mídias sociais	5
Open Source e Software Livre	1
Dados abertos	1
2013	15
Internet	2
Websites	8
Fórum e chats	1
Mídias sociais	4
2012	13
Internet	2
Websites	8
Fórum e chats	2
Mídias sociais	1
2011	9

Websites	7
Fórum e chats	1
Mídias sociais	1
2010	6
Internet	1
Websites	4
Fórum e chats	1
2009	7
Internet	2
Outros	1
Websites	4
2008	2
Mídia	1
Websites	1
2007	4
Websites	3
Mídias sociais	1
2006	1
Internet	1
2005	1
Websites	1
2003	1
Websites	1
Total Geral	144

APÊNDICE 9 – Técnica ao longo dos anos

Técnica ao longo dos anos	Frequencia
2003	1
Entrevistas em profundidade	1
2005	1
Análise de conteúdo	1
2006	1
Não se aplica	1
2007	4
Análise de conteúdo	3
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	1
2008	2
Análise do discurso	1
Análise de conteúdo	1
2009	7
Survey/questionários	1
Etnografia/observação participante/Pesquisa Ação	1
Entrevistas em profundidade	1
Análise de conteúdo	3
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	1
2010	6
Análise de conteúdo	4
Análise documental	1
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	1
2011	9
Análise de conteúdo	8
Análise documental	1
2012	13
Survey/questionários	1
Análise do discurso	1
Análise de conteúdo	8
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	3
2013	15
Survey/questionários	1
Análise do discurso	1
Análise de conteúdo	9
Análise documental	2
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	2
2014	17
Etnografia/observação participante/Pesquisa Ação	1
Análise do discurso	1
Análise de conteúdo	9
Análise documental	2
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica*	4
2015	21

Survey/questionários	2
Etnografia/observação participante/Pesquisa Ação	1
Entrevistas em profundidade	2
Análise do discurso	1
Análise de conteúdo	12
Análise documental	1
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	2
2016	15
Análise do discurso	1
Análise de conteúdo	11
Análise documental	1
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	2
2017	20
Survey/questionários	2
Etnografia/observação participante/Pesquisa Ação	1
Análise do discurso	1
Análise de conteúdo	13
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	3
2018	12
Entrevistas em profundidade	2
Análise de conteúdo	8
Análise documental	1
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica*	1
Total Geral	144

APÊNDICE 10 – Técnica e objeto tecnológico

Técnica e objeto tecnológico	Frequencia
Não se aplica	1
Internet	1
Etnografia/observação participante/Pesquisa Ação	4
Internet	2
Websites	1
Dados abertos	1
Entrevistas em profundidade	6
Websites	2
Dados abertos	4
Análise do discurso;	7
Mídia	1
Websites	1
Mídias sociais	5
Survey/questionários	7
Internet	3
Websites	3
Mídias sociais	1
Análise documental	9
Internet	1
Outros	1
Websites	5
Open Source e Software Livre	1
Dados abertos	1
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica*	20
Internet	5
Outros	3
Websites	7
Fórum e chats	1
Mídias sociais	3
Dados abertos	1
Análise de conteúdo	90
Internet	6
Outros	2
Websites	52
Fórum e chats	6
Mídias sociais	20
Dados abertos	4
Total Geral	144

APÊNDICE 11 – Objeto tecnológico e técnica ao longo dos anos

Rótulos de Linha	Soma de Frequência
2003	1
Websites	1
Entrevistas em profundidade	1
2005	1
Websites	1
Análise de conteúdo	1
2006	1
Internet	1
Não se aplica	1
2007	4
Websites	3
Análise de conteúdo	3
Mídias sociais	1
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	1
2008	2
Mídia	1
Análise do discurso	1
Websites	1
Análise de conteúdo	1
2009	7
Internet	2
Survey/questionários	1
Etnografia/observação participante/Pesquisa Ação	1
Outros	1
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	1
Websites	4
Entrevistas em profundidade	1
Análise de conteúdo	3
2010	6
Internet	1
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	1
Websites	4
Análise de conteúdo	3
Análise documental	1
Fórum e chats	1
Análise de conteúdo	1
2011	9
Websites	7
Análise de conteúdo	6
Análise documental	1
Fórum e chats	1
Análise de conteúdo	1
Mídias sociais	1

Análise de conteúdo	1
2012	13
Internet	2
Análise de conteúdo	1
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	1
Websites	8
Survey/questionários	1
Análise de conteúdo	6
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	1
Fórum e chats	2
Análise de conteúdo	1
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	1
Mídias sociais	1
Análise do discurso	1
2013	15
Internet	2
Survey/questionários	1
Análise de conteúdo	1
Websites	8
Análise de conteúdo	4
Análise documental	2
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	2
Fórum e chats	1
Análise de conteúdo	1
Mídias sociais	4
Análise do discurso	1
Análise de conteúdo	3
2014	17
Internet	4
Etnografia/observação participante/Pesquisa Ação	1
Análise de conteúdo	1
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	2
Outros	1
Análise de conteúdo	1
Websites	5
Análise do discurso	1
Análise de conteúdo	4
Mídias sociais	5
Análise de conteúdo	3
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	2
Open Source e Software Livre	1
Análise documental	1
Dados abertos	1
Análise documental	1
2015	21
Internet	1

Análise de conteúdo	1
Outros	1
Análise documental	1
Websites	10
Survey/questionários	2
Etnografia/observação participante/Pesquisa Ação	1
Análise de conteúdo	5
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	2
Fórum e chats	1
Análise de conteúdo	1
Mídias sociais	6
Análise do discurso	1
Análise de conteúdo	5
Dados abertos	2
Entrevistas em profundidade	2
2016	15
Internet	2
Análise de conteúdo	1
Análise documental	1
Outros	2
Análise de conteúdo	1
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	1
Websites	6
Análise de conteúdo	6
Mídias sociais	3
Análise do discurso	1
Análise de conteúdo	2
Dados abertos	2
Análise de conteúdo	1
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	1
2017	20
Internet	2
Survey/questionários	1
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	1
Websites	8
Análise de conteúdo	6
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	2
Fórum e chats	1
/	1
Mídias sociais	7
Survey/questionários	1
Análise do discurso	1
Análise de conteúdo	5
Dados abertos	2
Etnografia/observação participante/Pesquisa Ação	1
Análise de conteúdo	1

2018	12
Internet	1
Análise de conteúdo	1
Outros	1
Análise heurística/hermenêutica/fenomenológica/histórica	1
Websites	5
Análise de conteúdo	4
Análise documental	1
Mídias sociais	1
Análise de conteúdo	1
Dados abertos	4
Entrevistas em profundidade	2
Análise de conteúdo	2
Total Geral	144

APÊNDICE 12 – RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS EMPÍRICOS PRODUZIDOS PELAS INICIATIVAS DE DEMOCRACIA DIGITAL NO BRASIL

4.1 DIREITO E LIBERDADE

Este tópico alude a categoria do INCT.DD (2020) no tocante a direitos e liberdades, enfatizando algumas temáticas como: o direito e a liberdade de expressar-se e participar dentro dos contextos democráticos; a disparidade em relação aos temas entre entidades e nações; algumas especificidades do direito em relação aos dados abertos noções de acessibilidade; as exigências legais e a evolução legislativa de interesse direto à democracia digital. Compelida na análise dos trechos retirados dos resultados das publicações, totalizaram 33 fontes e 122 trechos selecionados sobre esta categoria.

4.1.1 Governo aberto, dados abertos e transparência

No subtópico em questão, 5 artigos fizeram menção especificamente à legislação. Angeli (2016), Silva et al (2016) e Freitas et al (2018) refletem que existe um contínuo de regulamentação sobre os dados abertos governamentais. Ainda, para Silva et al (2016) alguns municípios criaram leis complementares às nacionais para abordarem os DGA, porém a falta de legislação específica possibilita a criação de interpretações próprias dentro de cada órgão. Em outra ótica, Angeli (2016) comenta que no Brasil a lei de acesso à informação entrou em vigor rapidamente, diferentemente de outros países.

Noutra perspectiva, Albano e Reinhard (2015) frisam, a partir de entrevistas com pessoas envolvidas com a temática, uma dependência do DGA, de softwares externos ao governo, ressaltando que há legislações criadas objetivando sustentar os DGA, mas ainda assim, os programas de DGA necessitam de maior suporte legal. Já nos estudos de Ribeiro e Pereira (2015), Freitas et al (2018) fica o alerta de que existe legislação e/ou planos que preveem ontologias e vocabulários próprios a serem reutilizados em DGA. No entanto, para Freitas et al (2018) há uma baixa adequação dos órgãos nacionais em relação aos padrões exigidos nas legislações e planos de DGA. Indicando ainda em sua pesquisa que além dos repositórios oficiais .gov, outros

repositórios podem existir concomitantemente, de acordo com a legislação, para publicizar os respectivos dados governamentais.

4.1.2 Acessibilidade

Ao todo foram 8 artigos ao abordar o tema da acessibilidade, em diferentes níveis, instituições e iniciativas, de forma que ao analisar a interface do sites dos tribunais de contas estaduais, Santos et al (2013), percebem ali um bom nível de desenvolvimento, já quanto a navegação consideram seu desenvolvimento insuficiente, pois utilizam-se pobremente de recursos de áudio e vídeo, além de muitas vezes não atenderem a Cartilha de Usabilidade.

Especificamente, Alves, Rover e Mezzaroba (2013), ao tratarem do Portal e-democracia, nos dizem que este oferece recursos de áudio e vídeo. Enquanto no TRF 5° Região, Santos, Cavalheiro e Paula (2012) encontraram presentes as ferramentas de tradução para diversos idiomas. De forma mais abrangente, Oliveira e Silva (2017) percebem como ausente ou pouco presente os recursos de acessibilidade nos sites tanto dos legislativos federais quanto dos estaduais.

Nas publicações sobre os sites dos executivos estaduais, Oliveira e Rossetto (2011) apresentam que os recursos de acessibilidade são escassos, por exemplo, oferecem apenas a função de aumentar e diminuir fonte nos estados AC, DF, ES, MT, PI e RN. Enquanto no AM foram identificados outros recursos de acessibilidade. E, em relação a interface, percebem um bom nível de desenvolvimento nos sites do AC, PR, RS, RO, GO. Tal qual, os autores Silva e Rue (2015) ao analisarem sites dos executivos estaduais ponderaram que a visibilidade dos recursos de acessibilidade, por vezes se fazem ausentes ou não existem, encontrando em sua pesquisa recursos de acessibilidade presentes apenas nos sites dos executivos do PR e MG. Mas, exceto esses 2 casos, a Cartilha de Usabilidade é pouco utilizada na maioria dos sites do executivo a nível de estado, apesar dos sites SP, RJ, DF, SC, PR e MG disponibilizarem a barra de acessibilidade. Santos e Rover (2016) complementam que ferramentas de tradução foram encontradas apenas no site de SP e recursos de áudio e vídeo em SC. Desta forma, os estudos de Silva e Rue (2015), Santos e Rover (2016) salientam que recursos de acessibilidade estão ausentes ou pouco presentes nos executivos estaduais analisados. Ainda sobre estes sites Braga e Tuzzo (2017) analisam que o nível de desenvolvimento da navegação nos sites é insuficiente.

4.1.3 Disparidade entre entidades federativas, instituições e outros

Ao total foram 10 artigos a abordar o subtópico apresentando algumas diferenças significativas entre o desenho das iniciativas, a vontade da população, entre às eleições, entidades e nações.

No tocante às diferenças, Ruediger (2003), Pinho, Abreu e Winkler (2013) e Dias, Doula e Cardoso (2017), apontaram que a baixa participação da população pode dar-se devido a falta de interesse da própria, ou ao funcionamento e/ou design da iniciativa, trazendo diferenças entre as possíveis apropriações.

No artigo de Matos (2014), o autor aponta em relação à campanha para a prefeitura de Belo Horizonte em 2016, que houve mudanças com a redução do horário gratuito de propaganda eleitoral de 45 para 35 dias entre um ano e outro. Alguns candidatos de coligações maiores tinham aproximadamente 2 minutos de propaganda diária, enquanto outros candidatos menos de 30 segundos, o que oportunizou uma maior utilização das redes sociais pelos candidatos nas campanhas.

Santos, Carniello e Oliveira (2013), percebem ao nível dos municípios, algumas disparidades em atender o cumprimento da lei no que diz respeito a disponibilizar informações. Neste sentido, Santos e Rover (2016) apontam que em nível estadual apenas RJ, DF, SP e AL trazem informações sobre os direitos e deveres obrigatórios presentes no LOA em seus sites no portal do governo. Sobre a prestação de serviço nos sites do governo estadual, Oliveira e Rossetto (2011) trazem um destaque positivo para os estados AC, PR, RS, RO, GO, devido à facilidade e disposição das funções.

Em nível de nação para Segurado, Lima e Ameni (2014), o Brasil é mais avançado em relação a garantir direitos civis na promoção da cidadania através do uso democrático da internet do que EUA, França e Espanha, enquanto que estes defendem um maior controle da internet do que o Brasil.

4.1.4 Evolução do direito ou inovação legislativa

Quanto a este subtópico, um total de 13 publicações contribuíram para a análise, permitindo criar uma cronologia na evolução da legislação pertinente à democracia digital. Para Angeli (2016), Andrade e Raupp (2017), Peres et al (2018) a

Constituição Federal de 1988 no Artigo 5º inciso XXXIII, define o princípio fundamental, em que são estabelecidas as bases legais do direito de acesso à informação pública no Brasil. Silva et al (2016), complementa indicando a Lei nº9.610 de 1998 denominada Lei de Direitos Autorais (LDA) que estabelece explicitamente em seu Art. 8º, inciso IV, que não são objetos de proteção de direitos autorais, textos de tratados e convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais, entre outros atos oficiais.

Para os autores Angeli (2016), Freitas et al (2018) a Lei Complementar nº101 de 2000, com o título de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) define a necessidade de transparência de dados e transações envolvendo finanças públicas. Santos e Rover (2016) trazem que a Lei Complementar nº131/2009 que corresponde à disposição voluntária de informações que permitam o acompanhamento da execução orçamentária das finanças públicas, altera a Lei complementar nº101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). E para Alves, Rover e Mezzaroba (2013), Segurado, Lima e Ameni (2014), Angeli (2016) e Coiro-Moraes e Farias (2017) a Lei Complementar nº131 que leva o nome de Lei Capiberibe de 2009, é conhecida como Marco Civil que assegura a transparência na gestão fiscal, visa o incentivo à participação popular e a realização de audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão do orçamento público.

Angeli (2016), Andrade e Raupp (2017) e Freitas et al (2018) comentam que a Lei nº12.527 ou LAI de 2011, generaliza a transparência como regra, e o sigilo como exceção, exigindo do poder público medidas para publicação de dados e atendimento a pedidos de informação. Ainda para Angeli (2016) e Freitas et al (2018) o Decreto nº7.724 de 2012 auxilia na regulamentação da LAI. E para Freitas et al (2018), a Instrução Normativa nº4 de 2012 cria a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), elemento que especifica os detalhes técnicos do espaço de dados abertos dos diversos entes do governo federal.

Na publicação de Segurado, Lima e Ameni (2014) e Peres et al (2018), os autores argumentam que a Lei de Diretrizes Orçamentárias conhecida como LDO de 2013, que é a lei que direciona a elaboração do orçamento anual através da vinculação dos objetivos de governo, foi debatida nas páginas oficiais do LDO. Silva et al (2016) acrescenta que o Decreto nº58.052 de 2012 em São Paulo, o Decreto nº43.597 de 2012 no Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº14.804 de 2012 em Pernambuco

e o Decreto nº1.973 de 2013 no Mato Grosso foram criados como instrumento de reforço à LAI e auxiliam na processo de transparência pública.

Outros artefatos legais também foram citados por Peres et al (2018), como a Lei Orçamentária Anual (LOA) da constituição federal, que é o detalhamento legal da previsão de receitas e despesas anuais do estado. Enquanto Freitas et al (2018) cita o Decreto nº6.666 que detalha a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) e o Decreto nº8.777 que institui a Política de Dados Abertos (PDA) do poder executivo federal. Santos e Rover (2016) relembra do Art. 52 - LRF que atribui relatório de execução orçamentária com periodicidade bimestral, composto pelo balanço orçamentário e pelo demonstrativo da execução das receitas e despesas.

No campo dos projetos, a literatura aborda através de Segurado, Lima e Ameni (2014) e Capone et al (2017) a questão do Projeto de Lei nº84/99 que versava sobre o cadastro do usuário em lan house visando combater o cibercrime e repercutiu como “AI-5 digital” na mídia. Outro fato lembrado por Segurado, Lima e Ameni (2014) é o Projeto de Lei nº2.126/2011 que foi enviado ao congresso pela presidenta Dilma. Rossetto e Carreiro (2012) rememoram o início do Projeto Ficha Limpa, um projeto de lei de com a iniciativa de tornar mais rígidos os critérios de inelegibilidade dos candidatos a cargos políticos.

Ainda neste subtópico, Prado e Pinto (2018) tratam do tema das petições, em específico sobre questões relativas à biblioteconomia, destacando que das doze petições analisadas quatro delas serviram como respostas à criação de alguns projetos de leis. E por fim, Santos e Rover (2016) refletem que apesar de existirem leis que estabelecem normas e procedimentos à transparência pública, ainda não havia uma cultura de prestação de contas à sociedade.

4.1.5 Exigências legais

Este que é o último subtópico do respectivo Direitos e Liberdades, é também o mais extenso deste capítulo, tanto em resultado quanto em número de artigos, totalizando 16 publicações. Por alto, pode-se perceber como os poderes executivo, legislativo e judiciário vem se adequando ou não ao tema.

Ao analisar os sites Executivos, Legislativos e Judiciários Estaduais especificamente do DF, SP, SC, RJ e PR, Santos e Rover (2016) denotaram que estão ausentes ou pouco presentes as políticas e termos de uso, as políticas e termos de

privacidade e as ressalvas da proteção de dados dos sites. Argumentam que por falta destes, cria-se uma insegurança no usuário acerca do site.

Sobre o poder executivo a nível municipal, Santos, Carniello e Oliveira (2013), analisando a Lei de Acesso à Informação, percebem-na ausente ou pouco presente na Região Metropolitana do Vale do Paraíba (RMVP), ainda que parcialmente sejam cumpridas algumas das exigências legais.

Para Silva e Carreiro (2013) em nível de estado, a Lei de Acesso à Informação está parcialmente presente no Portal da Transparência do RS, SP, PA, BA e GO. Estando adequada nos estados RS e SP e ausentes em GO pois não disponibilizou LOA, LDO e PPA.

A nível do Executivo Federal, Freitas et al (2018) apontam que o PDA ou Decreto nº8.777/2016 é cumprido no site dados.gov. Enquanto que Melo e Melis (2017) ao analisar os sites dos ministérios Federais constataram que apenas 12 dos 28 sites cumprem o PDA ou Decreto nº8.777/2016.

Quando o assunto é o legislativo, em específico as câmaras, Andrade, Raupp e Pinho (2017) analisaram 133 portais dos maiores municípios brasileiros, e informam a inexistência em relação a Lei de Acesso à Informação nos seguintes municípios: Belford Roxo (RJ), Macapá (AP), Magé (RJ), Mossoró (RN), Paulista (PE) e São Gonçalo (RJ), já nos dados de Andrade e Raupp (2017) que a analisam os 50 maiores municípios vão indicar a ausência em cerca de 6% deles.

Quanto a Lei de Acesso à Informação Andrade, Raupp e Pinho (2017) denotam que estão presentes em Brasília (DF), Caxias do Sul (RS), Curitiba (PR), Feira de Santana (BA), Gravataí (RS), Jundiaí (SP) e Novo Hamburgo (RS). Andrade e Raupp (2017) complementam indicando a adequação em São Paulo (SP), Salvador (BA) e Santo André (SP). Entretanto, estão parcialmente presentes (menos da metade dos indicadores) em Teresina (PI), Nova Iguaçu (RJ), Cuiabá (MT), Ananindeua (PA), Campos dos Goytacazes (RJ), Aparecida de Goiânia (GO), Porto Velho (RO), Belém (PA), Jaboatão dos Guararapes (PE), Contagem (MG), São João de Meriti (RJ), Goiânia (GO), São Gonçalo (RJ) e Belford Roxo (RJ).

No quesito da transparência ativa, Andrade, Raupp e Pinho (2017) notam sua existência em iniciativas que desenvolvem essas ações em Americana (SP), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Ipatinga (MG), Juiz de Fora (MG), Limeira (SP), Londrina (PR), Maringá (PR), Osasco (SP), Piracicaba (SP), Rio de Janeiro (RJ), Santos (SP), São José (SC), São Paulo (SP), Serra (ES) e Vitória (ES). E, noutro

estudo de Andrade e Raupp (2017) e notada em São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG), Osasco (SP), Juiz de Fora (MG), Londrina (PR) e Santos (SP).

Quanto ao cumprimento de parte das exigências legais, o estudo de Andrade, Raupp e Pinho (2017) indica que este número corresponde a 90% dos sites analisados, já em Andrade e Raupp (2017), 86% dos sites das câmaras cumprem apenas parcialmente as exigências, concluindo em ambas as pesquisas que a maior parte dos sites não cumprem o total das exigências legais. Assim, para Oliveira e Silva (2017), sem políticas e termos de privacidade ou a ausência de nitidez em relação à proteção de dados, os usuários desenvolvem insegurança em relação aos sites das câmaras.

Este resultados também são encontrados ao analisar os Tribunais de Contas Estaduais no estudo de Santos et al (2013), que além da segurança dos dados e dos termos de privacidade, atribuem o termo de uso como importante na construção de confiança com o usuário, além de ser um exigência legal, que no entanto está pouco presente nos sites analisados. Ainda sobre os tribunais de contas em nível estadual, Silva et al (2016) denotam que a Lei de Acesso à Informação está pouco presente.

Quando trata-se do Judiciário Federal os resultados encontrados não são muito diferentes. Santos, Cavalheiro e Paula (2012) apontam pouca presença ou ausência de políticas ou termos de uso, política ou termos de privacidade e de proteção de dados explicitadas. No tocante a uma instituição financeira pública, Júnior et al (2018) confirma o cumprimento da Lei de Acesso à Informação e a presença de política ou termos de privacidade mesmo que a instituição não possua um departamento específico de dados. Por fim, Farranha et al (2016) indicam que as redes sociais têm potencial de divulgação e de auxiliar no cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

4.2 PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

Alicerçada na categoria do INCT.DD (2020) que abrange as ações de publicidade e transparência, o desenvolvimento deste tópico aborda as temáticas da comunicação política dos partidos, agentes políticos, entidades, instituições entre outros temas, como as eleições. Trata também, dos assuntos relacionados ao governo

aberto, dados abertos e monitoramento. Essa categoria é composta por 461 excertos de texto extraídos a partir de 72 fontes.

4.2.1 Governo aberto, dados abertos e transparência

Esse subtópico comunica, a partir de 23 publicações, um panorama dos pontos apresentados referentes a governo aberto, dados abertos e transparência. Neste, acompanha-se como as distintas esferas do poder publicizam ou disponibilizam seus dados, possibilitando perceber algumas nuances nos processos de transparência e dados abertos. Quanto ao governo aberto, quase não aparecem dados nos textos examinados.

Em sua análise sobre os sites dos executivos dos maiores municípios de SP e PA, Souza, Outeiro e Araujo (2019) notam a ausência de publicização de dados no município de Abaetetuba (PA). Resultado semelhante ao já encontrado por Santos, Carniello e Oliveira (2013) que percebem a ausência ou baixa presença de publicização de dados ao analisarem os executivos municipais da Região Metropolitana do Vale do Paraíba (RMVP). Voltando ao estudo de Souza, Outeiro e Araujo (2019), a publicização de dados está parcialmente presente nos executivos de Cametá (PA) e Marituba (PA) e dados abertos são encontrados nos sites de São Felix do Xingu (PA), Guarulhos (SP), Campinas (SP), São Bernardo do Campo (SP), Santo André (SP) e São Paulo (SP).

A nível estadual os autores Silva e Carreiro (2013) denotam em sua pesquisa a presença de dados abertos, no Portal da Transparência estadual de SP, disponível para downloads em pdf e html. Santos e Rover (2016) nos executivos estaduais de AL e SP. E Braga e Tuzzo (2017) nos executivos estaduais de SP e RS.

Quanto à publicização de dados, os autores Oliveira e Rossetto (2011) percebem como parcialmente presente nos Executivos Estaduais. Voltando ao estudo de Silva e Carreiro (2013), o Portal da Transparência estadual do RS publiciza seus dados atendendo os quesitos de transparência, enquanto que GO, BA e PA apresentam apenas informações limitadas. Mas especificamente, Silva e Rue (2015) apresentam que os dados abertos estão parcialmente presentes nos executivos estaduais do RS e RJ, geralmente disponíveis em html no RS e em pdf no RJ.

No nível federal Nazário, Silva e Rover (2012) observam a amigabilidade dos sites, quanto a interface e a navegação do Portal da Transparência Federal que

apresentava um bom nível de desenvolvimento e que publicizava seus dados além de disponibilizá-los em formato aberto. Melo e Melis (2017) em seu estudo sobre os sites dos ministérios, do total de 28, 21 disponibilizavam, mesmo que parcialmente, dados em seus sítios. Sobre o portal dados.gov Freitas et al (2018) perceberam que as questões relacionadas aos dados abertos ainda encontravam-se em fase de desenvolvimento inicial mas já existia a publicização de informações, assim com a possibilidade de explorar alguns dados abertos. Os autores indicam ainda outros exemplos de repositórios não federalizados mas que contribuem para o desenvolvimento dos dados abertos públicos, como o AppCívico, Open Knowledge Brasil (OKF), o grupo Transparência Hacker - Thackday, o grupo da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), Fundação Avina, Serenata de Amor e hackathon. Outro ponto alertado pelos autores, refere-se a dependência do Executivo Federal de softwares externos.

No legislativo, ao tratarem dos sites de deputados federais Barros, Bernardes e Rodrigues (2015) entendem como pouco presente a publicização de dados, resultado reforçado por Barros (2015) que nota a ausência ou a pouca presença destas informações amplamente divulgadas, possibilitando o desenvolvimento de insegurança nos usuários pela falta de transparência. Ainda quanto a publicização Andrade, Raupp e Pinho (2017) percebem nas câmaras a presença, mesmo que parcial, nos municípios de Americana (SP), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Ipatinga (MG), Juiz de Fora (MG), Limeira (SP), Londrina (PR), Maringá (PR), Osasco (SP), Piracicaba (SP), Rio de Janeiro (RJ), Santos (SP), São José (SC), São Paulo (SP), Serra (ES), e Vitória (ES). Em outra publicação no mesmo ano, Andrade e Raupp (2017) apontam São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG), Osasco (SP), Juiz de Fora (MG), Londrina (PR) e Santos (SP), apresentam publicização dos dados.

Os autores, Andrade e Raupp (2017), destacam ainda Brasília (DF) e Feira de Santana (BA), detalhando que no DF existe o Relatório Analítico de Acompanhamento da Execução Orçamentária que é publicado mensalmente no portal, buscando tornar mais acessíveis as informações. E na BA conotam a existência de ferramentas de transparência, almejando mais visibilidade e maior inferência dos dados. Ao fim, a dupla apresenta que a publicização dos dados estão parcialmente presentes em 86% do legislativo analisado e que 8% apenas apresentam dados abertos, resultado semelhante ao encontrado pelo trio Andrade, Raupp e Pinho (2017) de 5,6% de dados

abertos disponíveis nas câmaras analisadas, sendo que a diferença nos pontos percentuais podem relacionar-se a amostra escolhida, mas ainda sim, demonstram a baixa disponibilidade de dados abertos por conta do legislativo.

Sobre a publicização de dados nos Tribunais de Conta Estaduais, Santos et al (2013) e Santos e Rover (2016) percebem como são parcialmente presentes nos sites analisados. Ainda sobre os Tribunais de Contas Santos et al (2013) atribuem como parcialmente presente a abertura de dados, salientando que muitas vezes os downloads não condizem com os arquivos de interesse. Silva et al (2016) colaboram com o achado sobre dados abertos parcialmente presentes nos tribunais, no entanto a falta de compatibilidade entre as bases de dados e a necessidade de software ou licença especiais para a utilização dos dados são barreiras para a fruição destas informações. De forma geral, Santos e Rover (2016) lastimam a praticamente ausência de adesão por dados abertos nos poderes Legislativos e Judiciários estaduais ao analisarem os sites do DF, SP, SC, RJ e PR.

Sobre uma instituição financeira pública, o estudo de Júnior et al (2018) afirma que exista um apoio declarado à Lei de Acesso à Informação, mesmo que a instituição publique parcialmente os dados e ainda não comunique taxativamente as decisões políticas públicas.

Os resultados das pesquisas analisadas trazem alguns apontamentos sobre os dados abertos. Dentre elas, a dificuldade de publicização para Albano e Craveiro (2015) pode se assentar na estrutura ou na capacidade do governo pela falta de interesse dos governantes, pela falta de dados, pela falta de compatibilidade entre as bases de dados, ou mesmo pela falta de interesse do cidadão que depara-se ainda com a falta de incentivos para os usuários, a falta de conhecimento para fazer uso ou para dar sentido ao dado e/ou também, a falta de capacidade necessária para utilizar as ferramentas. Estes resultados encontrados são respaldados em Barbalho (2018) que ainda alerta para outra potencial barreira, a burocracia.

Na publicação de Klein, Klein e Luciano (2018) através do resultado de entrevistas com especialista e usuário de DGA, indica resultados semelhantes. Acrescidas na dificuldade de publicização que é atenuada pela falta de interesse do cidadão e/ou devido a estrutura ou a capacidade do governo e seus agentes que deveriam promover a motivação. Alertam que a utilização de dados abertos não pode ser mensurada apenas por critérios técnicos, trazendo o exemplo de que quantidade

de DGA não implica necessariamente em mais transparência. O que contribui para a transparência é a qualidade destas informações.

4.2.1.1 Monitoramento

Este item apoia-se nos resultados de 11 referenciais que tratam das questões acerca de monitoramento e controle cidadão.

Os estudos de Best et al (2010) que tratam deste item, confirmam a possibilidade de monitoramento nos OP de Recife e de Belo Horizonte. E Sampaio (2013), no OP Fortaleza, João Pessoa, Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba. Best et al (2010) esmiúça que o OP de Porto Alegre oferece o potencial de realizar diferentes tipos de consultas (pelo número de demanda; por ano, organismo, encarregado da obra ou serviço, por região, por ciclo do OP ou por temáticas) facilitando a accountability governamental e o controle social, possibilitando que qualquer cidadão interessado possa acompanhar o andamento do processo de implementação das decisões tomadas. Ainda sobre o OP de Porto Alegre, Sampaio e Roballo (2010) argumentam que por falta de empoderamento, os usuários podem frustrar-se pois parecem-lhes pouco relevante conseguir ser capaz de detectar problemas orçamentários ou na execução de uma obra governamental, se o site não oferece nenhuma ferramenta efetiva para a realização de controle ou mesmo de denúncia.

Mudando para o gabinete digital do RS, Santos (2013) percebe parcialmente presente a possibilidade de monitoramento e no ano seguinte Angelis (2014) aponta para a presença efetiva da possibilidade de monitoramento através do gabinete digital.

Em relação ao poder público das capitais (legislativo e executivo), Jambeiro, Sobreira e Macambira (2012) apontam que as possibilidades de monitoramento e os dados abertos estavam praticamente ausentes. No ano anterior, exclusivamente sobre o executivo estadual do RS, Oliveira e Rossetto (2011) percebem presente a possibilidade de monitoramento.

Para Sampaio (2013), o monitoramento dos legislativos estaduais era parcialmente possível através do monitoramento do representante e de suas atividades, do acompanhamento das seções disponibilizadas, das ouvidorias, da transparência fiscal e de algumas ferramentas de busca. Ainda sobre o legislativo, Oliveira e Silva (2017) informam da disponibilização e possibilidade de monitoramento

através do histórico dos parlamentares que especificava seus projetos e relatórios apresentados na casa.

Enfim, no estudo de espectro abrangente de Santos e Rover (2016) sobre os sites dos Executivos, Legislativos e Judiciários Estaduais do DF, SP, SC, RJ e PR ou autores apresentam que o monitoramento está parcialmente presente em 58% dos portais, sendo que 40% destes promovem mesas de diálogo, fóruns e audiências públicas.

Ainda sobre as iniciativas civis, Rossetto, Silva e Carreiro (2011) apontam a possibilidade de Monitoramento parcial através do Urbanias.

4.2.2 Comunicação política digital

Neste subtópico, referenciando-se em 19 publicações, os meios digitais são postos em foco em relação a comunicação política digital via internet, ou especificamente, via websites, redes sociais ou blogs.

Notoriamente a internet passou a ser considerada como um veículo para a difusão de informação, para Santos e Cardoso (2009) em seu estudo sobre o Cidadão NET, a percepção dos usuários indicam isso, pois entendem a internet como espaço para encontrarem informação rápida, a poucos cliques. Para Marques e Nogueira (2012) na internet a difusão de informação é parcial, pois pode funcionar como mídia radical alternativa de maior ou menor intensidade. Por outro lado, não se pode associar a priori as interações online à radicalidade dos movimentos sociais, este fator depende da forma de apropriação de cada movimento. Para os jovens universitários, entrevistados na pesquisa de Dias, Doula e Cardoso (2017), a internet é um espaço para encontrar informações, interação e difundir a divulgação da política.

Em relação a internet como um espaço de debate, Alves, Rover e Mezzaroba (2013) e Dias, Doula e Cardoso (2017), afirmam seu potencial. Mas o segundo trio, vai adiante indicando em sua pesquisa que não se pode deixar de reconhecer a influência da internet na política, respaldado por 84% dos entrevistados (43 universitários). Para estes, o ciberespaço aparece como um local de disputa facilitando o levante de bandeiras e a interação rápida, promovendo discussões e debates, abrindo espaço à liberdade de expressão, a divulgação de informações com potencial a alcançar milhares de pessoas, criando assim, um novo ator social, ainda que interligado por fracos laços.

No quesito engajamento e mobilização online, o potencial da internet para Marques e Miola (2007) está atrelado à vontade política. Para Brisola et al (2012) este é um potencial parcial pois os movimentos podem através da promoção da discussão política, gerar algum tipo de mobilização desencadeando um papel politizador, atingindo outras pessoas, gerando um efeito multiplicador permitindo maior visibilidade e envolvimento através da rede. Alves, Rover e Mezzaroba (2013) contribuíram em seu estudo para o entendimento da internet como potencial para a mobilização e engajamento ao focalizarem a iniciativa do E-democracia. Resultado presente também em Dias, Doula e Cardoso (2017) que denotam a dualidade onde ao mesmo tempo que ela permite alcançar, mobilizar, divulgar e informar, também possibilita facilmente manipular e distorcer informações. Os autores refletem a internet como local da argumentação, da comunicação irrestrita, de elucidação e de identificação dos problemas sociais. Ao mesmo tempo que se configura como um espaço público, também questiona-se, se todos realmente têm os mesmos direitos assegurados de participarem sem serem manobrados ou simplesmente silenciados.

Para Zago e Batista (2009) em suas entrevistas com blogueiros percebem algum potencial de engajamento e mobilização na blogosfera. No contexto específico sobre os blogs, Penteado e Noboa (2013), percebem-os mais como espaços para difundir a informação do que propriamente debate-la. Os resultados encontrados evidenciam que os blogs estudados em relação ao ENEM, assemelham-se a mídia tradicional, focando em temas polêmicos ao invés de propor uma ampliação do debate político. Mesmo que apresente condições para o desenvolvimento do debate político, são na real, “colunas eletrônicas”, com informações e análises orbitando na agenda das grandes empresas de comunicação. Enfim, é evidenciado que debate não se apresenta, seja devido a “pregação para convertidos” onde todas as ideias refletem a mesma lógica, geralmente a do blogueiro ou, relacionada a tendência à espetacularização tradicionalmente empregada nos meios jornalísticos que não contribuem para a promoção do debate tendendo a esvaziá-lo.

Mudando de rede, o Twitter tem estado presente, para Braga e Cruz (2012) aproximadamente metade dos deputados não fazia uso da plataforma. No mesmo ano, Marques e Nogueira (2012) notam a utilização da rede pelo SOS Mata Atlântica. Sobre o Twitter, Angelis (2014) nota sua utilização pelo gabinete digital. A plataforma serviu também como ferramenta para a difusão de informação sobre o marco civil da internet. No artigo de Capone et al (2017), detalha-se que eram, através da rede,

compartilhadas agenda dos eventos, abertura para discussão sobre a lei, bem como cumpriram um papel de publicidade dos mecanismos de participação formal no processo decisório. No tocante ao marco civil houveram dois dias que tiveram altíssima concentração de postagens no Twitter, sendo que este acontecimento coincidiu com as datas dos eventos presenciais. Para os autores, o Twitter ainda permitiu a ampliação do debate sobre o marco civil da internet.

Ainda sobre as redes sociais, mais especificamente sobre o Facebook, na fanpage do SOS Mata Atlântica, Marques e Nogueira (2012), percebem a possibilidade de debate, para Farranha et al (2016) ao analisarem a fanpage do governo federal também percebem esta possibilidade. Para Massuchin e Tavares (2016) que analisam a Gazeta do Povo, o Facebook é utilizado em suma para a difusão de informação. Os últimos autores apontam que na fanpage da Gazeta do Povo sobre a temática da greve dos professores, as postagens ofereciam um link direcionado ao website da Gazeta do Povo, sendo que no Facebook o post era apenas para chamada apresentando uma foto, seguido de um breve texto com mais detalhes sobre o assunto no link. Os autores pontuam que caso o leitor se interessasse, ao clicar no link seria direcionado ao site para a notícia completa demonstrando um intercâmbio entre as redes sociais e os portais com conteúdo mais tradicional de notícias.

Ainda sobre o Facebook, a difusão de informação também é percebida por Altheman, Marques e Martino (2017) na página O Mal Educado, no caso estudado a postagem é um relato pessoal online, que personaliza e personifica através do depoimento de um estudante uma situação de coação pela diretoria da escola sofrendo ameaças e assédio no dia da prova. O desabafo teve 672 curtidas, 324 compartilhamentos e 52 comentários, configurando-se como a postagem com maior visibilidade na página.

Sobre engajamento e mobilização, Rodrigues e Neves (2015) citam a plataforma Facebook como uma ferramenta utilizada para o desenvolvimento de ações concretas ao analisar o movimento Passe Livre. Massuchin e Tavares (2016) entendem a plataforma como um potencial parcial para mobilização online. Em seu estudo sobre a Gazeta do Povo, indicam distintas formas de interação com os conteúdos e de interação entre leitores e postagens. O tema sobre a greve, por exemplo, em relação às demais publicações demonstram que nem todos os temas geram envolvimento e que geralmente os assuntos polêmicos ocasionam maior

interatividade fomentando maior intensidade nos debates online, ou seja, o tipo de tema deve ser levado em conta para estudar o envolvimento das pessoas em mobilizações e interações nas redes sociais. Afinal, não é necessário só estar na rede para atrair o leitor. Os autores notaram que o tema “greve” é capaz de mobilizar apresentando interações em comparação aos posts analisados sobre outros temas.

Em um estudo mais recente sobre o Facebook, a mobilização e engajamento é percebido por Altheman, Marques e Martino (2017) na página O Mal Educado com postagens se referindo ao boicote ao Saesp, a maioria feita pelos próprios alunos seguindo orientações do coletivo. As recomendações eram manter as ocupações, realizar piquetes, confiscar provas, impedir sua aplicação e caso não fosse possível o coletivo recomendava rasurar o gabarito. Repercutiu em muitas postagens com fotos dos gabaritos rasurados pelos alunos e enviadas às páginas do movimento. Ao total foram 129 escolas ocupadas segundo as notícias da página.

Os autores Farranha et al (2016) não percebem em seu estudo a utilização do Facebook pelo governo federal como uma ferramenta efetiva de participação. Sobre a participação e o governo federal, Marques (2009) entende como parcialmente presente apenas através dos websites do executivo e do legislativo.

Sobre os websites do SOS Mata Atlântica, Marques e Nogueira (2012) denotam alguns potenciais de engajamento e mobilização. Percebendo através dos itens dispostos no portal o incentivo a participação do público através das notícias atualizadas ligadas à causa ambiental, as ações promovidas e organizadas pela entidade, com um destaque maior para o link do Atlas da Mata Atlântica, disponibilizando um estudo feito pela entidade e outras instituições, identificando o desmatamento sofrido pela Mata Atlântica e as áreas da floresta em recuperação, amplamente utilizada pela imprensa e pelos pesquisadores da área servindo de fonte de informações não só para os ativistas, mas também para militantes e para a mídia. Outros links oferecem criação e manutenção da interação com o internauta além da possibilidade de filiar-se, doar, comprar ou se especializar através de cursos oferecidos. A entidade utiliza-se de estratégias de ação online através de campanhas utilizando-se de mídias sociais como o YouTube e Facebook, usada para informar sobre as manifestações presenciais oferecendo ao público ainda um posicionamento sobre um tema, abaixo assinados e manifestos virtuais, visando promover maior participação da sociedade. Outro recurso é através da mobilização de envio de e-mails a representantes políticos para tentar influenciar suas decisões políticas,

procurando fazer-se presente como uma rede ampliada, na busca de ampliar e validar seus argumentos a partir da participação da sociedade nas questões levantadas através dos canais de interação.

Outro exemplo de engajamento, mobilização e debate citado por Marques e Nogueira (2012) está no site da Conexão Mata Atlântica que visa um diálogo mais ativo com intuito de articular todas as pessoas que se preocupam com a Mata Atlântica e estejam dispostos a se envolver, servindo como um palco de discussão em que os usuários podem participar com suas opiniões sobre o meio ambiente em geral e apoiarem algum tópico específico. Os autores destacam que a participação percebida em sua pesquisa se restringe a pessoas que se revelam muito identificadas com a causa. Diminuindo as chances de expansão do movimento que dificilmente conquistaria novos militantes. Portanto, o sistema de mobilização online facilita o acesso dos ativistas a divulgação das campanhas, amplificando a visibilidade mas sem assegurar a participação efetiva.

Ainda sobre a possibilidade de debate da internet, Angelis (2014) ao estudar o gabinete digital percebe-a como existente. Assim como De Carvalho (2015), ao analisar o editorial digital da Carta Capital também denota o potencial para o desenvolvimento de debates. Sobre a difusão de informação, Freitas et al (2018) em um estudo mais recente denota que esta possibilidade já se apresentava em páginas ou nos aplicativos do AppCívico, Núcleo Digital e Hacklab. Por fim da seção, o engajamento e mobilização são ressaltados no artigo de Barbalho (2018) percebendo o seu potencial nos websites da Fundação Avina, Ação Educativa e Rede Nossa São Paulo.

4.2.2.1 Partidos, agentes políticos e eleições

Esse item aborda os resultados encontrados em 13 referências sobre os websites ou sobre as redes sociais dos partidos, de candidatos a diversos cargos, de eleitos no executivo e no legislativo, entre outras reflexões presentes no corpus de estudo, sobre as utilizações das TICs na comunicação política.

Sobre a presença dos partidos através dos websites, Braga, França e Nicolás (2009), apresentam que dos 27 partidos políticos com registro no TSE, 26 deles já possuem WP em bom desenvolvimento e razoavelmente organizados. Sobre a navegação, os autores observam pontos a serem melhorados pois estes

encontravam-se em estágio de desenvolvimento parcial. Ademais, o quesito interação com outras redes esteve ausente ou pouco presente, por exemplo, apenas 18% apresentaram links específicos para blogs do partido, das lideranças e das instâncias partidárias e menos ainda, disponibilizaram links para recursos como vídeos do youtube ou comunidades específicas nas redes sociais.

Ainda para os autores Braga, França e Nicolás (2009) os dados são paulatinamente publicizados, ressaltando que mesmo com os recursos disponibilizados pela internet, aproximadamente 33% dos partidos não disponibilizavam a íntegra nem sequer seus programas partidários e 48% apresentavam seus estatutos integralmente. Também, poucos são os partidos que disponibilizam as principais resoluções do congresso, links para órgãos legislativos federais e/ou para os principais projetos e proposições legislativas apoiadas pelas agremiações. Assim, apresentaram um baixo grau de transparência, sobre várias dimensões de suas ações políticas, pois para os autores a difusão de informação apresentou-se parcial e insatisfatória quanto às informações substantivas sobre a estrutura decisória e os perfis de recrutamento dos diferentes partidos políticos na web. Denotam na pesquisa que são os grandes partidos de centro e centro-esquerda, com representação mais consolidada parlamentarmente, a utilizarem com maior intensidade os WP em especial mais intensamente durante processos eleitorais ou antes do início da campanha.

Especificamente em um estudo de Rocha e Braga (2013), é corroborado com o estudo citado anteriormente de 2009, ao analisar os partidos PMDB e PCB. No qual em relação a interface apresentaram um bom desenvolvimento, assim como a navegação, melhorando em relação ao estudo anterior. No entanto, há pouca evolução do exemplo anterior pois a interação é pouco presente nos sites, que apesar de serem difusores de informação, conectando-se com outros recursos através das redes sociais, ainda apresentam interações mínimas com um potencial limitado de mobilização.

Quando passamos ao âmbito do legislativo municipal no estudo de Gonçalves e Braga (2009), os vereadores das capitais vagamente utilizam-se da web para difundir informação, no estudo posterior Braga, Nicolás e Becher (2012), argumentam que a difusão de informação se dá principalmente com outdoor de campanha. Neste estudo, os autores indicam que apenas 24% dos vereadores das capitais tinham

websites. Percebendo também que proporcionalmente a maior utilização da internet, coincidiu com maiores votações numericamente falando.

No quesito interação, os autores Braga, Nicolás e Becher (2012), argumentam que a baixa presença ou a ausência de interação que predominaram nas eleições brasileiras de 2008, condizem com o uso de práticas tradicionais da política, reforçando vínculos personalistas e particularistas entre eleitor e representante. Ressaltando que um tipo comum de website, foram aqueles que assemelham-se a “gabinetes” virtuais, utilizados sobretudo para divulgar atividades ou para esclarecer o papel do vereador no parlamento, ou ainda, para acompanhar as propostas parlamentares de destaque. Mas não há menção à importância da atividade parlamentar não partidária ou às propostas programáticas do partido, nem mesmo oferta de recursos ou ferramentas de interação e participação ao potencial eleitor.

No legislativo a nível estadual, Braga e Cruz (2012), ao analisarem 1.059 deputados estaduais, indicam que a metade já estavam inseridos nas redes sociais e que os websites são mais utilizados por deputados à esquerda do espectro político. Castro (2017), em seu estudo sobre deputados federais e estaduais contribui indicando que as redes sociais são utilizadas pelos deputados e que o fator etário não apresentou relação a uma maior ou menor utilização pelas faixas etárias encontradas no estudo, sendo que 54% dos estaduais e 80% dos federais utilizam o Facebook, a utilização do Twitter de modo geral entre os deputados estaduais é de 87%. Neste mesmo artigo, os autores apresentam que 82% dos deputados estaduais e 77% dos federais tem sites, sendo que 25% estaduais e 35% federais estão presentes em blogs também. Quanto à utilização do Youtube, 77% estaduais e 85% federais utilizavam a plataforma.

Sobre o âmbito federal, Gonçalves e Braga (2009) sinalizam que os deputados utilizam parcialmente recursos de interação. Ainda sobre o legislativo federal, Barros, Bernardes e Rodrigues (2015) indicam a existência de alguma ferramenta para que o cidadão possa enviar mensagens aos deputados em 98% dos sites analisados. No entanto, a presença de websites por deputado é parcial, existindo em 64% dos casos. Um dos recursos bastante populares entre os membros da casa são os de áudio e vídeo, presentes em 93%. Outro uso corrente é o das redes sociais, 77%, destacando ainda, que entre aqueles que não tem site próprio a maioria participa de alguma rede social ou blog.

Agora na seara dos senadores a difusão de informação para Marques (2007) é parcialmente presente, recorrentemente serve apenas como uma forma de produção de imagem pública favorável. Já Gonçalves e Braga (2009) dizem que os sites dos senadores são compostos soberanamente com um link sobre o senador, seu perfil (biografia e/ou curriculum vitae), outro link sobre sua vida parlamentar (atividades, projetos, discursos, artigos, matérias e notícias), outro para interlinks (acesso a outros poderes ou departamentos), um link com acesso as fotos do parlamentar, outro para seus artigos e um link do “Fale conosco”.

Ainda antes de eleitos, candidatos a diversos cargos já se utilizam da internet. Para Braga, França e Cruz (2007) em seu estudo sobre as eleições de outubro de 2006 na região Sul, trazem que o uso da internet pode ser um dos fatores positivamente associados à possibilidade de eleição dos candidatos, mesmo que seus websites ofereçam pouca ou nenhuma possibilidade de interação, notada pelos autores em apenas 8% dos casos estudados. Um dos exemplos que se destacaram quanto à difusão de informação nesta eleição foi Manuela d’Ávila que utilizou ativamente a rede em sua campanha.

Já nas eleições à presidência no pleito entre Alckmin e Lula, lasulaitis (2007) argumenta que mesmo que a mobilização estivesse presente em ambos os sites, a difusão da informação ganhou a prioridade. Nos sites os candidatos disponibilizavam aos engajados: calendário de eventos, download de diversos materiais de campanha, fundos online para angariação, protetores de tela, ringtones da campanha para o celular, emotions para MSN, imagens para Orkut, informações entre outros contatos de comitês de campanha. Como era de se esperar a interação esteve pouco presente, a internet foi utilizada essencialmente como um comitê online, com intuito de facilitar a organização partidária e aumentar a funcionalidade da campanha. Neste quesito, o Geraldo Alckmin utilizou o site com hiperlinks bastante enfáticos ao blog. Já no site de Lula, a maior preocupação era em alcançar os profissionais da comunicação além da possibilidade do cidadão cadastrar-se para receber periodicamente boletins eletrônicos da campanha de Lula. Esta estratégia criou a “Sala de Imprensa” visando atender principalmente às demandas dos jornalistas, disponibilizando diversos releases e fotos. Em síntese, as principais finalidades dos websites eleitorais foram a provisão de informações, o enquadramento positivo dos candidatos, a disseminação de propaganda, a angariação de fundos, o recrutamento de apoiadores e a mobilização de militantes.

Na pesquisa, Ituassu et al (2014), notam uma utilização mais efetiva no sentido da mobilização, na candidatura de Marcelo Freixo. Já em relação às eleições para a prefeitura de Belo Horizonte em 2016, Fernandes et al (2018), resenham que a difusão de informação e redes sociais estão amplamente presentes nos sites dos candidatos e que estes apropriaram-se apenas parcialmente dos recursos de áudio de vídeo. Os autores indicam que vivenciamos uma transição nos processos comunicacionais, em especial no uso das mídias nas disputas eleitorais, pois mesmo com a força da mídia tradicional, ganham espaços os usos recorrentes das mídias digitais. Alertando que na época, a internet ainda era relativamente pouco utilizada em discussões e debates políticos e por conta disso, o uso das mídias virtuais nas campanhas eleitorais, ainda não ocupavam um espaço estratégico nas campanhas municipais de 2016.

Quanto às redes sociais, temos por um lado Fernandes et al (2018) que colocam que a maior utilização não reverteu-se em votos em sua análise da eleição da prefeitura de Belo Horizonte em 2016. Em contra argumento Braga e Carlomagno (2018) em seu exame das eleições para cargos majoritários (prefeitos de cidades com dois turnos, governadores, senadores e presidentes da República) denotam uma relação positiva entre utilização das redes sociais e mais votos entre os candidatos.

Para Braga e Carlomagno (2018), em análise longitudinal, as redes sociais vêm ganhando espaço, pois verificaram uma evolução de 15% no uso do Facebook nas eleições de 2008, subindo para 95% em 2016, com praticamente todos os candidatos utilizando do meio para a campanha. Notam que o aumento é constante tanto entre candidatos às prefeituras das capitais, como do interior. Diferentemente do que ocorre no caso dos usuários de Twitter e Youtube, que apresentou, um ligeiro decréscimo dos usuários nas eleições de 2016 em comparação com 2012. Em 2016, o Facebook firma-se como a mídia digital predominante, utilizada amplamente pelos candidatos a prefeito, articulada a outras mídias emergentes à época como o WhatsApp e o Instagram. No caso dos governadores e senadores, o Twitter destaca-se alcançando em 2010 elevados percentuais de uso, mostrando-se superiores aos do Facebook em todos os níveis de candidatura. Esta vantagem não se manteve em 2014, quando o Facebook sobrepujou o Twitter nas candidaturas aos governos estaduais e ao Senado, refletindo basicamente o movimento dos usuários. Portanto, dentre as mídias destaca-se o Facebook apresentando maior associação com o desempenho eleitoral em todos os anos, exceto em 2010, a eleição do Twitter. Por

fim, os autores denotam uma redução da digital divide entre praticamente todos os candidatos com acesso às ferramentas digitais e o aparecimento das Fake News que invadiram diversas redes durante as campanhas analisadas mais recentemente.

4.2.2.2 Entidades federativas, instituições e outros

Esse item dedica-se a apresentar os resultados encontrados em 34 fontes, referentes à difusão de informação através dos recursos das TICs por diversas organizações, detalhando meandros deste processo. Em um primeiro turno trata-se das instituições do Estado e em um segundo, de organizações da sociedade civil, dentre outras iniciativas.

Sobre os executivos municipais, Silva (2005) tomando como base portais de 24 capitais, detecta a existência de diferentes graus de democracia digital no uso da internet pelos governos. Há predominância da característica informativa, de forma mais ou menos estruturada, caminhando para uma consolidação. Outro elemento presente de maneira menos frequente era a prestação de serviços nos sítios analisados, demonstrando que há uma maior preocupação dos governos em dar visibilidade às ferramentas de serviço com atenção voltadas para a relação tributária entre cidadão e governo.

Ao analisar os executivos municipais da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, Santos, Carniello e Oliveira (2013) destacam que entre os públicos que os sites poderiam contemplar, a ausência de um grupo em particular direcionado à imprensa, revelavam uma deficiência pontual. Quanto às redes sociais, poucas cidades faziam uso do recurso que tendiam a favorecer uma maior interação, possibilitando à população o acesso aos gestores municipais. Os autores realçam que não existe um padrão de uso e de aplicação da comunicação digital pelos municípios da macrorregião e que o potencial das TICs não é explorado adequadamente, recaindo geralmente a parcialidade das informações, incompletude de conteúdo, ou mesmo a ausência de recursos mais amigáveis e acessíveis, condicionando-se ainda a quem dos processos que visam a transparência.

Especificamente sobre Goiânia, Roberto (2015), expõe em seu estudo que no site encontram-se informações dos endereços físicos e eletrônicos da prefeitura além de suas redes sociais como Twitter, Flickr e Youtube. Também, estão expostos os telefones da prefeitura, horários de expediente e algumas informações sobre cidade

como aspectos socioeconômicos e históricos. Na fanpage é possível encontrar também um calendário de eventos em que administração da página confirmou presença, a ferramenta não permite identificar quem representará a prefeitura nestes eventos. Em sua maioria, as postagens no site reproduzem notícias e releases de caráter estritamente informativo e não foi observado uma efetiva adaptação dos conteúdos para as plataformas de redes sociais.

No nível estadual, em relação a difusão de informação para Oliveira e Rossetto (2011), os portais do executivo em sua maioria oferecem os seguintes links: notícias, governo, estado, cidadão, empresa, servidor público, ferramentas de buscar informações e contatos (e-mail, um link escrito “fale com a gente”, “fale com o governador” e/ou ouvidoria). Trivialmente, encontra-se os programas de governo dos estados, a legislação e o boletim oficial. As informações e serviços são na maioria dirigidos aos cidadãos, às empresas e aos servidores públicos. Em evidência para o cidadão estão informações e serviços relacionados a documentações pessoais ou pagamento de taxas. Comuns às empresas, encontra-se sobre tributos, licitações e serviços públicos, certidões, autorização de impressão de documentos fiscais e inscrição municipal. Na parte destinada aos servidores públicos estaduais, são disponibilizadas informações relacionadas à legislação, aposentadoria, declarações, levantamento funcional do servidor público, entre outros. Nos portais encontravam-se organizadas informações sobre as secretarias, os órgãos e entidades do Estado, encaminhando o usuário a serviços e informações em outros sites. Além disso, o canal fornecia informações atualizadas sobre monitoramento de obras, acompanhamento de representantes e/ou algum novo serviço. Para além do texto escrito, o sítio apresenta recursos como fotos, vídeos, áudios e hiperlinks às redes sociais. O estudo destaca que a prestação de contas públicas, que é parte do processo de transparência, é facilmente localizada nos portais através de banner ou links ao portal de transparência de cada estado ou a informação no próprio site.

Ainda no âmbito do executivo estadual, Silva e Carreiro (2013) em análise sobre o Portal da Transparência estadual, elencaram 55 informações do tipo importante e essencial e destas a maioria dos sites apresentaram grande parte da informação de forma completa e inteligível.

Em um estudo posterior Rothberg e Valença (2014), consideraram uma amostra de 231 textos noticiosos acessados nos perfis oficiais do governo paulista disponíveis no YouTube, Facebook, Twitter e/ou Orkut, que continham informações

sobre políticas das áreas de saúde, meio ambiente, assistência social e educação. Os resultados sugeriram limitações no foco dos textos noticiosos sobre políticas públicas e suas respectivas repercussões nas mídias sociais oficiais, demonstrando ênfases imediatistas e focalizadas em efeitos visíveis das ações governamentais, oferecendo escassas contextualizações sobre seus aspectos mais abrangentes. Sobre as redes, os números do estudo, confirmam que o Twitter tende a ser o espaço no qual o governo de São Paulo constroi uma imagem de abertura aos cidadãos assumido funções usualmente desempenhadas por uma ouvidoria pública pois oferece um meio de recepção e encaminhamentos sobre a qualidade dos serviços públicos entre outros questionamentos, ainda que a pesquisa aponte para uma tendência de padronização do atendimento. De forma geral, as páginas web obtiveram baixo Índice de Qualidade da Informação.

No estudo de Santos e Rover (2016), a difusão de informação aparece como pouco presente nos executivos analisados. Para os autores, os portais apresentaram um desempenho abaixo do esperado, sendo que três deles sequer alcançaram 50% de atendimento às variáveis propostas. Com o destaque para o DF, que foi o único a fornecer alertas sobre alterações no calendário de eventos/reuniões, por exemplo, o portal oferece a opção de aviso sobre pautas e eventos. Poucos também são os portais que trazem pesquisas de opinião ou satisfação, demonstrando falta de abertura e interesse das entidades. Aqui os autores destacam SP que, mediante o cadastro, possibilita que o cidadão componha avaliação das informações e serviços prestados no portal. No que tange à conexão com as redes sociais aproximadamente um terço ainda não revelavam links para seus perfis. A oferta de chats estava presente na minoria dos portais avaliados. Em muitos dos sites, os responsáveis pela atualização do conteúdo não estavam devidamente identificados. E, em média, os portais atingiram 40% de atendimento às variáveis propostas no estudo, deixando aos autores a impressão de que as informações são muito mais para atender a obrigação legal do que efetivamente tinham o intuito de informar, de ser convidativa e dar início a um processo de participação do cidadão na construção do bem comum.

Em estudo mais recente Braga e Tuzzo (2017) alertam que a nível de estado, a reutilização das informações são limitadas e por vezes, não são manipuláveis ou mesmo ininteligíveis para tratamento por máquinas. Outro ponto levantado, refere-se ao fato de que não existe uma padronização de como os dados são publicados pelos órgãos investigados, nem mesmo quanto ao formato do dado, prejudicando a

experiência do usuário nos portais e limitando seu nível de abertura. Os dados encontrados limitam-se, em suma, em informações sobre receitas, despesas, servidores, contratos, licitações, convênios, balanços, educação, saúde, repasse a municípios e planejamentos. Os autores observam que a ideia de publicação de dados ainda está relacionada à prestação de contas, fato que se repete em quase todos os estados, a maioria não desvinculam a ideia de “transparência” de “dados abertos”. A nível federal contribuem ao resultado colocando que notoriamente as empresas privadas não publicam dados abertamente para proteger suas informações da concorrência, percebendo que isso também ocorre em organizações federais governamentais de capital misto como a Petrobras, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil que resguardam algumas informações. De forma geral, os órgãos do governo federal geralmente tendem a publicar dados livres e abertos relacionados a despesas, receitas e orçamentos, conforme exige as legislações (Lei de Acesso à Informação, Lei de Responsabilidade Fiscal).

Na pesquisa de Marques (2009), a difusão de informação está parcialmente presente a nível de governo federal, em que suas descobertas permitem afirmar que o Portal da Presidência concentrava-se na disposição de dados sobre a estrutura de governo e sobre a figura do Presidente, através de programas, notícias, discursos, entrevistas, clippings, publicações, atribuições, competência, dispositivos e normas legais orientando o trabalho da instituição e de seus órgãos vinculados. Contudo, a maioria das informações possuem um caráter personalista ao exaltar determinados chefes do Executivo e secretários, em detrimento à informações úteis, obedecendo uma lógica top down. Complementarmente, Angeli (2016) em sua publicação entende como presente a difusão de informação no executivo federal.

Agora, dando sequência ao texto, algumas iniciativas específicas, ainda ligadas ao executivo, serão apresentadas. Na publicação de Santos e Cardoso (2009), os autores percebem a importância da implementação do telecentro através do Cidadão NET, identificando em sua pesquisa que os educadores do projeto consideram que as pessoas estão muito mais informadas, que estas usam a internet para pesquisas escolares, cotação de preços, segunda via de contas, acesso ao banco, além de comunicar-se gratuitamente com amigos e familiares. Percebem no telecentro que as pessoas passaram a ter mais informações e oportunidades, como o acesso a concursos públicos.

No estudo sobre a Defesa Civil de Nova Friburgo por Reginaldo et al (2013), o grupo percebe nos canais mantidos pela entidade, ferramentas que servem a comunidade auxiliando a obter informações online sobre o clima, notícias e comunicados importantes, além da possibilidade de serem redirecionados para toda a imprensa local. Outra conectividade da iniciativa da defesa, se dá com o site da prefeitura de Nova Friburgo, disponibilizando um link direto com as localizações dos sistemas de alerta no município e a possibilidade de cadastro para o sistema de alerta via SMS. Dentre os canais de rede social da entidade o destaque em quantidade de informações e compartilhamento foi o Facebook, já o Twitter teve uma taxa de interação e retweets baixa.

Sobre o Gabinete Digital do Rio Grande do Sul, Santos (2013) realça que as publicizações das obras públicas e disponibilização dos recursos por meio do observatório seguem a definição de pautas estritamente verticais, do governo para o cidadão, configurando-se como um mecanismo pontual e restritivo. Ademais, não possibilita conhecer todas as ações realizadas, nem a totalidade sobre as prestações de contas, entre outros.

Pontualmente sobre o Ministério da Saúde, a publicação de Landim (2013) na análise sobre as postagens feitas pelo Ministério denotam uma maior visibilidade de assuntos em voga. Por exemplo, a temática do Mais Médicos foi a que na época do estudo estava em voga e foi a mais comentada e recompartilhada na rede do Ministério.

No estudo de Ribeiro e Pereira (2015), a difusão de informação através da página da Previdência Social foi pouco efetiva devido à dificuldade de encontrar as informações. Os autores apontam que parte da dificuldade vem das questões do vocabulário utilizado apresentando falhas conceituais ou em relação a semântica, dificultando ao usuário encontrar temas de interesse.

Em relação a consulta online ao Marco Civil da internet, Bragatto, Sampaio e Nicolás (2015) levantam a importância de reconhecer à iniciativa, a falta de uma ampla divulgação para garantir uma consulta online representativa em número de participantes, pontuando que é necessária uma publicidade mais efetiva tanto online quanto nas mídias massivas.

Enfim, a nível de executivo federal, Angeli (2016) resenha que o Facebook do Portal Brasil lançado em setembro de 2013, parte como resposta do governo aos protestos de junho e julho daquele ano, ação conjunta com a criação de um Gabinete

Digital ligado à Presidência da República, além do lançamento do Participatório (um fórum de discussão voltado a estimular a participação popular da juventude). O Portal Brasil é uma iniciativa antiga, evoluindo da política de governo eletrônico do governo federal, consolidando-se como página mestre em relação às outras páginas do governo. A página era mantida bem atualizada, com conteúdo próprio e assuntos variados, abarcando informações que iam de questões de saúde até compra de caças para o exército. Os dados da pesquisa deflagram que o foco da página está em prestar serviço ao cidadão e a dar transparência às ações governamentais. Os autores buscaram demonstrar que o governo ainda não busca participar do diálogo nas redes sociais ativamente. Ainda assim, os autores salientam que na América Latina, o Brasil foi pioneiro em e-governo com sistemas de transparência exemplares como o Portal Brasil.

Alternando o foco para o poder legislativo, Marques e Miola (2007) encontram a difusão de informação na câmara de deputados (federais) e nas Assembleias (estaduais) da Bahia, Goiás, Pará, Rio Grande do Sul e São Paulo. Pontuam que os sites possuem uma estrutura mínima de design com conteúdo que traz informações sobre o parlamento, seu histórico, estrutura organizacional e que, em algumas vezes, também o funcionamento das rotinas legislativas. Assim, o que fica evidente é uma mera presença na rede, basicamente dedicada, a prover informações unidirecionalmente com praticamente nada de absorção das contribuições e disposições dos cidadãos.

Na pesquisa realizada por Marques (2009), é exposto que um conjunto de sites e páginas internos ao portal do legislativo refere-se à transparência, ao Orçamento Brasil, a agenda do plenário, a dados sobre os servidores nos gabinetes de cada parlamentar, bem como aos gastos realizados por estes, há também a disponibilidade das matérias fruto de cobertura da comunicação da própria casa. Estes elementos, para o autor, reforçam no usuário a sensação de que é possível ter um acesso facilitado para a compreensão das informações de cunho político para um melhor acompanhamento e fiscalização desempenhadas na instituição.

O legislativo da câmara, para Barros (2015), funciona na primazia informativa, como websites dos parlamentos da CPLP, que deixam de lado as funções de interação, participação cidadã e debate, permanecendo na lógica unidirecional de oferta de conteúdo. Ainda sobre o legislativo, Oliveira e Silva (2017) exemplificam que apenas no sítio da Câmara dos Deputados era possível o acompanhamento da

demanda por parte do solicitante gerando sempre via um protocolo. A perspectiva de acompanhar o andamento de seu pedido, transmite confiança ao usuário. Os autores defrontam que aliado a mecanismos tradicionais, existe a tentativa dos órgãos públicos em participar das redes sociais, viabilizando um aprofundamento em relação a interação com os cidadãos.

De forma mais geral sobre os legislativos dos níveis federais, estaduais e municipais, Sampaio (2013), detalha que a difusão de informação está parcialmente presente. Para o autor, todos os websites tinham capacidade de fornecer a entrega de serviços aos cidadãos, promovendo informações sobre a instituição, seu funcionamento, dentre outros dados dos agentes políticos. Especificamente nos websites das casas legislativas das capitais brasileiras, havia a provisão de informações básicas, na maior parte institucionais, sobre o funcionamento e as atividades desenvolvidas.

No estudo de Sampaio (2013), nos diversos níveis analisados, não foram encontradas viabilidades que permitissem aos cidadãos envolverem-se na discussão pública ou mesmo serem convidados a participar da reformulação de leis. Deflagrando que ferramentas dialógicas de maneira ampla não foram ofertadas. Especificamente no nível municipal, o legislativo esteve atrelado a projetos de controle público e de prestação de contas das atividades individuais dos parlamentares e vereadores. Já no nível estadual, a ênfase permanecia nas ferramentas de acompanhamento de representantes. No legislativo em nível federal, em especial a Câmara dos Deputados e o Senado, enfatizam as informações da instituição, dos seus representantes políticos, de notícias, da transparência fiscal e da legislação. Foi neste nível, encontrado os projetos mais relevantes como e-Democracia, uma das iniciativas mais antigas de Democracia Digital no Brasil.

O e-Democracia na publicação de Alves, Rover e Mezzaroba (2013) é apresentado como um sistema teleológico da câmara dos deputados que surgiu a partir de uma definição de cima para baixo. Nota-se na página inicial de navegação do portal que não é possível encontrar todo o conteúdo disponibilizado pelo site, sendo necessário cadastro onde o usuário fornece informações como nome e sobrenome, e-mail e Estado, como também tem de ler e aceitar os termos de uso da página. Após o cadastro aprovado, receberá um endereço de e-mail e uma senha de acesso para a participação virtual completa. Neste ambiente interativo do portal, são disponibilizadas opções de compartilhamento via e-Democracia em variadas redes

sociais. No portal, as Comunidades Legislativas ganham uma página própria, com notícias e possibilidade de interações, permitindo comentários e compartilhamentos no Facebook, Orkut e Twitter. Os autores comentam ainda sobre a biblioteca virtual com diversas fontes atualizadas para consultas do usuário.

Como um repositório para a difusão de informação, Mitozo (2015) descreve a Biblioteca Virtual, como sendo constituída do agrupamento de pastas referentes a legislação, proposições, artigos e publicações, notas de audiências públicas, além de pastas para vídeos referentes à discussões e outros para sites pertinentes a cada assunto. Na publicação é ressaltado lacunas no provimento das informações das pastas dos artigos e publicações e dos vídeos estando vazias. Outro fator apontado é a impossibilidade de adição de conteúdo.

Ainda sobre a plataforma e-Democracia na publicação de Barros (2016), especificamente sobre as páginas relacionadas ao Marco Civil, eram oferecidas basicamente duas seções informativas, uma chamada biblioteca virtual e outra informe-se. Na biblioteca, o usuário encontraria a legislação existente até então sobre a internet, documentos com várias fases do projeto de lei dentro da Câmara dos Deputados, vídeos de algumas audiências sobre o projeto de lei e uma lista de sites voltados diretamente à governança da internet. Na publicação são mostrados em números que a plataforma é utilizada e milhares de downloads foram realizados pela sociedade na busca de informações. Na plataforma, os procedimentos relativos à governança são apresentados com transparência para os usuários, sendo visível no rodapé de todas as páginas um link que dá acesso a informações sobre o portal.

Não necessariamente ligada aos três poderes, os Tribunais de Conta Estaduais são estudados por Santos et al (2013), obtendo um bom desempenho quanto à agilidade de resposta às solicitações de informações via e-mail ou formulário eletrônico. Na pesquisa, apenas os tribunais do Acre e do Pará o e-mail falhou. Nas consultas, obteve-se o retorno de 73%, ainda que 11% demoraram mais de 5 dias úteis para responderem o e-mail. Em seus resultados, os autores demonstram que os tribunais utilizam mecanismos de interação através dos canais de comunicação. Ainda sobre os Tribunais de Conta Estaduais, quanto ao tipo de informação disponibilizadas, Silva et al (2016), apontam para os principais obstáculos da abertura de dados dois fatores, a falta de licença para uso e distribuição da informação disponibilizada e a não utilização de formatos abertos para os arquivos exigindo a utilização de softwares específicos.

Na parte final desta seção são explorados os resultados encontrados em iniciativas civis. Na pesquisa do trio Rossetto, Silva e Carreiro (2011), sobre o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, no site e nas redes sociais (Orkut, Facebook e Twitter), o cidadão pode obter informações sobre as notícias do movimento. As páginas compartilham com o internauta o objetivo do movimento e as questões discutidas. O site ainda oferece uma página dedicada a explicar quais são os procedimentos tomados pelo cidadão para denunciar um crime eleitoral. Na página tem acesso a ficha de denúncia bastando preencher e encaminhar no próprio site. Há também documentos em formato word para orientar os comitês estaduais quanto ao recebimento dos cidadãos de denúncias de corrupção. Durante o estudo não foram encontradas ferramentas que permitam um diálogo direto com a esfera política decisória.

Na pesquisa de Rossetto e Carreiro (2012), os autores abordam 31 iniciativas civis, sendo que 11 dizem respeito à transparência, pois como o Governo Federal possui um site para aferir os processos de transparência em que a sociedade civil é passível de apropriar-se para monitorar contas e obras públicas. Algumas das iniciativas utilizam os bancos de dados públicos disponíveis na internet, produzindo relatórios, estatísticas e matérias jornalísticas. A exemplo o Transparência Brasil que desde o começo deste milênio já produz documentos práticos a partir de dados públicos. Cada qual das iniciativas trazem focos específicos: como a prestação de contas focada em orçamentos e despesas das casas legislativas estaduais, ou através da manutenção de um mapa do financiamento eleitoral brasileiro, entre outras. Nestes casos, os trabalhos são destacados por focalizarem na divulgação de conteúdo de relevância pública.

Sobre a Rede Nossa São Paulo, o artigo de Penteado, Santos e Araújo (2014) faz diversos apontamentos quanto ao uso da internet para a difusão da informação. Para estes, a internet foi utilizada como um meio para a divulgação, possibilitando que os cidadãos interessados utilizassem propagandas das campanhas promovendo-as nas redes sociais. Por meio das informações disponíveis o cidadão poderia qualificar sua participação e participar através de um questionário. Estes e outros resultados também estavam disponíveis no Observatório Cidadão. Através de consulta com notícias no portal, a mobilização online foi realizada, não apenas no site, mas também através das redes, como fonte difusora de informações online, a RNSP utilizava mídias sociais como Facebook, Twitter, canais de vídeos no Youtube e Google.

Nestes espaços os usuários podem acessar a agenda e as ações do programa. Os autores atribuem que como resultado da ação da RNSP, foi criada a emenda à Lei Orgânica do Município, em fevereiro de 2008, obrigando os prefeitos a apresentarem o programa de governo semestralmente, com as metas e a prestação de contas atualizadas. Os cidadãos podem acompanhar também as informações sobre as metas, agendas e relatórios. A pesquisa demonstrou que o principal uso da internet é para a divulgação de informação. Observam além da importância da iniciativa pois permite ao cidadão qualificar-se, informando-se sobre serviços públicos, além de dar visibilidade e transparência para as ações do poder público, criando condições para a participação do cidadão no debate público através de fóruns, conselhos, conferências, ou mesmo, consultas, abaixo-assinados, petições, fomentando através da difusão informação uma cultura cívica mais participativa.

No estudo de Marques e Nogueira (2012), a difusão de informação é utilizada também pelo terceiro setor como o SOS Mata Atlântica. De forma geral, Albano e Reinhard (2015) incutem a difusão de informação à vontade política, argumentando que fatores institucionais e culturais surtem efeitos em favor, tendo dentro dos governos seus interesses como prioridades. Encaminhando a outra questão que é a natureza das informações disponibilizadas, conferindo uma barreira, pois há preocupações dos governantes com a legislação e a falta de consenso sobre quais as informações que podem ser divulgadas. Quanto à temática da difusão de informação, em um trabalho posterior, Barbalho (2018), concorda com o argumento anterior que a difusão está presente quando há vontade política, seja dos agentes governamentais ou não.

4.2.2.2.1 Disparidade entre entidades federativas, instituições e outros

Este subitem focaliza em detalhes, as diferenças e semelhanças exploradas por 16 publicações em entidades, instituições e agentes políticos e suas respectivas relações com uso da internet e seus recursos.

A publicação de lasulaitis (2007), sugere que exista uma padronização e homogeneização de uso entre os candidatos à corrida presidencial entre Alckmin e Lula em seus websites. Na pesquisa de Braga, França e Cruz (2007) sobre candidatos a diferentes cargos eletivos, indicam que a utilização de websites estão mais presentes no PR 10% e SC 9,3%, e no RS 5,6%, apresentando uma baixa apropriação

de forma geral. Quanto a diferença por cargo, daqueles que tinham websites, a pesquisa apresenta uma presença maior para governador 65%, seguida pelos candidatos ao senado federal 38%, deputados federais 10% e deputados estaduais 5,1%. Os autores salientam que os candidatos a cargos majoritários foram os que mais usaram os websites, abrindo indício a existência de uma noção, por parte dos candidatos a deputados federais e estaduais, de que os instrumentos de propaganda tradicionais assim como as bases locais de eleitores, são recursos mais importantes para o sucesso eleitoral do que a internet. Evidenciando também, a existência de uma despreocupação com a transparência em suas atividades, ainda limitados à lógica política de natureza clientelista.

Tratando da presença de websites no poder público, das prefeituras e das câmaras de vereadores, Jambeiro, Sobreira e Macambira (2012), verificaram que a região norte é a única sem 100% de presença de sítios. Por exemplo, Macapá (capital do Amapá) ainda não possuía nenhum dos dois sites e Boa Vista (capital de Roraima) possui só o da Prefeitura, correspondendo a 94% de cobertura pelos sites. Nas demais regiões, todas as Prefeituras e Câmaras de Vereadores têm websites. Quanto às ferramentas de busca nos websites estão mais presentes nas regiões centro-oeste, sul e sudeste do que na região nordeste e norte. O mapa do site foi disponibilizado em poucas regiões estando minimamente presente nas regiões sul e sudeste. Já sobre a disponibilização do plano diretor em seus websites tanto os das Prefeituras quanto os das Câmaras, a melhor situação é a do centro-oeste e a pior no norte e nordeste. Quanto a prestação de contas e orçamentos participativos estão mais presente em todas as casas analisadas da região sul, na região norte, 71% das prefeituras e 28% das câmaras, no nordeste 33% das prefeituras e 33% das câmaras disponibilizam, situação encontrada um pouco melhor no centro-oeste pela existência de websites em 100% das Prefeituras e por 67% websites presentes nas câmaras. No sudeste 75% das Prefeituras e 50% das Câmaras. Já em relação à agenda do prefeito, a análise da variável como um todo revela que o item Agenda do Prefeito é péssimo em todas as regiões, praticamente não está disponibilizada esta informação.

Sobre pedidos de solicitação de informações, no estudo de Angeli (2016) fica evidente que embora Brasília tenha menos da metade da população do município do Rio de Janeiro, possui quatro vezes mais solicitantes de acesso à informação, confirmando-se como a maior solicitante dentre todos os municípios brasileiros. No estudo de Braga e Tuzzo (2017) em relação às diferenças na divulgação de

informação, indicam uma maior presença nos governos estaduais do que no governo federal. Confrontando que, quanto ao “número de informações disponíveis”, “processos burocráticos para se ter acesso às informações” e “formatos de disponibilização”, os portais dos governos estaduais estavam à frente dos portais dos órgãos do governo federal.

Sobre o legislativo, Gonçalves e Braga (2009) notam diferenças na forma que são organizadas estruturas dos sites dos vereadores das capitais, Florianópolis (SC) e Curitiba (PR).

Ao analisar a nível de país a utilização de websites por partes dos parlamentares, Marques (2007) aponta que nos EUA o canal é mais utilizado por esses políticos do que no Brasil, pois dos 81 senadores brasileiros, apenas 3 não possuíam website próprio, enquanto que dos 100 senadores norte-americanos todos possuíam uma página oficial na internet. Em ambos os casos, os sites dos parlamentares estão abrigados nos servidores das respectivas casas legislativas.

Sobre os parlamentares da região sul, Gonçalves e Braga (2009) dizem-nos que o uso de websites estava mais presentes no PR 57% e RS 53% do que em SC, 30%. Seus dados levam ao fato de que quanto menor o nível de representação do parlamentar e mais interiorizado estiver no estado, menor será o número de parlamentares com websites. Também denotam que a apropriação é mais frequente entre senadores 100% e deputados estaduais 88% do que entre vereadores 21%. Os autores incutem em seu estudo que uma democracia direta eletrônica ou uma democracia deliberativa por meio das TICs era ainda muito prematura devido ao diferente níveis de uso nas distintas casas legislativas, além de falta de padronização, embora sobre este ponto, todos demonstraram forte ênfase nas biografias dos seus parlamentares.

Sobre os deputados federais, Barros, Bernardes e Rodrigues (2015) percebem a utilização de recursos multimídia e de interação presente em todas, no entanto na região sul e sudeste, a utilização dos recursos é maior do que no norte, centro-oeste e nordeste. Já no estudo de Oliveira e Rossetto (2011) sobre a organização e disponibilidade de informações nos websites dos portais de transparência estadual, os autores percebem que a organização no AC, PA, AM, PB e MT facilita a aferição do usuário. E, que em relação às redes sociais Youtube presente em 60% das casas (Amazonas, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Roraima e São Paulo), o Orkut em 30% e o Facebook em 30% (Amazonas, Maranhão

e São Paulo), enquanto o Flickr em 40% (Acre, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo. Agora, no referente à Lei de Responsabilidade Fiscal, os autores destacam Acre, Amazonas, Pará, Pernambuco, Mato Grosso e Rio Grande do Sul como portais de transparência mais inovadores e eficientes. No quesito acompanhamento de representantes denotam o uso das redes sociais como canal de comunicação, o caso do Pará e do Piauí apresentam detalhadamente as agendas de seus respectivos governadores, enquanto que São Paulo inova ao oferecer um programa de rádio, além de artigos e discursos do governador.

Quanto às diferenças na capacidade de prover transparência no âmbito legislativo da câmara, Andrade, Raupp e Pinho (2017), em seu estudo atribuem a capacidade de promover transparência como nula em Belford Roxo (RJ), Macapá (AP), Magé (RJ), Mossoró (RN), Paulista (PE), e São Gonçalo (RJ). Com uma baixa capacidade de 90% do municípios estudados e com alta capacidade apenas 5%, Brasília (DF), Caxias do Sul (RS), Curitiba (PR), Feira de Santana (BA), Gravataí (RS), Jundiaí (SP), Novo Hamburgo (RS). Seus resultados contribuem para um diagnóstico sobre a accountability e uma de suas feições, a transparência. No tocante às vantagens da tecnologia, mesmo que avance aceleradamente ela não demonstrava condição de dissolver processos políticos e sociais, como o patrimonialismo, demonstrando como esses processos são resistentes inclusive aos imperativos da tecnologia, como também a própria lei ou leis. Mantendo uma lentidão nos avanços da questão na realidade brasileira. Ainda sobre o legislativo da câmara, Andrade e Raupp (2017) encontraram ferramentas facilitadoras na busca de informações no DF e BA.

Relativamente fora das esferas dos três poderes, na pesquisa de Silva e Carreiro (2013) sobre o Portal da Transparência estadual, conotam que a BA, RS e SP divulgam mais informação em seus sites do que PA e GO, como o esperado no estudo o fator PIB influencia a oferta de informação pública na internet. Os dados de informações completas e inteligíveis disponíveis, de acordo com os critérios da pesquisa, estavam mais presentes em São Paulo 78% e Rio Grande do Sul 89%, enquanto os demais, correspondiam a 52% na Bahia e 57% no Pará. Goiás 68%, em uma posição intermediária falhou ao não disponibilizar conteúdo da LDO, LOA e PPA. Já no estudo de Silva et al (2016) a divulgação de informação esteve mais presente no MT que no DF.

Por fim desta seção, a publicação de Freitas et al (2018) traz em dados a diferença entre a divulgação de informações entre o Brasil, o Reino Unido e os Estados Unidos da América. Nos governos dos UK e EUA a dimensão de dados publicados é muito maior do que no BR. Sendo que enquanto o repositório inglês (data.gov.uk) possui 38.487 conjuntos de dados e o norte-americano (data.gov) 185.698, o governo brasileiro (dados.gov.br) possui tímidos 1.122 publicações (acessado em 20/08/2016 pelo autor). Na publicação é salientado o indicativo de que por parte dos órgãos públicos federais havia uma lenta e gradual abertura, sendo necessários mais esforços para deixá-los no formato comum, atendendo às normas da INDA.

4.3 PARTICIPAÇÃO CIVIL

Tratando-se da maior categoria, composta por 96 fontes e 713 frações de textos selecionadas nos resultados e considerações das publicações do corpus de análise, este tópico trata da participação civil, categoria do INCT.DD (2020) e versa sobre as interações políticas digitais, pela ótica dos partidos, agentes políticos, usuários, entidades, instituições, organizações, além de focalizar ao final, aquilo que efetivamente materializou-se durante o transcorrer da história destas duas décadas sobre participação e deliberação em relação a democracia digital.

4.3.1 Interações políticas digitais

Este subtópico trata das interações políticas digitais, temática presente em 26 estudos, abordando como estas são estudadas sob a ótica das trocas dialógicas, em iniciativas governamentais ou civis, nas redes sociais e nos websites midiáticos.

Um dos pontos presentes nas análises é a possibilidade de anonimato. No estudo sobre o site CMI Brasil, Targino, Carvalho e Gomes (2008) levantam a discussão sobre o tema.

Em relação aos fóruns do Orçamento Participativo de Belo Horizonte, Sampaio, Maia e Marques (2010) percebem que a intensidade das interações se davam em forma de “ondas”, com presença acentuada em determinados dias e ausências em outros. Os autores apontam que os participantes utilizavam de justificativas argumentadas nos espaços de debate, salientando que a intervenção de

agentes políticos do município foi pífia, denotando a ausência de ligações com o partido ou com o governo que viabilizou o desenvolvimento do site. Neste estudo, foi evidenciado que o tópico das discussões teve um desempenho melhor que o esperado, mostrando-se como um bom previsor de resultados.

Já na seara das iniciativas civis, a justificação e diálogo estão presentes e são apontados por Rossetto, Silva e Carreiro (2011), que apresentam que o instituto Seva lançou um portal em 2009 que caracterizava-se como uma ferramenta colaborativa, que consistia em disponibilizar instrumentos de ação para os cidadãos, gestores públicos, entidades e o poder público. Estas participações incumbiam apontar e divulgar problemas acerca de assuntos públicos, além de permitir comentar e sugerir propostas a estes problemas postos.

No estudo de Sampaio e Laranjeiras (2011), sobre a iniciativa Cidadão Repórter, os autores apontam a presença de cadastro, ainda que os dados das pessoas que optam em não se identificar correspondem a 26% daqueles que teceram comentários. Nesta iniciativa a moderação esteve ausente e não foi percebida pelos autores. O quesito justificação esteve presente em 50% dos comentários. A reciprocidade se apresentou em 73% dos casos, este alto índice somados a reflexividade em 38%, evidenciam que os usuários além de responderem, ainda refletiam sobre as outras mensagens argumentando com novas informações. Ademais, os cidadãos justificavam-se tanto produzindo argumentos racionais próprios, quanto por notícias ou fotos, e na menor parte das vezes através de relatos pessoais. No estudo também foi constatado a utilização de persuasão em 33% dos comentários.

No estudo sobre o Twitter, Facebook, Tumblr e blogs, Martins (2014) focalizando movimentos sociais deflagrados no Brasil e em outras partes do mundo ocorridos no começo deste milênio, sintetiza em sua pesquisa que os indivíduos envolvidos nestes movimentos utilizaram das TICs para difundir os locais das manifestações, as ideologias, as estratégias para evitar repressões e as expectativas para o futuro. Valendo-se de articulações híbridas entre o virtual e o real, em que as manifestações foram fomentadas/idealizadas nas redes e postas em prática nas ruas. Assim, através do ativismo político de indivíduos e coletivos houveram convocações para a adesão da população que foi posta em prática pela comunicação através da internet e das mídias sociais. Estas manifestações assumiram um caráter descentralizado, informal, multimodal, livre e inclusivo.

Quanto ao ativismo político em redes sociais, Maia e Rezende (2015) trazem ao analisar questões referentes ao racismo e a homofobia que o engajamento discursivo e o ativismo político não caminham juntos necessariamente, endossando a possibilidade de diferenciação entre uma e outra rede. Por exemplo, no blog Papo de Homem, as autoras notaram que entre os internautas haviam altos níveis de engajamento discursivo, entretanto, um reduzido ativismo político. Por outro lado no Facebook, os usuários apresentavam um baixo grau de troca argumentativa e um alto grau de ativismo político. Já em outro blog, “Lola”, as autoras consideraram haver tanto engajamento discursivo quanto ativismo político. Na pesquisa, são ressaltadas algumas diferenças nas interações presentes nas redes sociais, em relação à temática. Nos comentários, por exemplo, havia a presença de ofensa verbal e hostilidade recíproca nítida entre usuários do YouTube, projetando ali a imagem de uma sociedade dividida. Nos blogs, prevalecem a disposição dos internautas em considerar os interlocutores como iguais, a fim de justificar suas preferências e trocas de argumentos diante de desacordos, fomentando a imagem de “cidadãos deliberativos” preocupados em educar-se mutuamente. Enquanto que no Facebook os usuários tendem a reafirmar suas preferências e evitar entrar em discussões com pessoas contrárias às suas posições.

Ainda sobre as interações digitais em relação a temática da homofobia, o estudo de Mendonça e Amaral (2016) que aborda o Votenaweb, Youtube, Facebook e comentários de notícias da grande mídia tradicional percebem que em sua maioria, 94%, os comentários são ontopic. Sobre a justificação, o estudo aponta que 70% dos comentários traziam algum argumento. Algumas diferenças entre as plataformas se davam por exemplo na Votenaweb, caracterizada pelo provimento de razões em quase 87% dos comentários. Enquanto que o Youtube e Facebook, apresentaram em torno de 75% de mensagens com justificação. Já nos portais de notícias, havia um índice bem menor, colaborando com a hipótese dos autores, indicando que exista alguma relação entre as plataformas e a presença ou não de justificativas. No quesito da reciprocidade, 52% dos comentários à apresentavam. Quanto às interações respeitadas, estas estavam presentes em 83% dos comentários.

O Twitter aparece na pesquisa de Capone, Ituassu e Pecoraro (2015), que percebem a presença de justificação em seu estudo sobre o Marco Civil da internet. Tratando de outro meio, os blogs, Zago e Batista (2009) argumentam sobre a existência de ativismo político diferenciando aqueles que são os influenciados, os

influenciadores e os ativistas. Ainda sobre os blogs, Maia e Rezende (2015) percebem aqui a possibilidade de justificação e respeito ao analisar as temáticas racismo e homofobia.

Sobre o ativismo político nas interações dos blogs Araújo, Penteado e Santos (2015), destacam que webativismo envolvendo os temas pautados pelos Movimentos Passe Livre e Tarifa Zero em relação a mobilidade urbana, os movimentos dos Atletas pela Cidadania e Ação Cidadania em prol da cidadania, o Cultura Atravessa, o Movimento de Trabalhadores da Cultura e Coletivo Fora do Eixo nas temáticas culturais, apresentaram grandes potenciais de envolvimento dos usuários. Enquanto que os blogs Ativismo Virtual, Ativismo de Sofá, Organização dos Sem Partido, Movimento Direito para Quem, Contra os Corruptos do Mensalão e Espalhe a Verdade receberam as piores avaliações no quesito. Tais iniciativas utilizavam o Facebook apenas para veicular informação, sem qualquer estratégia de mobilização e envolvimento, caracterizando-se como um espaço para expressão de indignação e protesto contra o sistema político, deixando ausente qualquer proposição ou alternativas políticas, enquanto que as demais ações possuíam estratégias de mobilização variadas. Os autores salientam que as ações políticas não estavam limitadas ao ciberespaço havendo uma combinação efetiva de ações online e offline, o que demonstra de certa forma um limite de alcance das ações de webativismo além de potenciais ascendentes como pautar a agenda da mídia tradicional e da administração pública.

Quando o assunto é o YouTube, Altheman, Martino e Marques (2013) percebem a presença de moderação de interações sobre os vídeos a respeito do Projeto de Lei do Ato Médico, observando que a liberdade discursiva estava garantida aos participantes, pois nenhuma mensagem foi removida por um moderador, mas algumas remoções foram realizadas pelos próprios participantes. Em relação ao anonimato que parte de uma escolha dos participantes. Os autores comentam também a existência de justificação, reciprocidade, reflexividade e respeito entre os comentários. Argumentam ainda que as trocas dialógicas ocorridas podem sugerir uma disputa retórica e estratégica por convencimento que por vezes recorre a desqualificação do interlocutor, que aliado a outros processos favorece a baixa qualidade do debate. Abordando o Youtube, Maia e Rezende (2015), estudo supracitado nesta seção, aponta que pessoas e grupos manifestaram-se suas visões,

com óbvio sacrifício da tolerância política, veementemente expressaram ofensas sem constrangimentos.

Ainda sobre a temática da homofobia no Youtube, a pesquisa de Cal e Serejo (2017) indica a presença de justificação em alguns comentários sobre a campanha #TodasAsFamílias, estes posicionavam-se ora favoráveis, ora desfavoráveis à imagem de família construída no vídeo. Fica evidente no estudo que a reciprocidade e o respeito estiveram pouco presentes durante as argumentações.

Voltando-se especificamente ao Facebook, Maia e Rezende (2015) conotam em relação a temática do racismo e da homofobia o efeito de câmaras de ecos nas páginas analisadas. Ao estudar as páginas de grandes jornais das mídias tradicionais no Facebook, Barros e Carreiro (2015) demonstram que nos comentários as trocas de razão são minoritárias, sendo que aproximadamente 58% não apresentavam justificativas, 44% apresentaram alguma forma de reciprocidade, enquanto 64% dos comentários foram rudes. Em outro estudo de Pimentel (2015) sobre a página do Portal UOL no Facebook, indica que o respeito esteve parcialmente presente, pois 48% dos comentários foram classificados como de cólera ou ódio para esta pesquisa sobre a temática da maioria penal. Já na pesquisa de Rodrigues e Neves (2015), ao estudarem a página do movimento Passe Livre São Paulo, percebem a capacidade desta, orientada através do ativismo político dos interlocutores dedicados em informar, envolver e mobilizar.

Na publicação sobre a página do Facebook, O Mal Educado, de Altheman, Marques e Martino (2017), o anonimato é percebido como parcialmente presente na conversação política onde os jovens misturavam-no ou não a confiabilidade, a personalização e a experimentação de linguagens, características estas que prevaleceram no movimento secundarista. A justificação também foi recorrente nos comentários de algumas postagens, mesmo com uma baixa reciprocidade o debate político se estabeleceu surgindo nos comentários algum tipo de razão ou justificativa ao contra-argumentar com o interlocutor.

Abordando o site do Vote na Web, que é uma experiência não institucional de participação com potencial de deliberação, Seridório e Luvizotto (2017) percebem ali, a presença parcial de justificação em diferentes formatos de discurso, especialmente adquirindo mais intensidade quando o tema envolve relações familiares e emocionais, como no caso do estudo que abordou o parto. Nos comentários, os autores notaram baixa presença de reciprocidade e de reflexividade, os quesitos salientaram a baixa

qualidade de deliberação, sugerindo que o website é um repositório de visões individuais e de usuários despreocupados em debaterem temas relevantes, mesmo que poucos comentários fugissem ao tema proposto, as trocas foram escassas. Ainda sobre o respeito, este esteve presente na maioria dos comentários, 74%.

Partido para um dos meios de comunicação da grande mídia, Sampaio e Barros (2010), ao analisarem duas notícias no site da Folha de São Paulo notaram a possibilidade de se cadastrar e participar através da ferramenta de comentários, estes não tem restrições, apesar do site conter resguardos a determinados conteúdos destinados apenas aos assinantes e de bloquear previamente palavrões. Ainda assim, não foram encontrados qualquer direcionamento da discussão por parte do jornal, que permaneceu ausente nos debates analisados. É possível no próprio site denunciar condutas impróprias de outros participantes. Também não houve indicação de que os comentários são lidos ou considerados pelos jornalistas ou pelo gerenciamento do site. Quanto à interação entre os participantes, a justificação esteve presente em 31% dos comentários, a reciprocidade em 70%, a reflexividade e o respeito em 50% das postagens. Os autores atentam que o design da ferramenta para a discussão não era o mais adequado, mas o fato dos leitores se preocuparem em ler e argumentar com outros usuários é um indício considerável do potencial deliberativo destes espaços, por mais que o tom agressivo da discussão foi acima do esperado com insultos, ofensas, ironias e tentativas de diminuir ou humilhar outros participantes, chegando a 50% das mensagens analisadas. Fica nítido a tentativa de alguns de “vencer” o debate desqualificando os adversários, sem necessariamente chegar a um entendimento.

Em um artigo posterior, Sampaio (2012) também sobre a Folha de São Paulo mas desta vez abordando outras quatro notícias, concorda com o estudo anterior no que se refere a tentativa dos participantes de vencer as discussões não demonstrando-se abertos a rever seus posicionamentos, além disso, o autor encontrou dados semelhantes à pesquisa anterior, em relação a justificação, a reciprocidade, a reflexividade e o respeito através dos comentários.

Mais recentemente Ferracioli e Rizzotto (2017), sobre a Folha de São Paulo online, no debate sobre a maioria penal, são observados que os deputados e senadores foram os que mais ocuparam (tiveram) espaço para expressar seus pensamentos sobre a questão, em relação por exemplo à participantes de ONGs, com espaço significativamente menor em publicações na página. Os autores pontuam que as fontes ouvidas são sempre as mesmas e que esteve ausente a participação nas

publicações e no debate, deste veículo, a maior parte sociedade afetada. Para os autores, os aspectos inerentes à reciprocidade foram os menos presentes na cobertura da redução da maioria penal pelo jornal, pois a falta de textos que trouxessem oposições às ideias encadeadas enfraquece o jogo deliberativo. O site fez a cobertura apenas agrupando argumentos dos dois lados, sem qualificar o debate entre as visões.

Sobre a Gazeta do Povo, Massuchin e Tavares (2016) concluem sobre a temática da greve que quando se trata de assuntos polêmicos e com pouco consenso entre os leitores, a tendência é destes serem mais debatidos na tentativa de convencimento ou explicação de ideias e argumentos sobre outro.

Ao fim desta seção Dias, Doula e Cardoso (2017), através de entrevistas com jovens universitários trazem alguns apontamentos. Apesar de somente oito entrevistados utilizarem a internet para participação política e apenas dois entenderem que a rede tem como principal utilidade o ativismo político, 47 (92%) entrevistados acreditam que os jovens são mais ativos na internet do que nas esferas tradicionais da política. Os autores consideram que apesar da importância dada à internet pelos jovens, na pesquisa 33 (65%) destes não praticam qualquer tipo de atividade política. De modo geral, a internet é entendida pelos jovens entrevistados com um espaço público de contestação, debates, mobilizações e formação de opinião, que ao mesmo tempo é o espaço do comodismo. Assim, a internet seria muito mais um arena de conversação do que propriamente um espaço para a deliberação. Em todo caso, a internet assume um papel de destaque na conversação e mobilização, espalhando informações rapidamente e com um grande alcance, além de ter permitido o agendamento para protestos e ocupações. Como lembram os autores das recentes jornadas de 2013, as ocupações das ruas de Mariana devido a catástrofe ambiental, a ocupação dos secundaristas e as diversas manifestações a favor e contra o processo de impeachment, por exemplo.

4.3.1.1 Partidos, agentes políticos e eleições

Este item faz referência a 14 publicações, evidenciando como partidos, parlamentares e candidatos utilizaram ou estiveram presentes no mundo digital.

Para Braga, França e Nicolás (2009), ao analisarem partidos políticos brasileiros ressaltam como existente em parte das legendas espaços destinados ao

debate, no entanto estavam ausentes ou pouco presentes a possibilidade de participação para o internauta. Os recursos de interatividade existentes resumiam-se a fóruns de discussões sobre temas específicos e blogs voltados à política, recurso este, amplamente utilizado por partidos programáticos de oposição ao governo federal, como o PSDB e o DEM. Em estudo posterior, Rocha e Braga (2013) encontram espaços de debates nos sites do PMDB e PCB mas argumentam que o potencial interativo e mobilizador da internet é pouquíssimo explorado pelos partidos.

No estudo de Marques (2007) que aborda os parlamentares, não foram encontrados espaços de debate e de deliberação em nenhum dos seis websites estudados, ou seja, o parlamentar não se dispõe a dialogar diretamente com os cidadãos e nem busca através dos websites convidar os cidadãos a tomarem parte no processo de decisão política. O autor apresenta que estes fatos indicam que alguns agentes brasileiros não reconhecem a internet como um meio capaz de aproximar cidadãos e representantes, deflagrando que este meio político tem baixa capacidade de se apropriar de recursos interativos mais conectados.

Sobre os deputados federais, na pesquisa de Barros, Bernardes e Rodrigues (2015) os espaços para se conectar com os representantes já estavam presentes em 98% dos sites daqueles que tinham este canal. Ainda que estes espaços eram pouco interativos pois apenas em 10% dos sites analisados existia alguma forma de recurso para debate, caracterizando-se em suma como sites que funcionavam primordialmente como outdoors pessoais.

Ainda sobre os representantes públicos, o artigo de Bragatto, Sampaio e Nicolás (2015) levantava uma inquietação interessante quanto à participação da população no Marco Civil da Internet. Na pesquisa é evidenciado que a maioria das sugestões dos participantes foi considerada, no entanto é difícil entender em que medida essas colaborações se encaminhavam na direção da agenda dos interesses dos atores do próprio governo internos à iniciativa. Ou seja, os comentários absorvidos não foram aqueles convenientes à perspectiva do governo?

Na temática dos pleitos eleitorais, lasulaitis (2007) nota que recursos de espaços de debates estiveram ausentes nas eleições de 2006 entre Lula e Alckmin. Não havia a possibilidade de interações através de publicação de mensagens online, comentários em notícias ou sala de bate papo, com ou sem a presença dos candidatos. Também não houveram ferramentas que possibilitasse a comunicação entre os próprios cidadãos, pontuando a subutilização da internet por parte dos

candidatos e seus partidos na corrida presidencial daquele ano. Apesar das campanhas usufruírem da internet como via de comunicação, esta era uma via de mão única, que possibilitava ao cidadão apenas enviar mensagens via e-mail, atribuindo ao usuário o papel de receptores, que eram respondidos vagamente com mensagens eletrônicas padronizadas, inviabilizando a participação destes. Duas exceções são destacadas pela autora, as enquetes presentes no website do Geraldo Alckmin e a possibilidade de cadastramento por parte do usuário no website do Lula para receber boletins eletrônicos da campanha. A autora adverte que em relação a interação e participação com os eleitores via site, os candidatos ficaram muito aquém dos potenciais presentes à época.

Em análise de Sampaio, Azevedo e Almada (2011) sobre as eleições de 2010, ou autores apontam que no tocante aos sites investigados da iniciativa civil, o Ficha Limpa, 10 Perguntas e Eleitor 2010, apesar de possuírem potencial para uma maior transparência, controle social e empowerment do cidadão demonstraram um impacto mínimo e de baixa efetividade. Os autores registram o ganho pela exceção, com alguns exemplos: o caso da Marina Silva que respondeu ao 10 Perguntas realizado via Youtube, algumas participação de candidatos que voluntariaram-se no projeto Ficha Limpa e a resposta por parte da assessora de um candidato que respondeu a uma denúncia no Eleitor 2010.

Seguindo o olhar sobre os candidatos à eleição de 2010, lasulaitis (2012), encontra espaços de debates presentes nos sites de Marina Silva e José Serra, únicos na corrida presidencial a oferecer estes recursos. As respostas da equipe da Marina Silva visavam a estratégia de não colocar em choque sua posição religiosa e sua trajetória de militante sobre a bandeira das minorias, advogando em prol de não se indispor com nenhum dos públicos. O fórum online de José Serra, por outro lado, assemelhou-se mais a um comitê online do que como um espaço propriamente para debater propostas de governo. Ali os participantes realizaram sugestões e comentários para a campanha, além do espaço ter sido utilizado como uma arena de disparos de propaganda negativa, com acusações e campanha difamatória contra os adversários, explorando ali, recursos como as capacidades virais da internet (potencializado pelas redes sociais), a ideia colaborativa da Web 2.0 e a inteligência coletiva como ferramentas de campanha.

Quanto à questão da moderação, a autora lasulaitis (2012) pondera que no fórum de Marina Silva os moderadores desempenharam o papel de gestores,

organizando o fórum, os temas, os participantes e questionamentos, não evidenciando censura mas sim uma pré-moderação. Em paralelo, no fórum de José Serra os moderadores realizaram o papel de gestores e mediadores, destacando as propostas mais comentadas, elegendo interlocutores para os eixos temáticos e mediando a comunicação entre participantes e candidato. Para a autora, o site deixou a desejar pois as perguntas não obtiveram resposta, restringindo-se a um feedback em relação a algumas propostas postadas. Quanto à moderação, houve o descumprimento dos critérios objetivos expressos no código de conduta que regia a participação. A autora pôde constatar que as regras que orientavam a exclusão ou não de mensagens foram no mínimo ambíguas em alguns momentos, pois estava previsto no código a remoção de conteúdos que utilizassem linguagem chula, palavrões, hostilizassem adversários políticos ou promovessem luta política. No site do Serra, a convivência dos moderadores com alguns comentários direcionados aos adversários nos próprios fóruns conduziram um tom agressivo e hostil criando um efeito bola de neve. Enquanto que a pré-moderação presente no site da Marina evitou este efeito.

Sobre as mensagens ontopic, lasulaitis (2012) calcula que 76% estiveram presentes nos fórum de Marina Silva. Enquanto que nos fóruns do candidato José Serra a autora denota que não houve monopolização da participação, entretanto alguns participantes tiveram grande predominância em algumas temáticas propostas nos fóruns. Quanto à reciprocidade, em ambos de modo geral esteve pouco presente, conduzindo a percepção de que os internautas postavam suas mensagens sem interesse e disposição em ler ou comentar as propostas de outros envolvidos. Dados estes que ficam expressos nos baixos índices de reflexividade, em que as trocas públicas de argumentos estiveram próximos a 6% nos fóruns de Marina Silva e 3,5% nos de José Serra. No quesito participação, o site da Marina Silva demonstrou de fato este propósito através do fórum no qual a coordenação buscou no potencial colaborativo da rede, ampliar as diretrizes de governo da candidata. Grande parte das mensagens eram de cidadãos e se direcionavam a debater propostas de governo.

Progredindo para as eleições presidenciais de 2014, Nichols (2014) analisa os comentários presentes na Folha de São Paulo no Facebook sobre Aécio, Dilma, Campos e Marina. Atentando ao fato de que a característica persuasiva foi dominante nos dois turnos entre os debatedores, pontuando além, que o passar do tempo pode ser fator explicativo para o aumento da persuasão ao longo da campanha. Ademais, seus resultados indicam uma atividade consideravelmente menor em sentido à

radicalização, sugerindo que os debatedores optaram por outras estratégias a pronunciar-se diante das publicações.

Mudando de veículo, agora para O Estado de São Paulo no Facebook, sobre as eleições 2014, Massuchin, Mitozo e Carvalho (2017) inferem que o debate tendia a ser monológico com características menos recíprocas, em especial quando comparados o primeiro e o segundo turno, no qual os webleitores diminuíram suas trocas dialógicas, limitando-se apenas em postar seus comentários/opiniões, ignorando a possibilidade de conversação em 78% dos casos. Enquanto as interações de reciprocidade e reflexividade estiveram em aproximadamente um quinto dos comentários, os comentários que tenderam a radicalização apareceram em 30% dos casos e foram diminuindo do primeiro para o segundo turno, enquanto aqueles que buscavam persuadir através dos seus argumentos superaram os que buscavam a radicalização, aumentando do primeiro para o segundo turno. Deixando aos autores a noção de que os comentadores tenderam a agir de modo mais estratégico para angariar votos através da persuasão no desenrolar dos turnos eleitorais.

Resultados semelhantes sobre as eleições de 2014 foram encontradas por Mitozo, Massuchin e Carvalho (2017) no estudo sobre a Folha de São Paulo (SP), O Globo (RJ) e O Estado de São Paulo (SP) no Facebook. Em relação a reciprocidade, assim como na pesquisa anterior, esteve pouco presente e deu lugar a comentários monológicos. A presença de justificação esteve parcialmente presente nos comentários e esteve fortemente atrelada a questões de posicionamento, correspondendo a 76% de todos os comentários analisados, nestes casos o comentador não atribui qualquer informação sobre sua afirmação. Entretanto, é demonstrado no estudo que o progresso do diálogo só ocorre quando são agregadas novas informações e argumentos. Para os autores, a persuasão esteve presente em 24% dos comentários, denotando o potencial dos espaços para a persuasão política. No quesito radicalização, este esteve relativamente pouco presente, em aproximadamente 11% dos casos, aproximando-se dos dados de reciprocidade, indicando para os autores, que nem sempre ser recíproco significa aumentar a qualidade do debate. Ademais, a radicalização está ligada às fracas justificativas de posição não relacionando-se necessariamente com acréscimo de informações úteis.

Nas eleições de 2016 para o executivo de Curitiba, Carvalho et al (2017) ao analisarem as páginas dos candidatos no Facebook, destacam que no segundo turno foram quase 40% dos comentários coletados entre os dois turnos e estes se

concentraram nesta etapa apenas sobre duas páginas, do Rafael Greca e do Ney Leprevost, em um período menor de tempo, sugerindo uma maior intensidade ao fim do pleito. Na página de Rafael Greca, líder nas pesquisas de intenção de voto e vencedor das eleições, concentrou quase metade do debate digital durante toda a campanha, com 46,8% dos comentários totais. Dados que eram esperados, pois segundo os autores, os candidatos com maiores chances de vitória são os com maior visibilidade na campanha em evidência no debate público. Assim, o Facebook nas eleições municipais, mostrou-se como um canalizador das demandas locais dos eleitores, salientando uma concentração de manifestações negativas em relação ao candidato à reeleição. Os autores ainda salientam que a participação dos representados perante os representantes fica circunscrita a um comportamento que se assemelha ao do torcedor de futebol.

Ao fim da seção, Santana (2017) através de entrevistas com 280 eleitores de Salvador, vem para nos dizer que em relação à participação política, os usuários de diferentes plataformas digitais respondem diferentemente aos chamados para atividades offlines. Por exemplo, no estudo apenas o Youtube não mostrou potencial de envolvimento suficiente, enquanto que o Twitter apresentou uma baixa capacidade de mobilizar o eleitor para uma atividade offline e o Whatsapp apresentou dados pouco melhores neste quesito.

4.3.1.2 Usuário cidadão

Neste item é possível entender algumas características dos perfis dos usuários, além de captar avaliações de algumas interações presentes em diferentes espaços digitais a nível de iniciativas institucionais ou sociais. Esta seção apoia-se nos resultados encontrados em 16 artigos presentes no banco de dados.

No artigo de Best et al (2010) é possível perceber alguns traços do perfil do usuário do orçamento participativo que responderam ao questionário no evento “VIII Repensando o Orçamento Participativo”, contando com respostas de 42 pessoas sobre o uso da internet no OP. A maioria eram pessoas do governo, da sociedade civil que já tinha participado ou participava de OPs. Destes, 81% eram a favor do uso da internet para a coleta de propostas para o OP (meio complementar), 42% não concordam com a votação do OP na internet, enquanto que 57% eram a favor do uso da internet para a prestação de contas como forma complementar ao OP tradicional.

No estudo de Sampaio, Maia e Marques (2010) ao refletirem sobre o espectro ideológico-partidário dos participantes do OP Belo Horizonte concluem que o posicionamento do ator político não apresentou fortes indícios de ser elemento determinante ou influente quanto a conduta dos usuários. Quanto ao anonimato, os autores trouxeram que havia a possibilidade dos participantes cadastrar apenas um nome, ou seja, não era obrigatório identificar-se para participar. Ainda assim, nas interações a apresentação de argumentos foi constante, e pouquíssimas foram as mensagens que não continham demandas, opiniões ou posicionamentos condizentes com o espaço. Neste artigo, os autores indicam não terem encontrado qualquer indicação de que o anonimato contribuísse para uma melhor igualdade discursiva. Ainda exploram a ideia de que o viés de registrar-se e identificar-se possa atenuar o custo da participação política. A interação dos usuários foi monológica em 70% dos casos, que por outro lado repercute em uma baixa reciprocidade. A justificação por parte dos participantes ficou em 50%, destes alguns se posicionavam a favor e outros contrários a realização das obras, ou do OP em si, enquanto uns ainda recorriam a argumentos racionais baseados em fatos, em narrativas ou em valores pessoais que também poderiam contribuir para a deliberação. A reflexividade esteve presente no debate pois a maioria dos cidadãos respondiam a outros participantes ou a temáticas de maneira reflexiva, deliberativa e respeitosamente.

A publicação de Rothberg e Valença (2014) denota que as demandas dos usuários dos sites dos executivos estaduais foram solicitações referentes à educação, em 46%, saúde em 30%, assistência social em 18% e meio ambiente em 6%. Especificamente sobre as solicitações via Facebook a despeito da educação, mais de 50% vieram de perfis de usuários que se apresentaram como professores da rede pública de ensino e traziam em seu conteúdo reivindicações salariais e trabalhistas. No Twitter, as solicitações corresponderam a mais de 70% referentes a demandas por materiais e infraestrutura nas escolas. Enquanto que na área da saúde, mais de 80% dos comentários no Facebook são reclamações da qualidade do atendimento, além de reivindicações por consultas de especialidades médicas, medicamentos e tratamentos, entre outros questionamentos sobre o investimento no setor. Já referente a assistência social, tanto no Facebook quanto no Twitter, em média 85% das solicitações referem-se à falta de água, luz e saneamento básico. E, sobre o meio ambiente, os usuários questionam o governo sobre sua capacidade de proteger e gerir esta complexa temática.

No site do executivo federal, Angeli (2016) detalha que foram 203 mil cidadãos que solicitaram informação, aproximadamente 9 mil não informaram o sexo, 113 mil eram homens e 81 mil mulheres. De forma genérica na publicação o usuário médio seria comumente um homem, de aproximadamente 42 anos de idade, com nível superior completo, e uma profissão diferente das oferecidas no cadastro relacionado a emprego no setor privado, empresário ou servidor público, residente na região sudeste do país.

No marco civil da internet, Freitas, Lima e Lima (2015) salientam sobre o e-Democracia quanto ao perfil do usuário que 63% afirmaram não participarem à época de movimentos sociais específicos ou partidos políticos. Os cidadãos, para os autores, participam de variadas formas da política mas tendem a não se sentirem representados por partidos políticos, autoridades tradicionais e/ou organizações formais. Sobre a participação, 74% afirmaram engajar-se no debate por interesse pessoal em participar das discussões de leis do país. Outros participaram ainda devido a questões associadas à necessidade em função do seu cargo. No artigo verifica-se que 42% dos participantes eram servidores públicos, 31% do setor privado, 16% da sociedade civil organizada e 10% da academia. Os participantes destacam a importância de vozes especializadas durante os debates para trazer informações pertinentes e necessárias.

Os autores Freitas, Lima e Lima (2015) acrescentam que a participação em outros espaços de debate sobre o marco civil, fora do e-Democracia, foram realizadas por 37% dos participantes, resplandecendo um interesse do grupo pelo tema e não relacionado-o necessariamente apenas ao canal de participação. Do total de respondentes, 63% reconheciam o portal como ferramenta digital efetiva para o debate e a construção de leis. Ainda houveram aqueles que assinalaram não achar que sua participação tivesse relevância para a criação do projeto de lei, ou também, aqueles que revelaram insatisfação com os resultados do processo, explicitando que um dos fatores se deve aos servidores e representantes políticos que possuem autonomia para modificar e aprovar ou não as contribuições populares.

Sobre o marco civil da internet, Bragatto, Sampaio e Nicolás (2015) buscam compreender como os usuários demonstravam ou não seu apoio aos temas propostos pelo governo, destes, 63% estavam de acordo com as temáticas, em especial ao anonimato, a neutralidade de rede e a ampliação de banda larga. Do total, os autores contabilizaram 130 usuários na primeira fase da consulta, deflagrando um baixo

envolvimento da sociedade. Ainda sobre o perfil levantado, quase 86% das mensagens foram enviadas por cidadãos, 7,1% por empresas e 6,4% por organizações da sociedade civil. Na publicação fica o adendo de que também houveram participações via e-mail de associações e empresas, como Abril Digital, Claro, Embratel, Bandeirantes, Associação Brasileira das Empresas de Software e Associação Brasileira de Produtores de Discos. Quanto a interação do usuário do e-Democracia sobre o marco civil, fica evidente o uso de diversas fontes de informação proporcionando aos envolvidos um debate qualificado, no qual os participantes tendiam a justificar suas posições com reciprocidade e respeito elevados.

Prosseguindo na temática do marco civil, desta vez tratando do usuário do Twitter, Capone, Ituassu e Pecoraro (2015) discorrem que a maioria das postagens foram feitas por usuários especializados no tema, relacionados ao Twitter oficial do Marco Civil da Internet, às mídias horizontais, às organizações sociais ou às ciberativistas e ativistas. Ainda sobre o marco civil e o Twitter, Capone et al (2017), apresentam o perfil dos usuários em sua pesquisa, como sendo concentrada em alguns atores, indicando que quase metade das postagens originaram-se em ativistas, jornalistas e professores ligados ao tema, concordando com a pesquisa supracitada sobre o perfil especializado predominantemente mais falante no Twitter sobre a temática.

Mudando de assunto, no universo dos blogs, Zago e Batista (2009) a partir de entrevistas com blogueiros percebem algumas motivações para a participação política, alguns motivos esperados pela pesquisa enquanto outros foram inusitados, variando desde motivos como diversão, interesses em comum, manutenção de boa relação com amigos, identificação com alguma causa, aumentar reputação na rede, ideologia e/ou aspirações a participar de algo maior como uma coletividade ou grupo.

Aproximando o olhar sobre as iniciativas civis, Sampaio, Azevedo e Almada (2011) trazem que os participantes demonstraram interesse em contribuir com as iniciativas analisadas, elaborando perguntas aos agentes políticos e denunciando irregularidades. No estudo de Rossetto, Silva e Carreiro (2011) sobre iniciativas civis, os participantes segmentavam-se em alguns grupos, entre estes os parlamentares correspondiam a 33 participantes, 4 eram dos poderes públicos, 15 de organizações, 52 de ONGs, 20 de movimentos sociais, 20 eram gestores públicos, 20 representavam empresas e 6.690 eram cidadãos.

O estudo de Filho et al (2011) aborda estudantes de graduação sobre sua atividade política na internet e mesmo estes sendo aqueles que estão mais propício ao acesso da informação e da tecnologia são pouco envolvidos politicamente, colaborando que a falta de participação não é uma questão de falta de tecnologia e sim uma combinação do atual desenvolvimento da política nacional aliado a falta de cultura política do cidadão, mesmo entre aqueles com alto nível de formação.

Agora abordando o perfil dos usuários nas páginas do Facebook de jornais da grande mídia tradicional, Barros e Carreiro (2015) analisam a expressiva diferença no volume de participação entre homens e mulheres. Sendo que 65% dos comentários foram feitos por homens, enquanto 34% por mulheres (1% não foi identificado). Em relação a justificativa, 58% dos comentários não apresentavam justificativa. Esta justificativa também variou entre os usuários de acordo com os temas apresentados sendo que em temas com maior consenso (Copa e Mensalão), houve uma tendência de ocorrer menores índices de deliberação, tendo em vista que os usuários não precisam deliberar quando já concordam entre si.

Refletindo sobre as contribuições dos usuários que participam do Wikipédia (português), Sousa e Marques (2016), apresentam que as edições no conteúdo eram feitas por 45% de usuários registrados e identificados, enquanto que 26% permaneciam no anonimato. A pesquisa indica ainda, a concentração de edições em menos 0,1% dos usuários, os quais são responsáveis por mais de 50% das contribuições da plataforma.

Tratando da plataforma Vote na Web, Seridório e Luvizotto (2017) apontam para alguns traços dos perfis dos usuários, onde 34% dos usuários que votaram identificaram-se como mulher, enquanto que 52% declaram-se homens e 14% não escolheram entre as opções oferecidas no site.

4.3.1.3 Entidades federativas, instituições e outros

Nesta seção, a atenção recai sob 23 artigos que abordam os processos de interação política por meio das TICs, dedicando-se a relatar interações políticas digitais nas instituições executivas e legislativas em diferentes níveis, iniciando-se nos níveis municipais, seguindo os estaduais, até chegar aos órgãos federais. Ao final, a seção trata de órgãos que não necessariamente estejam vinculados aos três poderes.

Em sua análise empírica sobre o executivo municipal, Silva (2005) demonstrou que o que existiam eram ferramentas de interações básicas, voltadas para acolhimento de críticas, reclamações ou sugestões, sem necessariamente estas ficarem visíveis no portal da prefeitura. O autor constatou que havia pouca transparência e que o site não promovia a empoderamento do cidadão, tampouco havia permeabilidade no governo, para acolher a opinião pública. Concluindo que os processos de deliberação estavam totalmente ausentes no governo das capitais brasileiras na época de seu estudo.

Ao estudarem o orçamento participativo de Belo Horizonte, Sampaio, Maia e Marques (2010) acentuam que a moderação por parte da prefeitura moldava a participação de várias formas, desde a escolha dos temas para debate, até as obras a serem feitas, no entanto em relação às discussões analisadas, não houveram agentes identificados como pertencentes ao executivo municipal que tenha tentado direcionar os assuntos ou os debates de nenhum modo. No caso estudado, a moderação direcionava-se apenas para coibir mensagens rudes ou incivis. Outra conclusão apontada no estudo é que mesmo sem a presença de um moderador institucional declarado, as discussões podem gerar bons resultados, com altos índices de justificação, respeito e identificação. Ainda assim, os espaços de debate presentes não foram capazes de promover um efetivo empoderamento, não havendo qualquer garantia de que as mensagens seriam consideradas. Por outro lado, aqueles que participaram esperavam que suas mensagens gerassem algum impacto, entretanto os autores argumentam sobre uma particularidade: as ferramentas de discussão operavam em conjunto com a ferramenta de votação, esta apresentou grande empoderamento, onde o cidadão através de seu voto era magnânimo na decisão da obra a ser aprovada, fator que pode ter sido essencial para terem promovido uma maior qualidade nos espaços de discussão.

Sobre os websites do poder público das capitais brasileiras, Jambeiro, Sobreira e Macambira (2012) ressaltam que as potencialidades da web estão distantes de serem plenamente utilizadas pelas prefeituras. Para os autores, a qualidade dos websites deixam a desejar nos quesitos design estrutural, ferramentas de participação e disposição de informações que facilitem o controle social. Na publicação de Santos, Carniello e Oliveira (2013) sobre executivo municipais da Região Metropolitana do Vale do Paraíba - RMVP observam que são escassos os recursos que favoreçam a participação do cidadão, em que na maioria dos sites os

recursos interativos limitavam-se ao oferecimento de formulário para envio de e-mails e em pouquíssimos municípios a interação poderia se dar via rede social.

No artigo de Roberto (2015) sobre o executivo municipal de Goiânia, na página do Facebook da instituição, fica evidente o papel de servir de canal de comunicação entre a prefeitura e o cidadão que pode comentar e avaliar a página. Porém, a política de privacidade permite à administração impedir usuários de publicar em seu feed. Este bloqueio foi realizado para limitar a possibilidade de manifestação pública dos usuários em espaços que estas não possam ser omitidas, embora outras mensagens em outros campos ainda possam ser excluídas conforme interesses do administrador. Outro ponto tratado no artigo, refere-se a ausência de possibilidades deliberativas na fanpage, pois não foram registradas nenhuma publicação ou ferramenta que levassem a uma tomada de decisão política por parte do cidadão.

A nível estadual, Rothberg e Valença (2014), percebem que as redes sociais permitem a participação parcial da população através de espaços de debate. Sobre as páginas do governo paulista, 104 solicitações foram encontradas na pesquisa, 71 no Twitter e 33 no Facebook. Embora existisse a possibilidade de usuários comentarem no Orkut e YouTube, os mesmos não foram usados para esse fim pela população.

Tratando do ministério da saúde, Landim (2013) reconhece a presença parcial de espaços de debate através da página do Facebook do órgão. Nem sempre as mensagens são gerenciadas ou influenciadas pelo ministério, sendo que este participa pouco, com um reduzido número de respostas em comparação com outros usuários, estes emitem novas informações a partir de suas realidades através de textos, imagens e vídeos. A participação se dá efetivamente a partir da vontade do cidadão que tem se apropriado do espaço mas sujeito às regras da página com penalidade de exclusão do comentário por seu descumprimento. E apesar de promover a participação, ela é parcial pois mesmo com grande número de pessoas que curtem a página, quando comparado à população brasileira este número é pequeno. O estudo apresenta que as redes sociais são espaços que permitem a liberdade de expressão mas ao mesmo tempo tem o potencial de diminuir a seriedade e criticidade exigida nos debates políticos. A superficialidade das interações, o baixo envolvimento do cidadão e o pouco comprometimento político cria uma ilusão de participação.

Prosseguindo na perspectiva do executivo federal, Nogueira e Castro (2014) reverberam que o Facebook do Portal Brasil, o Gabinete Digital e o Participatório

foram lançados pelo governo no fim de 2013, em parte como resposta aos protestos de junho e julho daquele mesmo ano. No Portal Brasil, os autores analisaram a participação através das interações dos usuários, seus comentários foram encontrados em relação a elogios, perguntas, respostas, críticas, marcação de amigo, interação entre usuários, esclarecimento de informação pela página, opinião e não relevantes. Quanto ao retorno da página às perguntas feitas, cerca de 60% foram respondidas. O órgão salienta que um montante maior não recebe retorno da página devido à falta de equipe para o trabalho e ao grande volume de interações. Os autores identificam que há um alto índice de comentários que visam problematizar sem refletir os julgamentos e ainda, que existe uma ênfase em assuntos polêmicos (gastos públicos) que tendem a ampliar a discussão aumentando o potencial de deliberação percebido pelos autores.

No artigo publicado por Freitas, Lima e Lima (2015) ao analisarem o marco civil da internet em relação a participação via e-Democracia, as autoras destacam que essa é uma ferramenta capaz de atender a demanda por participação, mesmo tratando-se de um canal de autoria institucional, que apresentava à época do estudo, limitações quanto a capacidade de suportar um maior volume de participação, entre outras limitações de infraestrutura tecnológica. Ademais, existem resistências em relação a inovação em questão, que vão desde o pouco respaldo institucional, a baixa adesão dos funcionários do órgão, a divulgação pouco efetiva, além da relutância de alguns profissionais do setor público em assimilar em suas rotinas as sugestões ou mesmo as interações dos usuários, além do mais, existe o receio dos representantes de perder o controle da agenda política.

Na publicação de Santos e Rover (2016), é argumentado em relação aos espaços de debate ao estudarem os Executivos, Legislativos e Judiciários Estaduais - DF, SP, SC, RJ e PR, que ferramentas como blog, wiki e fórum de discussão têm grande potencial para engajar o cidadão e melhorar a gestão do conhecimento mas nenhum destes sites oferecem esse recurso ao cidadão. Demonstrando a pouca importância dada pelos governantes sobre a possibilidade de estabelecer uma relação mais efetiva entre o poder público e o cidadão.

Na pesquisa de Bragatto, Sampaio e Nicolás (2015) ao tratar do marco civil da internet, percebem que na plataforma que alojou o debate oficial, gerou uma possibilidade de empoderamento relativo, alcançando uma taxa de utilização dos

comentários do cidadãos se aproximando de 54% dos trechos contemplados pelo texto final.

No estudo de Freitas et al (2018), são apontadas as iniciativas dos hackathons, geralmente promovidos pelo executivo federal. Estas são fontes para o incentivo da comunidade de desenvolvedores, ativistas e/ou hackers cívicos em envolver-se na busca de soluções para determinados desafios ou problemas a partir de dados governamentais. Os autores denotam que a participação apresenta-se diante da promoção de desafios ou concursos de ideias em prol de soluções sociais. As iniciativas têm alcançado um nível de participação considerável, foram ao longo de 3 anos, 1.625 projetos submetidos além da iniciativa ter acumulado premiações variadas. Como tratava-se de um concurso, ao final foram escolhidos os projetos que seriam desenvolvidos com o ideal de agregar valor não apenas no momento da competição mas mantendo estas soluções disponíveis posteriormente para sociedade.

No âmbito do legislativo, a Câmara dos Deputados para Marques e Miola (2007) e Marques (2009), é a iniciativa que oferece os melhores recursos à participação promovendo-a de forma mais efetiva. No website é possível encontrar uma organização que facilita a navegação e prima pela diversidade de formas de contato gerais e setorializadas. A forma de contato é através de formulários eletrônicos, que se diferencia do comumente encontrado, e-mail. Permite ao usuário especificar a qual agente se destina o contato além de possibilitar o acompanhamento e retorno sobre a questão enviada. Quanto à participação na casa, poderia se efetivar através das enquetes online ou com possibilidade de se comentar notícias publicadas pela Agência Câmara, além dos encontros em salas de bate papo sobre temáticas ou fóruns realizados periodicamente pela casa.

Citado por Marques e Miola (2007) e Marques (2009), os espaços de debate, indicam haver envolvimento direto dos deputados, fato que trazia ao usuário um senso de eficácia política. A pesquisa contribui dizendo ainda que de modo geral existem diferentes delineamentos participativos no uso da internet pelo poder público. E que pensar design institucional, tomando como um dos pontos de referência os constrangimentos diversos que inferem a participação civil, deve ser visto não como desestimulante a participação e sim como um cuidado devido com a participação civil. Ainda em relação a participação, foi verificado na pesquisa que algumas instituições e alguns representantes mostraram-se dispostos a coletar dados e opiniões,

interagindo com os cidadãos efetivamente, mesmo que esta interação ainda seja relativamente limitada.

Observando os legislativos municipais, Raupp e Pinho (2012), no caso das câmaras municipais da região metropolitana de Belo Horizonte, argumentam estarem ausentes ou pouco presentes espaços de debate e possibilidades de participação. Apesar da existência dos websites, nenhum canal foi encontrado que favorecesse a participação efetiva do cidadão nos menores municípios, enquanto que nos maiores apenas recursos como e-mail da câmara, e-mail de setores da câmara, e-mail do vereador e formulário eletrônico são encontrados, deixando aquém do desejado, frustrando a sociedade que permanece apática e desmotivada, apesar de alguns resultados alcançados que entregaram apenas baixa capacidade de participação nos portais.

No estudo de Coutinho (2014) acerca da câmara dos deputados, o autor entende que os espaços de debate apesar de existentes estão em vias de aprimoramentos. Estes, facilitam o acesso e a participação dos cidadãos, auxiliando na promoção através destes espaços, o debate político ampliado. Ainda que com uma baixa capacidade de empoderamento pois não existe nenhuma garantia de que a participação do cidadão será levada em consideração no momento da elaboração legislativa. O autor pontua que por mais que aumentem as possibilidades de participação e controle do cidadão a partir da maior transparência e espaços para os debates públicos, as decisões políticas permanecem com os políticos, excluindo a população do poder de decisão.

Sobre o legislativo da câmara, Barros (2015) argumenta que o debate real permanece na mão dos parlamentares. Responsáveis pelos enquadramentos interpretativos dos projetos de lei e suas tramitações, enquanto que o cidadão fica mantido a distância do processo político, reforçando o parlamento como principal agência deliberativa. Já no estudo de Oliveira e Silva (2017) sobre os legislativos, os autores entendem que no senado federal os espaços de debate público ocorrem através das redes sociais Twitter, Facebook, Flickr, Instagram, Tumblr e o canal do Youtube. Enquanto que a Câmara dos Deputados tinha apenas perfil público no Twitter e no Facebook.

Chegando ao fim desta seção, temos os Tribunais de Contas Estaduais estudados por Santos et al (2013), considerando um tanto quanto desanimador os resultados encontrados. Estes vão de encontro à percepção da sondagem de opinião

sem caráter deliberativo, que se estende às redes sociais. Estas tendem a serem percebidas como meros murais de recados e não estavam sendo utilizadas pelos tribunais para envolver o cidadão e favorecer as potencialidades das TICs no concernente à participação popular.

4.3.1.3.1 Disparidade entre entidades federativas, instituições e outros

Neste subitem são esmiuçadas algumas diferenças entre integrantes dos poderes executivos e legislativos, perante algumas situações do uso das TICs e suas relações com outros atores políticos, evidenciadas por 11 publicações.

Em seu artigo Silva (2005), incute que há diferenças pontuais quanto ao uso das TICs entre os governos das capitais, não havendo à época diferenças estruturais importantes. Em geral, as cidades possuíam perfis bastante similares de website. E apesar do discurso de modernização dos governos, presente em boa parte dos portais, não haviam avanços significativos em relação à participação civil a ponto de promover alterações relevantes na cultura política existente na época.

A diferença é notada nas prefeituras e câmaras em Jambeiro, Sobreira e Macambira (2012) quanto a oferta e diversidade de espaços de debate, seja por fóruns, chats e enquetes. Na publicação, é demonstrado que tanto no sites das prefeituras como das câmaras de vereadores, em todas as regiões do país esta oferta é baixíssima e apenas na região Sudeste a situação é menos pior com 25% que realizavam enquetes. É completamente ruim no Sul, onde no estudo, nenhuma prefeitura ou câmara usava esta ferramenta de participação cívica. Outra ferramenta apontada no estudo é o canal direto com os representantes, nesta variável os autores apresentam que as piores situações ficam no Centro-Oeste e Sul, pois não existia a possibilidade de contato direto com o prefeito, embora existisse com relação a todos os vereadores. A pior situação era no Norte, na qual nenhuma câmara possibilita esse contato e apenas três das sete prefeituras estudadas o faziam. Focando nos extremos do estudo, as maiores pontuações referentes aos canais diretos com representantes foram encontrados na Prefeitura do Rio de Janeiro e na Câmara de Campo Grande, enquanto que a Prefeitura de São Luís não conseguiu nenhum ponto nesta variável.

Em relação a participação, Jambeiro, Sobreira e Macambira (2012) destacam a região sul, norte e nordeste com uma oferta menor de ferramentas de participação, enquanto que a oferta desses recursos era maior nas prefeituras e câmaras da região centro-oeste e sul. No quesito monitoramento quanto a presença de ouvidorias era

mais comum serem encontradas nos sites das regiões sul e sudeste e a pior situação é descrita no norte.

No estudo sobre os sites dos executivos municipais da Região Metropolitana do Vale do Paraíba - RMVP de Santos, Carniello e Oliveira (2013), as análises revelaram que a maioria das cidades não se importam em estabelecer interações com as pessoas que não são munícipes, mesmo com a vocação turística das cidades da região apenas São Bento do Sapucaí e Campos do Jordão propiciavam informações aos empresários e/ou possíveis investidores, demonstrando abertura ao um diálogo efetivo com o público externo. Ademais, Campos do Jordão disponibilizava uma área do site voltada aos servidores evidenciando a percepção de administração pública mais refinada considerando também público interno.

Na pesquisa de Silva e Rue (2015) são percebidos as existências de formulários para contato nos executivos estaduais de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Santa Catarina, e estavam ausentes nos portais do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Ainda no nível estadual, Santos e Rover (2016) entendem em sua pesquisa, sobre a ótica dos três poderes que os que contemplam mais variáveis em seu estudo para uma democracia eletrônica são o legislativo, seguido do judiciário e por fim o executivo, onde esta tem mais potencial e poderia ganhar mais força.

Focalizando o âmbito legislativo, Marques (2007) pontua que eram ofertadas mais ferramentas de participação pelos parlamentares norte-americanos do que entre os brasileiros. Em estudo posterior sobre o executivo e legislativo, Marques (2009) descobriu que havia discrepâncias substanciais no tocante aos cuidados no planejamento da iniciativa, na gestão do portal, na variedade e profundidade dos mecanismos participativos e no nível de comprometimento dos representantes com a interação com os usuários. As diferentes estratégias adotadas pelo governo iam de encontro ao fortalecimento da imagem pública de determinados agentes políticos, ou ainda da busca de atrelar esta imagem a inputs por parte dos usuários. Enquanto o Portal da Presidência oferecia os endereços de e-mail e formulários, o Portal da Câmara ia além, viabilizando salas de bate papo e fóruns de discussão. O autor conclui que cada instituição operacionaliza a participação digital de uma maneira muito particular, com possibilidades distintas de quantidade e profundidade dos inputs cidadãos. Ainda sim, fica evidente que a decisão permanecia na mão dos mandatários eleitos independentemente do potencial interativo das ferramentas oferecidas.

Ainda sobre o legislativo, Marques e Miola (2007) percebem o site da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul como um dos mais sofisticados no que diz respeito ao oferecimento de contatos através de e-mails, segmentando o contato de toda a estrutura operacional. Da mesma forma, os autores chamam a atenção para o site da Assembleia Paulista pela variedade de formas de contatar os diferentes setores da casa. Sobre o quesito da deliberação, de modo geral, os seis websites legislativos analisados no trabalho indicam que a internet vinha sendo utilizada de modo insuficiente pelas casas, sendo o e-mail a forma mais comum de algum tipo de interação, salvo a exceção da Câmara do Deputados que oferece formas mais consistentes como chats e fóruns.

No tocante ao legislativo municipal, Raupp e Pinho (2012) encontram as ocorrências mais comuns sendo os formulários eletrônicos, e-mails dos vereadores e e-mail da câmara, outras ocorrências menos frequentes são os canais de ouvidoria e no estudo poucos municípios analisados utilizavam o Twitter. No cenário desértico descrito pelos autores sobre a utilização dos recursos da internet, alguns se destacaram como de Biguaçu, Caçador, Canoinhas, Concórdia e Indaial com iniciativas que produziam uma interação, ainda rarefeita. Em estudo mais recente sobre o legislativo, Andrade, Raupp e Pinho (2017) fazem um balanço ponderando que dentre todas as regiões do país, a com ênfase maior na participação é o sudeste.

Enfim, sobre a diferença da utilização dos recursos, Braga, Nicolás e França (2011) contrastam as cidades em que os candidatos utilizaram mais os recursos de internet para interagir com seus eleitores, sendo que Curitiba (PR) e Salvador (BA), seguidas pelo Rio de Janeiro (RJ), Fortaleza (CE), São Paulo (SP) e Maceió (AL) tiveram um alto percentual de candidatos ativos na rede enquanto que as capitais do centro-oeste e da região norte foram onde os candidatos menos se apropriaram de tais recursos.

4.3.2 Participação e deliberação

Respaldado em 50 publicações, este subtópico versa sobre a efetividade ou não das iniciativas em relação a participação e deliberação. Conduz-se sobre aquilo que ainda não foi exposto nas seções acima, buscando explorar, além dos meandros do direito, da comunicação, da transparência e das possibilidades de interações políticas digitais, aquilo que efetivamente materializou-se nas análises sobre os

potenciais de participação e deliberação. Atentando-se às iniciativas no primeiro momento do executivo, em segundo do legislativo e por fim trata das iniciativas civis.

Trazendo um olhar sobre os orçamentos participativos Nabuco, Macedo e Ferreira (2009) ao analisarem o caso de Belo Horizonte comentam que mesmo com uma participação de aproximadamente 8% dos eleitores em 2008, esta é uma das experiências brasileiras mais relevantes no que tange a democracia eletrônica. Ainda que o uso das TICs tenha sido fundamental para o sucesso do ciclo, outros fatores contribuíram, entre eles estão o empoderamento do cidadão. Presente ao longo de 15 anos ininterruptos da iniciativa municipal que já construiu mais de 1.000 obras públicas, com um investimento superior a 1 bilhão de reais, dos quais a população participou nas tomadas de decisão. Através do processo de votação em 2008, que durou cerca de um mês, foram registradas 217.651 visitas ao site, provenientes de 148 cidades brasileiras e 68 países, sendo que a grande maioria 88% do total acessou de Belo Horizonte. Neste ano a iniciativa contou também com o serviço de 0800 que recebeu um total de 38.055 ligações, grande maioria da própria cidade. Diferentemente do que alguns esperavam, o Orçamento Participativo Digital, não significou um enfraquecimento do Orçamento Participativo Regional, nem mesmo uma disputa entre os dois por recursos orçamentários. Ao contrário, parece que existiu uma influência positiva ampliando os segmentos sociais participantes. Os autores frisam que o sucesso da edição aproveita da ampla credibilidade e do compromisso assumido por governos municipais sucessivos, garantindo a execução das obras aprovadas popularmente.

Os autores Nabuco, Macedo e Ferreira (2009) sobre o processo de deliberação do OP supracitado, explanam que do total de votos aproximadamente 90% veio da internet e 10% do 0800. Outros dados apresentados indicam que apesar do orçamento a ser votado digitalmente fosse menor que o presencial (regional), a participação foi 2,5 vezes maior via internet. No exemplo apresentado pelos autores, na disputa para a construção de uma praça entre dois bairros distintos, sendo um de classe média e alta e o outro de baixa renda, quem levou através do processo de votação foi o bairro caracterizado como de baixa renda, com uma significativa participação via 0800, mostrando-se um recurso valioso de acesso aqueles menos afortunados. Outro destaque se deu através do processo de votação simplificado viabilizado nas TICs, garantindo o amplo acesso da sociedade civil sobre o processo, incluindo novos segmentos da sociedade. Pois via digital ou telefone o custo financeiro

de participação para o cidadão é quase nulo, enquanto que o custo para a participação presencial, que envolve participar de diversas assembleias, é maior. Os autores notam haver uma relação também entre o tipo de obra e o volume de participação da população. Outro achado da pesquisa mostra que a iniciativa de 2008 teve uma participação menor que em 2006, mesmo com mais recursos disponíveis em 2008, aferindo que não exista uma relação forte entre mais recursos disponibilizados e maior participação. Em partes, os autores explicam que a alta complexidade das obras de 2008 influenciaram uma menor participação.

No tocante ao orçamento participativo de Ipatinga (MG), Best et al (2010), apontam que ao longo dos anos a iniciativa tornou-se um importante espaço de debate público fomentando o desenvolvimento de projetos e investimentos no município. Em 2001 já era possível realizar a indicação de demandas pela internet, indicam ainda em suas leituras, que apesar de continuidade do OP, este ao longo dos anos, perdeu uma série de ferramentas interativas, ainda que com o artifício da internet, houve um aumento substantivo de participação alcançando públicos distantes como a classe média e os jovens.

Sobre o orçamento participativo de Belo Horizonte, Best et al (2010) trazem que este caso foi o que mais envolveu os cidadãos, que além de votar nas decisões tinham a possibilidade de serem articuladores e agentes de mobilização. Na internet, a edição 2007/2008, superou as expectativas dos organizadores que tiveram um retorno de quase 10% dos eleitores do município, número muito superior ao da participação presencial. No entanto, um dos limites do OP digital, está na sua real capacidade de promover o debate, de permitir o cidadão escolher as obras ou monitorar o andamento, já que não existe este espaço para monitoramento online e as obras já são pré definidas antes do processo de deliberação. Em todo o caso, o processo dava-se em duas etapas (debate e votação), além da internet, a prefeitura disponibilizou 158 pontos de votação gratuitos por toda a cidade e em 2008 foi possibilitado a participação via telefone 0800.

No caso do OP de Recife, Best et al (2010), atribuem a utilização da internet pela prefeitura como ferramenta complementar, desde 2007 sendo parte integrante do OP presencial, destoando do OP de Belo Horizonte. No nordeste, os votos computados pela internet somam-se aos votos das plenárias e das urnas eletrônicas. Sendo que em 2008 os eleitores recifenses podiam escolher entre 180 ações voltadas às 18 microrregiões. Em 2008, a iniciativa envolveu 22.856 votantes online,

aproximadamente 25% dos participantes deste ciclo do OP. E em 2009 a prefeitura registrou o recorde de participação com 125 mil participantes, sendo que 33% foi através da internet.

Na região sul, Best et al (2010) analisam o orçamento participativo de Porto Alegre que já em 1989 lançou sua versão presencial, tornando-se ao longo dos anos referência nacional de OP. No ano seguinte, a internet começa a ser incrementada na iniciativa permitindo aferir informações sobre o andamento da obra ou serviço. Esta função foi aperfeiçoando-se ao longo dos anos e a partir dos anos 2000 era possível realizar diversas consultas, seja por demanda, por ano, organismo encarregado da obra ou serviço, por região, por ciclo do OP e por questão temática. Facilitando a accountability governamental e o controle social do OP.

De forma geral sobre a participação nos casos analisados, Best et al (2010) percebem o aumento numérico da participação em todos os casos. No entanto, a possibilidade de proposição do cidadão diminuiu em alguns casos, como no exemplo de Porto Alegre, que com a mudança no desenho da iniciativa passou de 600 sugestões vindas dos cidadãos em 2001, para 100 em 2003. Os autores indicam que o uso das TICs beneficia a ampliação da participação e os OPs digitais caracterizam-se como um método seguro no qual a inovação, nos casos estudados, foi realizada sem fortes críticas durante as fases presenciais. E que os OPs são uma forma de abertura da gestão pública revelando-se um verdadeiro termômetro para sondar os anseios e necessidades da população.

Quanto à deliberação através dos OPs, de modo geral, Best et al (2010) entendem que a internet facilita a participação, possibilitando ao cidadão acessar e participar de qualquer lugar, desde que com acesso a internet. Este tipo de OP permite a votação direta dos cidadãos na decisão de alocação de recursos públicos, facilitado devido às comodidades da internet. Assim, o OP digital configura-se como um instrumento que possibilita a participação de cada cidadão no processo de construção da cidade, apresentando aos gestores seus desejos e necessidades. Os autores trazem a tona que as experiências de OP digital até aquele momento não provaram ser capazes de estabelecer um compromisso de longo prazo com os participantes, no entanto podem ser uma forma para melhorar a participação nos processos de deliberação, salvo as advertências de que os OPs digitais não parecem substituir o OP presencial, especialmente no que refere-se ao espaço para alianças, negociação e discussão notadas nas reuniões presenciais. Portanto, com base nas experiências

anteriores, onde nenhum dos exemplos analisados no estudo possuía um OP 100% digital, não há evidências de que a internet por si só possa tornar mais eficaz e participativa a gestão pública.

Na pesquisa realizada por Sampaio, Maia e Marques (2010) sobre o orçamento participativo de Belo Horizonte, fica destacado que houve deliberatividade entre os indivíduos que durante suas trocas argumentavam e respeitavam-se mutuamente, no entanto entre os indivíduos e a ferramenta a deliberatividade foi baixa, devido ao limitado grau de sofisticação das ferramentas e a pouca atuação do agente institucional incentivando, além dos inputs cidadãos, o próprio debate.

Na pesquisa do mesmo ano sobre alguns casos de orçamentos participativos no Brasil, Sampaio e Roballo (2010) argumentam que a depender dos níveis de apropriação das TICs que se encontram as iniciativas, algumas vantagens e desvantagens se evidenciam. Por exemplo, em níveis mais baixos a falta de incentivos ao engajamento cívico e o baixo empedramento frustra o cidadão, pois é pouco relevante a participação destes através das TICs. E mesmo que estes queiram participar, a falta de ferramentas de controle ou de denúncia inviabilizam sua efetiva participação. Algumas alternativas são descritas como no OP de Ipatinga que valeu-se das redes sociais para incluir a participação de outros públicos, aumentando a possibilidade de participação.

No mesmo estudo, Sampaio e Roballo (2010), denotam que nos níveis intermediários, a participação pode ser complementada com o auxílio da internet permitindo efetivar decisões. Neste patamar, as etapas são intercaladas ou complementares, presenciais e online, em que se é importante balancear cada etapa para que os participantes não sintam-se lesados por participar apenas de uma fase, por exemplo. Neste sentido, o Orçamento Participativo de Recife funcionava de modo que na primeira etapa eram escolhidas nas assembleias dez ações a serem realizadas na cidade, seguindo de uma votação onde o grande público elege as mais importantes. Esta participação pode ser exercida através da internet ou de urnas eletrônicas disponibilizadas pela prefeitura em lugares estratégicos da cidade, como estações de ônibus, metrô, praças e escolas. No caso de Ipatinga, que operou principalmente offline entre 2001 e 2005 alcançando um ápice de 79 mil participantes, esta participação, após a incrementação da internet no processo, cresceu para 86 mil em 2007 onde o número de votantes online foi de quase 26 mil. No ano seguinte, outro recorde com mais de 95 mil participantes.

No nível mais alto da apropriação por parte dos OPs dos recursos digitais, Sampaio e Roballo (2010), traduzem que o processo se dá basicamente online, com possibilidade de uma ou outra operação ser complementada presencialmente. Estas ações exigem ferramentas digitais sofisticadas para facilitar a participação e viabilizar a iniciativa. Nestas iniciativas, o design é fundamental para definir como os cidadãos vão participar e interagir. É importante que estes desenhos garantam altos índices de deliberatividade nas discussões online e de empoderamento, garantindo aos participantes que seus inputs sejam lidos e considerados não apenas entre os cidadãos mas também pelos responsáveis das iniciativas. O exemplo destacado pelos autores neste nível é o OP de Belo Horizonte, uma das iniciativas pioneiras que desde 1993 funciona presencialmente, e em 2006, a versão digital foi implementada, caracterizando com um processo totalmente separado do presencial com outras regras, agendas e orçamento. No OP Digital os eleitores votam em obras pré-selecionadas, estas quando eleitas são executadas pela prefeitura. Em 2006, foram aprovadas 9 obras de 36 (uma obra por regional da cidade). Em 2008, a nova edição oferecia 5 obras para a votação com apenas 1 eleita. No tocante ao número de participantes em seus respectivos anos, os processos digitais superaram de três a seis vezes em números em relação aos presenciais.

Na análise de Sampaio (2011) e Sampaio (2012), sobre o Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte, fica a evidência de que o número de participantes digitais chega a ser 3 a 5 vezes maior do que o número de participantes presenciais, e que a participação legítima e forte em parte se deve à forma como o OPD foi concebido. O autor denota a visível evolução dos OPDs entre uma edição e outra, salientando que os OPDs, em todo caso, significam uma enorme mobilização, tanto referente a participação legítima da população da cidade, tal qual de atores coletivos sociais como associações civis e agências de advocacy, quanto de diferentes secretarias e de agentes políticos no interior da prefeitura. Ademais, os espaços de debate demonstraram altos índices de deliberatividade e os cidadãos altos índices de empoderamento, não deixando dúvidas que os resultados são tangíveis, concretos e visíveis à população, que tem disponíveis entre uma edição e outra, as informações sobre os processos anteriores e vigentes.

Na publicação de Abreu e Pinho (2013), ao analisarem casos brasileiros de orçamento participativo, argumentam o processo de sua formação ligada ao PT. Este, contribuiu para a cultura participativa expandindo a iniciativa em seus governos para

diversos municípios como Porto Alegre (RS), Ipatinga e Betim (MG), Santo André, Piracicaba, Jaboticabal, São Paulo e Santos (SP). Por certo tempo, as iniciativas ficaram exclusivamente ligadas às administrações do PT, e posteriormente a 1993 os OPs passaram a ganhar notoriedade e proliferar-se mais efetivamente alcançando outras siglas, inclusive do espectro oposto de direita e conservadores. Ainda assim, os autores colocam em cheque os ganhos democráticos, apontando alguns limites estruturais interpostos pelo modelo hegemônico de democracia representativa. Um deles é a tecnoburocracia que tecnifica e centraliza as decisões, monopolizando o processo alicerçado no procedimentalismo de cima para baixo, atribuindo à sociedade civil a função consultiva com pouquíssima capacidade de controle social. Por mais que, para os autores tenha se evidenciado o potencial latente das TICs, o potencial deliberativo tem sido um ponto frágil. Por fim, deixam o alerta que se estas iniciativas tenderem a cair em um instrumentalismo, mais participação não necessariamente implicaria em mais democracia.

Na perspectiva de Sampaio (2013), embasado em três iniciativas brasileiras de orçamento participativo, é identificada uma parcial efetivação da participação, pois apesar de disporem de ferramentas que permitem o cidadão participar, interagir e monitorar online, ainda são limitadas as possibilidades de decidir o orçamento a ser investido digitalmente ou contribuir com inputs que serão validados. Mesmo assim, ainda que equipados com um instrumentário incipiente de participação online, os orçamentos participativos estavam entre as iniciativas mais inovadoras no Brasil à época. O autor reforça, que a possibilidade aberta pelos canais da internet ou do telefone aumentaram a participação permitindo através desses adventos que os cidadãos estivessem mais presentes.

Sobre o Orçamento Participativo de Belo Horizonte, Abreu e Pinho (2014) atribuem, a partir das postagens no sítio da OPD 2006, que os cidadãos participantes imbuíam à iniciativa credibilidade e esperanças, carregados do sentimento de que a participação deles fazia diferença, ou seja, existia uma forte expectativa democrática. Enquanto que em 2008 houveram mudanças, como a redução das temáticas e das opções de obras a serem votadas. Além também, da ampliação nas possibilidades de participação. Neste ano, o processo aproximou-se de um sentido competitivo e individualista com conotação de disputa de “classes” nos discursos dos cidadãos. Posteriormente, críticas foram contundentes, pois entre as 5 obras oferecidas como opção na edição de 2008, a obra vencedora, diga-se de passagem graças a forte

mobilização popular e participação via 0800, não havia sido implementada até a data do artigo. Em defesa, o executivo municipal diz que a obra foi incorporada por um projeto do governo federal. Em contra partida, a segunda colocada, com forte mobilização daqueles com acesso à internet foi a executada. Este fato trouxe descrédito a iniciativa que em 2011 sofreu fortes críticas, para qual os autores percebem uma desilusão contundente com esta modalidade de participação, reforçada na dinâmica da crise de legitimidade democrática.

Em artigo mais recente, Barros e Sampaio (2017), através de uma análise de sentimento dos discursos nos fóruns do Orçamento Participativo de Belo Horizonte percebem uma alternância de manifestações entre as edições 2008 e 2011, sendo que havia em 2008 uma prevalência de sentimentos positivos entorno da iniciativa e em 2011 inverteu-se para uma prevalência de sentimentos negativos. Enquanto a percepção de efetividade aparecia em 35% das mensagens em 2008, caiu significativamente para 22% em 2011, sendo que 34% correspondiam ao sentimento de frustração, sentimento mais frequente nesta edição. No que diz respeito a aprovação das obras sugeridas sem restrições ou mudanças, em 2008 foi de 70%, número que caiu para 37% em 2011 e as que propunham alterações subiu de 14% para 24% e aquelas que não aprovavam a obra de 10% para 27%, nas respectivas edições (2008 e 2011). No tocante a diminuição do público na edição OPD-BH 2011, os autores incutem que esta pode estar diretamente relacionada a uma frustração dos cidadãos ao perceberem sua baixa efetividade política, atenuada pelo fato da não execução da obra vencedora de 2008. Não perdendo de vista que a insatisfação é característica nos processos deliberativos. Os autores deixam o alerta de que boa parte destas reclamações poderiam ser evitadas se os cidadãos tivessem sido ouvidos desde a definição da pauta até a escolha daquilo que seria colocado em votação.

Em estudo mais abrangente incluindo casos brasileiros e internacionais, Sampaio (2016) destaca que mesmo tratando-se de processos de participação através das TICs nos quais seria relativamente simples encontrar informações sobre os orçamentos, número de participantes online e número de participantes presenciais, dos 170 orçamentos encontrados 72% não disponibilizavam todas as informações para completar o banco de dados.

Em Sampaio (2016), no Brasil, o segundo país a mais ofertar orçamentos participativos, foram analisadas 37 iniciativas, correspondentes a atuação em 17

localidades. Do universo prospectado, o autor dá algumas indicações, exemplifica um significativo crescimento das iniciativas a partir de 2009 e também um gradual crescimento de iniciativas que valem-se, majoritariamente ou unicamente, dos recursos online, que na pesquisa citada aparecem concentrados nos anos de 2013 indicando um ponto fora da curva neste ano (outlier), marcado por uma tendência à maior utilização das TICs.

Ainda em Sampaio (2016), foi percebido um forte pilotismo nas iniciativas que de modo geral, mais de dois terços destas estavam em sua 1ª edição. Outro aspecto levantado, é a baixa apropriação do uso via celular e menor ainda a possibilidade de valer-se de um aplicativo para participar da iniciativa, no Brasil, por exemplo, a única iniciativa que dispôs tal recurso foi o orçamento participativo de Belo Horizonte. Quanto à apropriação das redes sociais simplesmente não foram utilizadas ou foram sub utilizadas pelas iniciativas na maioria dos casos. Apesar de uma alternativa viável para a participação cidadã estas ainda estavam em fase de experimentação e seus respectivos contextos, culturas políticas, vontades políticas e o desenho do processo participativo e das ferramentas digitais continuavam sendo os principais determinantes da efetividade ou não destas.

Propriamente sobre os processos deliberativos, no estudo de Sampaio (2016), os destaques captados resplandecem ferramentas de votação, de envio de sugestões e secundariamente de monitoramento ou avaliação online. Por alto, as práticas mais comuns são “sugira e vote online” e “sugira online, participe presencialmente”. De modo que, em inúmeras situações as ferramentas digitais são acionadas na incrementarão de processos de orçamento participativo, aumentando a participação da população e a complexidade do desenho para efetivar a participação. No entanto, a lógica vigente assemelhava-se, em suma, a de petições online, pois por mais que os cidadãos tivessem maior poder de pautar a agenda não houve o aumento efetivo do seu poder na tomada de decisão no processo. O autor conclui que as iniciativas estavam em sua “infância” e que ainda não culminavam efetivamente em ferramentas e processos de e-decisão, assumindo sim, uma função essencialmente consultiva.

Na pesquisa sobre os portais dos executivos municipais, Souza, Outeiro e Araujo (2019) atribuem ainda uma busca tímida por parte da população nos canais disponibilizados nos sites, seja via ouvidorias, via email ou por telefone. Apesar de existente, a participação da população através destes canais estavam sujeitas à disposição dos canais para as interações geralmente limitadas, além do excesso de

informações dispersas que podem contribuir para confundir o usuário. No estudo de Oliveira e Rossetto (2011) sobre os executivos estaduais, fica destacado o caso do Rio Grande do Sul que diferencia-se pois facilitava a visualização das informações e incentivava a conscientização quanto a importância da participação e fiscalização através do controle cidadão. No entanto, apesar da fácil utilização poucas contribuições foram feitas pelos cidadãos à data da pesquisa. Os autores também destacam Minas Gerais e Pernambuco que empregam ferramentas de participação aproximando os agentes políticos dos ensejos da população.

Especificamente sobre o Gabinete Digital, Brisola et al (2012) exemplificam que com o intuito de incluir o cidadão nos processos de decisão política através de ferramentas digitais, por exemplo a iniciativa Governador Pergunta gera interações, sugestões e a possibilidade de votar. Frisando, entretanto, que existe diferença nestas participações, para o real poder de tomar decisões. Os autores explanam que a ferramenta de votação ainda não tinha a função de conferir o poder de decisão política à sociedade mas sim sondar possíveis resoluções de problemas sociais. Dito isto, não basta uma natureza participativa da rede, é necessário além da abertura do poder público, que os indivíduos estejam capacitados e tornem-se politicamente ativos para que possam usufruir plenamente da condição de cidadão com efetiva capacidade de mobilização e participação.

Continuando na seara do gabinete digital do Rio Grande do Sul, Angelis (2014) discorre que a iniciativa vigente desde 2011, traz em sua essência a concepção de um canal direto entre governador e população, estimulando uma nova cultura de participação na população e na gestão pública. De forma que após o cadastro cidadão é possível enviar contribuições, acompanhar as obras estaduais (cronograma e imagens), além das redes sociais como Twitter e Facebook, os usuários podem comentar, compartilhar, seguir, se informar sobre o andamento dos processos e também gerar conteúdo na página postando fotos, vídeos, dúvidas ou esclarecimentos sobre cada obra (sempre sujeitas a mediação), sendo que mensalmente o governador manifesta-se sobre a obra mais acessada e fiscalizada. No estudo revela-se que se o governador permitir aos cidadãos a possibilidade de intervir nas decisões políticas este de fato exerceria sua participação cidadã, deixando de ser apenas consumidor de informação para influir na produção da informação e das decisões.

Já no estudo de Rodegheri e Oliveira (2015) sobre orçamento participativo, é questionada a efetividade da participação do cidadão, pois por mais que verifica-se o interesse dos governos de ouvir as necessidades e carências da sociedade, muitas vezes os mecanismos mantêm-se estáticos com baixíssima permeabilidade da vontade popular e capacidade de interação pouco efetiva entre governantes e cidadãos e entre os próprios cidadãos. Na publicação é ponderado que tais ações ainda eram incipientes, desvirtuando sua finalidade de participação, para um canal de demonstração daquilo que vem sendo realizado pelo governo. Ou seja, em alguns casos as iniciativas tornam-se condão para propaganda e promoção dos interesses do governo.

Em relação aos processos deliberativos ocorridos através do Lab-Rio, Aguiar (2015) aponta no exemplo do *Ágora Rio*. Esta iniciativa selecionou propostas para desenvolvimento de soluções para o Legado Olímpico e Paralímpico de 2016, a primeira fase iniciada em 2014 seguiu-se das etapas de envio de ideias, discussão das propostas, votação online e entrega do documento ao prefeito. Na última fase contava com a avaliação do prefeito e discussão da proposta via hangout na internet. Pode-se dizer que 25 propostas selecionadas para a discussão prefeito/população, em grande parte estavam ligadas à mobilidade, planejamento e à sustentabilidade. Destas, apenas 12 não foram contempladas, sendo 3 totalmente incorporadas e 10 parcialmente incorporadas. Todavia, a inovação está à mercê de transições políticas, que podem validá-la, aperfeiçoá-la, ou simplesmente exterminá-la.

No tocante aos portais dos executivos estaduais, Santos e Rover (2016) indicam que apesar de todo o potencial que as TICs oferecem, são infimamente utilizadas em prol do aperfeiçoamento democrático. Deixando a desejar em quesitos básicos que dificultam a fruição do usuário, diminuindo sua confiança no sítio, podendo em alguns casos, barrar a participação cidadã nos processos decisórios. Nesta falta de estratégias direcionadas ou de políticas públicas que considerem o cidadão, este ainda é tomado como consumidor, usuário de um produto final, ao invés de um parceiro que participa do processo de decisão política.

No âmbito do governo federal, Sampaio (2013) apresenta em sua publicação que diferentes ministérios realizaram consultas públicas bem sucedidas, possivelmente caracterizando-se como o maior instrumento de democracia digital do executivo federal. Como o marco civil da internet e a petição sobre direitos autorais, apesar de pontuais, são ferramentas que apresentavam-se em expansão. Outra

questão levantada pelo autor é, se há efetivas iniciativas de democracia digital no Brasil? Na publicação a resposta é sim, entretanto resguarda-se o alerta para as ressalvas já citadas. Como as diminutas e pontuais ofertas destas iniciativas, caracterizadas geralmente por ações de indivíduos ou órgãos específicos, que não tendem a oferecer uma padronização, o excesso de experimentalismo e incerteza da perenidade das iniciativas, além da sazonalidade, presente nas iniciativas nacionais mais proeminentes. Nesta, os projetos não ficam abertos à participação em tempo integral, delegando-se a sagacidade do cidadão agarrar a “oportunidade” de influenciar a esfera de decisão política, salvo a exceção do e-Democracia.

Neste artigo, Sampaio (2013), ao mapear as iniciativas relevantes de democracia digital nacional, aproximadamente 100 casos, salienta que o Brasil possui alguns dos projetos mais interessantes e pertinentes existentes no mundo sobre democracia digital. O exemplo do OPD e OP de Recife são extremamente raros, envolvendo milhões de cidadãos a disporem suas preferências com efetivo poder de decisão. Noutro exemplo, o e-Democracia se notabilizava (como exemplo no legislativo) por ser um caso bem-sucedido no uso da internet para a promoção da interação direta entre cidadãos e políticos, permitindo o encaminhamento de propostas para o legislativo. Outro recurso, como as consultas públicas, tornaram-se ferramentas poderosas recorrentemente utilizadas pelo governo federal, alguns ministérios e agências reguladoras, configurando-se como uma importante ferramenta capaz de gerar mobilização e discussão, além permitir vislumbrar durante o processo, a opinião da esfera civil. Por fim, é ressaltado que estas iniciativas aumentam a transparência, a divulgação de informações, além da participação e deliberação, deflagrando um óbvio ganho em controle cognitivo que potencialmente poderia levar a um maior controle social com a possibilidade de gerar diversos constrangimentos a atos falhos, como a corrupção ou mesmo a excessiva lentidão de diferentes setores do sistema político.

Em questão das manifestações encontradas nos portais dos órgãos federais Dallari, Aith e Ventura (2016), conotam um número significativo de participações individuais e coletivas, na qual a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aparece com o maior número de interações dos órgãos pesquisados. Nota-se o predomínio da participação, via consultas promovidas mais frequentemente pela Anvisa, seguida da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, do Ministério da Saúde (MS) e do

Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi). Um dos percalços relatados no artigo trata da falta de dados sobre as consultas, no universo da pesquisa de 168 consultas promovidas, apenas 58 relatórios foram publicados, correspondente a apenas 34% que ofertavam os dados sobre os respectivos processos.

Focalizando o executivo federal a respeito da temática dos hackathons, Freitas et al (2018) trazem os dados sobre a permanência das soluções produzidas, apresentando que aproximadamente apenas um terço continua existindo após os primeiros anos pós-hackathons, simplificando, a cada três iniciativas apenas uma consegue sobreviver, diga-se de antemão com uma baixa adesão, por exemplo entre os vencedores da edição 2014 mais da metade tem menos de 500 instalações do app, número ínfimo perto dos milhões de usuários que teriam acesso, levantando um desafio para os desenvolvedores destas soluções.

A observar o legislativo, Marques (2007) entende que os meios digitais podem revigorar o ambiente político e aproximar o cidadão das discussões públicas, mas refletem em qual medida tais dispositivos estariam sendo empregados para o aprofundamento da democracia e das formas de participação, questionando a efetividade das ferramentas legislativas disponibilizadas à época do estudo.

Noutro estudo do mesmo ano, Marques e Miola (2007) distinguem no legislativo, o site da câmara dos deputados, detalhando o exemplo da seção de participação popular que dispõe a ferramenta “Sua proposta pode virar lei”. Supervisionada pela comissão de legislação participativa, o recurso permite de forma orientada, modelos para a elaboração das propostas, envio de sugestões e proposições legislativas de acordo com os regimentos da casa. Embora os conteúdos das propostas apresentadas não estivessem disponíveis ao público e nem no site da câmara, era possível acompanhar através de um sistema o andamento dos processos. Essa iniciativa por mais que se pressuponha uma participação coletiva, inviabiliza o debate público e a possibilidade de aperfeiçoamento das propostas devido ao seu desenho.

Outra iniciativa realçada sobre a câmara dos deputados, por Marques e Miola (2007), era a promoção de bate-papos, que poderiam contar com a presença de parlamentares. Tais recursos exigiam a apresentação das propostas intermediadas por grupos como ONGs, associações, órgãos de classe e entidades da sociedade civil organizada. Além destes, a câmara contava com fóruns de debate temáticos que permitiam aos usuários o envio de comentários e o acompanhamento das discussões

através de e-mail. A participação dava-se mediante a cadastro prévio e autenticação no website, as temáticas eram limitadas e as atualizações defasadas.

Ordinariamente sobre o legislativo, no tocante à deliberação, Marques e Miola (2007) percebem em sua amostra que há um subaproveitamento dos artifícios tecnológicos em prol de modelos mais deliberacionistas. Na pesquisa buscaram avaliar através dos sites quais efetivamente atendiam os requisitos para uma participação democrática a partir do modelo deliberativo. Entendendo que apenas uma experiência, a da câmara dos deputados, oferecia mecanismos que permitiam uma troca de razões a contento dos patamares da deliberação pública.

No caso analisado por Miola (2009) sobre a comissão de legislação participativa no portal da câmara dos deputados, alguns fatores são destacados como motivadores para os cidadãos entrarem nas discussões. Elementos como a frequente presença e atuação da Dep. Fátima Bezerra que era presidente da comissão à época, asseguravam não apenas a construção como também a manutenção da transparência, viabilizando um canal direto expondo os representantes ao escrutínio público, fortalecendo a accountability através das interpelações e questionamentos dos cidadãos, apresentando maiores probabilidades de satisfazer as demandas participativas. Especialmente a despeito da deliberação pública, assentada na dinâmica argumentativa e assíncrona promovida pelo fórum, contudo o engajamento da população foi reduzido com poucas interações. A pesquisa sugere que ao longo do fórum foram agregados novos debatedores sugerindo ao invés de um enfraquecimento, um equilíbrio. Outro aspecto observado, além de ser ressaltado os objetivos do espaço, é a importância de se estabelecer e informar a duração do processo. Identificou-se além, uma assimetria considerável na elaboração dos argumentos a favor daqueles detentores de mais recursos políticos e habilidades comunicacionais.

No concernente à participação no portal da câmara dos deputados, Sampaio (2011) constata através das alegações dos responsáveis pelo portal que as interações dos usuários vinha repercutindo na formulação das decisões políticas tomadas na casa. Evidenciando nos espaços de debate quais parlamentares atribuíam importância a participação dos cidadãos, a exemplo, o deputado Arnaldo Faria de Sá (Partido Trabalhista Brasileiro) que utilizou a sala de bate papo na tentativa de inflamar outros representantes, valendo-se inclusive de outros recursos como as mídias digitais, na tentativa de obter-se votos favoráveis a uma emenda da constituição com

intuito de combater o nepotismo, apresentando outro emprego das diferentes manifestações viabilizadas pelas TICs mobilizadas.

No tocante aos dispositivos digitais de participação, Sampaio (2011), infere que estes apresentam condições de fortalecimento ao oferecimento de insumos à própria participação civil. Pois, facilita ao usuário exercer pressões sobre os mandatários, além de viabilizar as sondagens de opinião, possibilita a aferição de engajamento em determinadas temáticas por parte dos parlamentares. Que por um lado permite averiguar as respectivas valorizações dadas pelos parlamentares que podem por um lado incrementar a participação do usuário, e por outro desvalorizar a participação de outros usuários que contribuem com sugestões mais efetivas de participação.

O autor, Sampaio (2011), argumenta que ainda remanescem impostas as barreiras a quaisquer tentativas de transfigurar a estrutura do exercício do poder político. Por tanto, além de um maior envolvimento da esfera civil e da viabilização de ferramentas e de informações, a adequação dos mandatários também é uma questão central. Pois no cenário da pesquisa, ao cidadão ficava resguardada a possibilidade de exercer pressão política, pois por mais aperfeiçoadas que estejam as ferramentas e efetiva seja a participação cidadã, é ainda, apenas uma fração de todo o processo de decisão política no âmbito institucional.

Na análise sobre os legislativos de pequenos municípios, Raupp e Pinho (2012) endentem que havia uma oferta incipiente de possibilidades de participação, encontrando em muitos dos casos apenas enquetes ou formulários eletrônicos, existia uma baixa disponibilização de ouvidorias, além de reduzida presença nas redes sociais digitais, deflagrando possibilidade de participação insignificante em tais municípios. No tocante aos médios e grandes municípios, apenas um dos casos da amostra não ofertavam nenhuma ferramenta para a participação cidadã, nove apresentaram a existência de indicadores de monitoria e 3 portais apresentaram alta capacidade de participação, não o bastante, a mudança de faixa populacional para maiores municípios resultou em avanços muito modestos, em geral no tocante ao monitoramento.

No âmbito da câmara dos deputados e do senado, Sampaio (2013), acentua que pode-se falar em iniciativas de democracia digital com forte relevância sobre o caso da câmara dos deputados. Nesta casa, enfatizam-se as informações institucionais, dos representantes, da legislação, a relação de transparência fiscal e a

legislação, além de outras informações. Fomenta projetos educativos e mantém seções de chat, participação dos representantes, entre outras iniciativas que favorecem a participação cidadã, como o e-Democracia.

Ao tratar do e-Democracia, Alves, Rover e Mezzaroba (2013) reconhecem que o portal apresenta dois espaços de interação nos quais os usuários podiam participar de debates de temas específicos ligados a projetos de lei pré existentes. Durante a pesquisa os autores identificaram 22 comunidades com temas variados. Dentre os quais estavam o marco civil da internet e o combate à escravidão entre outras temáticas. Já no espaço livre, era permitido ao cidadão criar, com relativa liberdade, novos fóruns ou participar de fóruns existentes, criados por outros usuários. Estes debates eram acompanhados pela equipe do e-Democracia e poderiam vir a tornar-se uma comunidade legislativa. Outra ferramenta participativa era “Nossas Ideias” na qual até a data da pesquisa, 602 ideias haviam sido sugeridas e mais de 18 mil votos tinham sido realizados na sessão. Os autores consideram que o portal e-Democracia podia ser considerado um exemplo proeminente de desenvolvimento da interação humana, além de favorecer o fortalecimento da Democracia Brasileira.

No artigo de Mitozo (2015) é pontuado que o e-Democracia surge como projeto piloto em 2008 e efetiva-se a partir do núcleo técnico da casa em 2009. Com a ideia primordial de trazer debates à arena digital, no qual o próprio desenho da ferramenta favorece a dinâmica do debate. Na publicação é feito um parêntese, indicando que quando já existe uma formulação prévia dos projetos de lei, intencionando apenas a discussão, pode se caracterizar com fator inibidor de participação, especialmente entre os cidadãos mais esclarecidos politicamente, que questionar-se-iam sobre sua real colaboração, ou se suas contribuições não seriam usadas apenas para legitimar as decisões já tomadas pelos legisladores. Na outra ponta, o contato direto com a gestão do portal, o retorno sobre as questões propostas, os mecanismos facilitadores de acesso, a responsividade quanto à participação e a abertura à intervenção em projetos de Lei são alguns dos fatores que favorecem a motivação do cidadão à participação. Foi constatado na pesquisa grande esforço do portal para estruturar-se como um modelo de ferramenta de participação, oferecendo diversos mecanismos de informação, participação e deliberação.

Para Mitozo (2015) no concernente à deliberação, o portal do e-Democracia, disponibilizou algumas vezes uma espécie de accountability das contribuições, fortalecendo o e-Democracia quanto ao retorno para os usuários em relação às

respectivas participações. Pela grande variedade de canais de inputs participativos, o canal aperfeiçoou-se constantemente ao longo dos anos, superando nesse quesito o portal da câmara do qual se originou. Que oferecia à época, e-mail, formulários, salas de bate-papo, comentários gerais à notícias, comentários à notícias enviadas ao (a/s) deputado (a/s) envolvido (a/s) na notícia, enquetes. Enquanto o e-Democracia oferecia enquetes, bate-papos realizados durante audiências públicas, formulários, wikilegis, priorização deliberativa de propostas, avaliação de participação e fóruns. Ademais, a inovação materializada no envio de sugestões de emenda diretamente a um parlamentar, órgão, ministério ou comissão parlamentar foi um avanço em 2013 sendo o mais utilizado na comunidade LOA agregando 156 formulários enviados, sendo destes, 90 originais. Segundo as informações da casa, também pode-se influenciar o texto final da proposta legislativa através do wikilegis, uma espécie de Wikipédia realizada via escrita coletiva. Tal que seria exagerado entender a iniciativa como uma democracia direta pois é dada apenas a oportunidade de se alterar o texto da lei. E, posteriormente, os trabalhadores internos das comissões ligadas aos projetos que irão realmente validar ou não as contribuições enviadas.

Seguindo nas análises a respeito do e-Democracia, Freitas, Lima e Lima (2015) percebem a ferramenta como potencialmente capaz de influir como uma solução inovadora perante a crise de representatividade e atuar como um canal de participação formal. A iniciativa pode ser considerada um exemplo de estímulo à participação popular nas arenas políticas. Que tem em seus princípios o intuito de fomentar espaços de debates que viabilizem a participação popular na elaboração de projetos de lei. Outra constatação argumentada sobre as práticas promovidas pelo e-Democracia é que se existe uma seleção das propostas posterior ao debate, ele não se enquadraria nos modelos típicos de democracia participativa, e sim tenderia a uma simbiose, destacadamente como um espaço público de deliberação que oportuniza a participação, mantendo algumas práticas de modelos tradicionais vigentes. Das 44 contribuições realizadas pelos cidadãos citados na pesquisa, sobre a temática do marco civil, apenas nove foram incorporadas à versão final do projeto de lei, durante o processo as contribuições foram atacadas por todos os atores envolvidos, perpassando também pela avaliação dos grupos profissionais do órgão.

Mantendo o foco no e-Democracia, Ferracioli (2016) o atribui como um avanço democrático, pois o portal alude a câmara dos deputados sobre a realidade dos brasileiros já imersos no mundo digital. Todavia é notado na pesquisa temática, a

disparidade de gênero no processo participativo sendo que em sua grande maioria os participantes comentadores são homens. E, não obstante, os resultados demonstraram que a iniciativa ainda era falha em efetivar uma deliberação como pretendida por sua definição. Por exemplo, nos achados de pesquisa, nas trocas argumentativas dos envolvidos, havia um esforço do cidadão em participar do debate e notadamente uma recorrente reciprocidade que estruturam o cerne das práticas deliberativas, porém no caso analisado (maioridade penal), a discussão fica prejudicada pela ausência de reflexões dos efetivamente afetados pelas mudanças, no caso, os menores perante a lei.

Prosseguindo a despeito do e-Democracia, Oliveira e Silva (2017) denotam dois canais que permitem a participação e a contribuição no desenvolvimentos de propostas de lei, as Comunidades Legislativas e o Espaço Livre, oferecendo além de orientações sobre os processos e tramitações, diversas ferramentas de participação, deixando a desejar em mecanismos de acessibilidade apesar do espaço virtual amigável, interativo e fluido.

Especificamente sobre as audiências públicas interativas da câmara dos deputados, Barros, Monteiro e Santos (2018) contribuem indicando que em primeiro plano encontram-se comentários típicos da conversação interpessoal e em segundo plano as interações voltadas à deliberação. Através de enquetes realizadas com participantes, a publicação apresenta a visão daqueles que efetivamente participaram do processo, variando entre algumas percepções dos participantes da enquete. Entre elas, podem ser vistas como um renovar da política, ou enfatizando os ganhos da participação para a sociedade, ou na possibilidade de permitir conhecer melhor a opinião dos parlamentares e o ponto de vista de outros cidadãos, além da oportunidade para o cidadão ocupar espaço como ator ativo que monitora e aprende durante o processo. Por tanto, no sentido de tentativa de aproximação entre parlamento e sociedade, a audiência funcionou, trazendo aos holofotes diferentes perspectivas argumentativas, posições sociais e distintos atores.

Em referência ao e-Cidadania do Senado Federal, Oliveira e Silva (2017) apresentam com um dos diferenciais do site, a oportunidade para o cidadão tanto propor um debate como apresentar uma ideia legislativa. Através de um constructo colaborativo os cidadãos sugerem propostas no sítio, opinam e podem debater entre parlamentares e especialistas, ou ainda, podem também contribuir para o desenvolvimento da função legislativa.

O que o estudo de Bragatto, Sampaio e Nicolás (2015) apresenta sobre o marco civil, é que houve uma baixa participação da sociedade e o debate ficou concentrado em menos de 10% do usuário, ademais quatro usuários foram responsáveis por mais da metade das mensagens. Sobre os usuários participantes, os autores destacam que 86% eram de cidadãos, 7% de empresas e 6% de organizações da sociedade civil, além daquelas do ramo corporativo que manifestaram-se via email ou carta (Abril Digital, Claro, Embratel, Bandeirantes, Associação Brasileira das Empresas de Software, Associação Brasileira de Produtores de Disco) demonstrando a resistência do setor a participar da consulta como os demais de forma colaborativa. Os dados demonstram que a consulta teve um baixo pluralismo e uma forte representação daqueles com elevado conhecimento na área do direito ou informática. As limitações em termos de engajamento e consequentemente pluralidade, são em partes consequências de empecilhos basais, como a questão da publicidade pouco efetiva. E, por mais que a iniciativa seja válida e interessante especialmente pelas suas características inovadoras, ainda precisa contemplar uma parcela maior da população aumentando a diversidade de perspectivas.

Seguindo no estudo de Bragatto, Sampaio e Nicolas (2015), fica a constatação através de suas leituras, de uma significativa polarização. Onde em via de regra, usuários mais ligados ao campo da informática defendiam em seus argumentos as liberdades criativas e de uso, rechaçando qualquer tipo de controle central, enquanto que aqueles mais ligados ao direito, argumentavam em prol de uma regulamentação que garantisse direitos e deveres explicitamente. De modo geral as temáticas centrais foram, privacidade, liberdade de expressão e neutralidade da rede. Durante o debate, os autores percebem mudanças de posicionamento do governo. A exemplo do Artigo 20º que tratava da responsabilização dos provedores por danos causados, decorrentes de conteúdos publicados. Em um primeiro momento, a posição defendida argumentava que a exclusão do conteúdo deveria se dar via plataforma e usuário, posteriormente à argumentação de setores da sociedade, a posição do governo mudava tendendo a exclusão do conteúdo, mediante decisão judicial. Portanto, há fortes indicativos de que o segundo texto proposto pelo governo, passou por ajustes feitos em sentido a convergir opiniões dos participantes manifestadas anteriormente.

Nesta pesquisa, Bragatto, Sampaio e Nicolas (2015), indicam que no processo de deliberação houve empoderamento. Percebendo nos dados, tanto da primeira fase quanto nos da última fase de debates que aproximadamente metade dos comentários foram parcial ou completamente contemplados nas respectivas redações. No artigo, fica o alerta de que não adianta desenvolver oportunidades efetivas de participação funcionais e atrativas do ponto de vista do design tecnológico, se não houver em contrapartida a publicização, via diferentes mídias, destacando a importância da consulta e a da participação cidadã.

Na pesquisa de Barros (2016) sobre a segunda fase da consulta promovida pelo ministério da justiça “O que vamos fazer?” realizada em 2010, nota-se que a primeira fase resultou na minuta do anteprojeto apresentada com 34 artigos e recebeu 1.168 comentários que abordavam a lei de modo geral, seus capítulos ou seus artigos. A publicação evidencia que a iniciativa de publicizar o posicionamento de organizações que optaram por expressarem suas contribuições de outras formas, abstendo-se do uso da plataforma, trouxe a outros atores a possibilidade de oferecer razões contrárias através de mensagens logo abaixo das postagens. Tal qual, há um bom indicativo de que o Ministério da Justiça ponderou os argumentos apresentados via comentários, sendo que dos 34 artigos apresentados 5 tiveram redação alterada ou suprimidas no processo. Durante o período da consulta, os cidadãos puderam participar de várias formas, a exemplo, via Wikilegis, através dos fóruns ou em bate-papo. De modo geral, os cidadãos podiam comentar, sugerir alterações e propor novos trechos. Por alto, as temáticas mais demandadas foram liberdade de expressão, proteção da privacidade e de dados pessoais, neutralidade da rede, entre outras. Por mais, fica a impressão do relator que reconheceu a influência de sugestões enviadas via Wikilegis, fóruns de discussão ou via Twitter com o uso da hashtag #MarcoCivil. Bem como, indicou os artigos que foram alterados por iniciativa própria.

Partindo para as abrangências da esfera civil, Sampaio e Laranjeiras (2011) trazem a exemplo, o Cidadão Repórter que tinha como ação fundamental dar visibilidade ao debate na qual o usuário realiza o papel de vigia, fiscal e demandava soluções sobre a coisa pública. A iniciativa apresentava diversas funções com potencial democrático. Como a possibilidade de realizar denúncia ou reivindicação através do site. Possuía a capacidade de ganhar força através da adesão da população e até mesmo alcançar visibilidade da grande mídia, aumentando a pressão política sobre determinadas causas. Favorecendo além, a discussão qualificada entre

os cidadãos, promovendo a possibilidade de diálogo entre diversos pontos de vista e/ou até mesmo favorecendo na busca por soluções de conflitos. Outro destaque, é que além de canal de reivindicação e denúncia de situações irregulares, o site permitia a organização e realização de movimentos de protesto, presenciais ou online.

Sobre o portal Cidade Democrática, Rossetto, Silva e Carreiro (2011) indicam uma interconexão com as redes Facebook, microblog e Twitter. No sítio, o cidadão podia apontar problemas ou criar propostas, além de comentar ou dar ideias baseadas nas propostas criadas e nos problemas apontados. Na pesquisa foram identificados entre os participantes 33 parlamentares, 4 poderes públicos, 15 organizações, 52 ONGs, 20 movimentos, 20 gestores públicos, 20 empresas e 6.690 cidadãos. A iniciativa, apesar da relativa baixa adesão da população perante o número de eleitores brasileiros, apontada pelos autores possivelmente devido a uma baixa motivação à participação, se mostrou no entanto, como um canal direto entre representantes, instituições, eleitores e outros segmentos da sociedade bastando fazer parte da rede para estar “conectado” e “acessível”.

Em outro exemplo, estudado por Rossetto, Silva e Carreiro (2011), o site Urbanias voltado a moradores da cidade de São Paulo, permite a estes realizarem denúncias através de fotos, vídeos e de descrições de situações por escrito, indicando pontos da cidade de onde partem as demandas. Geralmente estão associadas ao trânsito, transportes públicos, ruas e calçadas, lixo e poluição, acessibilidade, nota fiscal, segurança, barulho entre outros assuntos. A plataforma atuava realizando a intermediação entre o cidadão e as plataformas competentes, na qual o cidadão faz sua reivindicação e o portal encaminha para o órgão competente. Durante o processo, o usuário tem o retorno no próprio site sobre a iniciativa, além da possibilidade de ganhar apoio de outros internautas. Na época o site contava com o apoio financeiro da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). Na plataforma era possível encontrar mapas temáticos por bairro ou categoria de denúncia, o retorno ou não das entidades responsáveis, entre outras informações pertinentes. Na pesquisa foram encontradas 284 denúncias. De uma amostra aleatória de 28 denúncias aprofundadas na pesquisa, 20 obtiveram respostas de órgãos públicos e aquelas que não obtiveram resposta destes, receberam algum parecer do Urbanias. Ou seja, o cidadão não é ignorado, tornando-se um incentivo a participação. Além do mais, a presença do site em redes sociais como Orkut, Facebook, blog e Twitter e a proximidade das temáticas tratadas da população também corroboram a esta participação cidadã. Apesar de não haver a

possibilidade de contato direto com a esfera política propriamente dita, todos os comentários pertinentes são encaminhados aos órgãos responsáveis.

Ao tratar da Rede Nossa São Paulo, Rossetto, Silva e Carreiro (2011) entendem que seu objetivo seja promover o melhoramento da cidade. Buscando parcerias públicas ou privadas, mobilizando diversos segmentos sociais, articulando e promovendo ações em prol do município. No ar desde 2007, a Rede contava na data da pesquisa, com a participação de mais de 600 organizações da sociedade civil. A motivação para a participação do cidadão é devida ao caráter informativo do site e a conexão entre as redes sociais. Ademais, existe a possibilidade de melhorar o funcionamento da cidade através de sugestões e ideias de políticas públicas, tal como, a possibilidade de participar via seção “Práticas Exemplares” que configurava-se como um espaço onde as organizações cadastradas podiam compartilhar com outros interessados projetos coletivos para melhorar a cidade. Foram registrados na pesquisa 35 projetos em 2008, 19 em 2009, 9 em 2010, frisando um decréscimo de proposições com o passar do tempo.

Ainda no tocante às iniciativas civis, a proposta do SOS Mata Atlântica denominada Clickarvore, apontada por Marques e Nogueira (2012), é uma das ferramentas utilizadas pela entidade para promover a causa ambiental. Ligada a viabilidade de interação via Facebook e Twitter o usuário pode sugerir onde serão plantadas as árvores doadas pelos parceiros da entidade, apesar da proposta ser simplificada, o caminho para participar é oneroso envolvendo o preenchimento de um extenso cadastro e não simplesmente alguns cliques, fundeando aí, um obstáculo a participação cidadã.

No geral sobre as iniciativas civis, Rossetto e Carreiro (2012) acentuam a forte dependência de entidades e de ONGs na luta por direitos civis e democracia. De forma mais otimista, a atuação de tais ONGs pode ser diversificada através da utilização da internet como uma forma de agregar pessoas à participação. Incutindo que os atores coletivos tendem a ser mais fortes e eficazes do que cidadãos isolados. Por seu revés, pode ser tido como falta de amadurecimento do setor e da própria sociedade que não consegue se desvincular das amarras institucionais. O destaque no estudo é conferido ao Movimento Floresta que conclama os cidadãos a discutir e se mobilizar em torno da revogação do Código Florestal Brasileiro através de campanhas de mobilizações digitais (a exemplo do “tuitaço”, com a hashtag #vetadilma e “blogagem” coletiva) que tentavam angariar assinaturas para petição online.

Ainda no artigo de Rossetto e Carreiro (2012), propriamente sobre a iniciativa Adote um Vereador, a publicação evidencia que a iniciativa surge como um projeto isolado do jornalista Milton Jung, que simplificadamente era um espaço onde se disponibilizava a lista de vereadores da cidade, convocando o cidadão interessado a interagir diretamente com o representante para atualizar um blog a seu respeito. Outra iniciativa, o Ficha Limpa é desenvolvido e organizado por uma série de entidades sociais, visando fomentar a busca pelos direitos civis e veemente procura combater a corrupção eleitoral, tornando mais rígidos os critérios de inelegibilidade. O projeto teve duas ações principais, além do acompanhamento de informações circundantes a temática. Uma foi a promoção da redação do projeto de lei, com ajuda das entidades envolvidas, e também a reunião de mais de um milhão de assinaturas para que ele fosse levado à votação no Senado. Por fim, o estudo salienta que não é que o Brasil não tenha bons modelos dentre as iniciativas, mas estas ainda permanecem isoladas e são casos específicos que não representavam o estado da democracia digital brasileira.

Na mesma publicação, Rossetto e Carreiro (2012) apresentam o Urbanias, desenvolvida por uma empresa privada, Flieger Software, esta sem relação direta com a seara de democracia digital desenvolveu a plataforma Fix My Street brasileira nos moldes da homônima inglesa. Convocados os cidadãos a apontar problemas locais relacionados à malha viária, falta de iluminação pública, entre outros. Permanecendo como um intermediário entre o poder público e a população, que pode participar comentando, denunciando e interagindo com outras pessoas e temáticas. Outra iniciativa tratada no artigo é o Vote na Web, fomentado por Webcitizen outra empresa privada, que através da iniciativa convida os cidadãos a debaterem e votarem nas pautas que correm no Congresso, comparando votos cidadãos com votos dos representantes, ainda apresentavam à época do estudo resultados humildes.

Descrito por Santos (2013), o Vote Na Web é um site de participação cívica, apartidário e visibiliza os projetos de lei que estão em tramitação no Congresso Nacional, nos quais os usuários, após o cadastro, podem votar a favor ou contra as propostas, monitorar e conectar-se diretamente com os parlamentares e sugerir a prioridade das pautas. Na iniciativa, o principal recurso de interação se dá do cidadão para o poder público, de baixo para cima, sobretudo pela expressão de opiniões, por meio de comentários acerca dos projetos de lei disponíveis. Desenvolvida por uma empresa brasileira, dedicada a fomentar canais de participação, transparência e

democracia para a gestão pública, a iniciativa envia mensalmente aos parlamentares um relatório sobre as interações e opiniões acerca dos projetos de lei. O intuito é que a depender do conteúdo do relatório haja reflexão, revisão, adequação ou até mesmo a anulação das propostas legislativas. O adendo fica por conta da simplicidade da iniciativa que na divulgação das informações não oferece pontos de vista diversificados e pouco explana sobre os impactos da aprovação ou reprovação de determinado projeto de lei. E o ponto forte vai para a capacidade da iniciativa de gerar pressão social sobre o sistema político através da participação.

Outra iniciativa tratada por Santos (2013), refere-se ao Projeto PortoAlegre.cc desenvolvido pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos com o apoio da prefeitura de Porto Alegre. Visando promover cenários de transformação através de proposição de ideias e projetos que possam ser solucionados mediante a mobilização da população local, pautados no senso de corresponsabilidade e diálogo entre sociedade civil e atores estatais, fomentando a ampliação da transparência e o controle social da gestão pública. A iniciativa apresenta os 82 bairros da capital mapeados, nos quais era possível a criação de causas georreferenciadas, além de servir como canal de sensibilização ou mobilização da própria população sobre alguma causa. A plataforma não permitia ainda, o exercício de maior controle social pois não havia nem mesmo o retorno sobre os encaminhamentos dos usuários. Ainda que a iniciativa conte com acervo vasto e rico de informações mapeadas contendo problemas da cidade e suas possíveis soluções, há um enfraquecimento em relação ao engajamento. Com poucos espaço para contribuições horizontais limitava-se ao desenvolvimento apenas daquelas pautas interessantes ao governo.

Retornando a Rede Nossa São Paulo, Penteado, Santos e Araújo (2014) delimitam a sua atuação na zona metropolitana do município. Iniciada em 2007 foi renomeado para Movimento Nossa São Paulo em 2010, pois traz a intenção de ser um movimento político, pautado nos valores do desenvolvimento sustentável, da ética, da democracia participativa, almejando equidade, participação e transparência. Procura angariar força política para atuação na proposição da agenda de planejamento da cidade, estabelecendo e acompanhando metas e cobrando tanto do executivo quanto do legislativo municipal. Os dados expostos na pesquisa ilustram que são diversificadas as possibilidades de e-participação. A rede caracterizava-se por associar mecanismos de atuação tradicionais a movimentos sociais, incrementados com ferramentas de interação e colaboração na internet. O modelo do

movimento não viabilizava decisões e participação direta do cidadão, apesar das possibilidades de interações. Resguardados ainda ao governo as decisões, é interessante notar que mesmo sendo uma iniciativa da sociedade civil suas ações efetivavam uma maior transparência do Estado.

Ainda sobre a Nossa São Paulo na Câmara, Penteado, Santos e Araújo (2014) indicam que a ação simplificada tem a intenção de auxiliar no acompanhamento e na divulgação dos trabalhos dos vereadores. Oferecia três formas de interação com o legislativo a nível municipal, sendo através do canal para falar com os vereadores da Câmara Municipal, da agenda de eventos da Câmara Municipal e das audiências públicas. Os autores denotam as possibilidades de e-participação, e-consulta, e-envolvimento e e-empoderamento. Dessa maneira fomentava a participação cidadã, instruindo-se com informações acerca dos processos legislativos, favorecendo um maior envolvimento e participação cidadã no município de São Paulo.

Prosseguindo na análise sobre a RNSP, Penteado, Santos e Araújo (2014) em uma das articulações da rede, os cidadãos manifestavam-se votando via internet a partir de uma lista dos assuntos como educação, saúde, segurança, habitação, lazer, transporte e mobilidade, cultura, meio ambiente, entre outros, para depois da participação serem enviadas ao poder público. A iniciativa, a partir das temáticas e metas estabelecidas, busca aumentar a pressão política e fortalecer as reivindicações, contando com apoio de diversas mídias e por vezes conseguindo pautar mobilizações e/ou resultados alcançados.

Continuando a seara das iniciativas civis, a Campanha Você No Parlamento é descrita por Penteado, Santos e Araújo (2014) como projeto em parceria com a Câmara Municipal de São Paulo. Esta, questiona a população paulistana sobre suas prioridades em áreas como saúde, educação e outros visando orientar a atuação dos vereadores e de políticas públicas. O questionário foi desenvolvido via comissão técnica formada por representantes da RNSP, Câmara, USP, FGV, Escola de Governo e Ibope. Outra iniciativa apresentada no artigo, refere-se aos Indicadores de Referência de Bem-Estar do Município, subsidiada na iniciativa anterior, o objetivo dessa ação era orientar estratégias governamentais e da sociedade civil na promoção do bem estar das pessoas, a mobilização online foi realizada incentivando a participação na consulta promovendo notícias no portal.

Noutra iniciativa abordada no estudo de Penteado, Santos e Araújo (2014), o Programa Cidades Sustentáveis, também integra-se ao RNSP e a um programa

chamado Rede Latino-americana por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis que visa a execução de boas práticas cidadãs. No tocante às eleições, o programa apresenta a agenda de sustentabilidade urbana, pressionando os candidatos a comprometerem-se com tais metas e mobilizando campanhas para maior visibilidade e valorização de candidatos comprometidos com tais, pelos eleitores. Oferecem também um banco colaborativo de boas práticas, no qual os cidadãos podem estabelecer entre eles e entre o poder público, diálogos, mobilizações, parcerias em favor da sustentabilidade nas cidades.

Outro destaque é a ação de Formação de Lideranças comentada por Penteado, Santos e Araújo (2014) como uma atividade formativa desenvolvida desde 2010 que teve como objetivo a formação de lideranças políticas comunitárias. Direciona-se sobre o eixo central da participação popular na elaboração de políticas públicas assim como fomenta a intervenção da população no planejamento da cidade. Recorrendo a internet para e-mobilização e e-envolvimento. Restringindo o uso das ferramentas da web para a divulgação das reuniões e para os interessados entrarem em contato via e-mail. No artigo, a campanha pela redução da taxa de enxofre no diesel vendido no país também está atrelada à RNSP e também utiliza recursos de e-mobilização e e-informação.

As iniciativas civis também são abordadas na pesquisa de Sampaio (2016) na qual, a exemplo a Urbanias, que propunha-se como uma plataforma reivindicativa para o cidadão solicitar reformas ou consertos em ruas e equipamentos públicos. Podiam estes fundamentar-se em dados bem específicos, como uma descrição do problema, sugestões para solução, sua localização georreferenciada, assim como fotos. Estas interações posteriormente seguiam para órgãos públicos responsáveis. Outra iniciativa tratada no artigo, o Cidade Democrática, amplia um pouco as possibilidades do caso citado acima. Permitindo aos usuários não apenas reclamarem nos fóruns digitais mas também tem o potencial de fomentar propostas mais robustas sobre possibilidades de melhorias na cidade. Nesta categoria, e-solicitação é basicamente formada por um sistema digital que permite uma comunicação direta entre cidadãos e poder público. Porém, não há um empoderamento em alto nível, servindo aos governantes como insumos de solicitações ou sugestões, podendo ou não realizá-las.

Reiterando o caso do Vote na Web, Seridório e Luvizotto (2017) levantam um fato que prejudicou a deliberação e a discussão no fórum analisado. Foi a falta do

hiperlink funcional, impossibilitando que os usuários obtivessem pelo website, informações sobre o projeto de lei. Ademais, o potencial de deliberação não se efetiva, pois os usuários interagem, expõem sua opinião e se posicionam, mas não aprofundam-se com reciprocidade e reflexividade. Para os autores, a internet e outros meios de comunicação não irão desempenhar a priori o papel de arena deliberativa, mas tem potencial em um sistema de deliberação ampliada de entregarem fluxos de comunicação política favorecendo espaços participativos. O fato é que diferentemente de uma deliberação presencial, os participantes não se veem, o que atenua uma série de implicações, como o baixo diálogo no caso analisado.

Abrangendo as manifestações populares, Dias, Doula e Cardoso (2017) percebem que práticas de participação que convencionalizou associar a geração de 1970 evoluíram, espalhando-se em diversos territórios e contextos. No Brasil, aquelas que tiveram inseridas no contexto digital, demonstraram forte apelo via internet como as jornadas de 2013, a ocupação das ruas de Mariana em protesto à catástrofe ambiental, a ocupação das escolas de São Paulo, as mobilizações a favor e contra o governo no processo do Impeachment e outras tantas que começaram no espaço virtual e ganharam as ruas.

Abrangendo as manifestações, a publicação de Altheman, Marques e Martino (2017), atribui aos espaços digitais uma considerável potência política. Esta viabilizada via conversações, mesmo que informais, articula-se em torno dos processos deliberativos, não institucionalizados e por vezes intuitivos, que no entanto, não se fazem menos eficientes. Ressalta-se que os aspectos da ação política, aparentemente “desorganizada” e localizada nas conversações informais, pode transcender o elemento propriamente digital em uma sociedade midiaticizada.

Na reflexão de Coiro-Moraes e Farias (2017) é percebido no contexto digital sobre a iniciativa ‘Pensando o Direito’, de que exista algumas similaridades com a Ágora Grega, que para os autores, pode ter evoluído até chegar no conceito ampliado de esfera pública midiática na contemporaneidade, retornando a viabilidade de debate coletivo para os cidadãos. O ‘Pensando o Direito’, amplia a possibilidade de participação à toda sociedade brasileira. Porém, fica evidente que o nível de interação nas postagens analisadas não foi intenso. Inclusive, tendo fugindo da temática, ficando aquém do estabelecimento de um debate racional entre os usuários. Por mais que a iniciativa contribua para a diversificação do polo emissor da informação, ampliando e favorecendo uma contribuição singular do cidadão no debate público,

ainda é limitada em comparação a Ágora Grega e de modo geral, a iniciativa ainda não se efetivava em prol da cidadania.

Outro realce por conta de Prado e Pinto (2018) a respeito das iniciativas civis, são as Change e Petições Públicas Brasil. No tocante a temática das bibliotecas e bibliotecários foram encontrados no estudo 267, das quais 86 foram analisadas recebendo mais de 40.915 assinaturas (Petições Públicas) e 6.156 (Change). Algumas foram direcionadas para o Senado Federal. Enquanto algumas petições se direcionavam ao âmbito nacional, outras eram de abrangência local ou regional.